

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA**

**A REVOLUÇÃO NACIONAL NA CHINA: ENTRE A AUTARQUIA E A  
DEPENDÊNCIA**

**Porto Alegre**

**2023**

**ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA**

**A REVOLUÇÃO NACIONAL NA CHINA: ENTRE A AUTARQUIA E A  
DEPENDÊNCIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi  
Martins

**Porto Alegre**

**2023**

### CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Athos Munhoz Moreira da  
A revolução nacional na China: entre a autarquia e  
a dependência / Athos Munhoz Moreira da Silva. --  
2023.  
238 f.  
Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. China. 2. Revolução Nacional. 3. Centro de  
Decisão Econômica. 4. Autarquia. 5. Dependência. I.  
Martins, José Miguel Quedi, orient. II. Título.

**ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA**

**A REVOLUÇÃO NACIONAL NA CHINA: ENTRE A AUTARQUIA E A  
DEPENDÊNCIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre, 6 de dezembro de 2022.

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins (orientador) — PPGEEI/UFRGS

---

Prof. Jacqueline Angélica Hernández Haffner — PPGEEI/UFRGS

---

Prof. Paulo Gilberto Fagundes Visentini — PPGPOL/UFRGS

---

Prof. Diego Pautasso – Colégio Militar de Porto Alegre

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à República Federativa do Brasil, ao povo brasileiro, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais por me permitir o acesso ao ensino superior gratuito e de excelência. O papel cumprido pela UFRGS e pela Universidade Pública é fundamental para o desenvolvimento e para a soberania do Brasil. Espero poder retribuir à altura.

Ao meu orientador, Prof. José Miguel Quedi Martins, pelo longo período de parceria e ensinamentos, pela orientação extremamente atenciosa, e por não ter “jogado a toalha”, mesmo nos momentos em que tive maior dificuldade de levar o trabalho adiante. A finalização desta tese deve imensamente à sua paciência, à sua compreensão e à sua competência como orientador. Agradeço também à equipe do “escritório”, Prof. João Gabriel Burmann da Costa, Rafael Firme, Maria de Fátima Quedi Martins e Júlio Spido, cujo apoio e parceria foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Paulo Visentini, por ter sido meu primeiro orientador nesta etapa do doutorado e ter, desta forma, dado enorme contribuição para a sua realização. Na verdade, o Prof. Visentini teve, tem e continuará tendo um grande papel na minha formação e amadurecimento acadêmico. Como aluno e como pesquisador, agradeço a ele também pelo seu pioneirismo nos estudos sobre China e Ásia na UFRGS e pela brilhante obra no campo das relações internacionais, que abriram caminhos e são uma inspiração e uma referência fundamentais para mim e para muitos colegas.

Aos professores Diego Pautasso e Jacqueline Haffner, pela oportunidade de ter aprendido com eles por meio de suas aulas e palestras e pela enorme gentileza em aceitar fazer parte desta banca examinadora.

Aos amigos e colegas da Oficina de Estudos sobre China e Leste Asiático da UFRGS (OfChiLA-UFRGS), da Oficina de Estudos Estratégicos e do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), que contribuíram imensamente com este trabalho, seja pela colaboração em trabalhos conjuntos, pela amizade e convivência, pela troca de conhecimentos ao longo deste período, em especial, Bruno Magno, João Chiarelli, Rômulo Pitt, Gustavo Feddersen, Betina Sauter, Laís Trizotto, Luís Rodrigo Machado, Renato Ungaretti, Erik Ribeiro, Vinícius Lerina Fialho e Rafael Franceschi. Agradeço aos amigos e colegas Bruno Guimarães, Pedro Brites e Marcela Ávila que me deram apoio fundamental em diversos momentos da minha trajetória acadêmica.

Aos diretores do Instituto Confúcio na UFRGS, Prof. Antônio Domingos Padula e Prof.<sup>a</sup> Bai Lanling, por compreenderem a importância e permitirem que eu me dedicasse à realização desta tese. O Instituto Confúcio na UFRGS me ofereceu um espaço privilegiado de convivência e contato com a cultura chinesa que contribuiu grandemente para a realização deste trabalho, inclusive a oportunidade de visitar e ter experiências fascinantes na República Popular da China. Agradeço muito também aos professores, bolsistas e funcionários ligados ao Instituto Confúcio na UFRGS, pelo dedicado e competente trabalho e por sua compreensão e apoio, que permitiu que eu me dedicasse à redação desta tese. Devo agradecer também à diretora e à vice-diretora do Instituto de Letras, professoras Carmem Luci da Costa Silva e Marcia Montenegro Velho, que também foram extremamente compreensivas durante a fase final de elaboração desta tese.

Por fim, e certamente não menos importante, dedico este trabalho à minha família: aos meus pais e eternos incentivadores, Celson Cleber Garcia da Silva (in memoriam) e Celina Joaquina Munhoz Moreira da Silva, sem cujo apoio eu não poderia ter trilhado esta longa caminhada que me trouxe ao doutorado; às minhas avós, Therezinha Garcia da Silva e Zaire Munhoz Corrêa (in memoriam), pelo enorme carinho; aos meus sogros, Lenir Silveira e Roberto Silveira, por me tratarem sempre da forma mais afetuosa (como um filho) e me apoiarem de diversas formas durante a realização deste trabalho; e, por fim, mas certamente não menos importante, à minha companheira, Natália Silveira, cujo amor, apoio, paciência, compreensão e companheirismo tornaram possível a manutenção de minha sanidade mental e garantiram a realização deste trabalho.

## RESUMO

Por meio deste trabalho, busca-se responder à seguinte pergunta: de que forma a China respondeu aos desafios impostos pelo sistema internacional moderno? Apresenta-se a revolução industrial como causa principal do colapso do sistema tributário chinês e adota-se a transição tecnológica, apresentada aqui como expressão dos desafios impostos pelo sistema internacional (SI), como variável independente (causa). Propõe-se que as respostas da China ao SI constituem um processo de Revolução Nacional (conforme Celso Furtado), para romper os laços de dependência e alcançar o desenvolvimento pela internalização do Centro de Decisão Econômica. Esta é a variável dependente (efeito) e corresponde ao âmbito interno (Estado). A relação causal é mediada por uma variável interveniente, os “colapsos”: cada transformação do SI engendra o colapso da resposta anterior, forçando novas respostas. A China oscilou entre estratégias de autarquia e de dependência. A autarquia busca a autossuficiência produtiva, e ao extremo pode levar ao rompimento com o exterior (Grande Salto Adiante). A dependência (“Dependência Associada”) é a associação subordinada ao capital externo (Cadeias Globais de Valor) para obter capital e tecnologia (Reforma e Abertura). Há aparente contrassenso entre a tendência à autarquia da Revolução Nacional e a adoção de estratégias de dependência. Porém, verifica-se que renunciar parcialmente ao controle das capacidades (dependência), não significa renunciar à esfera política do Centro de Decisão. Portanto, fica evidente a importância da Grande Estratégia, que articula fins e meios para alcançar o objetivo da política nacional. Os capítulos de desenvolvimento são delimitados e distribuídos conforme a estrutura do Estado em cada período – portanto, o contexto em que as respostas chinesas ao sistema internacional são formuladas. O capítulo 2 discute as respostas da China tributária ao desafio das potências ocidentais, das revoltas internas e da competição regional com o Japão. O capítulo 3 aborda a destruição da autoridade política chinesa, com a queda do império e a ascensão dos Senhores da Guerra e as alternativas de reconstrução do Estado e nova centralização política, mais especificamente o Partido Nacionalista e o Partido Comunista. O capítulo 4 analisa a República Popular e a luta contra a dependência em meio à Guerra Fria, culminando na ascensão da China no pós-Guerra Fria. Conclui-se que a Revolução Nacional chinesa é uma função de três pilares interdependentes: a centralização política (a reunificação do território e a mobilização nacional); a industrialização (a internalização do progresso técnico); e a modernização militar (a capacidade de produção e emprego de meios militares modernos que permitam proteger a soberania nacional). Afirma-se que a conclusão da Revolução Nacional é a ascensão da China ao centro do sistema internacional e que o marco simbólico deste fenômeno seria a reunificação

de Taiwan. Entretanto, postula-se que este não é o único indicador ou causa da ascensão da China ao centro do sistema internacional.

**Palavras-chave:** China. Revolução Nacional. Centro de Decisão Econômica. Autarquia. Dependência.

## ABSTRACT

Through this work, we seek to answer the following question: how did China respond to the challenges imposed by the modern international system? The industrial revolution is presented as the main cause of the collapse of the Chinese Tribute system and the technological transition – an expression of the challenges of the International System – is adopted as an independent variable (cause). It is proposed that China's responses to the International System constitute a process of National Revolution (according to Celso Furtado), to break the ties of dependency and achieve development through the internalization of the Center of Economic Decision. This is the dependent variable (effect) and corresponds to the internal affairs (State). The causal relationship is mediated by an intervening variable, the “collapses”: each transformation in the International System engenders the collapse of the previous response, forcing the emergence of new responses. China oscillated between strategies of autarky and dependency. Autarky seeks productive self-sufficiency, and to the extreme it can lead to a break with the outside world (Great Leap Forward). Dependency (“Associated Dependency”) is the subordinate association with foreign capital (Global Supply Chains) to obtain capital and technology (Reform and Opening). There is an apparent contradiction between the tendency towards autarky of the National Revolution and the adoption of dependency strategies. However, it turns out that partially relinquishing control over capabilities (dependence) does not mean relinquishing political sphere of the Center of Decision. Therefore, the importance of the Grand Strategy is evident, which articulates ends and means to achieve the objective of the national policy. The development chapters are delimited and distributed according to the structure of the State in each period – therefore, the context in which Chinese responses to the international system are formulated. Chapter 2 discusses Tributary China's responses to the challenge of Western powers, internal revolts, and regional competition with Japan. Chapter 3 addresses the destruction of Chinese political authority, with the fall of the empire and the rise of the Warlords and the alternatives of state reconstruction and new political centralization, more specifically the Nationalist Party and the Communist Party. Chapter 4 looks at the People's Republic and the fight against dependency amid the Cold War, as well as the rise of China in the post-Cold War period. It is concluded that the Chinese National Revolution is a function of three interdependent pillars: political centralization (the reunification of the territory and national mobilization); industrialization (the internalization of technical progress); and military modernization (the ability to produce and use modern military means to protect national sovereignty). It is stated that the conclusion of the National Revolution is the rise of China to

the center of the international system and that the symbolic mark of this phenomenon would be the reunification of Taiwan. However, it is postulated that this is not the only indicator or cause of China's rise to the center of the international system.

**Keywords:** China. National Revolution. Center of Economic Decision. Autarky. Dependency.

## 论文摘要

通过这项工作，我们试图回答以下问题：中国如何应对现代国际体系带来的挑战？工业革命被视为中国税收体系崩溃的主要原因，而技术转型在这里被视为国际体系所施加挑战的一种表现，被用作自变量（原因）。提出中国对国际体系的回应构成一个国民革命的过程（根据塞尔索·富尔塔多），打破依赖纽带，通过经济决策中心的内化实现发展。这是因变量（效果），对应于内部范围（国家）。因果关系由一个干预变量介导，即“崩溃”：国际体系中的每一次转变都会导致先前反应的崩溃，从而迫使出现新的反应。中国在自给自足和依赖战略之间摇摆不定。自给自足寻求生产性的自给自足，在极端情况下会导致与外部世界的决裂（大跃进）。依赖（“依赖发展”）是与外资（全球供应链）的从属关联，以获取资金和技术（改革开放）。国民革命的自给自足倾向与采取依附战略之间存在明显的矛盾。因此，大战略的重要性不言而喻，它阐明了实现国家政策目标的目的和手段。发展章节是根据每个时期的国家结构来划分和分布的——因此，中国对国际体系的反应是在这样的背景下形成的。第二章讨论朝贡中国对西方列强的挑战、内部叛乱以及与日本的区域竞争的反应。第三章讨论了中国政治权威的毁灭，帝国的衰落和军阀的崛起以及国家重建和新的政治集权的替代方案，更具体地说是国民党和共产党。第四章着眼于中华人民共和国和冷战期间与依赖的斗争，以及中国在后冷战时期的崛起。得出的结论是，中国国民革命是三个相互依存的支柱的功能：政治集权（领土统一和全国动员）；工业化（技术进步的内部化）；和军事现代化（生产和使用现代军事手段来保护国家主权的能力）。据说，国民革命的结束是中国崛起成为国际体系的中心，而这一现象的标志性标志将是台湾的统一。然而，据推测，这并不是中国崛起为国际体系中心的唯一指标或原因。

**关键词：**中国。国民革命。经济决策中心。自给自足。依赖性。

## **NOTA DE TRANSLITERAÇÃO**

Optou-se neste trabalho utilizar a transliteração Pinyin, adotada oficialmente pelo governo da República Popular da China.

Portanto, nomes conhecidos como Chiang Kai-shek e Kuomintang foram trocados para Jiang Jieshi e Guomindang, por exemplo.

Procurou-se, junto aos nomes mais consagrados no sistema antigo (Wade-Giles), indicar como era feita a transliteração normalmente na primeira vez que eles aparecerem, entre parênteses.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 — Quadro básico de variáveis.....	28
Quadro 2 — Quadro de variáveis independentes, intervenientes e dependentes.....	30
Figura 1 — Mapa da Ásia (Político).....	51
Figura 2 — Mapa da China (Político) e suas divisões administrativas, pelo governo da República Popular da China.....	51
Figura 3 — Extensão maior do controle do Taiping e avanços ao Norte.....	71
Figura 4 — Alcance máximo dos Boxers e avanço da Aliança das Oito Potências .....	97
Figura 5 — Ofensivas japonesas na Operação Ichigo (1944-1945) .....	117
Figura 6 — As ilhas Jinmen (Kinmen) e Mazu (Matsu) no Estreito de Taiwan.....	166
Figura 7 — Capa da Primeira Edição da Revista VEJA.....	185
Figura 8 — Avenidas de abordagem da invasão chinesa ao Vietnã em 1979.....	192
Figura 9 — Mapa das ilhas Ryukyu, entre o arquipélago japonês e Taiwan.....	215

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASEAN	— Associação de Nações do Sudeste Asiático
BIRD	— Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRI	— Belt and Road Initiative (Iniciativa Cinturão e Rota)
BRICS	— Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CIA	— Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América)
COMECON	— Conselho para Assistência Econômica Mútua
CSNU	— Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSSTA	— Cross-Strait Service Trade Agreement (Acordo Interestreito para o Comércio de Serviços)
ELP	— Exército de Libertação do Povo (China)
EUA	— Estados Unidos da América
FDR	— Franklin Delano Roosevelt
FMI	— Fundo Monetário Internacional
FUNKSN	— Frente de Unidade Nacional do Kampuchea para a Salvação Nacional
G7	— Grupo dos Sete
G20	— Grupo dos 20
GATT	— General Agreement for Tariffs and Trade (Acordo Geral para Tarifas e Comércio)
Gen.	— General
GMD	— Guomindang (Partido Nacionalista-China)
IED	— Investimento Externo Direto
II GM	— Segunda Guerra Mundial
MGM-1	— Míssil de cruzeiro Martin Matador
NSC	— National Security Council (Conselho de Segurança Nacional-EUA)
OCX	— Organização para a Cooperação de Xangai
ODA	— Official Development Assistance (Ajuda Oficial para o Desenvolvimento)
OIC	— Organização Internacional do Comércio
OMC	— Organização Mundial de Comércio
ONU	— Organização das Nações Unidas
OTAN	— Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCCh	— Partido Comunista Chinês
PCJ	— Partido Comunista Japonês
PCUS	— Partido Comunista Soviético
PDJ	— Partido Democrático do Japão
PDP	— Partido Democrático Progressista (Taiwan)
PES	— Política Externa e de Segurança
PIB	— Produto Interno Bruto
PLD	— Partido Liberal Democrata (Japão)
RAF	— Royal Air Force (Força Aérea Real)
RM	— Revolução Militar
RMA	— Revolution in Military Affairs (Revolução em Assuntos Militares)
RPC	— República Popular da China
RCEP	— Regional Comprehensive Economic Partnership (Parceria Econômica Regional Abrangente)
SEALOCs	— Linhas Marítimas de Comunicação
SPUTNIK-1	— Satélite Artificial da Terra
TPP	— Parceria Transpácífica
UNASUL	— União das Nações Sul-Americanas
URSS	— União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US\$	— Dólares estadunidenses
ZEE	— Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA: VARIÁVEIS E DESENHO DA PESQUISA .....	17
1.2 VARIÁVEIS INTERVENIENTES E DEPENDENTES .....	27
1.3 A CHINA E A REVOLUÇÃO NACIONAL.....	31
<b>2 O SISTEMA TRIBUTÁRIO EM XEQUE: AS RESPOSTAS DA CHINA AO DESAFIO DO SISTEMA CAPITALISTA EUROPEU.....</b>	<b>52</b>
2.1 O DESAFIO DO SISTEMA CAPITALISTA EUROPEU AO SISTEMA TRIBUTÁRIO SINOCÊNTRICO.....	53
<b>2.1.1 O Sistema Tributário Sinocêntrico .....</b>	<b>53</b>
<b>2.1.2 A expansão do sistema capitalista europeu para a Ásia.....</b>	<b>55</b>
<b>2.1.3 A Guerra do Ópio e o desafio ocidental à China .....</b>	<b>57</b>
2.2 A REVOLUÇÃO TAIPING: A RESPOSTA REVOLUCIONÁRIA AO DESAFIO OCIDENTAL .....	62
<b>2.2.1 A estrutura social da China e as origens da Revolução Taiping.....</b>	<b>63</b>
<b>2.2.2 A revolução Taiping: plataforma política e ação militar .....</b>	<b>66</b>
<b>2.2.3 A resposta imperial e a queda dos Taiping .....</b>	<b>68</b>
2.3 O AUTOFORTELECIMENTO: A RESPOSTA REFORMISTA AO DESAFIO OCIDENTAL .....	73
<b>2.3.1. As elites chinesas e a resposta ao desafio ocidental .....</b>	<b>73</b>
<b>2.3.2. Ampliação do escopo das reformas do Autofortalecimento: a insuficiência da modernização militar sem industrialização e sem centralização política.....</b>	<b>76</b>
<b>2.3.3. O fracasso do Autofortalecimento: o aumento da competição internacional destrói as bases do império chinês e encerra o sistema tributário .....</b>	<b>79</b>
2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	84
<b>3 DA QUEDA DO IMPÉRIO CHINÊS À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA ÁSIA: DO CAOS ÀS ALTERNATIVAS PARA A REVOLUÇÃO NACIONAL (1895-1945) .....</b>	<b>86</b>
3.1 A QUEDA DO IMPÉRIO CHINÊS: AS CONSEQUÊNCIAS DA DERROTA PARA O JAPÃO, O CAOS E A ASCENSÃO DOS NACIONALISTAS E DOS COMUNISTAS .....	86
<b>3.1.1 A situação na China após a derrota para o Japão.....</b>	<b>87</b>

3.1.2 A Reforma dos 100 dias: a inspiração japonesa e a primeira manifestação do pan- asianismo na política chinesa .....	91
3.1.3 A Revolta dos Boxers e a aliança das oito potências: a humilhação da China e a governança do sistema internacional .....	94
3.1.4 As Reformas Tardias e a queda da Dinastia Qing.....	98
3.1.5 A República da China: da Revolução à Segunda Guerra Mundial.....	101
3.2 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA ÁSIA .....	105
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	119
<b>4 A GUERRA FRIA E O DESFECHO DA REVOLUÇÃO NACIONAL CHINESA: SISTEMA INTERNACIONAL, CONTEXTO REGIONAL E DINÂMICA INTERNA.....</b>	<b>121</b>
4.1 O SISTEMA INTERNACIONAL: A FORMAÇÃO DA GUERRA FRIA E O CONTEXTO PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA .....	122
4.1.1 A Doutrina Roosevelt .....	122
4.1.2 A Doutrina Truman e o início da Guerra Fria .....	125
4.2 O DESFECHO DA GUERRA CIVIL CHINESA E A “LONGA MARCHA” DA REVOLUÇÃO NACIONAL CHINESA NA COREIA E NO VIETNÃ.....	140
4.2.1 A fase final da Guerra Civil Chinesa .....	140
4.2.2 A Guerra da Coreia: A consolidação da República Popular e a autarquia como base da Revolução Nacional Chinesa .....	143
4.2.2.1 Perspectiva americana – Antecedentes da Guerra da Coreia .....	143
4.2.2.2 O desfecho da Guerra Civil Chinesa e o ingresso chinês na Coreia.....	149
4.2.2.3 A perspectiva soviética sobre a Guerra da Coreia.....	155
4.2.2.4 A situação coreana.....	158
4.2.3 A crise do Estreito de Taiwan (1954-1958) e a decisão chinesa pela autarquia.....	164
4.2.3.1 As Crises e Confrontações do Estreito de Taiwan .....	164
4.2.3.2 A decisão chinesa pela autarquia: o Grande Salto Adiante e o desenvolvimento da arma nuclear chinesa.....	171
4.2.4 A resposta chinesa à Guerra do Vietnã (1961-1975): o caos da Revolução Cultural .....	180
4.2.5 O “abandono” da Revolução Nacional como preço para alcançar a terceira revolução industrial: da Terceira Guerra do Vietnã (1979) à quarta crise do estreito (2022) .....	189
4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	203

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>222</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta introdução subdivide-se em três partes. Na primeira, procura-se descrever o problema de pesquisa. A segunda, trata do quadro de variáveis. E a terceira, traça um breve resumo do que foi desenvolvido na tese.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA: VARIÁVEIS E DESENHO DA PESQUISA

Durante milênios, a China despontou como um centro de excelência em termos de poder, riqueza e força. Trata-se da única civilização antiga que subsistiu até os dias de hoje. Contudo, em meados do século XIX, sucumbiu frente ao poderio ocidental, de sorte que ao fim daquele século acabou sendo partilhada pelas potências ocidentais em esferas de influência, processo que tem como símbolo o fracasso da revolta dos Boxers. Decorridos poucos mais de 100 anos entre a assinatura dos primeiros “tratados injustos”, decorrente da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), a China voltou a constituir-se enquanto potência mundial proeminente – isso ficou evidente devido à sua participação na Guerra da Coreia (1950-1953).

O problema desta pesquisa – isto é, a pergunta que norteia a investigação aqui realizada – é: de que forma a China respondeu aos desafios impostos pelo sistema internacional moderno? No entanto, para responder a esta pergunta, é necessário tratar de uma outra questão: por que a China – especificamente o sistema tributário chinês – sucumbiu?

Para elucidá-la, alinham-se pelo menos quatro hipóteses. Todas elas correspondem a repositórios consolidados na esfera da literatura de história, economia política e estudos estratégicos. São elas: (a) a mudança climática de Mike Davis (2002); (b) a Revolução Taiping de Jonathan Spence (1996); (c) a Revolução Militar (RM) e a organização social da violência de Michael Roberts (2008) e Kennedy (1989); (d) a Revolução Industrial, nos enfoques de Karl Marx (1850, 1853) e de Geoffrey Parker (2021).

#### a) Mudança Climática, fome e alteração do sistema de crenças

De acordo com Mike Davis (2002), a mudança climática desencadeou todo um processo de alterações que culminou no que ele denominou como formação do terceiro mundo. Portanto, em linguagem menos coloquial e anacrônico, no colapso das civilizações tributárias. A posição de Davis (2002), em termos muito breves, pode ser resumida no encadeamento que segue. A mudança climática do século XIX converteu regiões como o Nordeste Brasileiro, o Nordeste Africano e o Sul da China em focos de fomes prolongadas.

A Grande Seca (1876-1879) que assolou o Nordeste Brasileiro, principalmente a antiga província do Ceará, e que se encarregou de produzir figuras messiânicas tão díspares quanto Antônio Conselheiro e Padre Cícero, matou 510 mil pessoas (DAVIS, 2002, p. 126). Ainda assim, esta catástrofe foi proporcionalmente muitas vezes maior do que a pandemia do COVID-19, que causou 688 mil óbitos oficialmente reportados, em 11 de novembro de 2022 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022), considerando-se o tamanho da população brasileira em cada época<sup>1</sup>. Além disso, cabe ressaltar, a Grande Seca concentrou-se sobre uma região, o Nordeste Brasileiro, em especial sobre a antiga província do Ceará. Em suma, embora até hoje pouco conhecida em virtude de seu caráter local, foi a maior tragédia da história brasileira.

O mesmo fenômeno ocorreu no Nordeste Africano, na região hoje correspondente ao Sudão, ao Sudão do Sul e ao Chifre da África (Etiópia, Eritreia, Djibouti e Somália). Inexistem dados seguros acerca da extensão da fome produzida pela mudança climática no Nordeste da África. Contudo, também inexistem razões para supor que possa ter sido menos impactante daquela verificada no Nordeste Brasileiro ou da desencadeada na China, da qual se fala a seguir.

Ciclos prolongados de fome, provocados pela mudança climática, produzem migrações e deslocamentos internos que inexoravelmente redundam em confrontos sob a forma de massacres ou choques armados. Àquela altura, o Império Otomano já se encontrava combalido pela revolta de Muhammad Ali, do Egito, ao qual o Sudão encontrava-se subordinado. Por sua vez, o confronto de Muhammad Ali com as potências ocidentais – que o impediram de tomar Istanbul – enfraqueceu o próprio quedivato, que iria perdurar no poder até a revolta de Nasser, em 1956. De sorte que o Egito exercia pouco ou nulo controle sobre as tribos e populações do Sudão. Foi então que se deu a rebelião do Mahdi (1881-1889), um líder messiânico com características análogas a de Antônio Conselheiro, que terminou por revestir de uma aura mítica – professava-se a crença em sua imortalidade<sup>2</sup>. De sorte que o Egito, então, reduzido a um

---

<sup>1</sup> Para efeitos de comparação, o censo brasileiro de 1872 apurou que o Brasil tinha uma população de 9.930.478 (BRASIL, 1874, p. 3). Já em 2022, segundo a PNAD Contínua, elaborada pelo IBGE, a população brasileira teria 213.940.000, mais de 20 vezes a população de 1872 (IBGE, 2022).

<sup>2</sup> Mahdi tornou-se uma figura do misticismo islâmico – embora não haja menção a ele no Alcorão, há uma tradição amplamente difundida em meio às tragédias e cataclismas que prenunciariam o fim do mundo (escatologia) para guiar os crentes no caminho da justiça e da retidão (milénarismo) e liderar a batalha contra os infiéis. Pode-se comparar Mahdi ao imperador dos últimos dias, da tradição cristã ocidental. Também no caso do imperador dos últimos dias, não há qualquer tipo de menção a ele na Bíblia, no Livro das Revelações ou Apocalipse, mas havia uma forte crença de que em meio ao sofrimento dos súditos surgiria um imperador dos últimos dias para conduzi-los a um milênio de paz, tornando-se Rei de Jerusalém. Também aqui há uma semelhança com Mahdi: na tradição islâmica, o Mahdi apareceria em Meca, com a espada de Ali em sua mão, entre o canto da Caaba e a estação de Abraão (HALVERSON; GOODMAN; CORMAN, 2011, p. 104). Estas referências importam para explicar porque vários indivíduos poderiam assumir a condição de Mahdi e suceder uns aos outros, embora não se tratasse de um título nobiliário.

protetorado britânico acabou tendo licença para desenvolver as manufaturas e indústria naval para fazer frente à rebelião do Mahdi.

Ao menos três gerações de estadistas britânicos fizeram frente à Rebelião sem lograr obter sucesso a não ser com o auxílio das tropas egípcias. Curiosamente, a primeira geração deles é justamente Gordon “Chinês”, que havia lutado na Segunda Guerra do Ópio, sendo um membro destacado da elite britânica que subjuguou a China (GELBER, 2012, pp. 244-246). A ele seguiram-se Lorde Kitchener, que preparou a Grã-Bretanha para a Primeira Guerra Mundial – até sua morte precoce em 1916 –, e Winston Churchill, que iria comandar a Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Como referido, não há uma informação definitiva sobre o número de mortos, mas é certo que o “Ano Seis” (“Sanat Sita”), como ficou conhecida a fome iniciada em 1888 e que perdurou até 1892, ceifou a vida de milhões de pessoas: cerca de um terço da população da Etiópia e, possivelmente, de todo o Chifre da África (DAVIS, 2002, p. 132).

Em virtude da rebelião do Mahdi, o quêdivato avançou de um reles protetorado para uma espécie de associação com a Grã-Bretanha. E, por este percurso, abalou todo o domínio otomano na região, impedindo a conquista otomana da Península Arábica. Nesse sentido, é lícito associar a Grande Fome provocada no Nordeste Africano à criação das condições que levariam ao colapso da civilização otomana e sua substituição pelo Império Britânico no Oriente Médio, que perduraria pelo menos até 1967.

Portanto, a hipótese de Davis, acerca do papel da fome provocada pela mudança climática no colapso das civilizações tributárias, certamente deve ser levada em conta, mas o colapso otomano só se daria em 1918, em função da derrota na Primeira Guerra Mundial. Portanto, conquanto necessariamente a mudança climática concorra para explicar o colapso da Civilização Otomana, ela não é suficiente para firmar-se enquanto causalidade principal.

No caso da China, na segunda metade do século XIX, pode-se falar em três períodos principais de pobreza aguda, insegurança alimentar e fome: a fome no Sul (Guangxi e Guangdong) e na região central (Jiangsu), em 1849-1851; a Grande Fome do Norte da China, entre 1876 e 1879; e as Grandes inundações da província de Shandong (1896-1899).

Em virtude da primeira onda de fome (1849-1851), da desagregação que produziu na infraestrutura – o Grande Canal – e no serviço público, com a erosão dos armazéns de grãos do Império e em virtude disto tudo, a disseminação da corrupção entre os mandarins, produziu-se a Revolução Taiping (Guangxi e Guangdong) (KUHN, 2008, pp. 265, 273); e das inundações decorrentes da mudança de curso do Rio Amarelo em Shandong, a Revolta Nian (Jiangsu) (KUHN, 2008, p. 313).

As semelhanças entre Antônio Conselheiro, Mahdi e Hong Xiuquan são notáveis. Hong alegava ser o irmão mais novo de Jesus Cristo – como se verá adiante. O que importa é consignar que a Revolução Taiping produziu o dismantelamento do sistema de Estados tributários e da própria estrutura social da China. Se antes, em função da Guerra do Ópio, os ocidentais eram uma espécie de doença de pele, com os Taiping, ela atingiu os ossos e a alma do império chinês.

Entre 1876 e 1879, teve lugar uma série de secas e inundações no Norte da China, que produziu a Grande Fome do Norte da China. O ano de 1877 foi o mais seco na China em dois séculos, e as estimativas consideram que até 20 milhões de pessoas morreram em decorrências dos seus efeitos, tanto pela fome ou por doenças agravadas pela subnutrição, como a varíola, a disenteria e a tifo. (DAVIS, 2002, p. 125).

E no final do século XIX, entre 1896 e 1901, houve mais uma grande fome, em decorrência de secas e inundações na região norte da China, especialmente nas províncias de Shanxi, Shaanxi e Shandong. Estima-se que 30 por cento dos habitantes da província de Shaanxi (cerca de 2,5 milhões de pessoas) tenham morrido no período. Já na província de Shandong, as inundações afogaram cerca de 1.900 aldeias, cobriram cerca de 3 mil milhas agrícolas no noroeste da província e mataram pelo menos 2 milhões de pessoas entre 1898 e 1899 (DAVIS, 2002, p. 189-190).

Essas circunstâncias catastróficas foram a combinação explosiva que fez surgir o movimento dos Boxers, que atacaram missionários e legações estrangeiras nas províncias de Shandong, Zhili (hoje Hebei) e em Pequim.

Como no caso do Nordeste Africano, é impossível argumentar que a mudança climática e as fomes na China – suas consequências, as revoltas Taiping e Boxer, não contribuíram para a erosão da civilização tributária e o colapso da Dinastia Qing. Contudo, como também se deu no caso do Império Otomano, esta causa não parece ser suficiente para explicar, por si só, o colapso Qing. Afinal, hecatombes não são exatamente raras na história da China. E nem por isso a civilização chinesa deixou de se regenerar.

Assim, parece lícito continuar perseguindo uma causa eficiente que justifique o colapso da civilização tributária chinesa.

#### b) A Revolução Taiping e a erosão do controle social

Há pouco mencionou-se a Revolução Taiping. Contudo, há que distinguir-se as causalidades no enfoque de Mike Davis e de Jonathan Spence. Para o primeiro, a mudança climática e a fome são a causa principal. As migrações e deslocamentos internos, a mudança

do substrato religioso e as rebeliões são variáveis intervenientes e dependentes. Assim, poder-se-ia plausivelmente afirmar que em Davis a variável independente são a mudança climática e a fome, a mudança do substrato religioso é a variável interveniente e as revoltas e as rebeliões são as variáveis dependentes.

Já em Spence (1996; 1998) – que dedicou toda uma obra à Revolução Taiping – a variável independente é o domínio estrangeiro e manchu; a revolução é a variável interveniente; e o colapso da civilização tributária é a variável dependente. Por isso, a posição de Spence merece um exame próprio.

Em Spence, há uma variável de condição que distingue qualitativamente sua análise da de Davis, o papel da igualdade. Neste caso, como elemento importado do Ocidente – expresso na simbologia religiosa cristã – que leva à erosão da concepção de mundo confuciana baseada na hierarquia. Esta hierarquia se fazia presente – e justificava-se meritocraticamente – em todos os aspectos da vida social. No âmbito familiar, pela sabedoria dos mais velhos e dos homens, que tinham o monopólio do trato com a vida pública – desse modo uns e outros retinham os saberes da vida vivida. No âmbito nacional, pela primazia dos mandarins sobre os camponeses, já que os primeiros dominavam a escrita e apresentavam-se como expressão da própria sabedoria formal. No âmbito internacional, pela subordinação voluntária dos estados tributários ao esplendor da civilização chinesa – que sintetizava a unidade entre a antiguidade e o saber formal.

Como se verá adiante nesta tese, a ideia de equiparar homens e mulheres, camponeses e mandarins, erodiu também o fundamento da subordinação dos reinos tributários ao império chinês. Portanto, não se pode minimizar o alcance da Rebelião Taiping, que apesar de derrotada no século XIX, por um percurso transversal – pelas mãos do Partido Comunista Chinês – chegou ao poder em 1949. E, mesmo depois, continuou influenciando a vida nacional. É difícil não ver nas Comunas do Povo, erigidas à época do Grande Salto Adiante (1958) e da Revolução Cultural (1966), a reedição da comunidade de crentes almejada por Hong Xiuquan.

Entretanto, a Revolução Taiping não foi a única revolta de seu período e nem a primeira da história da China. Há que se ressaltar que mesmo revoltas bem-sucedidas – que provocaram mudanças dinásticas – ainda que conduzidas por povos “estrangeiros” (Mongóis e Manchus, por exemplo) não incidiram de forma estrutural sobre as bases éticas e morais da civilização tributária chinesa. Deste modo, a investigação sobre a Revolução Taiping e a erosão da base social não pode ser considerada como elemento determinante para a queda da civilização tributária.

### c) A Revolução Militar e a Organização Social da Violência

Para Michael Roberts (2018), entre os séculos XV e XVI teve lugar o que ele denominou Revolução Militar (RM) na Europa. O historiador baseou-se em seus estudos referentes aos gastos militares no período, concluindo que a preparação militar dos estados induzia os outros pelo mesmo caminho, de sorte a ter-se produzido um boom de gastos causados pelas armas de fogo que redundaram na centralização política e na formação do estado soberano territorial.

Importa reter que para o autor, a RM está relacionada ao dispêndio e não, necessariamente, à tecnologia. Conquanto nos dias de hoje tenha se popularizado o termo Revolução em Assuntos Militares (RMA) de Andrew Marshall e, por muitas vezes a RM e a RMA sejam utilizadas como termos intercambiáveis, há uma diferença que precisa ser exposta. A RMA aponta para a vantagem militar qualitativa, portanto, ao aporte tecnológico. Já a RM de Roberts indica a concentração de gastos na obtenção de armas de fogo e na manutenção de exércitos permanentes, sem a mesma conotação.

A ressalva que procura distinguir RM de RMA, importa para distinguir a RM da própria Revolução Industrial. Conquanto, possa-se argumentar que a RM é filha da revolução de manufaturas e que ambas irão concorrer, ulteriormente, para a revolução industrial, em hipótese alguma dizem respeito ao mesmo fenômeno ou período de tempo.

Paul Kennedy valeu-se fundamentalmente do argumento de Roberts para argumentar em favor da especificidade do Ocidente e do que ele denominou milagre europeu (KENNEDY, 1989, pp. 25; 30; 38). Em que consiste tal evento? No fato de que a competição entre Estados gerou um pluralismo estatal na Europa e desencadeou uma competição militar de tal sorte que o Ocidente adotou, mesmo em tempos de paz, uma robusta organização militar permanente. Tratou-se de um modelo de violência social organizada que lhe teria conferido a superioridade em relação ao Oriente.

O argumento é que nos sistemas hierárquicos inexistia competição militar pela subordinação voluntária das unidades ao centro imperial. Este é o principal argumento de Kennedy para justificar a vitória do Ocidente sobre o Oriente e, por extensão, o colapso das civilizações tributárias.

A China imperial nas Dinastia Ming (1368-1644) e Qing (1644-1911) era, de fato, superior material e militarmente ao restante dos reinos de sua região – ao menos, até o embate com os europeus. Nesse longo período, a estratégia chinesa foi principalmente manter a estabilidade interna – debelar rebeliões e proteger-se dos “bárbaros” nômades – e regional – expedições punitivas eventuais a reinos tributários “rebeldes” ou intervenções sob solicitação de reis vassallos aliados (ZHOU, 2011, p. 177).

Havia mobilização militar constante e ameaças eventuais, como na Guerra contra o Japão pela defesa da Coreia (1592-1598), nas campanhas de expansão para o Oeste (1687-1757), que resultaram na conquista de Xinjiang, da Mongólia Exterior, do Qinghai e do Tibet e o enfrentamento a rebeliões internas, como a do Lótus Branco (1796-1804).

Entretanto, apesar disso, a China não teve grandes incentivos para buscar a inovação em armamentos – ainda que tenha obtido acesso à tecnologia de armamentos que possibilitou a revolução militar na Europa, como os canhões de bronze. Desse modo, viu seu perfil de força se estagnar, vis-à-vis a tecnologia militar ocidental. Portanto, poder-se-ia argumentar que a ausência de competidores que ameaçassem o império chinês contribuiu para fazer a China perder o interesse na inovação militar (PEERS; HOOK, 1997, p. 3; p. 13).

Na Europa, o equilíbrio de poder e a formação dos estados soberanos territoriais, gerou a necessidade constante de mobilização militar para a defesa das fronteiras e do território como um todo. De sorte que, na ausência deste elemento, estas sociedades teriam se fragilizado frente à competitividade e à beligerância do Ocidente.

Conquanto o argumento não possa em hipótese alguma minimizado, afinal quase toda a cultura material que detemos nos dias de hoje surgiu após Vestfália – portanto, é tributária da competição interestatal – o argumento não é suficiente para explicar o colapso da China.

Daí a importância de estabelecer a vinculação entre Roberts e Kennedy. A revolução militar deu-se nos umbrais do século XVI, enquanto o colapso da civilização tributária chinesa só pode ser assinalado em data posterior à metade do século XIX. Até então, a China havia sido de estabelecer limites aos interesses das potências estrangeiras. Isso se alterou somente após a Primeira Guerra do Ópio (entre China e Grã-Bretanha), em 1839, e o desmantelamento definitivo do sistema tributário ocorreu somente com a perda da suserania sobre a Coreia para o Japão em 1895.

Assim, há que buscar-se a causa eficiente em outra proposição. Acredita-se que se possa encontrá-la no argumento da Revolução Industrial, por meio da conjugação dos enfoques de Geoffrey Parker e Karl Marx.

#### d) A Revolução Industrial de Parker e Marx e a construção do Estado moderno

O primeiro foi um discípulo destacado de Roberts e logrou obter dados suficientes para firmar a posição do mestre acerca da ocorrência de uma revolução militar frente aos céticos, que alegavam insuficiência no argumento de Roberts. O segundo, conhecido pai da economia política, estabeleceu que a causa principal do colapso das civilizações tributárias foi o

dinamismo do mercado criado pela revolução industrial e o impacto das trocas desiguais com a periferia.

Afinal, os sistemas tributários de China e Japão somente foram ameaçados pelo sistema europeu três séculos depois da RM (século XVI) e dois séculos depois do surgimento do Estado soberano territorial (Paz de Vestifália, 1648) (PARKER, 2021, p. 273). Como argumenta Geoffrey Parker (2021, p. 273):

[...] Assim, a China e o Japão permaneceram sem serem desafiados pelos europeus durante o século XVIII, tampouco ameaçavam um ao outro.

A característica ‘ordem mundial’ prevalecente tanto na China quanto no Japão permaneceu intacta até as nações industriais do Ocidente empregarem navios a vapor, artilharia de aço e sipaios contra essas nações em meados do século XIX. Ainda assim elas não sucumbiram perante a revolução militar (PARKER, 2021, p. 273).

A incidência da RM sobre a superioridade do Ocidente só pode ser aferida de modo indireto, mediada pela economia de defesa, que impulsionou as manufaturas em direção à Revolução Industrial, mas, consoante com o argumento anterior, isso nos leva ao século XIX. De acordo com Mondaini (2006, p. 190-192), a Revolução Francesa colaborou para a Revolução Industrial, ao sepultar os últimos entraves impostos pelo feudalismo e pelo antigo regime à ascensão da burguesia industrial europeia. E, esta última, é que permitiu que o império britânico permanecesse incólume ao Bloqueio Continental imposto por Napoleão, mesmo depois da perda dos Estados Unidos da América (1783). Nessa assunção, a França teria sido a primeira vítima da Revolução Industrial, a despeito de liderar a RM e ter estabelecido o moderno sistema de conscrição: *levée en masse* (mobilização nacional).

Mas, isto não significou que os britânicos àquela altura já possuíssem uma superioridade tecnológica em termos militares. Apenas que conseguiram um virtuosismo entre a economia de defesa e a economia nacional que foi impulsionado exponencialmente pela Revolução Industrial. De fato, os aplicativos militares da primeira Revolução Industrial são oriundos de sua segunda fase, a do vapor de alta pressão. Com ele, vieram os couraçados (navios blindados), os trens e o telégrafo. Neste sentido estrito, a China foi a primeira “vítima” da Revolução Industrial porque estes aplicativos já estavam disponíveis à época da Guerra do Ópio.

Ainda assim, como destaca Jonathan Spence, ao tratar da Guerra do Ópio, em Guangdong (Cantão), demonstra que apesar da avassaladora superioridade do vaso britânico Nemesis – que pôs a pique setenta juncos chineses em poucos minutos, a guerra em terra permanecia incerta. Não obstante a superioridade das armas de fogo britânicas e da artilharia embarcada, O desfecho final da batalha era incerto. Até que a elite Manchu temendo que a mobilização da milícia pudesse ocasionar não apenas a derrota dos ingleses, mas redundar numa

revolta contra a Dinastia Qing. Tanto que preferiram pagar seis milhões de taéis a título de indenização aos britânicos em troca de sua retirada do continente – como se sabe permaneceram em Hong Kong até 1997 (SPENCE, 1998, pp. 74-76).

Pode-se encontrar um ponto comum entre Parker e Spence no papel conferido aos sipaios. No âmbito operacional e tático, Parker dá grande ênfase ao emprego das tropas mercenárias, de reinos ou etnias proxies e no emprego da fortaleza de artilharia. Como destaca Parker (2021, p. 332):

Somente a resiliência militar e a inovação tecnológica – especialmente o desenvolvimento de navios mais imponentes, o incremento do poder de fogo da infantaria e a construção das fortalezas de artilharia, três componentes vitais da revolução militar no século XVI – permitiram que o Ocidente fizesse o melhor de seus recursos mais reduzidos com o objetivo de resistir e, finalmente, expandir para a dominação e hegemonia global (PARKER, 2021, p. 332).

Spence (1998, p. 74) também destaca o papel dos sipaios indianos nas Guerras do Ópio e na importância que tiveram para o emassamento do exército britânico em campanha na China.

Contudo, da perspectiva da construção de uma causalidade sistêmica, não parece adequado evocar a função cumprida seja pelos sipaios, seja pela fortaleza de artilharia, na superioridade do Ocidente. Afinal, estes dois elementos incidem unidimensionalmente sobre uma única realidade: a da guerra.

A Revolução Industrial, por sua vez, impactou toda a existência humana em todas as esferas, não apenas a militar, mas também a econômica, política e social. Portanto, a indústria otimizou um circuito de impostos e créditos que possuíam um dinamismo ímpar.

Ademais, a despeito das diferenças entre Ásia e Europa, a Revolução Militar teve lugar na China e no Japão. As assimetrias de capacidades eram pronunciadas apenas entre o núcleo imperial e os estados tributários. Já entre a China e o Japão havia um relativo equilíbrio de poder. Assim, o Japão somente ameaçou efetivamente a China uma vez, durante a Guerra Imjin (1592-1598), com a tentativa de invasão da Coreia e, posteriormente, da China, liderada por Toyotomi Hideyoshi. Depois de efetuar sua revolução militar, o Japão deixou de ser tributário da China, e estabeleceu sua própria rede de relações tributárias, separada dela.

Já a Revolução Industrial, como referido, teve um impacto transversal em todos os aspectos da práxis humana. Pode-se, contudo, três funções principais. Primeiramente, possibilitou o desenvolvimento tecnológico dual, isto é, nos meios econômicos (aumento da escala, da produtividade, da logística e dos ganhos do capital) e nos meios militares (modernização das armas de fogo e dos vasos navais). E como consequência disso, originou uma economia de defesa em torno dos gastos com essa mobilização militar, o que em última

instância induziu a formação dos sistemas políticos modernos, por meio da criação dos aparatos tributário, fiscal, judiciário e parlamentar (PARKER, 2021, pp. 320-321)

A segunda função da revolução industrial foi impulsionar a planetarização do sistema capitalista europeu. Isso se deu em decorrência da tendência à contínua reprodução dos lucros e do capital, o que surgiu por dois processos simultâneos: a associação entre a produção e o comércio dos bens; e a associação entre a ciência e a produção (inovações técnicas). Por consequência, houve uma grande expansão do capitalismo industrial como um todo para além dos limites da Europa, em busca de matérias-primas e mercados (FURTADO, 2013 [1961], pp. 116-119, 128).

A terceira função foi de natureza destrutiva – a outra face da segunda função. A entrada dos têxteis produzidos sob a forma do capitalismo industrial desmantelaram o sistema de manufaturas ao redor do mundo (MARX, 1853), da mesma forma como o havia feito na própria Europa (FURTADO, 2013 [1961], pp. 116-117).

O comércio chinês com o exterior operava sob as fortes restrições do governo imperial. Assim, os britânicos compravam muito mais dos chineses (chá, porcelana e outros produtos) do que o inverso, o que gerava um escoamento de metais preciosos para a China. Como forma de alterar a balança comercial em seu benefício, os britânicos erigiram a plantation para produção de ópio e sua exportação da Índia para a China. Ao mesmo tempo, buscava-se criar um fluxo de metais preciosos para financiar as exportações britânicas para a Índia com a prata da China (MARX, 1853) – processo que em última instância conduziu às guerras do Ópio. Como explica Spence (1996, p. 141):

A Companhia das Índias Orientais obteve o monopólio da compra do ópio indiano e depois vendeu licenças para mercadores selecionados conhecidos como ‘mercadores nativos’, preferindo esse meio indireto de lucro ao envolvimento direto com o transporte do narcótico. Depois de vender o ópio na China, esses mercadores depositavam a prata que recebiam por ele com agentes da companhia em Cantão [Guangzhou], em troca de cartas de crédito; a companhia, por sua vez, usava a prata para comprar chá, porcelana e outros artigos chineses que seriam vendidos na Inglaterra. Desse modo, desenvolveu-se um comércio triangular da Inglaterra para a Índia, da Índia para a China e da China para a Inglaterra, com altos lucros em cada etapa. (SPENCE, 1996, p. 141)

Assim, neste caso, a variável independente é a Revolução Industrial. E no enfoque de Spence (1996) e Marx (1853), o ópio na Índia, o chá na China e as Guerras do Ópio são variáveis intervenientes. O colapso da civilização tributária é a variável dependente. Na China, a entrada dos produtos industrializados mais baratos, além de possibilitar a reprodução do capital britânico, desmantelou a capacidade chinesa de produção de manufaturas, erodiu a estrutura

econômica local, o modo de produção asiático, e por consequência disso, o próprio tecido social – a estrutura social hierárquica, baseada no confucionismo. Segundo Marx (1853):

Esta penetração da mercadoria estrangeira provocou no artesanato local os mesmos efeitos que antes tinha provocado na Ásia Menor, na Pérsia e nas Índias. Na China, foram os fiadores e os tecelões quem mais sofreu com a concorrência estrangeira, e, como decorrência, toda a comunidade foi abalada.

O tributo a pagar à Inglaterra na sequência da guerra desastrosa de 1840, o enorme consumo improdutivo de ópio, a hemorragia de metais preciosos como consequência do comércio de ópio, a ação devastadora da concorrência estrangeira sobre a produção local e o estado de desmoralização da administração pública tiveram um duplo efeito: os impostos tradicionais tornaram-se mais pesados e mais opressivos, e vieram impostos novos juntar-se aos antigos. [...]

Todos estes fatores de dissolução influíram simultaneamente nas finanças, nos costumes tradicionais, na indústria e na estrutura política da China, e atingiram o paroxismo sob o fogo dos canhões ingleses, que arruinaram a autoridade do Imperador e, pela violência, estabeleceram o contato entre o Celeste Império e o mundo terrestre. O isolamento total era condição necessária para a preservação da velha China. Agora que este isolamento cessou brutalmente, graças à Inglaterra, a dissolução da velha China é tão certa como a de uma múmia cuidadosamente conservada num sarcófago hermeticamente fechado e que se expõe ao ar.

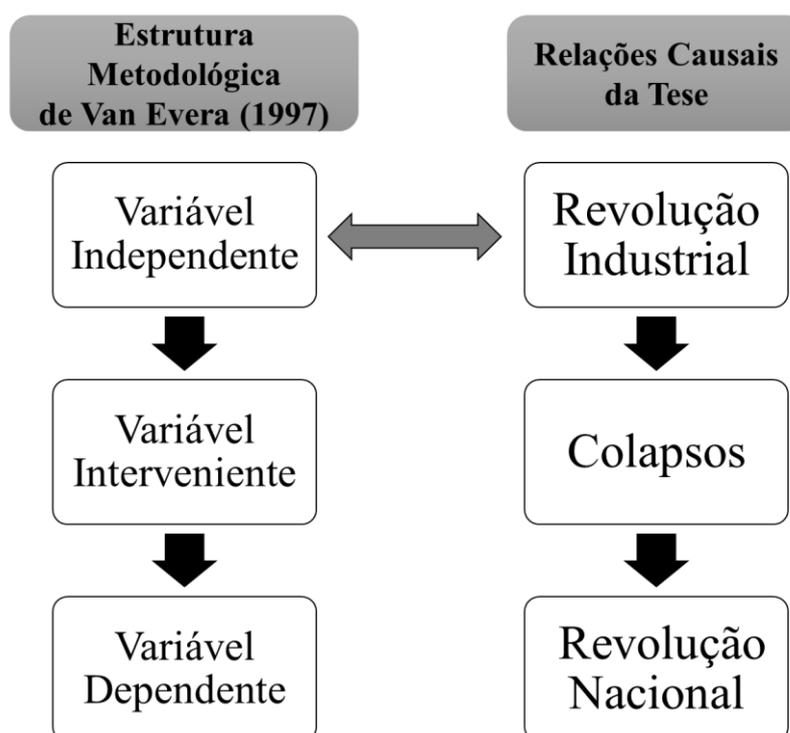
Desse modo, espera-se ter se argumentado plausivelmente que foi a Revolução Industrial – e não a mudança climática e a fome, a erosão do controle social ou a revolução militar – a causa principal que conduziu à superioridade do Ocidente e à subjugação da Ásia.

Portanto, a variável independente, a causa primeira é a Revolução Industrial. E, a disputa de seus rumos, seus elementos de continuidade e ruptura são aqueles que irão condicionar a história da China desde as guerras sino-japonesas, passando pela Segunda Guerra Mundial e a chegada da Revolução ao poder, bem como os rumos, impasses e tragédias – Grande Salto e Revolução Cultural – da sociedade pós-revolucionária.

## 1.2 VARIÁVEIS INTERVENIENTES E DEPENDENTES

Nesta seção procurar-se-á justificar a escolha das variáveis bem como seus nexos causais. Como acima discutiu-se a variável independente, nesta seção cumpre tratar das variáveis interveniente e dependente que constituem o modelo de pesquisa conforme quadro 1, abaixo.

Quadro 1: quadro básico de variáveis



Fonte: elaboração do autor, com base em dados de Stephen Van Evera (2002, p.17-18)

Cumpra agora procurar estabelecer a cadeia de mediações que caracteriza cada um desses períodos. Em todas essas circunstâncias, a Revolução Industrial foi o fator sistêmico que conduziu a China ao que aqui denomina-se “colapsos”. Isto não significa que em todos os casos tais eventos signifiquem catástrofes – embora, por certo, elas também tenham ocorrido. Tome-se o significado do termo no sentido de uso comum: uma redução súbita de eficiência ou uma verdadeira derrocada, que conduz à busca de um novo modelo.

Nesse contexto, os colapsos são a variável interveniente. Aquilo que relaciona a causa sistêmica (terceira imagem<sup>3</sup>) – a revolução industrial – e seu impacto sobre a vida, a história, a economia e a sociedade chinesas (segunda imagem).

A variável dependente, isto é, a resposta da China, é a Revolução Nacional. Por esse percurso, as diferentes Revoluções Industriais nos conduzem às diferentes etapas da revolução

<sup>3</sup> Os conceitos de segunda imagem e terceira imagem aqui utilizados são análogos aos conceitos desenvolvidos por Kenneth Waltz, na obra “O homem, o Estado e a Guerra” (2004). Nesta obra, Waltz (2004) busca as causas da guerra, elencando três hipóteses: a primeira imagem, ou a natureza humana, com ênfase para a ação dos indivíduos; a segunda imagem, ou a construção do Estado, com ênfase nos Estados, mais especificamente nos regimes de governo; e a terceira imagem, ou o sistema internacional, com destaque para os fatores pertinentes às interações entre os Estados. Entretanto, ao contrário do trabalho de Waltz, aqui não se investiga as causas da guerra, mas sim como a relação da China com o sistema internacional influenciou seu Estado e sua sociedade, condicionando, assim, suas respostas aos desdobramentos do sistema internacional.

nacional, que podem ser observadas e foram descritas a seguir, na história da China (ver quadro 2).

Foram justamente as respostas que a China deu a esses desafios (variáveis dependentes) que orientaram a divisão de capítulos de desenvolvimento (2, 3 e 4) e a elaboração da tese, conforme procura-se sumarizar brevemente a seguir.

Quadro 2: Quadro de variáveis independentes, intervenientes e dependentes

Variável Independente			Variável Interviente		Variável Dependente
Revolução Industrial	Colapsos		Revolução Nacional		
Primeira Revolução Industrial (Carvão/Vapor de baixa pressão e vapor de alta pressão)	Colapso da Civilização Tributária	Fracasso do Autofortalecimento	Resposta revolucionária: Taiping Resposta conservadora: Autofortalecimento		
	Competição por esferas de influência Aliança oito potências, Conf. Versalhes				
Segunda Revolução Industrial - 1ª fase (Eletricidade e Aço)	Colapso da autoridade política chinesa (queda do Império, Era dos Senhores da Guerra e Guerra Civil)	Invasão Japonesa	Alternativas de modernização ocidentalizante inspiradas no Japão e URSS; Agenda da Revolução Nacional, reunificação, panasiatismo - Reforma dos 100 Dias (1898); Nacionalistas (1912); Comunistas (1921)		
	Colapso da China pós-2ª GSI e Guerra Civil				
	Tratado de Amizade e Cooperação Sino-Soviético: Adoção do modelo de modernização soviético				
Segunda Revolução Industrial - 2ª fase (Química fina e energia nuclear)	Colapso do Modelo Soviético de Modernização	Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural: a busca do Caminho Chinsês para a Autarquia			
	Colapso da Autarquia e da Modernização Voluntarista				
Tercera Revolução Industrial – 1ª fase (Computador e rede)	Colapso da Autarquia e da Modernização Voluntarista	Deng Xiaoping e a o Modelo Dependente: o abandono da Revolução Nacional			
Tercera Revolução Industrial – 2ª fase (Inteligência artificial e Robótica)	Colapso Ambiental: Crise Social, Recrudescimento da Unipolaridade/modelo industrial de baixa tecnologia e intensivo em recursos naturais	Hu Jintao e o Modelo Associado (Ascensão Pacífica e Autonomia na Dependência)			
Quarta Revolução Industrial	Colapso da Ascensão Pacífica e da Autonomia na Dependência	Xi Jinping e a Endogeneização Autárquica do Centro de Decisão Económica			

Fonte: elaboração do autor

### 1.3 A CHINA E A REVOLUÇÃO NACIONAL

Começa-se pela Revolução Nacional. Este termo é aqui utilizado para descrever a formação do Estado moderno chinês. O sentido em que o termo “Estado moderno” é utilizado é o mesmo do qual se vale Anthony Giddens (2001) e Charles Tilly (1996), para descrever a formação dos Estados Europeus. A mesma equivalência pode ser reconhecida com a estabelecida por Huntington (1975) em seu “Ordem Política nas Sociedades em Mudança”. Trata-se, pois, de descrever o fenômeno da centralização política que permite a industrialização e a urbanização. Contudo, a escolha preferencial recaiu sobre o brasileiro Celso Furtado (1962): a definição da Revolução Nacional enquanto a posse do Centro de Decisão Econômica. A Revolução Nacional, então, diz respeito à capacidade do estado reverter a situação de subdesenvolvimento e inserir-se de forma autônoma no sistema internacional moderno.

O ponto de partida de Furtado é a teoria do subdesenvolvimento, segundo a qual, a existência do subdesenvolvimento é resultado da exploração dos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos, como decorrência do advento do capitalismo industrial na Europa, ainda no século XVIII, e da sua expansão para o restante do mundo. Este processo:

[...] provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. A ação desse poderoso núcleo dinâmico passou a exercer-se em três direções distintas. A primeira marca a linha de desenvolvimento, dentro da própria Europa ocidental, no quadro das divisões políticas que haviam se cristalizado na etapa mercantilista anterior. Esse desenvolvimento, conforme vimos, caracterizou-se pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela progressiva absorção dos fatores liberados, a um nível mais alto de produtividade.” (FURTADO, 2013 [1961], p. 127)

[...]

A segunda linha de desenvolvimento da economia industrial europeia consistiu num deslocamento para além de suas fronteiras, onde quer que houvesse terras ainda desocupadas e de características similares às da própria Europa. [...] Mas importa ter em conta, entretanto, que esse deslocamento de fronteira não se diferenciava basicamente do processo de desenvolvimento da própria Europa do qual fazia parte, por assim dizer: as economias australiana, canadense ou estadunidense nessa fase eram simples prolongamentos da economia industrial europeia. As populações que emigravam para esses novos territórios levavam as técnicas e os hábitos de consumo da Europa e, ao encontrarem maior abundância de recursos naturais, alcançavam, rapidamente, níveis de produtividade e renda bastante altos.” (FURTADO, 2013 [1961], p. 128).

[...]

A terceira linha de expansão da economia industrial europeia foi em direção às regiões já ocupadas, algumas delas densamente povoadas, com seus

sistemas econômicos seculares, de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista. O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais.” (FURTADO, 2013 [1961], p. 127-129).

Nesse contexto, o subdesenvolvimento é “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (FURTADO, 2013 [1961], p. 129). Mais do que isso: como o desenvolvimento é resultante de uma relação de exploração e poder, a implicação é que só existem economias desenvolvidas porque há economias subdesenvolvidas – e vice-versa.

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 2013 [1961], p. 128-129).

Independentemente do tipo de penetração capitalista, estabelece-se uma relação de dependência da economia subdesenvolvida, de modo que as decisões relativas à parte capitalista estão à mercê dos interesses estrangeiros instalados naquela economia, sejam oriundos das empresas privadas, estatais ou até mesmo dos governos das potências estrangeiras. Estes interesses se fazem valer tanto pela ação direta dos atores envolvidos – meios políticos, econômicos ou militares – quanto pela ação indireta – “os altos e baixos dos mercados mundiais” (FURTADO, 1961, p. 115).

Como já analisado, a expansão do capitalismo industrial está intimamente ligada à criação das relações de dependência, a ponto de constituírem-se como um mesmo processo. Este processo é resultante, segundo Furtado, do “efeito combinado do incremento de produtividade nos transportes – redução dos fretes a longa distância – e da inserção no comércio de um fluxo de novos produtos originários da indústria” (FURTADO, 1974, p. 77). Isso gerou, por sua vez, duas consequências, “a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo” (FURTADO, 2013 [1987], p. 73-74).

Essa especialização do sistema produtivo é essencialmente geográfica, de modo que cada economia seria responsável por produzir um determinado tipo de produto: por exemplo, o algodão, na Índia; a borracha na Birmânia e na Amazônia Brasileira; o chá, na China e no Ceilão. Os países centrais, por sua vez, se ocupariam de produzir manufaturados industrializados. Furtado refere-se aqui, portanto, ao mecanismo básico de formação da divisão internacional do trabalho. Segundo o autor:

A ‘lei das vantagens comparativas’, tão bem ilustrada por [David] Ricardo com o caso do comércio anglo-lusitano [‘panos e vinhos’], proporcionava uma justificação sólida da especialização internacional, mas deixava na sombra tanto a extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção como o fato de que o novo excedente criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital. (FURTADO, 1974, p. 79)

Assim, em vez de ser revertido na formação de capital, o excedente gerado pelo aumento de produtividade era utilizado para financiar “novos padrões de consumo” na periferia, por meio da assimilação dos padrões de consumo do centro do capitalismo pelas elites locais – apoiando-se em um processo de aculturação, de abdicação da própria cultura, em prol da assimilação da cultura dos países centrais. Segundo Furtado (2013 [1987], p. 75),

A iniciativa se mantém com os interesses externos, cuja atuação ganha flexibilidade e eficácia à medida que se apoia em agentes locais. Esse tipo de burguesia surgida da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho tende a identificar-se cultural e ideologicamente com o centro, operando a parte do excedente que lhe corresponde como instrumento dessa aculturação. Nessas circunstâncias, o processo de modernização — sofisticação mimética dos padrões de consumo sem avanço concomitante das forças produtivas — alcança a máxima intensidade.

Nesse contexto, tanto as decisões acerca dos processos produtivos quanto acerca dos padrões de consumo são vinculadas aos interesses das economias centrais. Por consequência, há uma influência dos interesses estrangeiros também sobre a apropriação do excedente produtivo da economia subdesenvolvida – em um processo que retroalimenta a condição de dependência e, por consequência, o subdesenvolvimento. Esta é uma questão-chave, pois como aponta Furtado (1974, p. 78),

o excedente adicional assim criado pode permanecer no exterior em sua quase totalidade, o que constituía a situação típica das economias coloniais. Nos casos em que esse excedente foi parcialmente apropriado do interior, seu principal destino consistiu em financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de novos artigos. Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas.

Para superar a condição de dependência, segundo Furtado, seria necessário adquirir a capacidade de orientar o núcleo dinâmico ou industrial da economia da dependência externa para o desenvolvimento interno, industrializando a economia. Em outros termos, trata-se da capacidade de organizar a dinâmica produtiva do estado para o mercado interno a partir dos interesses e dos valores da sua sociedade. Isso se configura na aquisição do Centro de Decisão (FURTADO, 2013, [1961], pp. 137-138).

Entretanto, a industrialização não é suficiente para superar a dependência. Um determinado país pode desenvolver um núcleo industrial vinculado ao mercado interno e até

mesmo produzir parte dos bens de capital necessários para a reprodução do produto industrial, mas isto não significa que este país alcançou o desenvolvimento. Na “etapa superior do subdesenvolvimento”, o elemento dinâmico ainda está no exterior e se busca atender à demanda preexistente e alcançar a estrutura de custos e preços dos países desenvolvidos. (FURTADO, 2013 [1961], pp. 137-139). Furtado (1962, p. 108) verifica este problema na indústria brasileira no período anterior a 1930:

Assim, enquanto os países que caminharam para formas de diferenciação progressiva de seu sistema econômico conseguiam uma persistente elevação de seus níveis de produtividade - atingindo, em cada etapa de prosperidade, níveis mais altos - no Brasil as etapas de prosperidade não significavam, necessariamente, um progresso real, no que respeita aos níveis de produtividade alcançados anteriormente. Como esses "ciclos" tinham o centro de irradiação em regiões diferentes, pois se baseavam na exploração de produtos distintos, uma nova etapa de prosperidade podia surgir enquanto se prolongava a letargia em regiões econômicas decadentes. Desta forma, a sucessão de etapas de crescimento, em vez de engendrar uma diferenciação progressiva da economia nacional com elevação da produtividade, traduzia-se em um movimento horizontal de ocupação extensiva do território nacional. (FURTADO, 1962, p. 108)

Wallerstein (2005, pp. 46-47) também identificou este problema e criou uma categoria para os países que, apesar de atingirem um determinado grau de industrialização, têm processos produtivos com desenvolvimento tecnológico inferior aos países centrais, mas superior aos países periféricos: a semiperiferia. Conforme Wallerstein (2005, pp. 46-47, tradução do autor):

Uma vez que os quase-monopólios dependem da proteção de Estados fortes, eles estão, em sua maioria, localizados – legal, fisicamente e em termos de propriedade – dentro desses Estados. Portanto, há uma consequência geográfica nas relações centro-periferia. Os processos centrais tendem a se agrupar em alguns estados e a constituir a maior parte da atividade produtiva nesses estados. Os processos periféricos tendem a se espalhar por um grande número de estados e constituem o grosso da atividade produtiva nesses estados. Portanto, em suma, podemos falar de estados centrais e de estados periféricos, desde que lembremos que estamos falando, na verdade, de uma relação entre processos produtivos. Alguns estados têm uma mistura quase uniforme de produtos centrais e periféricos. Chamamos esses estados semiperiféricos. Eles têm, como veremos, propriedades políticas específicas. No entanto, não é apropriado referir-se a processos de produção semiperiféricos<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> No original, “Puesto que los cuasimonopolios dependen de la protección de estados fuertes, están en su mayor parte ubicados —jurídica, física y en términos de propiedad— dentro de tales estados. Existe por ello una consecuencia geográfica en las relaciones centro-periferia. Los procesos centrales tienden a agruparse en unos pocos estados y a constituir la mayor parte de la actividad productiva en dichos estados. Los procesos periféricos tienden a estar desparramados a lo largo de un gran número de estados y constituyen la mayor parte de la actividad productiva en dichos estados. Por lo tanto, para abreviar, podemos hablar de estados centrales y estados periféricos, siempre y cuando recordemos que en verdad estamos hablando de una relación entre procesos productivos. Algunos estados poseen una mezcla casi pareja de productos centrales y periféricos. Denominamos a éstos, estados semiperiféricos. Tienen, como veremos, propiedades políticas específicas. No es sin embargo adecuado referirse a procesos productivos semiperiféricos.” (WALLERSTEIN, 2005, p. 46-47)

Então, o que distingue as economias desenvolvidas (centrais) das economias subdesenvolvidas (semiperiféricas e periféricas)? As economias desenvolvidas (centrais) são aquelas cujo elemento dinâmico são as “inovações introduzidas nos processos produtivos” (FURTADO, 2013 [1961], p. 138). Desse modo, o elemento dinâmico é endógeno a estas economias (FURTADO, 2013 [1961], p. 115), obtendo “diferenciação progressiva de seu sistema econômico” e “uma persistente elevação de seus níveis de produtividade” (FURTADO, 1962, p. 108). É quando o desenvolvimento técnico das forças produtivas deixa de ter por função predominante alcançar os processos produtivos mais avançados (processos centrais) – o “catch-up” tecnológico –, mas desenvolver novos processos que efetivamente revolucionarão a capacidade produtiva.

Esse processo é o que Joseph Schumpeter (2017, pp. 119-120) identifica como “destruição criativa” – e o que chamamos modernamente de inovação. A partir disso, ele desenvolve sua visão sobre a história do capitalismo:

O ponto essencial a compreender é que, lidar com o capitalismo é lidar com um processo evolucionário. [...] O capitalismo é, por natureza uma forma ou método de transformação econômica e não só não é, como não pode ser estacionário. [...] O impulso fundamental que põe e mantém em movimento a máquina capitalista é dado pelos novos bens de consumo, os novos métodos de produção ou transporte, os novos mercados e as novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. [...] A abertura de novos mercados, estrangeiros ou nacionais, e o desenvolvimento organizacional da oficina de artesãos e da manufatura para os conglomerados como a U. S. Steel ilustram o mesmo processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura econômica *de dentro para fora*, destruindo incessantemente a antiga, criando incessantemente a nova. Esse processo de destruição criativa é um fato essencial do capitalismo. O capitalismo consiste nesse processo e é nele que toda empresa capitalista tem de viver. (SCHUMPETER, 2017, pp. 119-120)

Schumpeter faz ao menos três contribuições muito importantes. A primeira delas é identificar o elemento causal-genético (usando a expressão de Furtado) do desenvolvimento do capitalismo industrial, isto é, a “destruição criativa”, que já abordamos anteriormente. A segunda contribuição é constatar que a evolução do capitalismo é dinâmica, e sua análise deve levar em consideração as sequências temporais e não apenas os dados de uma determinada época, como na análise estática. Afinal, a transição tecnológica é uma sucessão contínua de destruições criativas. Desse modo, Schumpeter (2017, p. 146) demonstra as falhas da narrativa da concorrência perfeita, do equilíbrio econômico e da a-historicidade da análise econômica. Portanto, em consonância com o que já foi desenvolvido neste capítulo, e partindo da premissa de que a transição tecnológica (conforme caracterizado nas revoluções industriais) são o motor da competição internacional, devemos também considerar a competição internacional como um

processo dinâmico. A terceira contribuição de Schumpeter é demonstrar que a evolução do capitalismo industrial – a sucessão de “destruições criativas” – só é possível por meio dos monopólios, que protegem os investimentos de longo prazo em inovações.

Os investimentos de longo prazo em condições rapidamente cambiantes, sobretudo em condições que mudam ou podem mudar a qualquer momento sob o impacto de novas mercadorias e tecnologias, são como atirar em um alvo não só pouco visível, como também em movimento e que, ainda por cima, se desloca aos trancos. Isso torna necessário recorrer a meios protetores como as patentes ou o segredo temporário de fabricação ou, em alguns casos, os contratos de longo prazo segurados antecipadamente. [...] Do mesmo modo, se uma patente não puder ser assegurada ou se, mesmo assegurada, não ficar efetivamente protegida, talvez seja necessário lançar mão de outros expedientes para justificar o investimento. (SCHUMPETER, 2017, p. 126-127)

Desse modo, Schumpeter afirma que a livre concorrência pode ser deletéria para o desenvolvimento de novas tecnologias:

Por um lado, em muitos casos, não se podem realizar planos em grandíssima escala se os seus autores não contarem desde o começo seja com o desencorajamento da concorrência em virtude da exigência de um grande capital ou da falta de experiência, seja com a disponibilidade de meios de inibi-la ou paralisá-la a fim de ganhar tempo e espaço para desenvolvimentos posteriores. [...] Por outro, a empresa seria na maioria dos casos impossível se não se soubesse desde o começo que é provável o surgimento de situações excepcionalmente favoráveis, que, se forem exploradas mediante a manipulação dos preços, da qualidade e da quantidade, proporcionam lucros suficientes para enfrentar as situações excepcionalmente desfavoráveis, contanto que estas sejam tratadas de modo semelhante. Uma vez mais, isso requer uma estratégia geralmente restritiva no curto prazo. Na maioria dos casos bem-sucedidos, ela mal consegue atingir o seu objetivo. No entanto, em alguns, é tão exitosa que chega a gerar lucros muito acima do necessário para induzir o investimento correspondente. Tais casos constituem a isca que atrai o capital a caminhos inexplorados. (SCHUMPETER, 2017, p. 128-129)

E aponta também para o papel da política econômica – portanto, da intervenção estatal – para oferecer os meios que criem a demanda necessária para recompensar o investimento em inovação, por meio do lucro, e incentivar outros capitalistas a seguir o mesmo caminho.

O poder de explorar à vontade determinado sistema de demanda – ou um que mude independentemente da ação do monopolista e das reações que ela provoca – dificilmente pode persistir, nas condições de capitalismo intacto, durante um período longo o suficiente para que a análise da produção total o tome em consideração, a não ser que ele conte com o respaldo da autoridade pública, por exemplo, no caso dos monopólios fiscais. Não é fácil encontrar ou mesmo imaginar uma grande empresa moderna não protegida desse modo – i.e., mesmo que protegida por taxas alfandegárias ou proibições de importação – que, no entanto, exerça esse poder (salvo temporariamente). Até mesmo os conglomerados ferroviários e de energia elétrica tiveram, primeiramente, de criar a demanda dos seus serviços e, depois, de defender o seu mercado contra a concorrência (SCHUMPETER, 2017, p. 141)

Nesse contexto, a proposta de Furtado de obtenção do Centro de Decisão se aproxima da visão schumpeteriana: além do papel da inovação como motor do capitalismo industrial, ambos enfatizam a necessidade de adotar políticas econômicas que garantam o desenvolvimento do capitalismo no longo prazo. Mas há uma diferença clara entre eles: Schumpeter dá ênfase ao papel do capitalista como força responsável pela “destruição criativa”; Furtado analisa o papel do progresso técnico como motor da planetarização do capitalismo industrial e formador das relações de dependência, colocando o Estado no papel de protagonista. Esta diferença de ênfase pode se explicar pelas perspectivas de ambos: Schumpeter analisa o processo sob a visão de um país central, Furtado o faz sob uma perspectiva semiperiférica (Brasil). Furtado (2013 [1979], pp. 220-221) comenta que:

Em síntese, a influência do pensamento schumpeteriano decorre menos de sua teoria das inovações e de sua visão do desenvolvimento a partir da concepção do equilíbrio geral, e mais de sua insistência nas forças sociais que provocam tensões e engendram mutações estruturais e dão especificidade ao processo histórico do capitalismo. Esse enfoque, ao projetar luz sobre as vinculações do desenvolvimento com a história social europeia, conduzia naturalmente a certas questões: que significa para o resto do mundo o avanço no processo acumulativo ocorrido na Europa a partir de fins de século XVIII? Pode-se dizer dos atuais países de desenvolvimento retardado o que disse Marx da Alemanha do século XIX, *de te fabula narratur*, insinuando que sua história não seria mais que a repetição da história da economia que liderava o processo de acumulação, no caso a Inglaterra? Ou aí se oculta, como em toda teoria do desenvolvimento como sequência de fases, uma escatologia herdada do Iluminismo? Ainda assim, como ignorar a crescente interdependência dos distintos processos históricos contemporâneos? Essa interdependência constitui um estímulo ou um freio ao desenvolvimento dos países retardados? Se é do interesse dos países desenvolvidos perpetuar o atual sistema de divisão internacional do trabalho, como não compreender que o desenvolvimento dos países retardados requer um projeto político? O empresário schumpeteriano já não seria a emanção das tensões sociais próprias da economia de mercado, e sim o fruto de uma vontade política empenhada em vencer o subdesenvolvimento. Não teria sido esse o caminho adotado por países de desenvolvimento retardado como o Japão da Restauração Meiji e os países que adotariam a via da planificação centralizada?

Portanto, a condição de dependência cria circunstâncias diferentes para os países subdesenvolvidos com relação aos desenvolvidos: a internalização do Centro de Decisão é um fator necessário e antecedente para que a burguesia nacional tenha condições efetivas de realizar a inovação – a destruição criativa.

A ideia de Centro de Decisão Econômica em Celso Furtado pode ser resumida na unidade entre três elementos. O primeiro é a endogeneidade, por meio do desenvolvimento industrial, isto é a posse da tecnologia crítica da revolução industrial. Analisando a situação da indústria brasileira no pós-1930, Furtado afirma (1962, p. 109-110):

Tratava-se, entretanto, de modificação qualitativa fundamental. Já agora a economia estava dotada de um elemento dinâmico próprio: os investimentos industriais apoiados sobre o próprio mercado interno. O crescimento passava, bruscamente, a projetar-se em duas dimensões. Cada novo impulso para a frente significaria maior diversificação estrutural, mais altos níveis de produtividade, maior massa de recursos para novos investimentos, expansão mais rápida do mercado interno, possibilidade de superar-se permanentemente.

O segundo fator, portanto, é o fortalecimento da economia nacional, pela conjunção entre a formação de um “núcleo de mercado interno” – pelo aumento da massa de salários e pela integração entre as diferentes regiões do país em uma única cadeia produtiva – e pela conquista da autonomia em setores estratégicos para a indústria nacional, especificamente nas matérias-primas, nos recursos energéticos e nos equipamentos (FURTADO, 1962, pp. 111-113). A edificação da infraestrutura e a conversão do espaço geográfico em espaço geoeconômico cumprem aqui um papel fundamental, ao viabilizar a criação e consolidação do “núcleo do mercado interno” integrado.

Aqui é possível correlacionar as capacidades que, de acordo com Waltz, são o critério de distinção entre os estados e de definição da polaridade, isto é, do número de grandes potências no sistema internacional (WALTZ, 1979, pp. 15; 97), com o centro de decisão de Furtado. Quanto maiores as capacidades de um Estado com relação aos fatores predominantes para a definição da competição internacional – e, conforme já apresentado neste trabalho, trata-se aqui dos fatores pertinentes à revolução industrial e à transição tecnológica – maior a capacidade de um Estado decidir sobre o seu destino e sobre a sua posição internacional, influenciar outros Estados em suas próprias decisões e, por consequência, determinar os rumos do sistema internacional.

As condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento e o pertencimento ao centro e à periferia não são estáticos e tampouco as relações de dependência são iguais entre si. Primeiro, porque os Estados possuem diferentes tipos e graus de capacidades. Segundo, e talvez mais importante, como diz Furtado (1962, p. 112), “O poder decidir não significa, entretanto, tudo.” Há, portanto, um fator fundamental para a posição dos Estados nas relações internacionais e que vai além das capacidades materiais. Em última instância, a obtenção do centro de decisão visa maximizar o poder decisório de uma comunidade política (Estado) e tornar os membros dessa comunidade “[s]enhores de [seu] próprio destino”, rompendo os laços de dependência. (FURTADO, 1962, p. 115).

Em função dos dois primeiros elementos – a endogeneidade e a economia nacional –, surge o terceiro: o exercício da soberania, isto é, a possibilidade de uma sociedade se autodeterminar. Em suma, trata sobre a capacidade uma determinada comunidade poder

escolher como organizar a participação política e a distribuição do produto social. (FURTADO, 1962, pp. 115-116). Segundo Furtado, é a posse do Centro de Decisão que dá a uma sociedade a capacidade de exercer a soberania. Sobre a situação brasileira no início da década de 1960, ele comenta, de forma otimista, que:

As profundas modificações econômicas ocorridas em nosso país têm uma significação particular para esta geração. Elas nos armaram de um poder sobre o nosso destino que implica um desafio e uma responsabilidade. Já não somos uma matéria amorfa que se modifica ao sabor dos altos e baixos dos mercados mundiais. A nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente. Temos em nossas mãos os instrumentos de autodeterminação que até há pouco eram apanágio de uns quantos povos privilegiados. E temo-los com uma consciência de sua efetividade, que até há bem pouco tempo nem mesmo esses povos possuíam. (FURTADO, 1962, p. 115)

Por isso, a teoria de Furtado não é apenas uma teoria sobre a economia, sobre a economia política ou sobre políticas econômicas: é uma verdadeira teoria da soberania, sobre como os Estados conquistam e perdem sua soberania no sistema internacional. É aqui que o conceito de Centro de Decisão se torna relevante para o estudo das relações internacionais.

Para o autor, há uma retroalimentação virtuosa entre os três elementos. O fortalecimento da economia nacional cria as condições para a endogeneidade, e ambas juntas permitem a decisão autônoma. Esta, de seu turno, deve retroalimentar as duas primeiras através de uma política de desenvolvimento nacional, que deve ser orientado para um processo crescente de substituição de importações, não apenas dos bens finais, mas também dos equipamentos, das matérias-primas e dos recursos energéticos, de modo a alcançar um grau de autossuficiência que permita decidir (FURTADO, 1962, pp. 114). Assim, o Centro de Decisão tende ao que Edward Carr (2001, p. 157-162) chamou de Autarquia.

O Centro de Decisão é, portanto, uma função de dois aspectos: as capacidades materiais, por meio da posse dos fatores que conduzem ao progresso técnico (tecnologia) e do acesso aos insumos necessários para o desenvolvimento industrial; e a capacidade política, por meio da formulação, da tomada de decisão e da implementação das políticas. Nesse contexto, diz Furtado, deve-se “Ver os processos econômicos como cadeias de decisões, e estas como estruturas de poder” (FURTADO, 2013, p. 50), afinal “Política econômica é política, antes de ser economia” (FURTADO, 1962, pp. 68-69).

Desse modo, quando analisamos a teoria do subdesenvolvimento à luz do estudo das relações internacionais, constatamos que a dinâmica de formação e de rompimento das relações de dependência constituem uma faceta da própria competição internacional. E a competição

internacional depende, em última instância, não apenas das capacidades, mas da utilização consciente dessas capacidades para consolidar a soberania e exercê-la perante os demais Estados. O responsável por essa tarefa é, portanto, o Estado: “Um movimento dessa envergadura e transcendência só se poderá efetivar se a liderança for assumida pelo próprio Governo Nacional.” (FURTADO, 1962, p. 116).

Portanto, além da industrialização, a obtenção do Centro de Decisão necessita da centralização política – a unificação e o controle efetivo sobre o território e seus recursos e a capacidade de mobilizar os esforços da população para a consecução dos objetivos do Estado. Por centralização política, não se quer dizer ditadura – não se faz aqui qualquer consideração ou juízo de valor a respeito. Significa simplesmente a capacidade de mobilização de recursos (capacidades) e da população para exercer a soberania.

A escolha pelo conceito de Centro de Decisão traz duas vantagens. A primeira é de conteúdo analítico, e nos leva ao subtítulo: a ideia de Centro de Decisão, permite efetuar uma oposição dialética entre duas antípodas, a autarquia e a dependência.

A autarquia, como destaca Edward Carr (2001, p. 157), é a busca de um Estado pela autossuficiência. A premissa de Carr é de que a economia é um aspecto da política e que, portanto, as capacidades econômicas (poder econômico) são um instrumento de poder político, tanto quanto as capacidades militares (CARR, 2001, pp. 156-157). A partir disso, o autor pondera sobre como o advento do capitalismo industrial e a redução do custo dos transportes reduziu o incentivo à autarquia – presente no mercantilismo – e fomentou a criação de uma divisão internacional do trabalho (CARR, 2001, pp. 157-158).

Entretanto, alega Carr, a autarquia tem duas funções para o Estado. A primeira é uma “forma de estar preparado para a guerra”, por meio da autossuficiência em suprimentos militares e dos “bens essenciais” (CARR, 2001, p. 158-159). A segunda é como forma de proteger a sua economia em períodos de guerra, em caso de bloqueios navais ou terrestres e devido sanções aplicadas por Estados ou por organizações internacionais. Assim, a autarquia torna-se uma estratégia econômica, política e securitária importante nas relações internacionais. O ideal de Furtado de uma economia desenvolvida tende à autarquia, pois a aquisição do Centro de Decisão implica um esforço consciente em busca da autossuficiência material dos fatores de produção relevantes ao desenvolvimento industrial.

A dependência, por sua vez, como já expusemos, é o resultado da expansão do capitalismo industrial por todo o globo, por intermédio dos países desenvolvidos industrializados, que ao buscar novos mercados, fontes de matérias-primas e de mão-de-obra, tornam estas economias dependentes dos seus processos produtivos, uma vez que as decisões

sobre produção e consumo são tomadas conforme a dinâmica e os interesses das economias desenvolvidas (CARDOSO; FALETTI, 1984 [1969], p. 26). Essas relações de dependência geram, por sua vez, economias subdesenvolvidas. (FURTADO, 2013 [1961], p. 129-130).

Entretanto, Cardoso e Faletto (1984, pp. 122-125; 127) complexificam a dependência, ao introduzir o conceito de “Dependência Associada”, uma associação aos países ricos como forma de obter os recursos necessários à industrialização. Seria, portanto, o estabelecimento ou o redirecionamento dos laços de dependência de uma determinada economia para atender aos seus próprios propósitos. Nessa acepção, a dependência deixa de ser uma condição para se tornar uma estratégia econômica – assim como a autarquia é tratada neste trabalho.

Neste trabalho, ambas as acepções de dependência cumprem papéis importantes. A dependência em sua acepção original, isto é, de condição ou consequência da exploração dos países industriais, importa para compreender o contexto em que a China se inseriu no sistema internacional (terceira imagem). Já a “Dependência Associada”, isto é, a dependência como estratégia, importa para entender parte das ações tomadas pela China ao longo da sua história dentro do sistema internacional (capitalismo) para adquirir os meios necessários – conhecimento, tecnologia ou capital – necessários para o seu desenvolvimento (segunda imagem).

Desse modo, seria equivocado associar automaticamente o termo “autarquia” com ganho de capacidades, visto que, por exemplo, os períodos do Grande Salto e Revolução Cultural foram dois dos períodos de maior fragilidade da China. Ao mesmo tempo, também seria errôneo associar automaticamente a dependência (especialmente a dependência associada) à perda de capacidades – isto é, ao autodebilitamento – haja vista que foi justamente na era Hu Jintao, em que a China estava inserida na globalização, que houve impulso para a China adquirir as capacidades que atualmente detém.

Tampouco afirma-se que uma ou outra representam estratégias ideais ou corretas. Tanto a autarquia quanto a dependência – enquanto tipos ideais de estratégias adotadas – possuem vantagens e desvantagens, a depender do momento histórico e das circunstâncias nas quais um determinado Estado estiver inserido. O próprio Carr destaca o quanto a autarquia pode ser contraproducente, conquanto um certo grau de dependência pode ser extremamente salutar.

A autarquia, como outros elementos do poder, é cara. Pode custar a um país tão caro tornar-se auto-suficiente em algum bem importante quanto construir um navio de guerra. O gasto pode revelar-se demasiado, e a aquisição não valer o custo. Mas negar que a autarquia é um elemento do poder e, como tal, desejável, é confundir a questão. (CARR, 2001, p. 162).

Portanto, o Centro de Decisão pode ser associado às capacidades apenas como vetor resultante da interação das antinomias autarquia e dependência, que formam uma dualidade. Porém, essas estratégias antípodas – a autarquia e a dependência – não se resolvem em uma síntese, como na dialética hegeliana, na qual se baseia Marx. Autarquia e dependência podem ser consideradas, para os fins deste trabalho, como antinomias kantianas: elas não se encerram, mas continuam a coexistir em sua oposição, por vezes de forma sobreposta e combinada. Nesse contexto, as estratégias de autarquia e dependência também podem ser caracterizadas como tipos puros ideais weberianos, que servem para ilustrar um determinado conceito, mas não se concretizam de forma pura na realidade concreta – pelo contrário, muitas vezes, os tipos ideais podem coexistir na realidade, inclusive de forma combinada.

Afinal, embora tenha se descrito o processo normativamente desejado por Furtado, no qual a endogeneidade com o concurso da infraestrutura gera a economia nacional, de modo a maximizar o poder decisório (Centro de Decisão), no mundo real este trajeto não é linear. Nem a própria economia nacional é tributária exclusiva da endogeneidade – afinal, investimentos em infraestrutura muitas vezes demandam crédito externo –, e tampouco a economia nacional por si só engendra soberania. Há o momento do linear, da tomada da decisão, como o destaca Furtado, o poder de decidir não significa que serão tomadas boas decisões (FURTADO, 1962, pp. 112).

A conquista e o exercício da soberania e o ganho de capacidades resultam, em última instância, de um elemento oculto – ao menos, não evidente – no constructo de Furtado: a organização da participação política e a distribuição do produto social. O que Furtado espera é que a tomada de decisão seja virtuosa. Isto é, que fortaleça a endogeneidade e a economia nacional, mas isso não se dá por um percurso direto. E estas tarefas são essencialmente humanas. Portanto, em última instância, somente a ação humana consciente, expressa por meio da política, é que poderá lograr o rompimento da dependência.

Para que esta ação seja efetiva, seu tempo e espaço deve estar de acordo com o contexto ao qual ela se refere – o das relações internacionais. Por isso, como diz Furtado, (1962, p. 116), “um movimento dessa envergadura e transcendência só se poderá efetivar se a liderança for assumida pelo próprio Governo Nacional” – em suma, o Estado. Este Estado que está inserido no contexto doméstico – na relação com sua população – participa também do sistema internacional – na relação com os demais Estados.

É fato que o Estado cumpre funções diferentes nos dois níveis, o que leva a Ciência Política a eventualmente separar política doméstica e relações internacionais (PUTNAM, 2010, p. 147). Entretanto, o processo de planetarização do capitalismo – que criou o sistema

internacional e as relações de dependência – demonstra que a realidade é una e que o interno e o externo são duas faces da mesma moeda.

Da mesma forma, não podemos fragmentar a realidade em diferentes campos de ação. Como bem demonstrou Furtado, não há sentido em separar a economia da política. Como teorizou Carl Von Clausewitz (2007, p. 7), “a guerra nada mais é do que a continuação da política com outros meios<sup>5</sup>”. E como Carr (2001, p. 158) reforça, a capacidade produtiva e a autossuficiência econômica têm papel fundamental na capacidade do Estado fazer a guerra. Desse modo, os desdobramentos da economia, da política e da segurança, mais do que coexistir simultaneamente na realidade, se retroalimentam. Desse modo,

Por fim, mas não menos importante, como afirmamos anteriormente, o horizonte temporal do capitalismo e das relações internacionais não é estático, mas dinâmico. Essa afirmação tem duas implicações: a primeira é que a realidade não pode ser aferida a partir de um ponto no tempo, mas por meio de uma sequência temporal, como afirmou Schumpeter (2017, p. 146). Afinal, as ações humanas se dão no presente, mas toda ação consciente é feita a partir de um objetivo – isto é, traz consigo uma expectativa futura – e se baseia em uma compreensão preexistente da realidade, que é construída a partir dos resultados de desdobramentos e ações no passado.

Desse modo, a ação do Estado é, no mínimo, tridimensional. A primeira dimensão é o eixo indivíduo-Estado-sistema internacional – ou as três imagens de Waltz (2004). A segunda é a dimensão economia-política-segurança, isto é, a articulação entre os campos de atuação do Estado. A terceira dimensão é temporal, a partir da sobreposição entre passado, presente e futuro nos processos de formulação, de tomada de decisão e de implementação – ação humana sobre a realidade. Por essas razões, considera-se que o conceito que melhor define esta atuação do Estado é o da Grande Estratégia.

Como demonstra Martel (2015, p. 24–37), o conceito de Grande Estratégia surgiu a partir da evolução do conceito de Estratégia. Ao avaliar a história do mundo pré-capitalista, é difícil distinguir os conceitos de Estratégia e Grande Estratégia, pois a principal fonte de poder do estado perante os demais residia nas capacidades militares. O advento da revolução industrial provocou o aumento da escala produtiva, impactando diretamente a competição econômica e a competição militar, por meio da intensificação da modernização militar. Desse modo, a formação do conceito de Grande Estratégia está intimamente ligada à Revolução Industrial e as transformações que ela provocou no mundo.

---

<sup>5</sup> “war is nothing but the continuation of policy with other means” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 7)

Para Paul Kennedy (1991, p. 2), o conceito de estratégia

deixa pouco ou nenhum espaço para a consideração das dimensões não militares do conflito, ou para os propósitos *políticos* e de longo prazo do estado beligerante como um todo. Para cobrir essas dimensões, portanto, os escritores militares sugeriram que o termo mais apropriado a ser empregado é *grande estratégia*. (KENNEDY, 1991, p. 2, tradução do autor<sup>6</sup>)

Segundo Liddell Hart (1967, p. 188), um dos pioneiros na ampliação do conceito de estratégia, a guerra não seria um fim em si mesmo, pois seu objetivo não é meramente derrotar o oponente. O objetivo da guerra é garantir uma paz favorável (LIDDELL HART, 1967, p. 203). Conseqüentemente, o Estado não deveria esgotar seus recursos para atingir a vitória militar, sob pena de não obter uma paz favorável. Isto impele o Estado a ajustar os fins conforme os meios que têm à disposição (KENNEDY, 1991, p. 2) e a utilizar todos os meios – inclusive os não militares – à sua disposição para obter a vitória na guerra.

A grande estratégia também deveria regular a distribuição do poder entre os diversos serviços, e entre os serviços e a indústria. E o poder de luta é apenas um dos instrumentos da grande estratégia. Isso deve levar em conta e aplicar o poder da pressão financeira, da pressão diplomática, da pressão comercial e, não menos importante, da pressão ética, para enfraquecer a vontade do adversário. (LIDDELL HART, 1967, p. 188, tradução do autor<sup>7</sup>)

Logo,

a Grande Estratégia tem o papel de coordenar e direcionar todos os recursos de uma nação para alcançar o objeto político da guerra – o objetivo definido pela política nacional. A grande estratégia deve calcular e desenvolver os recursos econômicos e a mão-de-obra da nação para sustentar as Forças Armadas. (LIDDELL HART, 1967, p. 187–188, tradução do autor<sup>8</sup>).

Especialmente após a Guerra Fria, diversos pesquisadores da área de relações internacionais, especialmente nos Estados Unidos, resgataram o debate acerca do conceito da Grande Estratégia e da sua necessidade para redefinir a inserção internacional dos Estados Unidos da América. Paul Kennedy (1991) é um grande exemplo desse fenômeno. Este resgate resultou em um renovado debate acadêmico em torno da Grande Estratégia. Apesar disso, não

---

<sup>6</sup> No original, em inglês, “it leaves little or no room for the consideration of the nonmilitary dimensions of conflict, or for the longer-term and *political* purposes of the belligerent state as a whole. To cover those dimensions, therefore, military writers have suggested that the most appropriate term to employ is *grand strategy*.” (KENNEDY, 1991, p. 2)

<sup>7</sup> No original, em inglês, “Grand strategy, too, should regulate the distribution of power between the several services, and between the services and industry. And fighting power is but one of the instruments of grand strategy. This should take account and apply the power of financial pressure, diplomatic pressure, commercial pressure, and, not least, ethical pressure, to weaken the opponent's will.” (LIDDELL HART, 1967, p. 188)

<sup>8</sup> For the role of grand strategy is to co-ordinate and direct all the resources of a nation towards the attainment of the political object of the war the goal defined by national policy. Grand strategy should both calculate and develop the economic resources and man-power of the nation in order to sustain the fighting services.

se chegou a um consenso sobre o que é a Grande Estratégia e como este conceito deve ser utilizado.

Nina Silove (2018) faz uma extensa revisão bibliográfica e cria uma tipologia dos usos do conceito de Grande Estratégia no campo de relações internacionais. A autora conclui que há três representações principais do conceito na bibliografia: Grandes Princípios, Grandes Planos e Grandes Comportamentos.

Por “Grandes Princípios”, Silove se refere à Grande Estratégia como um princípio ou conjunto de princípios, referidos como “guia abrangente”, “estrutura”, “visão estratégica básica”, “conjuntos de ideias”, “consenso aproximado” (SILOVE, 2018, p. 39-40). Trata-se, portanto, de ideias que baseiam e norteiam a Grande Estratégia, mas não estabelecem formas claras de alcançar seus objetivos.

Já, enquanto um “Grande Plano” ou um conjunto de planos, a Grande Estratégia teria um caráter mais operacional e detalhado, com o objetivo de coordenar efetivamente os meios (capacidades do Estado) para atingir as finalidades (os objetivos políticos – vencer a guerra, mas também garantir uma paz favorável) (KENNEDY, 1991, p. 4). Desse modo, a Grande Estratégia assumiria a função de uma “estratégia superior”, isto é, um nível superior de deliberação política, acima da estratégia (SILOVE, 2018, p. 35).

Por fim, a aceção de “Grande Comportamento” implica considerar o comportamento do Estado como a sua Grande Estratégia, independentemente da existência de princípios ou planos que orientem este comportamento. Desse modo, todos os Estados teriam uma Grande Estratégia – conscientemente ou não (SILOVE, 2018, p. 43).

Reconhece-se que Silove (2018) fez um competentíssimo levantamento bibliográfico e criou uma tipologia extremamente adequada sobre o uso do conceito de Grande Estratégia. Entretanto, com base nas elaborações feita pela própria autora, parece bastante limitante definir o conceito em apenas um dos usos. A Grande Estratégia perde a sua razão de ser tanto se prescindir da sua dimensão humana, que se expressa por meio dos valores (princípios) e por meio da racionalidade (planos), quanto se prescindir da sua ação sobre o mundo real (comportamento).

Por essa razão, propõe-se dar um passo adiante: considerar que a Grande Estratégia é uma articulação entre princípios, planos e comportamentos. Afinal, os princípios são a representação dos valores daquela comunidade política e servem, portanto, para ditar o propósito, isto é, a finalidade da Grande Estratégia. Os planos possibilitam a efetiva articulação dos meios do Estado para a consecução das finalidades. Já os comportamentos (resultados) dão concretude à Grande Estratégia: a ação da Grande Estratégia sobre o mundo real é a sua razão

de ser. Ao mesmo tempo, por meio desta, pode-se avaliar a sua efetividade e reformulá-la conforme as circunstâncias, gerando uma retroalimentação entre o planejamento e a execução da Grande Estratégia (KENNEDY, 1991, p. 6).

Desse modo, encontramos uma interface entre a Grande Estratégia e o conceito de Centro de Decisão de Celso Furtado: a mediação entre as capacidades (comportamentos e mundo real) e o exercício da soberania (articulação entre princípios e planos). Resgata-se, assim, a noção de que a obtenção do Centro de Decisão é resultado de uma ação consciente, humana, realizada por meio de “cadeias de decisões”, que são “estruturas de poder” (FURTADO, 2013, p. 50). A Grande Estratégia é, portanto, a extrapolação das cadeias de decisões econômicas prefiguradas por Furtado para a atuação do Estado em todas as suas esferas, para atingir os objetivos da política nacional.

A partir do exposto, propõe-se que a busca pela Revolução Nacional é a Grande Estratégia do país que visa superar as relações de dependência e alcançar o desenvolvimento. Este é o propósito (o princípio ou o conjunto de princípios). Os planos desta Grande Estratégia são a industrialização, a centralização política e a modernização militar.

No caso da China, a Grande Estratégia permite explicar porque as elites políticas chinesas optaram, em dados momentos da sua história, por estratégias aparentemente contraditórias com o objetivo final da Revolução Nacional – isto é, que tendiam à dependência. Foi graças à construção histórica da Grande Estratégia que as elites políticas chinesas se uniram ou, ao menos, garantiram um consenso mínimo, em torno do seu objetivo comum: assumir as rédeas da inserção internacional da China no sistema internacional moderno.

A escolha conceitual trouxe consigo outra vantagem, de ordem prática, pois a noção de Centro de Decisão particulariza momentos históricos determinados. Considerou-se que isso permitiria valer-se dos elementos descritivos críticos da história chinesa, relacionada a sua aproximação ou afastamento do Centro de Decisão, de sorte que o trabalho pudesse ter – o que se logrou obter – um viés descritivo. Entendeu-se que esse último seria mais conveniente para os eventuais leitores dessa tese – estudantes de Relações Internacionais, História, ou outros interessados em conhecer mais acerca da história da China.

Desse modo, não se procurou estabelecer um debate conceitual sobre os diferentes sentidos e acepções com que o termo Revolução Nacional é utilizado na sociologia internacional ou brasileira. Mas, recortar criteriosamente, os momentos da história da China nos quais, em função da posse do Centro de Decisão, ela emergiu em si, isolando-se do mundo;

ou pelo contrário, foi a principal artífice daquilo que se convencionou denominar globalização (1991-2018<sup>9</sup>) (SWANSON, 2018; SCHLESINGER; AILWORTH, 2018).

Assim, o ponto de partida tinha que ser a perda da soberania e o confronto entre o sistema tributário chinês e o sistema internacional. Trata-se de um marco inarredável: não são raros os autores dentro e fora da China, que identificam na Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI) uma tentativa de refazer em termos hodiernos, o antigo sistema tributário chinês. Ainda que difundida, essa perspectiva é claramente anacrônica.

Por isto, procurou-se descrever a natureza original do sistema imperial entre Estados tributários chinês e a diferença ontológica que esse tipo de hierarquia guarda, diferentemente do sistema internacional anárquico europeu. Aqui é impossível não recorrer à metáfora aludida por Marx: em contato com a competição interestatal, o sistema chinês se desfez tal qual uma múmia, que após séculos protegida em seu sarcófago, se vê exposta ao contato com o ar (MARX, 1853, online).

Desse embate da China tributária com o sistema interestatal advém a revolução. Aqui, outra condição autoimposta: a de tratar dos Taiping. Apesar de todo prestígio e difusão de Jonathan Spence (1996; 1998) – no Brasil e no mundo – na maior parte das obras – eruditas, didáticas ou paradidáticas – os Taiping são tratados como uma “rebelião”. Uma revolta que, conquanto sendo cruenta, tem sua violência explicada mais pelo fanatismo religioso e pela escala com que os acontecimentos se dão na China, do que, propriamente, pela escala da mudança revolucionária (COHAN, 1981). Tratou-se do marco fundante da Revolução Nacional, da disposição em afirmar o compromisso daquilo que, paradoxalmente, seria o legado deixado ao partido comunista chinês: estabelecer a igualdade, a soberania e a industrialização. Visto em retrospecto, à exceção da invasão japonesa, os Taiping são o elemento isolado que, de longe, servem para explicar por que a China enveredou pelo caminho da Revolução Nacional.

Derrotadas, as bandeiras dos Taiping recaíram sobre os ombros dos vencedores. Cabia agora à dinastia Qing – e, em alguma medida, aos ocidentais que ajudaram o Império a infringir sua derrota – cumprir o destino de sua agenda. É a esse respeito que trata a tentativa de empreender-se na China a Revolução pelo Alto, sob a forma do Autofortalecimento (1861) – ainda antes da Restauração Meiji japonesa (1868). Consistiu-se na tentativa da meritocracia chinesa, dos funcionários recrutados por concursos de provas e títulos, os mandarins, de tentar

---

<sup>9</sup> Tem-se como marco do fim deste fenômeno o início da chamada “Guerra Comercial” promovida pelos Estados Unidos da América durante o governo Donald Trump, por meio da aplicação de tarifas e barreiras não tarifárias a importações consideradas estratégicas, como aço e alumínio, no início de 2018 (SWANSON, 2018; SCHLESINGER; AILWORTH, 2018).

realizar por meio de reformas executadas pelo planejamento e pela ação burocrática, aquilo que os Taiping haviam tentado forjar pelas armas. E, de como os manchus, os eunucos e a Imperatriz Cixi, em um conservadorismo que beira as raias da patologia – como de ordenar a dissolução de linhas férreas – inviabilizou o esforço reformista. Desse modo, condenaram a dinastia e a própria China a fazer frente à Revolução, em vez de promovê-la – como fizeram os japoneses.

Em tempo, Cixi parece ter-se dado conta de que o país precisava reter em suas mãos o seu próprio destino, a fim de que a dinastia permanecesse reinando. Contudo, a tentativa atabalhoada de instigar – ou pelo menos na última hora, apoiar – a Rebelião Boxer (1899-1901) só serviu para forjar uma inédita aliança das potências ocidentais – e de suas dependências na Ásia, como Índia e Austrália – para efetivar uma Partilha da China, desta feita em toda sua extensão. Na raiz da mudança do posicionamento da Imperatriz, que sufocou o reformismo para abraçar a rebelião armada, estava a derrota na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e o renovado apetite das potências estrangeiras por esferas de influência no território chinês. Aqui, é razoável antecipar que o toque final no caminho que impeliu a China à Revolução Nacional foram as invasões japonesas. Aliás, a esse respeito, cumpre lembrar que foi o próprio Mao Zedong que disse isto, quando da visita do primeiro-ministro japonês, Kakuei Tanaka, para o reestabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países (1972).

Aos olhos do primeiro-ministro japonês, as palavras de Mao podem ter soado irônicas e até mesmo sarcásticas. Todavia, da perspectiva adotada pelo líder chinês: das contradições dialéticas da História – a interpretação é perfeitamente compreensível. Afinal, como explicar que um país de burocratas e comerciantes, de tradição conservadora, que cultuam a hierarquia e a obediência, tenha realizado o experimento revolucionário mais drástico de toda a história humana? Apenas uma interveniência, como as guerras sino-japonesas, pode explicar tamanho deslocamento do eixo de gravidade cultural, espiritual nessa direção. O que também tem seu papel na compreensão da China de hoje, que pretende reencarnar a direção do país pré-Guerra do Ópio (1839-1842) e não daquilo que afirma ser a expressão do Socialismo de Mercado. Trata-se, portanto, de reconstruir o fundamento de ordem alicerçado em costumes e tradições.

A despeito de seus condicionantes – a dissolução do sistema tributário; a Revolução Taiping; a Primeira e até mesmo a Segunda Guerra Sino-Japonesa – argumenta-se que até o fim da Segunda Guerra Mundial, todos os caminhos permaneciam abertos para a China. Inclusive o de uma modernização conservadora, alicerçada em um modelo econômico dependente-associado – como se verá adiante, foi esse que o país adotou, mesmo que sob a égide da estrela dourada e da bandeira vermelha.

Daí o destaque dado a Segunda Guerra Mundial e ao processo de decisão estratégica que conduziu à “perda” da China para a URSS. Retratar esse período diz respeito a duas ordens de razão. A primeira, de natureza analítica e conceitual: tratou-se de estabelecer a história como instituto que, a despeito das determinações da necessidade, permanece sendo uma atribuição humana. Isto é, é resultante do processo decisório inter-humano. E, a segunda, de natureza estratégico-descritiva: o estabelecimento da centralidade de Taiwan. Ela exerceu influência tanto sobre os rumos da Revolução Nacional, quanto sobre a oscilação da China entre a autarquia e a dependência. Mas, de todo modo, inscreveu-se de modo indelével da Política Externa e de Segurança (PES) da China, onde permanece firmemente estabelecida até os dias de hoje.

Esta última hipótese foi suficientemente defendida por meu colega Gustavo Feddersen, em dois trabalhos (FEDDERSEN, 2016; 2020). Aqui, tratou-se de examinar um aspecto diverso da ilha enquanto condicionante específico da variação entre a autarquia e a dependência – em suma, dos rumos seguidos pela Revolução Nacional, dos acontecimentos internos à China. Procurou-se analisar, de modo específico, aos confrontos e crises do estreito, evidenciando a interconexão desta com as variáveis em tela discutidas ao longo do trabalho.

De modo muito sucinto, pode-se dizer que a China se tornou comunista em função de Taiwan. E que a Revolução Capitalista se deu também em função dela (CHINA'S... 2009). Que buscou o desenvolvimento autárquico, e a posse de armas nucleares, em virtude de julgar que elas estavam à disposição do Guomindang (Partido Nacionalista) e dos estadunidenses na ilha; que rompeu com a URSS, em virtude de julgar que ela não lhe oferecia as mesmas condições facilitadas pelos americanos aos taiwaneses. Que atacou militarmente a URSS, e aproximou-se dos EUA, pelo mesmo motivo. E, por fim, que renunciou ao desenvolvimento autárquico, em certa medida da Revolução Nacional, em benefício de uma estratégia de internacionalização e modernização que lhe conferisse a desejada superioridade econômica e militar sobre a ilha. E que, mais uma vez, diante do pivô para a Ásia e da recente Quarta Crise do Estreito (2022), mais uma vez aposta na Revolução Nacional, na endogeneização – de caráter autárquico – devido às mesmas circunstâncias. Tal processo pode custar uma confrontação com os EUA, e precipitar o mundo em uma crise sem precedentes.

Figura 1 — Mapa da Ásia (Político)



Fonte: ASIA..., 2008.

Figura 2 — Mapa da China (Político) e suas divisões administrativas, pelo governo da República Popular da China



GS (2008) 1411 号

Jun. 2008 Produced by State Bureau of Surveying and Mapping

Fonte: CHINA, 2008

## 2 O SISTEMA TRIBUTÁRIO EM XEQUE: AS RESPOSTAS DA CHINA AO DESAFIO DO SISTEMA CAPITALISTA EUROPEU

Este capítulo tem dois objetivos principais. O primeiro é retratar o desafio imposto pelo sistema capitalista europeu ao sistema tributário chinês, eventualmente desmantelando e absorvendo o império chinês. Isto determinou a última instância a conclusão do seu processo de expansão para todo o globo, tornando-se efetivamente internacional. O segundo objetivo é apresentar as respostas que a China ofereceu a esse desafio imposto pelo sistema internacional moderno na primeira fase desse processo, iniciando-se na Guerra do Ópio (1839) e concluindo-se na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1895). A estrutura política do período é dada pela disputa entre o sistema tributário e o sistema internacional moderno, isto é, pelo desafio ocidental ao sistema tributário, minando a legitimidade do poder imperial e das instituições tradicionais chinesas e exacerbando as disputas sociais internas e a contestação à ordem social tributária.

Esta estrutura determina dois tipos de resposta: 1) a construção de um novo modelo de estado que desafiava a ordem tributária, com a formulação de um novo modelo institucional, social e econômico, tomando como agenda a centralização política, a redistribuição da terra, a igualdade social e econômica absoluta, a conscrição como método de recrutamento das forças armadas e a busca pelo desenvolvimento – ainda que rudimentar – de tecnologia militar autóctone, retratada na história da Revolução Taiping (1851-1864) – e por isso chamada de Revolução, e não de Rebelião; 2) a resposta de mediação, por meio da construção de capacidades militares que visavam garantir simultaneamente a manutenção das instituições tradicionais, a estabilidade do império e o restabelecimento da soberania perante as potências estrangeiras, o que se expressou pela expressão chinesa *tiyong* 体用, o que significava “o conhecimento chinês como essência e o conhecimento ocidental como forma<sup>10</sup>” e tomou forma no Movimento do Autofortalecimento (1861-1895).

O capítulo, portanto, subdivide-se em três partes: a descrição do desafio ocidental, simbolizado pelo comércio do Ópio, pela Guerra do Ópio e pelos tratados iníquos; o contexto social da China e a ascensão e o impacto da Revolução Taiping; e o pensamento da elite imperial sobre como responder aos ocidentais e o advento do movimento do Autofortalecimento.

O final da Primeira Guerra Sino-Japonesa é uma conjuntura crítica pois determinou a derrota do sistema tributário e a vitória do sistema capitalista europeu – que, não à toa, hoje tem

---

<sup>10</sup> *Tiyong* trata-se de uma expressão reduzida, usual na cultura chinesa. A expressão completa é 中学为体, 西学为用, ou na transliteração *pinyin*, *zhōng xué wéi tǐ, xī xué wéi yòng*.

a alcunha de sistema internacional moderno. Marcou-se também o fim da hegemonia regional chinesa e a ascensão do Japão como principal potência asiática, em um momento de uma ascendente multipolaridade sobre o sistema internacional, que se refletiu na competição subsequente entre as potências no Leste Asiático – período da “luta por concessões” na China. Ao mesmo tempo, este fato histórico determina o fracasso do movimento do Autofortalecimento, o fim do protagonismo da elite imperial e das tradições chinesas na formação da agenda política chinesa.

## 2.1 O DESAFIO DO SISTEMA CAPITALISTA EUROPEU AO SISTEMA TRIBUTÁRIO SINOCÊNTRICO

Esta seção tem por objetivo analisar o desafio ocidental à China, que consistiu em um desafio do sistema internacional moderno ao sistema tributário. Para tanto, será feita uma breve descrição da situação da China durante o sistema tributário na dinastia Qing (a última dinastia da era imperial chinesa), das relações entre a China e o Ocidente no período anterior à e seu impacto para a China, e o embate entre os dois sistemas pelas vias econômica, militar e política, inaugurado pela Guerra do Ópio (1839-1842).

### 2.1.1 O Sistema Tributário Sinocêntrico

Desde meados do século XVII, a China estava sob o governo da dinastia Qing, de etnia manchu, povo oriundo da Manchúria. Os manchus, portanto, não eram chineses da etnia majoritária, Han. Ao assumir o poder imperial na China, os Qing se esforçaram em promover a representatividade de manchus, hans e mongóis na elite imperial, na burocracia e no exército.

Apesar disso, a relação entre os manchus e os demais povos governados pelo império chinês não era sem tensões e disputas. Como se poderia supor, os manchus atuaram para se manter nos principais cargos e, portanto, deter o poder sobre os rumos do império durante sua dinastia (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973). Embora incorporassem o modelo de gestão e administração dos chineses da dinastia Ming, sua antecessora, os Qing fizeram questão de impor elementos característicos da cultura manchu, como o uso da trança como corte de cabelo para os homens. Isso gerava nos demais povos, especialmente os chineses han, a percepção de uma opressão externa.

A China tributária, pré-capitalista, particularmente no período da Dinastia Qing, baseava sua economia em três pilares: o governo; a economia tradicional, baseada nas famílias (agregados familiares); e o mercado. O governo atuava por meio da cobrança de impostos e da mobilização de trabalho não pago (uma espécie de corveia) para consecução de obras públicas. A economia tradicional girava em torno da produção a partir do uso da terra e seu principal agente eram as famílias, a partir dos quais eram realizados os censos e cobrados os impostos. O mercado consistia no comércio, atividade em franca expansão na China a partir do aumento da monetização das atividades econômicas, especialmente dos impostos. (MYERS; WANG, 2008, p. 564)

Ao longo da Dinastia Qing, o comércio ganhou enorme importância para a economia chinesa. O comércio interno tornou-se imenso, de modo que de 20 a 30 por cento do que era produzido chegava ao mercado, que era relativamente bem integrado pela infraestrutura de canais e estradas construídas nas dinastias Ming e Qing (KANG, 2012, p. 107–108; MYERS; WANG, 2008, p. 576; ROBERTS, 1999, p. 157). A expansão do comércio interno incentivou a migração interna, o crescimento econômico e possibilitou maior arrecadação ao governo imperial devido à cobrança de impostos sobre o comércio a longa distância. O comércio externo também teve parte importante na expansão do mercado e do comércio interno chinês, na medida em que criou maior demanda externa para os produtos chineses (como seda, chá, cerâmica e açúcar). Esse cenário contribuiu para o contínuo incremento da oferta chinesa de prata – quase 1% ao ano em média entre 1680 e 1820 (MYERS; WANG, 2008, p. 587; 589; ROBERTS, 1999, p. 156). As grandes cidades floresceram e proliferaram-se as vilas e cidades criadas em torno do comércio. Na virada do século XIX, elas já somavam mais de 20 mil, em toda a China (MYERS; WANG, 2008, p. 582).

Durante a dinastia Qing, a China conseguiu criar um cenário geopolítico altamente favorável. Os Qing lograram grandes avanços nas suas fronteiras terrestres, praticamente dobrando o território chinês com a incorporação da Mongólia, do Xinjiang e do Tibet durante o século XVIII. A China também definiu as fronteiras e regularizou o comércio com a Rússia Czarista, por meio dos acordos de Nerchinsk (1689) e de Kyakhta (1729) (SPENCE, 1990, p. 97).

A China também manteve, desde a dinastia Ming, um sistema de relações tributárias com reinos como a Coreia, Ryukyu (atualmente Okinawa), Vietnã e reinos na Ásia Central e no Sudeste Asiático. Este sistema tributário chinês permitiu que a China mantivesse sua fronteira marítima estabilizada. Dentro desse sistema, segundo Kang (2012, p. 83), ocorreram

apenas quatro grandes guerras entre a China e as entidades políticas do Leste e Sudeste Asiático do início da Dinastia Ming até a Guerra do Ópio. Isso permitiu ao Império Chinês concentrar recursos na luta contra inimigos no noroeste e no norte (KANG, 2012; WANG, 2012).

### **2.1.2 A expansão do sistema capitalista europeu para a Ásia**

Após a consolidação da dinastia Qing, no início do século XVIII, o governo imperial reabriu o comércio exterior e houve um grande florescimento do comércio regional. Os europeus buscaram se inserir nesse processo, mas enfrentaram uma grande competição dos comerciantes da região, tanto pelo vigor da economia chinesa quanto pela capacidade dos mercadores regionais em utilizar suas redes de contatos (KANG, 2012, p. 134–138).

A presença inglesa na Índia alterou o quadro, particularmente a partir da Batalha de Plassey (1757) que marcou o início da presença territorial da Companhia Britânica das Índias Orientais e foi seguida pela incorporação de províncias indianas ao comando britânico. Isso fortaleceu a sua inserção no comércio do Leste Asiático com a produção de algodão e ópio (FRANK, 1998, p. 91–92). Em resposta ao crescimento da participação dos produtos europeus no mercado interno chinês, a China limitou o comércio de produtos europeus a Cantão (Guangzhou), em 1757. Três anos depois, o governo imperial permitiu a formação de um monopólio de mercadores chineses para intermediar e administrar o comércio com os estados ocidentais, o Cohong (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; VAN DYKE, 2017).

As limitações ao comércio com os europeus, impostas pelo governo imperial a partir de 1760 não reverteram o aumento do fluxo de comércio entre chineses e europeus, que cresceu à média de 4% ao ano entre 1719 e 1806 (MYERS; WANG, 2008, p. 587), mas garantiram que a China mantivesse o superávit no comércio com os europeus. Ao final do século XVIII, a balança comercial da Grã-Bretanha com relação à China, por exemplo, era deficitária, o que tinha como consequência o escoamento da prata britânica para a China (ROBERTS, 1999). A partir disso, denota-se que os Qing possuíam consciência de sua posição comercial e instrumentalizavam suas relações com os europeus para a ampliação de seus ganhos econômicos.

Ainda no século XVIII, o comércio da Grã-Bretanha e dos europeus com a China era deficitário, o que criava um grande fluxo de prata da Grã-Bretanha e da Índia para a China. Segundo Frank (1998, p. 274): entre 1683, quando a Dinastia Qing reconquistou Taiwan e liberou o comércio externo, até 1720, houve grande superávit comercial e, conseqüentemente,

grande importação de prata pelos chineses; entre 1720 e 1760, o volume de importação se reduziu, voltando a crescer enormemente a partir de 1760. A partir de 1720, houve um grande aumento na participação britânica e da Companhia das Índias Orientais no comércio asiático. O ano de 1760 foi justamente quando a China criou o monopólio (Cohong) como forma de regular o comércio com os europeus e na cidade de Cantão (Guangzhou). Conclui-se, portanto, que as restrições comerciais tiveram um papel altamente estratégico para o governo imperial chinês e a abertura do comércio com a China passou a ser uma prioridade para os britânicos.

Para reverter esta situação, a Grã-Bretanha enviou missões diplomáticas (embaixadas) ao imperador chinês em 1793 e 1816, com o objetivo de abrir o mercado chinês para produtos manufaturados britânicos e de suas colônias. Na missão Macartney de 1793, os britânicos solicitaram ao imperador Qianlong reduções de taxas para exportar seus produtos, a abertura de portos para comércio com os britânicos ao longo da costa oriental da China, a autorização para abrir uma embaixada permanente em Beijing para negociar diretamente com o governo imperial, além de receber uma ilha na costa chinesa<sup>11</sup>, próxima à Xangai e à foz do rio Yangzi, como entreposto comercial. Todas as demandas foram recusadas pelo imperador chinês, que percebeu a ameaça ao mercado interno chinês e as implicações fiscais e políticas das demandas. Mais do que isso, o interesse britânico em construir um entreposto comercial na região central do litoral chinês levou os chineses a considerarem o reforço de suas defesas costeiras (HARRISON, 2017, p. 684–685). Pouco mais de duas décadas depois, em 1816, os britânicos voltaram a insistir em suas demandas, recebendo novamente resposta negativa (ROBERTS, 1999, p. 164).

Foi nesse período e contexto que a Grã-Bretanha passou a usar o ópio como substituto da prata no comércio, como forma de compensar o déficit desse metal nas trocas com a China (FRANK, 1998, p. 92). Segundo dados de Spence (1990, p. 129; 149), o volume de ópio britânico vendido na China cresceu aproximadamente nove vezes entre 1800 e 1838. Por volta de 1825, a balança comercial foi revertida em favor da Grã-Bretanha e o déficit chinês começou a aumentar rapidamente, reduzindo severamente as reservas de prata da China (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 303).

À época, o sistema monetário chinês era bimetálico, composto por cobre (moeda em circulação) e prata (moeda para contabilidade e utilização pelo governo imperial), de modo que 1.000 moedas de cobre equivaliam a um tael de prata. A redução da quantidade de prata

---

11 No caso, uma das ilhas Zhoushan, na costa da cidade chinesa de Ningbo.

desvalorizou o cobre e levou a um aumento real dos impostos sobre a terra, isto é, à inflação (WAKEMAN, 1978, p. 178).

O contrabando do ópio à China pela Grã-Bretanha contribuiu para o início de uma crise econômica e social. Ao longo do século XVIII, a população chinesa dobrou de tamanho e entre 1802 e 1834, a população cresceu mais 1/3, alcançando 400 milhões (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; ROBERTS, 1999). Apesar da introdução de novas culturas agrícolas oriundas da América, a produtividade agrícola não aumentou no mesmo ritmo do aumento da população e a oferta de alimentos per capita começou a cair (ROBERTS, 1999, p. 157).

Além disso, a expansão econômica da Dinastia Qing passou a atingir seus limites. Aumentou a concentração de terra e, conseqüentemente, o número de latifúndios. Houve um escasseamento da terra agricultável à disposição e elevação do valor da terra. O florescimento do comércio resultou na concentração da renda pelos comerciantes (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 293). A deterioração econômica e a concentração de renda limitaram a maior parte da demanda a bens de estrita necessidade para sobrevivência, afetando diretamente a manufatura (ROBERTS, 1999, p. 157).

Além do impacto econômico do tráfico do ópio, o seu consumo ganhou cada vez mais adeptos, o que também contribuiu para o aumento do seu preço e adicionou a essa questão um elemento social e moral relevante. Em 1833, o imperador Daoguang publicou um édito proibindo o consumo. Entretanto, isso não reduziu sua importação, tampouco o consumo da droga. A importação do ópio tornou-se um problema de tal magnitude que levou as elites chinesas a enfrentá-lo.

### **2.1.3 A Guerra do Ópio e o desafio ocidental à China**

Em 1838, o imperador chinês decidiu combater o tráfico de ópio enviando Lin Zexu a Cantão para essa finalidade. Inicialmente, Lin combateu os traficantes chineses e os usuários. No segundo momento, apreendeu e queimou o ópio em posse dos estrangeiros, principalmente britânicos, além de promover um bloqueio e expulsar os estrangeiros residentes em Guangdong.

Na Grã-Bretanha, à pressão dos produtores do ópio, juntava-se o lobby da venda de produtos têxteis, que pressionavam para que o estado britânico agisse para abrir o mercado chinês. Diante da ação chinesa contra os comerciantes e as mercadorias britânicas, o governo britânico teve o pretexto para agir e enviou uma força expedicionária à Cantão. Essa força deveria pressionar o governo chinês a abolir o “Cohong” e, portanto, liberar o comércio; conceder uma ilha como entreposto comercial britânico e compensar os comerciantes britânicos

pelo ópio apreendido (ROBERTS, 1999, p. 166). A força expedicionária britânica era composta por 16 navios de guerra, com 540 canhões, 4 navios armados a vapor, 28 navios de transporte de soldados e suprimentos e pelo menos 4.000 soldados. Fazia parte desta frota o navio *Nemesis*, o “demônio”, um navio recém-construído inteiramente em ferro e que embarcava seis canhões, o que o tornava praticamente invencível no combate contra as forças chinesas. A força se reuniu em Singapura e de lá partiu para a China, chegando a Cantão no final de junho de 1840, dando início à Guerra do Ópio. (GELBER, 2004, p. 102; ROBERTS, 1999, p. 167; SPENCE, 1990, p. 154). A primeira fase do conflito consistiu inicialmente no bloqueio do Rio da Pérola, em Cantão (Guangzhou), onde houve embates entre navios britânicos e os juncos chineses, com ampla superioridade dos vasos britânicos em combate naval – embora o combate em terra estivesse indefinido (SPENCE, 1998, p. 75-76).

Ao contrário do que imaginava Lin Zexu, entretanto, a frota britânica não se concentrou em Cantão, mas se dirigiu ao norte. Sob instruções do primeiro-ministro britânico, Lord Palmerston, uma parte da frota desembarcou na ilha de Zhoushan, próximo a foz do rio Yangzi, na costa da província de Zhejiang. A escolha pela ilha Zhoushan deveu-se à sua localização privilegiada em uma parte central da costa chinesa, a meio caminho entre Guangzhou e Tianjin/Beijing, que permite acesso fácil e rápido ao delta do rio Yangzi e próxima às cidades de Ningbo, Shanghai, Suzhou e Hangzhou, ricas e de grande importância comercial. Ao chegar a Zhoushan, os britânicos demandaram a rendição dos chineses, que se recusaram a atender. Iniciou-se a batalha e, após destruir os juncos chineses, os navios britânicos empreenderam um bombardeio à ilha, levando os defensores a fugir. (ELLEMAN, 2005; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990).

Outra parte da frota se dirigiu a Tianjin e tomou os fortes Dagou, ameaçando diretamente Beijing. Os objetivos eram, primeiramente, assegurar um entreposto comercial e militar de privilegiada localização e ameaçar diretamente o governo imperial para pressioná-lo a assinar um acordo favorável. O imperador chinês, alarmado com a ameaça direta a Beijing, demitiu e exilou Lin Zexu e designou Qishan, governador-geral de Zhili (antiga província onde se localizava Beijing e Tianjin) para negociar com os britânicos. Qishan apostou que poderia conceder vantagens comerciais como a abertura de portos, sem ceder território. Entretanto, quando os britânicos, numa nova demonstração de força, tomaram os fortes do Bogue, com baterias de canhões que guardavam o estuário do Rio da Pérola, Qishan aceitou negociar nos termos britânicos e foi firmada então, a Convenção de Chuanbi, em janeiro de 1841. (ELLEMAN, 2005; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990).

Embora houvesse uma superioridade militar e tecnológica dos britânicos na batalha naval, o combate em terra não estava definido, graças à resistência das milícias populares chinesas. Este também era um dos temores dos Qing: que as milícias organizadas não apenas expulsassem os britânicos, os estrangeiros europeus, mas se voltassem contra eles próprios, os manchus, os estrangeiros asiáticos. (SPENCE, 1998, pp. 75-76)

Segundo os termos da convenção, os britânicos obtiveram a cessão de Hong Kong (Xianggang), uma indenização de 6 milhões de dólares e a abertura do comércio em Cantão, mas renunciaram à ilha Zhoushan e aos fortes do Bogue. Nenhum dos governos ficou satisfeito com os termos da Convenção, e o conflito persistiu. Ambos os lados consideravam que poderiam conseguir um acordo muito melhor. O imperador chinês considerou que muito fora cedido aos britânicos e ordenou a mobilização de 4.000 soldados para reforçar suas forças e lançar uma “campanha de aniquilação” contra o inimigo em Cantão. (ELLEMAN, 2005; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990).

Os ingleses nomearam um novo encarregado, Pottinger, que foi a Cantão com instruções para obter ainda mais do que já fora concedido: recuperar Zhoushan, negociar diretamente com pessoas que pudessem dar a última palavra sobre o acordo, a abertura de pelo menos quatro novos portos com direito a representação consular, cessão de mais ilhas que funcionassem como entrepostos comerciais, com a manutenção da cessão de Hong Kong, o fim do Cohong – isto é, da intermediação de comerciantes chineses para o comércio com os britânicos – e, por fim, a legalização do ópio. (WAKEMAN, 1978, p. 200–201).

Em maio de 1841, os chineses ainda buscaram contra-atacar, ao lançar sua campanha de aniquilação contra os britânicos, que ficou conhecida como o incidente de Sanyuanli. A superioridade militar e tecnológica britânica foi demonstrada pela destruição de 71 vasos de guerra chineses, da artilharia costeira e do cais, com participação do navio *Nemesis*, que fez a cobertura de navios de transporte de tropas e permitiu a ocupação da cidade e o avanço de tropas ao norte de Cantão. (ELLEMAN, 2005; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990)

Os britânicos continuaram seguindo para o norte, com o objetivo de alcançar o rio Yangzi e dividir a linha de comunicações da China entre norte e sul. No caminho, conquistaram Amoy (hoje chamada Xiamen), Zhenhai, Ningbo e retomaram o controle sobre a ilha Zhoushan. Os chineses contra-atacaram na campanha do rio Yangzi, mobilizando mais forças e atuando de forma mais efetiva do que nos combates anteriores. Ainda assim, não puderam vencer os britânicos, que concluíram a campanha tomando Zhapu e, depois, Nanjing e controlando o

Grande Canal e o rio Yangzi, o que levou a corte chinesa a sentar à mesa de negociações (ELLEMAN, 2005).

De acordo com os termos do Tratado de Nanquim, assinado em agosto de 1842, os britânicos receberam a cessão de Hong Kong e a abertura de Cantão e mais quatro portos para o comércio<sup>12</sup>, abolindo o Cohong e permitindo o comércio direto sem intermediários, o que aboliu o sistema de Cantão. No ano seguinte, foi assinado o tratado do Bogue, que adicionava a Cláusula da Nação Mais Favorecida aos termos, garantindo aos britânicos as mesmas vantagens e benefícios que fossem concedidas a outras potências.

Em suma, uma das últimas fronteiras do sistema capitalista tinha sido conquistada com a abertura comercial da China, fazendo a China ingressar de forma involuntária no sistema internacional moderno. O ingresso da China se deu de forma subordinada, por três vias: militar, política e econômica.

A derrota na Guerra do Ópio havia exposto os chineses a uma nova dinâmica militar, baseada na aplicação dos avanços tecnológicos da revolução industrial ao desenvolvimento de meios militares e do papel do estado moderno na mobilização de recursos e soldados e na logística militar.

A Grã-Bretanha à época já havia introduzido o motor a vapor (com o carvão como combustível) e o uso do ferro na construção de belonaves. Navios desse tipo compunham a frota britânica enviada à China. Mesmo os navios britânicos feitos de madeira apresentavam uma qualidade melhor que os chineses. Comparados aos navios britânicos, os chineses compunham apenas patrulhas costeiras. Soma-se a isso, que os armamentos chineses não tiveram quase nenhum avanço tecnológico desde o início do século XVIII (MAO, 2016).

O primeiro oficial a enfrentar os britânicos, Lin Zexu, registrou sua percepção de que era fundamental investir em navios e armas. Outra parte do relato de Lin, entretanto, chama a atenção:

Se tentássemos criar defesas em todos os lugares não somente nos esforçaríamos e gastaríamos nossos recursos sem limite, mas também como poderíamos recrutar e transportar tantas tropas, milícias, artilharia e munição, e vir ao seu apoio tão rapidamente?. (LIN, 1842 apud TENG; FAIRBANK, 1979, p. 28, tradução nossa<sup>13</sup>)

De fato, a capacidade de mobilização de tropas e recursos dos britânicos para as incursões na China foi espantosa. Os britânicos foram capazes de travar a guerra na China por

---

<sup>12</sup> Amoy (Xiamen), Fuzhou, Ningbo e Shanghai

<sup>13</sup> **No original**, “If we tried to put a defense everywhere, not only would we toil and expend ourselves without limit, but also how could we recruit and transport so many troops, militia, artillery, and ammunition, and come to their support quickly?...” (LIN, 1842 apud TENG; FAIRBANK, 1979, p. 28).

três anos, mantendo superioridade numérica durante todo o período. Apenas durante a Campanha do rio Yangzi, já no final da Guerra, os chineses conseguiram mobilizar número de soldados próximos ao número britânico (ELLEMAN, 2005, p. 29). Isso é impressionante, se levado em consideração que o tamanho da população chinesa à época era superior a 400 milhões de habitantes e que a guerra foi travada inteiramente no território chinês.

As dificuldades da China na Guerra do Ópio podem ser explicadas pelo fato de que a preparação militar da China imperial era baseada em um tipo de guerra completamente diferente do que foi a Guerra do Ópio, que consistiu no enfrentamento contra uma grande potência naval. As principais ameaças vinham por terra, particularmente dos povos do Norte e do Oeste, como os Xiongnu, os Khitans, os Jurchens (povo ancestral dos Manchus) e os Mongóis (WANG, 2018, p. 29–30). Após a incorporação da Mongólia e de Xinjiang e o estabelecimento do protetorado sobre o Tibete, a principal preocupação das forças armadas chinesas era a contenção de revoltas e rebeliões – por terra. A existência do sistema tributário como estrutura institucional das relações entre os estados do Leste Asiático e a centralidade da China nesse sistema garantia a estabilidade e a redução de ameaças pelo mar por parte de estados e se concentravam no combate a piratas. As forças navais da China imperial foram, portanto, constituídas para o combate na costa e tinham pouca capacidade de combate em águas profundas. Desse modo, as principais defesas costeiras da China eram fortes e baterias de canhões (MAO, 2016, p. 34).

O desafio militar, entretanto, foi apenas parte do desafio imposto pelo ocidente à China. Os tratados de Nanquim e do Bogue foram os primeiros de uma série de tratados iníquos<sup>14</sup>, que fizeram os chineses renunciar a diversas prerrogativas de sua soberania sem qualquer contrapartida. Na prática, os tratados de Nanquim e do Bogue acabaram com o controle da China sobre seu comércio externo, sujeitando o mercado chinês à lógica capitalista e à entrada massiva de produtos britânicos e das demais potências ocidentais, cuja produção fora beneficiada pelo advento da revolução industrial. Como expõe Karl Marx (1850) à época:

---

14 Ao longo do século XIX, a China seria forçada a assinar os seguintes tratados: Tratado de Nanquim (Grã-Bretanha, 1842); Tratado do Bogue (Grã-Bretanha, 1843); Tratado de Wangxia (Estados Unidos da América, 1844); Tratado de Huangpu (França, 1844); Tratado de Cantão (Reinos Unidos da Suécia e da Noruega; 1847); Tratado de Kulja (Rússia, 1851); Tratado de Aigun (Rússia, 1858); Tratado de Tianjin (Grã-Bretanha, França, Rússia e Estados Unidos da América, 1860); Convenção de Beijing (Grã-Bretanha, França e Rússia, 1860); Convenção de Zhifu (Grã-Bretanha, 1876); Tratado de São Petersburgo (Rússia, 1881); Tratado de Tianjin (França, 1885); Tratado Sino-Português de Beijing (Portugal, 1887); Tratado de Shimonoseki (Japão, 1895); Tratado Li-Lobanov (Rússia, 1896); Convenção para extensão do Território de Hong Kong (Grã-Bretanha, 1898). Espanta tanto a quantidade de tratados que, em sua maior parte, extraíam vantagens comerciais e territoriais da China sem contrapartidas equivalentes quanto o número de países ocidentais envolvidos em tratados com a China, o que demonstra a importância do mercado chinês para a expansão do capitalismo em escala global.

Milhares de navios ingleses e americanos singraram para a China, que, em pouco tempo, foi inundada de produtos britânicos e americanos baratos. A indústria chinesa, essencialmente de manufaturas, sucumbiu à concorrência do maquinismo. O inabalável império sofreu uma crise social. Os impostos deixaram de entrar, o Estado encontrou-se à beira da falência, a grande massa da população conheceu a completa pobreza, e revoltou-se.

Em outros termos, o que Marx retrata é a completa modificação dos termos de troca da economia chinesa com relação aos países ocidentais industrializados, especialmente os britânicos, que experimentavam a revolução industrial. A abertura do mercado chinês à concorrência dos produtos industrializados do ocidente desmantelou a incipiente manufatura chinesa, gerando desemprego, redução da renda e grande perda de receita pelo estado chinês. A China tornou-se o centro da cobiça internacional e foi inserida no modo de produção capitalista, à sua revelia, como parte de sua periferia.

Os desafios militar e econômico combinaram-se em um enorme desafio político à China atingindo diretamente a sua autonomia. Iniciou-se ali um embate direto entre o sistema internacional capitalista e o sistema tributário, com uma ameaça direta à centralidade da China no Leste Asiático e à legitimidade da elite imperial enquanto autoridade política e ao seu modelo de organização política, social e econômica. As respostas que surgem a esse desafio são de duas naturezas: uma busca romper com o sistema tributário e oferecer uma nova alternativa de organização política, econômica e militar, simbolizada pela Revolução Taiping; a outra é uma resposta conservadora, que visa manter a dominância da Dinastia Qing e as instituições tradicionais do sistema tributário, buscando modernizar-se militarmente, com a aquisição de meios militares ocidentais para vencer os ocidentais.

## 2.2 A REVOLUÇÃO TAIPING: A RESPOSTA REVOLUCIONÁRIA AO DESAFIO OCIDENTAL

O objetivo desta seção é investigar a fundo o papel da Revolução Taiping enquanto resposta ao desafio ocidental à China. A Revolução Taiping constituiu-se em uma resposta que visava superar o sistema tributário simbolizado pelo poder imperial chinês enquanto modelo de estado e oferecer uma resposta à invasão da China pelos ocidentais. Seu surgimento esteve diretamente ligado à crise política, econômica e militar da Dinastia Qing, que foi resultado da derrota da China na Guerra do Ópio e de problemas sociais e econômicos da China a partir do final do século XVIII.

Desta feita, compreender a organização social da China imperial e os problemas sociais e econômicos da China à época nos fornecem o contexto e justificam a importância da Revolução Taiping para a agenda da grande estratégia da China.

### **2.2.1 A estrutura social da China e as origens da Revolução Taiping**

A organização social e política da China imperial tinha como centro a elite imperial, que governava o país, assentada sobre três grupos sociais: a burocracia, os proprietários de terra e a intelligentsia (ou os homens letrados). Os burocratas eram responsáveis pela administração do estado, os proprietários da terra tinham o controle sobre os meios de produção e a intelligentsia tinha um duplo papel, de exercer funções especializadas em outros ramos da economia e o de treinar novos quadros, que prestariam os exames civis de admissão ao serviço público e poderiam se tornar parte da burocracia.

Havia uma relação de retroalimentação entre esses grupos sociais. O estado era responsável pela construção de infraestrutura, especialmente os diques e canais, necessários para a agricultura. Os proprietários de terra controlavam a propriedade e o uso da terra, o crédito rural e a política local (no nível dos condados), sendo responsáveis pela coleta de impostos e contribuindo com a manutenção da ordem, por meio da formação de milícias locais. (BLECHER, 1986, p. 6–9).

Os homens letrados, por sua vez, tinham um papel importante, pois treinavam os filhos dos proprietários de terra para que esses passassem nos exames civis e ingressassem na burocracia. Os exames civis de admissão ao serviço público eram importantes por duas razões: a composição social da burocracia era um dos elementos-chave do sistema social e da formulação e da execução das políticas imperiais e o acesso à burocracia tornou-se cada vez mais o reflexo da distribuição de renda e poder entre as classes sociais. (BLECHER, 1986, p. 6–9; ELMAN, 2013, p. 128; 149).

O ingresso na burocracia era mais do que uma oportunidade para contribuir para o desenvolvimento do estado chinês. Era possível ganhar poder e prestígio e construir riqueza – além do salário, os burocratas e suas famílias poderiam receber outros privilégios. O ciclo se retroalimentava na medida em que os funcionários públicos utilizavam seus ganhos para adquirir ou expandir as terras de sua família. Além disso, embora não fosse possível um burocrata assumir um cargo em sua localidade de origem, os funcionários públicos poderiam

usar as redes de contatos para atuar informalmente na defesa dos interesses de sua família. (BLECHER, 1986, p. 6–9; ELMAN, 2013, p. 127–132).

Esse cenário favorecia a concentração de terras, fortalecendo os laços entre o estado e os proprietários de terra. Entretanto, isso fortalecia os poderes locais perante o governo imperial. Esta disputa, entre o centro e as unidades, é uma constante na história chinesa, e a dinastia Qing não escapou deste desafio. A Dinastia Qing, cuja linhagem é da etnia manchu, ascendeu ao poder derrotando os últimos defensores da Dinastia Ming, cuja linha é da etnia majoritária da China, a Han.

Em que pesem os conflitos entre essas elites, a consolidação da Dinastia Qing só foi possível graças ao apoio de uma elite chinesa, baseada no sistema social tradicional. Desta forma, o fortalecimento das instâncias de poder local era, em última instância, um fortalecimento da elite chinesa perante os manchus (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 305).

A crise política, econômica e social que se criava na China havia enfraquecido a aliança entre a elite manchu e a elite han. Apesar desta disputa, ambas as elites se beneficiavam desse sistema e dependiam dele para garantir a continuidade do seu poder e, como apontaremos a seguir, ambas se uniram quando foram confrontadas por um inimigo comum.

O quadro social da época, no entanto, não era favorável. Houve um enorme crescimento populacional não acompanhado pelo aumento da produção alimentar, em que pese a chegada de novas culturas alimentares vindas da América, como o milho, a batata-doce e o amendoim. A partir do fim do século XVII, caía a oferta de alimentos per capita. A soma desses dois elementos produziu um forte movimento migratório interno, com consequências para as relações sociais, com atritos entre populações estabelecidas e populações recém-chegadas. Todos esses elementos tornaram mais difícil o efetivo controle do território e da população por parte do estado chinês (ROBERTS, 1999, p. 173–174; SPENCE, 1990, p. 169–170).

O aumento da população ocorrido durante a Dinastia Qing provocou também um enorme aumento da concorrência para admissão ao serviço público via exames civis de admissão (ELMAN, 2013, p. 146; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; ROBERTS, 1999, p. 173–174; SPENCE, 1990, p. 169). O ingresso no serviço público ou a preparação para os exames civis serviam como uma das principais formas de ascensão social na China imperial. Mesmo aqueles que não passavam nos exames, tornavam-se letrados e poderiam assumir outras ocupações fundamentais para a sociedade (ELMAN, 2013, p. 133). O extremo rigor dos exames, somado à disparidade crescente de preparação, praticamente barrava o ingresso dos

filhos dos mais pobres no serviço público, pois era necessário muito investimento e tempo para se capacitar para ser aprovado<sup>15</sup> (BLECHER, 1986, p. 7; ELMAN, 2013, p. 127).

A crise econômica também reduziu as oportunidades econômicas para outros grupos sociais. A abertura comercial desmantelou a indústria de manufaturados interna e desempregou muitos trabalhadores (MARX, 1850). Outro exemplo foi a abertura de novos portos aos britânicos, como o de Shanghai, que desempregou porteiros e barqueiros. Os britânicos também expulsaram frotas de piratas de Xianggang (Hong Kong), e parte deles veio a se juntar a movimentos rebeldes como os Taiping (ROBERTS, 1999, p. 174).

Os problemas econômicos, sociais e a perda de capacidade militar do império eram cada vez mais flagrantes. Nesse contexto, a Revolta do Lótus Branco realizada na virada do século XVIII para o século XIX foi um precedente de resistência à exploração e, principalmente, de incapacidade da Dinastia Qing de responder a desafios militares (ROBERTS, 1999, p. 172–173).

Ao longo do século XVIII e do século XIX, foram organizadas diversas sociedades políticas na China, que tinham como elemento comum a oposição à Dinastia Qing e ao poder manchu. Algumas dessas sociedades levantaram-se em revolta contra o império, em especial a do Lótus Branco (virada do século XVIII para o século XIX) e a Sociedade da Ordem Celestial (1813). Outras não chegaram a se constituir enquanto revoltas, mas permaneceram como elementos de mobilização política relevante, como a Sociedade do Céu e da Terra (também conhecida como Tríade), baseada no Sul da China (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 305; SPENCE, 1990, p. 169).

A incapacidade das forças regulares chinesas em travar o combate com os britânicos levou o governo imperial a mobilizar milícias populares no Sul da China. Esse movimento foi facilitado porque passou a haver uma reação espontânea dos chineses contra os britânicos, a partir de sua incursão terrestre no Sul da China durante a Guerra do Ópio. Esse impulso popular se intensificou à medida em que foram assinados os tratados injustos. Como pondera Spence (1990, p. 170), ao apostar na violência popular, o governo imperial assumiu o risco de perder o controle sobre esse movimento.

A perda de legitimidade política dos Qing que se seguiu à derrota para a Grã-Bretanha criou o momento político e militar para que surgissem novas revoltas. Entre as rebeliões

---

15 O líder da Revolução Taiping, Hong Xiuquan, era oriundo de uma família mais pobre, por exemplo, e foi reprovado diversas vezes nos exames civis, e jamais conseguiu alcançar o nível de *shengyuan*, o mínimo para que obtivesse remuneração e algumas vantagens como isenção de alguns impostos e imunidade a punições físicas em caso de cometimento de crime (SPENCE, 1990, p. 170).

ocorridas a partir da Guerra do Ópio, estão a Revolução Taiping, a Revolta Nian, no centro-sul da China, e as rebeliões dos muçulmanos, no Oeste e no centro da China. Apesar disso, a Revolução Taiping foi o movimento mais importante, porque tinha um programa de transformação econômica e social que rompia com as bases da sociedade chinesa, o que também justifica classificá-la como uma “revolução”.

### **2.2.2 A revolução Taiping: plataforma política e ação militar**

A Revolução Taiping tem origem na formação da Sociedade dos Adoradores de Deus por Hong Xiuquan e Feng Yushan. No início da década de 1850, o movimento já congregava 30 mil pessoas (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 306). Para Hong Xiuquan, os manchus eram demônios, que ao defender o Confucianismo, desviavam a China do caminho da justiça e da crença no verdadeiro Deus (SPENCE, 1990; ROBERTS, 2012). O grupo se estabeleceu na província de Guangxi, no Sul da China, onde passou a sofrer ataques de grupos armados organizados por proprietários de terra na região. No início de 1851, Hong Xiuquan proclamou o Reino da Paz Celestial (Taiping Tianguo), iniciando oficialmente o desafio político e militar à dinastia Qing.

A base religiosa e ideológica cristã deveu-se à conversão de seu líder, Hong Xiuquan. Hong pertencia à etnia Hakka, originária do Sul da China. Após quatro tentativas fracassadas de ingressar no serviço público chinês, Hong tornou-se extremamente desiludido com o sistema social chinês e passou a alimentar um grande rancor contra a Dinastia Qing e contra os manchus. Foi então que descobriu o cristianismo, pelo contato com a Bíblia e com obras cristãs distribuídas em Cantão. Hong passou a estudar a doutrina religiosa cristã com o missionário estadunidense Issachar Roberts. Passou então a converter pessoas próximas, como familiares e amigos. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; SPENCE, 1998)

A origem da Revolução Taiping pode levar a crer que se tratava de um movimento milenarista, isto é, com motivação meramente religiosa ou que seu líder fosse apenas um “místico”. Ao examinar os desdobramentos da guerra travada pelos Taiping contra o império chinês e, especialmente, a constituição dos Taiping enquanto movimento político e social, é possível identificar a relevância da Revolução tanto para a sua época quanto para os movimentos políticos futuros, especialmente para a formação da agenda política da reunificação e da revolução nacional da primeira metade do século XX.

Os Taiping fundaram uma estrutura estatal centralizada, liderada pelo rei celeste (Hong Xiuquan) e por cinco reis. A unidade básica da sociedade Taiping era composta por 25 famílias,

cada qual chefiada por um(a) sargento(a) e vinculada a uma igreja. O sargento era responsável por registrar a produção, resolver as disputas e selecionava cidadãos para a força militar (SPENCE, 1990, p. 175). Dessa forma, a centralização política instituída pelos Taiping não apenas garantia a coesão social, como possibilitava a concentração dos recursos econômicos e a organização de um grande exército baseado na conscrição.

Ao mesmo tempo, os Taiping propunham um programa com que atacava diretamente os problemas sociais e econômicos que afligiam a China e confrontava abertamente a estrutura social sobre a qual se baseava o sistema tributário. Propunham o fim da propriedade privada e a distribuição da terra para uso e usufruto, que deveria ser feita de acordo com uma classificação da terra de acordo com a sua fertilidade e então distribuída à população em quantidades iguais para homens e mulheres. Cada família poderia manter o produto suficiente para a sua subsistência e ceder o restante aos celeiros comunais, que estavam vinculados às igrejas. (ELLEMAN, 2005, p. 38; ROBERTS, 1999, p. 177).

As igrejas tinham um papel muito maior do que o religioso ou de formação moral, elas eram elementos fundamentais da organização política, econômica e social dos Taiping. Isso reforça nosso argumento de que o cristianismo, mais do que um elemento exótico em meio a uma sociedade confuciana, constituía parte de uma tentativa de coesão social e centralização política que rompia com as bases do confucionismo, visto naquele momento como elemento que sustentava a decadente dinastia Qing.

Os impostos foram praticamente abolidos, e quando cobrados, eram muito baixos (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 306). Desta forma, os camponeses se juntavam aos Taiping para obter redução de impostos sobre a terra ou se livrar do jugo dos senhores de terra (ELLEMAN, 2005, p. 38).

Os Taiping também pregavam a igualdade entre homens e mulheres para cargos políticos, atuação militar, trabalho na terra e até mesmo na distribuição do uso da terra<sup>16</sup>. Isso era possível pois as mulheres Hakka, que constituíam uma grande parte das mulheres do movimento, não enfaixavam os pés. Em diversos momentos, unidades compostas apenas por mulheres tiveram papel importante em combate. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 306–307; SPENCE, 1998, p. 47; YU, 2012).

---

16 Além disso, os Taiping proibiram que os pés das mulheres fossem deformados. Esses pontos guardavam muitas similaridades com as práticas dos Hakka, especialmente no que tange à igualdade de trabalho entre homens e mulheres e que as mulheres não deformavam os pés. Outros pontos previam livre escolha do cônjuge, proibição do consumo de álcool, tabaco e ópio. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 306–307; SPENCE, 1998, p. 47).

O recrutamento militar era baseado na conscrição, feito de forma universal, em que cada família deveria indicar um soldado. Desse modo, o sistema militar Taiping era baseado em uma organização centralizada que espelhava a organização social, criando a noção do “soldado-camponês”. Todos os soldados passavam por treinamento rigoroso e padronizado. Isto operava em favor da capacidade de mobilização de grande número de soldados e da coesão social.

Após a proclamação do reino Taiping, suas forças partiram de Guangxi em direção ao norte, onde ao longo dos anos seguintes, passou por diversas cidades nas províncias de Hunan, Hubei, Anhui e Zhejiang. Ainda em 1852, Hong Xiuquan e os reis Taiping decidiram estabelecer a capital em Nanjing, em vez de seguir ao Norte para a tomada de Beijing<sup>17</sup> (YU, 2012). Ao longo do caminho, o movimento recebe adesões (voluntárias ou forçadas) e sua população atinge 1 milhão de pessoas. Nessa campanha, os Taiping também conseguem reunir recursos, como canhões, pólvora, barcos e dinheiro (ROBERTS, 1999, p. 176; SPENCE, 1990, p. 174). No ano seguinte, tomam Yangzhou, o que dá o controle do Grande Canal e da comunicação entre Norte e Sul. Logo em seguida, estabelecem a capital em Nanjing (ELLEMAN, 2005, p. 42).

Durante a campanha, os Taiping demonstram táticas militares bastante inovadoras, como a construção de túneis, a engenharia (construção de plataformas para atacar a cidade por cima da muralha), demolição e o uso de barcos para formar pontes flutuantes sobre o rio Yangzi. O alto número de soldados de que dispunha os Taiping permitiu utilizar a tática de ondas humanas durante a invasão de Nanjing (ELLEMAN, 2005, p. 40–41; SPENCE, 1990, p. 174; YU, 2012).

### **2.2.3 A resposta imperial e a queda dos Taiping**

As forças regulares imperiais (o Exército das Oito Bandeiras e o Exército Verde) tiveram grande dificuldade para enfrentar as forças Taiping, que continuaram seu avanço ao norte e estabeleceram sua capital em Nanjing. Foi então que o governo imperial lançou duas frentes com grande número de soldados, que cercariam Nanjing pelo Norte e pelo Sul. Em resposta, os Taiping empreenderam expedições ao norte, para capturar Beijing, e a oeste, para enfrentar as forças imperiais nas provinciais centrais e criar uma distração para as forças que

---

17 Esta decisão estratégica é uma das mais polêmicas tomadas pelos Taiping. Para alguns autores, isto foi um equívoco (ROBERTS, 1999; YU, 2012). Esta pesquisa não pode identificar qual foi a razão para fixar a capital em Nanjing e não avançar até Beijing, o que poderia ter significado a queda da dinastia Qing e a tomada do poder pelos Taiping. É fato, entretanto, que o controle do rio Yangzi e do Grande Canal são objetivos estratégicos devido à sua importância para o controle do comércio e da comunicação entre norte e sul da China e do interior com o litoral.

cercavam Nanjing. A estratégia funcionou inicialmente, aliviando o cerco sobre Nanjing. Na expedição ao norte, os Taiping se aproximaram perigosamente de Beijing<sup>18</sup>.

Diante dos fracassos das forças regulares, foram criadas forças nas províncias próximas, lideradas por burocratas de nível provincial, que contaram com apoio dos proprietários de terra locais. Essas forças, as *yongying* ou “batalhões de bravos” eram forças baseadas em camponeses recrutados, que recebiam estipêndios durante sua atuação na contenção da Revolução Taiping. Inicialmente, os exércitos recebiam financiamento direto do governo imperial, mas passaram cada vez a depender do apoio financeiro dos proprietários de terra locais e das receitas provenientes da cobrança de um novo imposto sobre o comércio em trânsito entre províncias – sobre comerciantes chineses (Lijin). Com o apoio financeiro da elite chinesa, essas novas forças armadas puderam comprar novos navios, canhões e armamentos modernos. (ELLEMAN, 2005, p. 44). Dentre esses exércitos, destacaram-se o Exército Xiang, criado por Zeng Guofan em 1852 na província de Hunan e o Exército Huai, criado em Anhui por Li Hongzhang (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 308; HEATH; PERRY, 1994, p. 15–16; ROBERTS, 1999, p. 179–180; SPENCE, 1990, p. 177; YU, 2012).

A criação destes exércitos marcou um momento de virada da guerra que coincidiu com a quebra da unidade na liderança Taiping. O comandante-em-chefe das forças militares, Yang Xiuqing, passou a disputa diretamente o posto de rei celestial com Hong Xiuquan. Tem-se início uma grande disputa interna, que resulta no assassinato de Yang Xiuqing e no exílio de Shi Dakai, mais um dos reis Taiping, que leva consigo aproximadamente 200 mil soldados para o Oeste (Sichuan e Yunnan). (ELLEMAN, 2005, p. 52; YU, 2012)

Nesse contexto, há uma mudança nos rumos da liderança Taiping. O irmão do rei celestial, Hong Ren'gan, se junta ao movimento em Nanjing em 1859, trazendo propostas que se configuravam em um programa de modernização para a Revolução Taiping, cujo foco era a centralização política e a aquisição de capacidades econômicas e militares, incluindo construção de infraestrutura, o controle dos recursos naturais e energéticos e a modernização tecnológica (HUNG, 1859 apud TENG; FAIRBANK, 1979, p. 57–59). Embora não tenha conseguido implementar completamente seu programa, sua atuação, juntamente com a liderança militar de Li Xiucheng, fazem o movimento recuperar o ímpeto e lançar a expedição ao leste para a

---

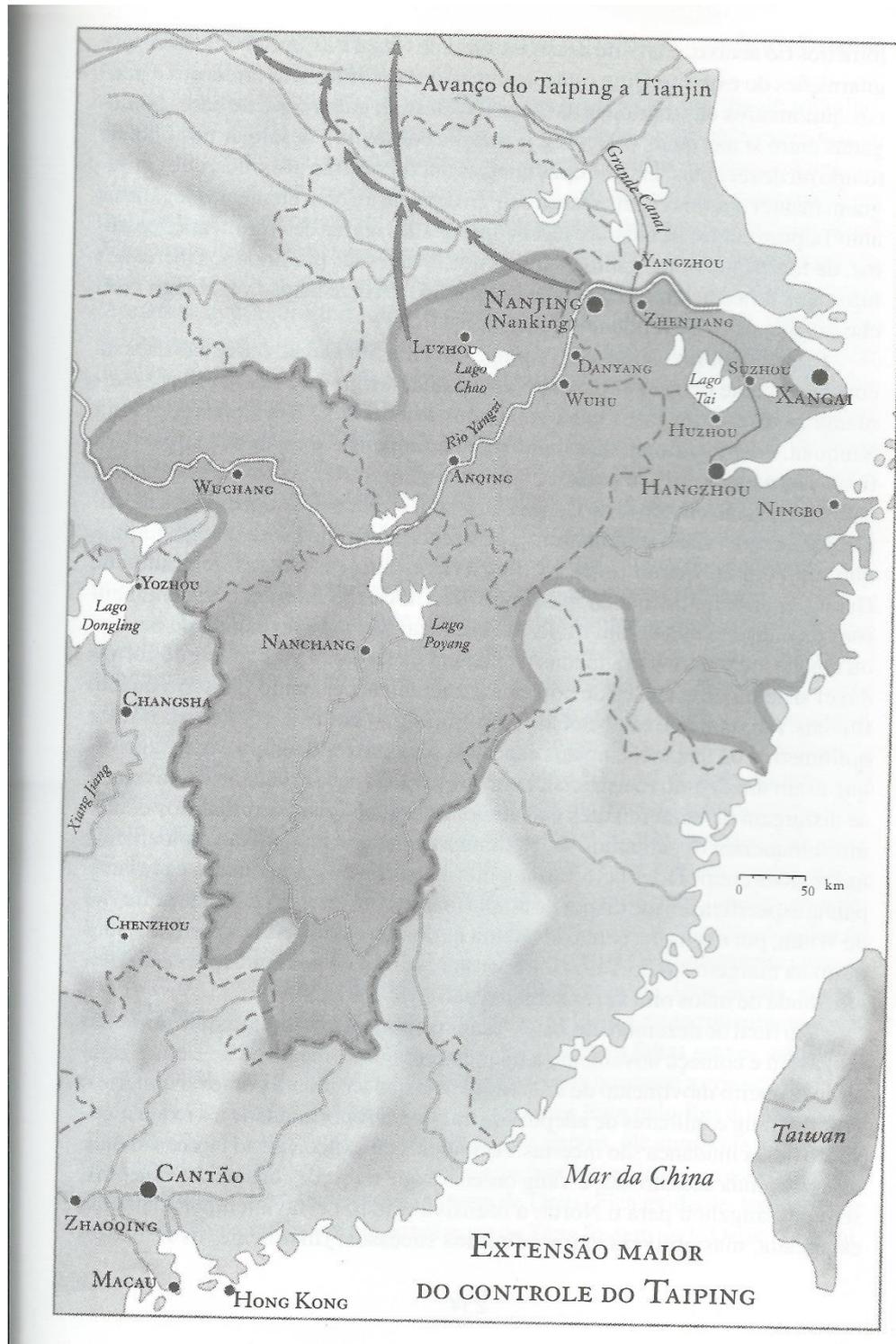
18 A expedição ao norte alcançou a região de Beijing, mas não atacou a capital, optando-se por direcionar a tropa a Tianjin, o que permitiu a reorganização das forças imperiais. As forças imperiais contra-atacaram com a ruptura de diques do Grande Canal, provocando uma enchente sobre as posições Taiping, que passou a sofrer com dificuldades logísticas e de acesso a recursos. A expedição ao oeste foi derrotada apenas em 1856 (YU, 2012).

captura de Shanghai. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 308; ROBERTS, 1999, p. 176; 178; SPENCE, 1990, p. 175).

Inicialmente, as forças estrangeiras mantiveram-se neutras no conflito, mantendo relações comerciais, inclusive de armas, com ambos os combatentes. O cenário mudou, entretanto, a partir da Segunda Guerra do Ópio (Guerra do Arrow), cujos elementos centrais eram a extensão e a renegociação dos termos do Tratado de Nanquim (1842) e do Bogue (1843). Diante de mais uma vitória militar ocidental sobre a China, desta vez de forças britânicas e francesas, foi assinado o Tratado de Tianjin (1858), que estabeleceu a abertura do rio Yangzi para o comércio estrangeiro até Hankou (atualmente Wuhan). Assim, os ocidentais dependeriam de uma vitória imperial sobre os Taiping para poder usufruir das novas vantagens obtidas em tratado. Isso levou os ocidentais a se envolver no conflito.

Isso ocorreu quando os Taiping empreendem uma expedição ao leste, com o objetivo de atacar Xangai. Estruturou-se assim um exército de chineses, treinados, armados e liderados por oficiais ocidentais, que atuavam com forte apoio de uma artilharia com tecnologia avançada ocidental (HEATH; PERRY, 1994, p. 25; 34). Essa força resistiu ao cerco de Xangai e empreendeu uma contraofensiva contra os Taiping, apoiando os demais exércitos na perseguição de suas forças, culminando com o cerco a Nanjing. Pelas suas vitórias importantes sobre os Taiping com um exército reduzido (não mais do que 4 mil homens), foi denominado pelo imperador chinês como o Exército Sempre Vitorioso (Ever-Victorious Army) (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 308–309; HEATH; PERRY, 1994, p. 25; 34; ROBERTS, 1999, p. 176)

Figura 3 – Extensão maior do controle do Taiping e avanços ao Norte



Fonte: SPENCE, 1998, p. 233

O avanço das diferentes forças, como o Exército Sempre Vitorioso, os Exércitos de Hunan e de Anhui e milícias mobilizadas por proprietários de terra, encurralam os Taiping, retomam o controle do rio Yangzi e cercam os inimigos em Nanjing. (ROBERTS, 1999, p. 176).

Em junho de 1864, Hong Xiuquan morreu e Nanjing foi reconquistada no mês seguinte. Parte dos revolucionários se dispersou e manteve o combate até 1868, quando os últimos remanescentes das forças Taiping foram derrotados.

Apesar de não conseguir cumprir seu objetivo e estabelecer uma nova dinastia para a China, a Revolução Taiping deixou sérias consequências para a China. O conflito perdurou entre os Taiping e o governo imperial perdurou por aproximadamente quinze anos e deixou uma enorme destruição e milhões de mortos. Por essas razões, é usualmente chamado de uma das maiores guerras civis da história.

Por outro lado, é inegável o legado que a Revolução Taiping deixou para a história da China. O conflito representou mais do que uma disputa entre grupos políticos e levou adiante uma agenda que confrontava diretamente a estrutura do sistema tributário ao propor um novo modelo de estado, sociedade e economia para a China. A proposta de centralização política, mobilização da sociedade, concentração de recursos econômicos e recrutamento militar por meio da conscrição representava uma modernização do estado chinês, em consonância com o novo modelo de estado e guerra do sistema internacional moderno.

É difícil afirmar qual a razão para o fracasso dos Taiping, mas algumas alternativas podem ser levantadas. Uma delas é foi a competição interna na alta liderança do movimento, o que sacrificou a capacidade de elaborar uma grande estratégia coesa. Algumas decisões estratégicas foram bastante discutíveis, como a decisão por estabelecer capital em Nanjing e não avançar imediatamente até Beijing, o que poderia determinar a queda da dinastia Qing. Há que se ponderar ainda que a entrada dos estrangeiros na guerra, a partir da década de 1860, alterou rapidamente o balanço de forças devido ao desenvolvimento tecnológico dos armamentos ocidentais e do treinamento das forças.

Apesar disso, os Taiping deixaram um legado para líderes e movimentos políticos que os sucederam, como o nacionalista Sun Yat-Sen e o comunista Mao Zedong. Ambos viam nos Taiping o exemplo na luta contra a espoliação estrangeira e contra a Dinastia Qing (HAN, 2005, p. 13). Mao Zedong, por exemplo, classifica a Revolução Taiping como uma “guerra revolucionária camponesa”, uma resposta à exploração das elites, e afirma que elas são a força motriz da evolução histórica chinesa, provocada pela exploração das classes mais pobres pelas elites (MAO, 1965, p. 308–309).

Os exércitos de Hunan e Anhui foram os exemplos mais destacados de um tipo de exército criado para enfrentar a Revolução Taiping diante da incapacidade dos exércitos imperiais. Sua formação traz consigo uma ambiguidade cujos resultados serão visíveis no final do período imperial e na era dos senhores da guerra. Segundo Elleman (2005, p. 44; 56), estes

foram os primeiros exércitos modernos da China, no que tange ao armamento e ao treinamento, com forte influência europeia. No entanto, não eram exércitos nacionais, mas sim exércitos de base regional, cujos líderes eram burocratas provinciais e cujo financiamento dependia cada vez menos do governo imperial, o que os tornava cada vez menos vinculados ao estado imperial. Se, por um lado, defenderam a dinastia Qing perante um desafio grave e imediato à sua sobrevivência, criaram as bases para a fragmentação política e territorial da China (ELLEMAN, 2005, p. 35; 54; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 309; ROBERTS, 1999, p. 179).

Em outros termos, a criação de tais exércitos foi um paliativo que, no máximo, tratou de um sintoma, mas não atacou a doença, as verdadeiras causas da fraqueza militar chinesa. Esta residia na incapacidade de desenvolver forças armadas nacionais, industrialização e desenvolvimento tecnológico nativos, que dependiam de uma centralização política. A próxima seção, que trata do movimento do Autofortalecimento, debaterá essa questão.

## 2.3 O AUTOFORTALECIMENTO: A RESPOSTA REFORMISTA AO DESAFIO OCIDENTAL

O objetivo desta seção é avaliar como o Autofortalecimento se apresentou enquanto resposta ao desafio ocidental à China e do sistema internacional moderno ao sistema tributário. O Autofortalecimento foi um movimento gestado na elite imperial e na burocracia, que teve início na década de 1860 e foi uma resposta conservadora, pois visava fazer frente ao desafio estrangeiro para manter as instituições tradicionais do sistema tributário.

Após mais de três décadas, o movimento do Autofortalecimento conheceu o seu fim, na derrota militar da China para o Japão durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa. A princípio poderia se considerar que o legado histórico do Autofortalecimento é apenas de fracasso, mas uma análise mais detalhada demonstra o importante papel da sua experiência na formação da Grande Estratégia da China. De forma objetiva, o fracasso do Autofortalecimento é um importante estudo de caso sobre as etapas da Revolução Nacional.

### 2.3.1. As elites chinesas e a resposta ao desafio ocidental

Em um primeiro momento após o Tratado de Nanquim, em 1842, que marcou o final da Guerra do Ópio e a abertura comercial da China, o comportamento inicial do governo imperial com relação aos ocidentais oscilava entre a conciliação diplomática e a tentativa de obstruir de

resultados práticos dos acordos assinados, como a criação de taxas de comércio internas sobre produtos estrangeiros e o adiamento de concessões territoriais (ROBERTS, 1999). Dado o contexto, é muito provável que se tratasse de uma tática para ganhar tempo e definir uma estratégia consistente para enfrentar os ocidentais.

Simultaneamente, havia um debate na corte imperial sobre a forma pela qual os chineses deveriam lidar com os estrangeiros, em especial os britânicos. De um lado, oficiais como Lin Zexu e Wei Yuan se concentravam na construção de uma política de modernização de capacidades militares que permitisse à China fazer frente aos britânicos. Outra vertente, de oficiais como Qishan e Qiyong, defendia que a abordagem deveria ser principalmente diplomática, por meio de uma política de apaziguamento (ROBERTS, 1999; TENG; FAIRBANK, 1979, p. 37).

Ao mesmo tempo em que a elite se debruçava sobre o debate a respeito de como responder ao desafio ocidental, eclodiu a Revolução Taiping e uma série de revoltas cuja origem estava ligada ao esgotamento dos recursos e da capacidade política e militar da Dinastia Qing e, principalmente, dos efeitos econômicos que a abertura comercial forçada aos países ocidentais havia causado à China. No final da década de 1850, já enfraquecida pelos déficits de comércio externo e pelos severos conflitos internos, a China ainda foi forçada militarmente mais uma vez a ceder aos termos dos ocidentais na Segunda Guerra do Ópio (1858-1860).

A política do Autofortalecimento foi a resposta dada a esses desafios e, em certa medida, foi uma combinação das duas posições do debate, a de conciliação com os estrangeiros e a de modernização das capacidades chinesas. Podemos dizer que a primeira posição era representada pelo oficial Guo Songtao, enquanto a segunda era representada por Feng Guifen.

Guo Songtao defendia a importância da diplomacia no trato com os ocidentais. Sua percepção era de que os conflitos com os bárbaros – da antiguidade até o presente, na relação com os europeus – provinham da falta de habilidade na administração dos conflitos. Dessa forma, seria necessário entender os interesses das potências ocidentais em cada contexto e então propor um acordo.

Feng Guifen, por sua vez, colocava ênfase na geopolítica e no desenvolvimento das capacidades estatais como forma de responder ao desafio ocidental. Em sua visão, o relativo equilíbrio na competição entre as potências ocidentais poderia provocar um impasse que garantiria a sobrevivência do estado chinês, mas um acordo entre as potências ou a hegemonia de uma sobre as outras colocaria a China em risco. Portanto, seria necessário desenvolver capacidades que fizessem frente aos ocidentais. Para isso, seria necessário adquirir

conhecimentos avançados do ocidente e incentivar a formação de quadros chineses nesses conhecimentos.

Uma das primeiras propostas de Feng foi a mudança do currículo dos exames de ingresso no serviço público e de critérios para promoção de servidores públicos, tendo como base os conhecimentos técnicos e tecnológicos e avanços no desenvolvimento de capacidades. Como analisado na seção anterior, o ingresso e a promoção no serviço público constituíam elementos fundamentais da distribuição de forças políticas na China imperial. Dessa forma, a proposta de Gui, caso implementada, poderia transformar as instituições chinesas (KUO, 2008, p. 500–504; ROBERTS, 1999). Essa seria uma das principais propostas da Reforma dos 100 Dias, de 1898, que trataremos mais adiante.

As vitórias sobre os Taiping e, posteriormente, sobre as demais revoltas contra a dinastia Qing tiveram grande participação de oficiais provinciais, como Zeng Guofan, Li Hongzhang e Zuo Zongtang. Além de construir novas forças armadas em bases provinciais para enfrentar as revoltas, foram deles algumas das primeiras iniciativas para a modernização militar. Isso reforçou a tendência de descentralização do poder para as províncias e, conseqüentemente, da elite manchu para a elite chinesa. Isso não significava necessariamente que o Autofortalecimento consistiria na construção de um programa revolucionário que mudasse as bases da sociedade chinesa, muito pelo contrário: o objetivo central era a manutenção das instituições tradicionais. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 311; ROBERTS, 1999).

Alguns dos projetos de modernização militar levados a cabo pelo Autofortalecimento tiveram início ainda em meio às revoltas e à Revolução Taiping. Em 1862, Zeng Guofan criou um arsenal em Anqing, cidade recém-recuperada aos Taiping, justamente para a fabricação de armas contra os inimigos e no ano seguinte enviou um oficial chinês aos Estados Unidos para adquirir bens de capital (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 311; ROBERTS, 1999, p. 185–186).

Dentre as principais medidas tomadas para a modernização militar, Li Hongzhang determinou a criação de fábricas de canhões em Shanghai e Suzhou, enquanto Zuo Zongtang construiu um estaleiro em Fuzhou (sudeste da China continental), próximo à ilha de Formosa. Em Shanghai e em Fuzhou foram criadas também escolas navais, para ensino da navegação e de habilidades técnicas. A questão da construção de arsenais era central, pois basear a modernização militar na aquisição de armamentos militares ocidentais era altamente custosa e mantinha a China dependente dos estrangeiros. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 311; ROBERTS, 1999, p. 185–186; SPENCE, 1990, p. 198–199)

### **2.3.2. Ampliação do escopo das reformas do Autofortalecimento: a insuficiência da modernização militar sem industrialização e sem centralização política**

Para viabilizar a modernização militar, o governo imperial investiu na aquisição de bens de capital (maquinário) dos ocidentais na formação de trabalhadores locais especializados nos conhecimentos ocidentais. Uma das medidas adotadas foi fomentar a tradução de obras ocidentais dos mais diversos campos do conhecimento. Foram criadas também escolas de ensino de línguas estrangeiras, para formar tradutores e diplomatas, e escolas de estilo ocidental, que introduziam aos alunos chineses disciplinas ocidentais, como matemática e física. Investiu-se pesadamente no intercâmbio de oficiais e intelectuais: oficiais chineses foram enviados ao Ocidente para receber formação em universidades; foram financiadas missões oficiais chinesas ao Ocidente para aprender as técnicas e as tecnologias ocidentais e muitos ocidentais foram contratados para trabalhar nos empreendimentos chineses (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 311–312; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990).

A criação do Escritório de Assuntos Estrangeiros, o Zongli Yamen, era resultado direto da derrota na Segunda Guerra do Ópio. À primeira vista, poderia parecer apenas parte da política de conciliação, mas representava muito mais do que isso. A princípio, era o responsável por ser o principal canal de contato com os ocidentais. Ao longo do tempo, entretanto, o Zongli Yamen tornou-se a agência pela qual o governo imperial buscava os esforços de modernização das capacidades chinesas. Através dele, era viabilizado o intercâmbio de conhecimento e a importação da tecnologia ocidental. Notabilizou-se também por incentivar a formação de conhecimento sobre o Ocidente, da geografia ao direito internacional, disciplinas necessárias para uma maior compreensão do Ocidente pela China. Além disso, negociava com as potências ocidentais para evitar novos conflitos em um período em que a diferença de capacidades militares tornava qualquer conflagração potencialmente desvantajosa para a China. (HAO; WANG, 1980).

Após uma primeira fase da modernização militar, portanto, o governo imperial percebeu que o investimento necessário para financiar a modernização militar era muito alto. Ao mesmo tempo, era bastante difícil convencer os ocidentais a compartilhar tecnologia militar avançada. Para viabilizar o programa, portanto, era necessário industrializar a China. Em 1872, Li Hongzhang propôs à corte ampliar o escopo do programa do Autofortalecimento para incluir iniciativas para a industrialização do país. O império chinês adotou a proposta e fez esforços para criar um setor de indústria pesada nacional e de uma rede logística de transporte e

comunicação (HAO; WANG, 1980; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990; TENG; FAIRBANK, 1979, p. 86).

Nesse mesmo contexto, tornou-se importante a noção de soberania nacional. Passou-se a considerar que determinados setores civis considerados sensíveis deveriam ficar sob o controle de chineses, não de estrangeiros. Foram criadas empresas nacionais em áreas estratégicas: a Companhia de Navegação Mercantil a Vapor (transporte para o comércio); as minas de carvão de Kaiping (energia); comunicação por telégrafo; e transporte ferroviário. Também foram criadas indústrias têxteis para fortalecer a capacidade industrial da China na competição econômica com os estrangeiros (HAO; WANG, 1980; ROBERTS, 1999, p. 186–188; SPENCE, 1990, p. 219).

Apesar dos projetos ambiciosos, a China enfrentou um problema fundamental: a dificuldade de concentrar capital para a sua consecução. As revoltas e as guerras extenuaram o orçamento nacional. O déficit comercial com os estrangeiros drenava recursos econômicos da China e muitos setores da economia ainda eram controlados por estrangeiros. Por essa razão, o governo chinês tomou medidas para ampliar os recursos à sua disposição. A saída seria engajar o país numa guerra comercial (*shangzhan*), diminuindo as importações e aumentando as exportações. Nesse contexto, a reversão dos tratados desiguais passou a ser um dos principais objetivos dos reformadores. As cláusulas de extraterritorialidade, de fixação das tarifas aduaneiras e da nação mais favorecida negavam à China importantes prerrogativas de um estado soberano (*liquan*), como a execução de uma política comercial que favorecesse os interesses do estado chinês. (HAO; WANG, 1980, p. 190–196)

Um grande empecilho para a concretização desta sequência de políticas foi a falta de uma política nacional centralizada, que possibilitasse à China concentrar e instrumentalizar recursos em torno de um programa de modernização coeso, que possibilitasse mobilizar a grande quantidade de capital necessário para a consecução dos projetos. As iniciativas de modernização eram fragmentadas, isto é, pertenciam às províncias em que eram realizadas, e não ao governo central. Este último buscava apenas coordenar as iniciativas por meio do Zongli Yamen (PAINÉ, 2003, p. 143–144).

Além disso, não havia consenso sobre o programa do Autofortalecimento na corte e na burocracia imperiais. Entretanto, no próprio governo imperial, não havia consenso sobre o Autofortalecimento. Parte da corte, como o Príncipe Gong, defendia o programa. Outra parte o refutava. A resistência ao Autofortalecimento propunha uma política isolacionista. Portanto, para uma boa parte da elite e da burocracia imperiais, adotar o conhecimento ocidental, ainda que parcialmente, seria desnecessário e prejudicial à cultura e às instituições tradicionais

chinesas. Como analisado anteriormente, a política de isolamento não era de todo absurda, pois tinha um precedente, visto que já havia sido utilizada de forma consciente pelo governo imperial para proteger a economia nacional no período anterior à Guerra do Ópio (HAO; WANG, 1980; KUO, 2008; WO'JEN 1867 apud TENG; FAIRBANK, 1979, p. 76–77).

O ponto-chave da resistência a um programa de modernização do império era a distribuição de forças na sociedade chinesa. Como afirmado anteriormente, a proposta inicial do reformista Feng Guifen envolvia a alteração dos critérios para ingresso e da promoção de oficiais no serviço público, incluindo conhecimentos ocidentais e desenvolvimento autóctone de tecnologia. Para a parcela da elite que se opunha ao programa, quaisquer mudanças institucionais que pudessem afetar essa distribuição de forças eram uma ameaça. Em sua visão, adotar uma reforma administrativa, educacional ou no sistema de ingresso ao serviço público seria um sério risco à sua força política (KUO, 2008; SPENCE, 1990; TENG; FAIRBANK, 1979).

O discurso do grupo que se opunha ao Autofortalecimento tinha como tônica uma base identitária e ideológica, que reforçava nas camadas mais baixas da burocracia uma forte aversão aos ocidentais e, ao mesmo tempo, um grande desprezo pela cultura ocidental. Para esses conservadores, não existia civilização chinesa, existia civilização. O que não fosse civilização, era barbárie. Adotar métodos, religiões ou ideologias dos bárbaros ocidentais era uma ameaça à civilização. Isso reforçou o sentimento de apego e cumprimento das tradições, como forma de resistir às transformações. Havia ainda outras desconfianças com relação à adoção da tecnologia ocidental. Alguns argumentavam que isso aumentaria o desemprego na China e aprofundaria a injustiça social, visto que a população chinesa era muito maior que a dos países europeus. Outros argumentavam que as máquinas consumiam muitos recursos naturais, potencialmente muito além da oferta disponível (HAO; WANG, 1980).

A resistência da elite e da burocracia imperial ao programa do Autofortalecimento criou toda sorte de problemas à sua consecução. A severa disputa política interna criava entraves políticos e procedimentais que atrasavam ou inviabilizavam a execução dos projetos. Além disso, a alocação de recursos necessários para a realização dos projetos era muito menor do que a necessária, pois os projetos do Autofortalecimento tinham de dividir a prioridade governamental com outros projetos. (HAO; WANG, 1980; SPENCE, 1990).

É bastante emblemática neste contexto a carta de Wenxiang, assessor do Príncipe Gong no Zongli Yamen, à corte (WEN-HSIANG, 1874 apud TENG; FAIRBANK, 1979, p. 90, tradução nossa):

Quando as negociações de paz foram concluídas (em 1860), todos falaram da necessidade de auto-fortalecimento, ainda que nos últimos dez anos ou mais tenha havido pouca realização. A razão é que aqueles que menosprezam e desconsideram os assuntos estrangeiros simplesmente têm discussões vazias sem realização efetiva, enquanto aqueles que estão acostumados à situação pacífica estão contentes quando nada acontece por medo de que, se algo for feito, possa levantar a suspeita de estrangeiros. Mesmo aqueles que discutem cuidadosamente medidas de defesa são prejudicados pela insuficiência de fundos, e nada pode ser feito ou desenvolvido. Agora o incidente (Formosa) já tomou forma, e uma crise de guerra é iminente. Se não prestarmos atenção a isso e de repente o grande inimigo (Japão) nos confrontar, em que podemos confiar? Espera-se humildemente que as ordens imperiais sejam enviadas ao Ministério da Receita e ao Departamento da Casa Imperial para levantar muitos dos suprimentos necessários, cortar gastos pródigos, interromper obras públicas que não são urgentes [por exemplo, a construção Palácio de Verão], e planejar as tão necessárias defesas costeiras; para que os ministros da capital e nas províncias possam dedicar sua energia a esse plano.

Quanto ao modo de nos tornarmos fortes, está na nossa prontidão em aceitar conselhos de maneira humilde, a fim de buscar os pontos positivos e negativos em nossa administração. [...] Caso contrário, [seus ministros] continuarão acostumados a aceitar as coisas. complacentemente e nunca pensarem em reformas, caso em que temo que, interna e externamente, o país desmorone, a confiança do povo seja abalada e o desastre será inqualificável.

### **2.3.3. O fracasso do Autofortalecimento: o aumento da competição internacional destrói as bases do império chinês e encerra o sistema tributário**

À falta de consenso interna, combinava-se um período de mudanças no cenário internacional. Ao advento da Segunda Revolução Industrial, combinava-se a ascensão de novas potências no sistema internacional, com as unificações da Alemanha e da Itália e a modernização do Japão. Esse contexto intensificou a competição interestatal e intercapitalista por mercados e matérias primas. O aumento da competição interestatal passou a ter consequências além da Europa e da América do Norte<sup>19</sup>, afetando diretamente a China. A China, entretanto, demonstrava não ter capacidade de responder militarmente aos desafios, o que levou as potências estrangeiras a aumentar a pressão contra a China e o espaço do sistema tributário chinês.

Ainda em meados da década de 1870, o Japão passou a perseguir interesses fora de seu território e a confrontar a hegemonia chinesa no Leste Asiático. O primeiro embate foi com relação à ilha de Formosa. A crise em Formosa teve início com o massacre de 54 marinheiros de Ryukyu (Okinawa) por habitantes de Taiwan. O Japão enviou uma expedição em retaliação aos taiwaneses, agindo em nome dos ryukyuanos. À época, entretanto, o Ryukyu era um reino

---

<sup>19</sup> Em meados da década de 1880, por exemplo, foi realizada a Conferência de Berlim, cujo tema era o acordo entre as potências ocidentais sobre sua presença no continente africano.

tributário da China. Sem ter condições de defender militarmente a ilha, a China acabou assinando um acordo que, na prática, reconhecia a suserania japonesa sobre Ryukyu e pagou uma indenização aos japoneses (HSU, 1980, p. 85–88).

À mesma época, o governo imperial se via ameaçado pela irrupção de nova uma revolta dos muçulmanos do noroeste, em Xinjiang e a interferência dos russos, que almejavam disputar o mercado chinês com os ocidentais por rotas a partir do Oeste. A partir da revolta muçulmana, os russos tomaram a região de Ili, no extremo noroeste, prometendo devolvê-la os chineses reconquistassem o Xinjiang. A campanha no Noroeste foi levada a cabo e se estendeu até a vitória em 1877. Em 1881, após o Tratado de São Petersburgo, os russos devolveram a região de Ili à China, em troca de uma indenização e a abertura de dois consulados na China (HSU, 1980, p. 91–96).

Ainda na década de 1870, os franceses expandiram seus domínios coloniais ao ocupar porções da Indochina, consolidando presença militar na década. Uma parte do governo imperial ligada ao programa do Autofortalecimento, como Li Hongzhang e o príncipe Gong, defendiam que a China só deveria atacar os franceses caso o território chinês fosse atacado, especialmente porque o programa naval chinês não havia sido completado. Outra ala propunha que atacar os franceses no Vietnã era crucial para impedir o desmantelamento do sistema tributário e defender o território chinês. Argumentavam que a omissão da China poderia motivar a ambição dos estrangeiros sobre a Coreia e o Tibete e que os franceses poderiam utilizar o Vietnã como uma ponta de lança para tomar o Sul da China (Guangdong e Yunnan) e suas reservas de carvão e ouro (HSU, 1980, p. 97; 99).

Em 1882, os chineses já haviam enviado tropas ao norte do Vietnã (Tonquim), de forma extraoficial. O governo imperial buscou um acordo com os franceses para instituir um co-protetorado entre China e França sobre o Vietnã. O acordo foi recusado pelos franceses, que demandaram o respeito aos acordos entre a França e o reino do Vietnã na década anterior e a retirada imediata das tropas chinesas do Tonquim. Diante da recusa chinesa, os franceses deslocaram parte da sua frota marítima para a província de Fujian, onde se encontrava a frota da marinha chinesa do Sul, afundando onze navios e destruindo o estaleiro onde eram construídos os navios (HSU, 1980; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990).

No acordo de paz, os chineses reconheceram os acordos entre França e Vietnã e, na prática, a perda de sua suserania sobre o Vietnã e sua transformação em colônia francesa. A vitória francesa e a destruição da frota do sul demonstraram a fragilidade militar da China. Um dos resultados indiretos da guerra, foi o avanço dos ingleses e a anexação da Birmânia. A derrota chinesa para os franceses, portanto, colocou em xeque o programa do

Autofortalecimento e a própria manutenção do sistema tributário chinês. (HSU, 1980; ROBERTS, 1999; SPENCE, 1990).

Ao mesmo tempo, o Japão desenvolvia-se aceleradamente e passaram a competir com a China pela influência sobre a Coreia. Ao perceber-se incapaz de proteger militarmente a Coreia diante de uma expedição punitiva japonesa, o governo imperial chinês recomendou a assinatura de um tratado com o Japão, firmado em 1876. Após a anexação das ilhas Ryukyu (atualmente Okinawa), em 1879, a China temeu que o mesmo pudesse ocorrer à Coreia, incentivou a Coreia a assinar tratados de reconhecimento diplomático e abertura comercial com os países ocidentais como forma de balancear a presença japonesa (HSU, 1980, p. 103).

A política interna da Coreia passou a refletir essas tensões, com o surgimento de um grupo político pró-modernização e pró-Japão dentro da corte, que contava com apoio e treinamento do Japão. Um golpe palaciano contra os pró-japoneses, no início da década de 1880, acirrou as tensões. Os chineses passaram a também intervir na Coreia, enviando tropas e armas, para defender o grupo pró-chinês de uma agressão japonesa. Em 1884, foi assinado um acordo que, na prática, definia um co-protetorado sino-japonês sobre a Coreia. Esse acordo não reduziu as tensões e levou os dois países a buscarem aumentar sua influência na disputa política interna. (HSU, 1980, p. 103–104; PAINE, 2003, p. 59).

A disputa interna coreana acirrou as tensões entre China e Japão e deu início à Primeira Guerra Sino-Japonesa, no final de 1894. Nas batalhas terrestres em solo coreano, o Japão venceu com grande facilidade e instalou um governo fantoche em Pyongyang. Depois, suas tropas incursionaram no território chinês, tomando Port Arthur (Lushun). A partir de Port Arthur, os japoneses lançaram uma operação para controlar o porto de Weihaiwei, na Península de Shandong, bloqueando a Baía de Bohai e a frota chinesa do norte (*Beiyang*) e, por consequência, ameaçando Beijing e Tianjin (HSU, 1980, p. 106–107; LIU; SMITH, 1980, p. 270–272).

Dessa forma, os japoneses forçaram os chineses a negociar a paz, que foi firmada na assinatura do Tratado de Shimonoseki, em abril de 1895. Segundo o Tratado, a China abriria mão da relação tributária com a Coreia, reconhecendo-a como país independente e cederia ao Japão as ilhas de Taiwan e Pescadores e a península de Liaodong, o direito à abertura de fábricas por cidadãos japoneses, a abertura de cidades chinesas ao comércio com o Japão, além de uma grande indenização de 200 milhões de taéis de prata, a ser paga em três anos (HSU, 1980, p. 108; PAINE, 2003, p. 271–273).

A derrota naval para a França e para o Japão representam o fracasso da modernização militar sob o programa do Autofortalecimento. Elman (2005) e Paine (2003), entretanto, contestam a ideia de que as derrotas nas batalhas navais para França (1883-1885) e Japão (1894-1895) tenham se devido à inferioridade tecnológica. Nesse aspecto, a China tinha uma das melhores marinhas do mundo. As razões para as derrotas passariam por questões institucionais e políticas, muito mais relacionadas à doutrina, ao treinamento e à capacidade de concentração de recursos, soldados, armamentos e navios para travar a guerra.

A derrota chinesa na Primeira Guerra Sino-Japonesa foi um episódio central na história da China e do Leste Asiático. Primeiramente, colocou um fim ao sistema tributário chinês e a hegemonia da China sobre o Leste Asiático, enquanto consolidou a ascensão do Japão. Do ponto de vista nacional, representou a derrocada do movimento do Autofortalecimento e de seu projeto de modernização militar enquanto representou o sucesso da Restauração Meiji.

O Japão, também asiático, foi igualmente desafiado pelo imperialismo ocidental e obteve sucesso muito maior na superação deste desafio. Ao final do século XIX, o Japão não apenas havia desenvolvido sua economia e suas forças armadas em ritmo acelerado, como reverteu boa parte dos tratados desiguais que havia assinado e já disputava a liderança sobre o sistema tributário então liderado pela China. O Japão chegou àquela posição graças à articulação de três processos: centralização política, industrialização da economia e modernização das forças armadas.

A China, por sua vez, não conseguiu emular a relação entre capital e estado que resultou no desenvolvimento industrial e militar do ocidente e do Japão, tampouco criou uma alternativa que solucionasse o desafio da concentração do capital e de sua instrumentalização para a modernização militar da China em um paradigma de guerra industrial. O Autofortalecimento foi um programa insuficiente em seu objetivo de modernizar a China. Ao não modernizar sua estrutura política e administrativa, o governo imperial ficou suscetível à paralisia política em torno do Autofortalecimento e à corrupção. Os tratados desiguais negaram à China o controle sobre o comércio externo, tirando o acesso do governo a divisas importantes.

Na verdade, a partir da sequência das medidas tomadas pelo governo imperial, constata-se que o caminho perseguido pelo Autofortalecimento levou à constatação de que a China necessitava de uma Revolução Nacional. As dificuldades na modernização militar levaram o governo imperial a perceber a necessidade da conquista do centro de decisão e da industrialização. E durante o processo de industrialização, percebeu a necessidade da centralização política, para concentrar capital e instrumentalizar devidamente os recursos em um programa de modernização nacional.

A incapacidade do governo imperial em recentralizar o poder político foi, portanto, um dos fatores determinantes para o fracasso do programa como um todo. A falta de coesão social e a fragmentação política em todos os níveis – dentro da elite imperial, entre o centro e as províncias e a tensão social crescente entre os manchus e os demais grupos étnicos – levou à contínua disputa e à indefinição a respeito do programa a ser seguido. Isso não apenas inviabilizou a concentração de capital necessária para realizar os projetos como os atrasou com entraves de ordem política e burocrática.

Ao mesmo tempo, havia claros limites à capacidade de centralização política da dinastia Qing. O sistema político chinês, cujo centro era a dinastia Qing, estava assentado sobre uma base social rígida, formada pela combinação e retroalimentação entre proprietários de terra, burocratas e homens letrados. A manutenção da dinastia dependia dessa distribuição de forças. Portanto, a resposta possível era conservadora.

Outra razão para o fracasso do Autofortalecimento foi a incapacidade em conceber meios de defesa que levassem em conta as condições tecnológicas chinesas e os desafios impostos perante os estados estrangeiros. A ênfase dos idealizadores do Autofortalecimento em se apropriar da capacidade tecnológica ocidental para a modernização militar impediu os chineses de formular capacidades mínimas de dissuasão com as capacidades à disposição.

Um exemplo do que a China poderia ter feito é dado por Wei Yuan, um dos primeiros pensadores chineses que tratam da desvantagem tecnológica militar da China com relação aos ocidentais. Ele avaliava que os navios ocidentais eram tão avançados que sua destruição em alto mar e na costa era quase impossível. Ele defendia que a melhor estratégia era atrai-las para os rios interiores, onde as manobras dos navios seriam dificultadas. Para tanto, o governo imperial deveria preparar defesas nos leitos dos rios para que as armas chinesas fossem capazes de atacar os navios estrangeiros (WEI, 1842 apud TENG; FAIRBANK, 1979, p. 30–31).

Como será tratado no próximo capítulo, os chineses novamente se depararam com o dilema do combate contra potências estrangeiras industrializadas e com maior capacidade tecnológica em meados do século XX, na Segunda Guerra Sino-Japonesa, quando responderam com a doutrina da Guerra Prolongada (*chijiuzhan*) (MAGNO, 2019). Nenhuma dessas alternativas eliminaria a necessidade de uma política de modernização militar, mas oferecia uma perspectiva crível de dissuasão ou de defesa contra potências estrangeiras, diante das circunstâncias em que a China se encontrava nos respectivos momentos.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo teve como objetivo principal apresentar o desafio ocidental à China e ao sistema tributário e as principais respostas oferecidas naquele contexto, a Revolução Taiping e o Autofortalecimento. Este período representou o embate entre o sistema tributário sinocêntrico e o sistema internacional e, portanto, de coexistência entre os sistemas. As respostas oferecidas giravam em torno desse embate, apresentando pontos de vista diferentes sobre como enfrentar o problema.

O desafio ocidental teve como base a expansão do capitalismo em escala global e sua chegada ao Leste Asiático. As tentativas iniciais da China em se isolar do capitalismo ocidental surtiram efeito e os comerciantes ocidentais ficaram restritos à cidade de Cantão. A expansão dos interesses comerciais britânicos somada à capacidade industrial e logística de travar a guerra possibilitaram impor ao estado chinês a abertura do seu mercado e o seu ingresso involuntário ao capitalismo e ao sistema internacional moderno. A derrota militar e a abertura forçada do mercado chinês provocaram intensas consequências para o estado e para a sociedade chinesa, criando um quadro de crise econômica e social, que logo gerou a irrupção de revoltas populares.

Dentro desse contexto, existiam duas respostas viáveis: aderir ao sistema internacional moderno ao seu modelo de estado e sociedade, baseado na ambígua relação entre o estado moderno e o capital ou propor um novo modelo de estado e sociedade que desafiasse tanto a velha ordem tributária quanto à nova ordem capitalista. Os Taiping optaram pela segunda opção, pois propuseram um modelo de estado que concentrava os recursos econômicos sob o estado e, portanto, o poder político e econômico, desafiando a lógica capitalista da propriedade privada, que coloca em permanente tensão o poder político e o poder econômico. O Autofortalecimento, por sua vez, buscou uma alternativa que se provaria inviável: manter seus arranjos institucionais intactos buscando uma modernização parcial, isto é, apenas dos meios militares.

Ambos os movimentos acabaram derrotados, mas suas experiências históricas e plataformas políticas ofereceram exemplos cruciais para o desenvolvimento da Grande Estratégia Chinesa. A agenda de revolução institucional, justiça social e centralização política dos Taiping tornou-se uma inspiração para nacionalistas e comunistas no século XX. O Autofortalecimento, por sua vez, demonstrou a impossibilidade de realizar a modernização militar e das estruturas produtivas sem uma mudança institucional correspondente – principalmente no que diz respeito à centralização política. A Revolução Taiping e o

Autofortalecimento, propositalmente ou não, produziram uma agenda política para a China no século XX, que chamamos aqui de Revolução Nacional.

A vitória do Japão sobre a China sepultou o sistema tributário chinês e a hegemonia da China sobre o Leste Asiático, alçando o Japão à condição de potência regional, estendendo sua zona de influência à Coreia e a Taiwan. Esse processo produziu um grande impacto nas elites e na sociedade chinesa. O Japão era considerado um reino inferior, que já havia sido tributário da China. Além disso, o Japão havia passado pelo mesmo processo que a China e teve de assinar tratados desiguais com países ocidentais. Apesar disso, os japoneses conseguiram colocar em prática um programa de modernização militar e industrialização fundado na centralização política.

Desta forma, a derrota para o Japão provoca duas grandes transformações na política chinesa. A primeira foi a progressiva perda de influência e a postura cada vez mais reativa do império no debate político chinês. A segunda é a ascensão de novos grupos políticos, que incluem muitos acadêmicos formados no exterior, inspirados principalmente pelo processo de modernização do Japão, visto como um caso de sucesso asiático na formação do estado moderno. O resultado da Primeira Guerra Sino-Japonesa, entretanto, não provocou a queda imediata do império nem o desmantelamento da base social que sustentava a dinastia Qing, mas transformou o debate político chinês e permitiu a ascensão das forças políticas que iriam transformar a sociedade chinesa no século XX. Este processo será mais bem analisado no próximo capítulo.

### **3 DA QUEDA DO IMPÉRIO CHINÊS À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA ÁSIA: DO CAOS ÀS ALTERNATIVAS PARA A REVOLUÇÃO NACIONAL (1895-1945)**

#### **3.1 A QUEDA DO IMPÉRIO CHINÊS: AS CONSEQUÊNCIAS DA DERROTA PARA O JAPÃO, O CAOS E A ASCENSÃO DOS NACIONALISTAS E DOS COMUNISTAS**

Desde 1839 a China havia revelado sua fragilidade militar frente aos ocidentais. Mas poucos duvidavam em Beijing ou em qualquer outra cidade chinesa de que caso decidissem empenhar todas as suas forças, os chineses esmagariam os ocidentais como insetos. A despeito da importância do domínio das armas de fogo de cadência rápida e do vapor de alta pressão, que tornava a artilharia embarcada ocidental devastadora, mais pesou para a derrota da China as fragilidades da própria Dinastia. Os Qing tinham receio de mobilizar a população e verem-se, eles próprios destituídos do poder. Isto havia ficado claro suficientemente por ocasião da Rebelião Taiping, quando a Dinastia preferiu aliar-se aos ocidentais e criar guardas territoriais do que multiplicar a capacidade de seu próprio exército.

Contudo, a derrota frente os japoneses em 1895, trouxe um ingrediente novo. Pela primeira vez era um país asiático — e não ocidental — que revelava superioridade tecnológica e humilhava e derrotava a China e, pior, aquilo que a China tinha de mais avançado e que julgava estar se não no estado da arte muito próximo do que dispunham os próprios países ocidentais.

Desse modo, a despeito de curta e relativamente incruenta para os padrões da Ásia, a Primeira Guerra Sino-Japonesa acabou selando o destino da própria China: que então se veria no caos. Naturalmente não se tratava de um desígnio imutável do destino. A escolha aparece na reforma dos 100 dias. E, mais uma vez, o conservadorismo patológico da Dinastia — em particular da Imperatriz Cixi — irá revelar-se desastroso para os Qing.

Por fim, configura-se a tragédia: a Imperatriz que recusava reforma e mandava dismantelar as estradas de ferro, quis unir o exército imperial aos revoltosos boxers. Pressentindo o risco de uma tragédia maior, Yuan Shikai não obedece à Imperatriz. Contudo, os ocidentais tratam a China como tendo sido vencida e forçando a pagar vultuosas indenizações. Foi então que o Tratado das Oito Potências e suas cláusulas extorsivas acabaram por conduzir a república chinesa que mal consolidada com a unificação das bandeiras (1928) faria frente a uma nova agressão japonesa: em 1931, o país do sol nascente invade a Manchúria.

### 3.1.1 A situação na China após a derrota para o Japão

A Guerra entre China e Japão, que passaria posteriormente para a história como a Primeira Guerra Sino-Japonesa, simboliza mais que derrota do sistema tributário para o sistema internacional moderno e conclusão da sua abrangência sobre todo o globo. É a primeira de quatro grandes crises – além da Primeira Guerra Sino-Japonesa, há outras três, quais sejam, a Guerra dos Boxers (e a Aliança das Oito Potências), a Guerra Russo-Japonesa e a Segunda Guerra Sino-Japonesa – que evidenciam o papel central que o destino da China tem para os desdobramentos do sistema internacional. Em cada uma das referidas crises, há consequências diretas para a polarização do sistema, isto é, para o padrão de interações, de alianças e rivalidades no sistema internacional.

O conflito terminava com a assinatura do Tratado de Shimonoseki, em 17 de abril de 1895. O documento previa que a China deveria reconhecer a independência e autonomia da Coreia, encerrando a relação tributária, e cedia de forma perpétua a Península de Liaodong – porção sul da Manchúria, onde se localiza a cidade de Dalian (à época chamada de Port Arthur) – as ilhas Penghu (Pescadores) e Formosa (Taiwan) de forma perpétua. Os chineses também deveriam conceder direitos de navegação e a abertura de quatro cidades ao longo do rio Yangtzé para comércio, residência e instalação de indústrias japonesas (TREATY OF PEACE..., 1895).

O tratado também obrigava a China a pagar 200 milhões de taéis aos japoneses como reparações de guerra. Apesar dos japoneses terem concedido a que o pagamento pudesse ser feito em oito parcelas ao longo de sete anos, o valor era de tal modo exorbitante que se estimava que equivaleria à receita coletada pelo império chinês com os impostos de circulação de bens (“*Customs*”) por um período de dez anos (PAINE, 2003, p. 274).

O tratado de Shimonoseki encerrou o sistema tributário na Ásia. Ao assinar o tratado de Shimonoseki o império chinês tacitamente reconhecia o Japão e a China como entidades políticas de estatuto semelhante, isto é, enquanto estados modernos. Tal situação era reforçada pelo reconhecimento da independência coreana e pela cedência dos territórios chineses e dos direitos portuários ao Japão.

O Japão, por sua vez, fortalecia suas posições no Mar Amarelo e no Mar da China Oriental, tornando-se a principal potência regional. Os japoneses tinham o controle de uma corrente de ilhas que se estendia das Kurilas (Norte) a Formosa/Taiwan (Sul), incluindo todo o arquipélago Ryukyu. Ao mesmo tempo, o Japão tinha “adagas” apontadas para o império chinês: a posse da Península de Liaodong dava ao Japão o controle do Mar de Bohai e de suas baías e, por consequência, possibilitava-lhe ameaçar diretamente Tianjin e Beijing; as demais ilhas,

especialmente Pescadores e Formosa, eram uma base natural de projeção para o litoral sul chinês.

Entretanto, o fortalecimento japonês e sua ascensão ao posto de principal potência asiática gerara um desequilíbrio entre as potências na China. Os russos ficaram particularmente alarmados com a presença japonesa na Coreia e na Manchúria (PAINE, 2003, p. 282). A França havia recentemente conquistado a Indochina, firmando sua posição no Sudeste Asiático, e tinha uma aliança com a Rússia. A Alemanha, por exemplo, chegava tardiamente à disputa entre potências na Ásia e viu uma oportunidade de obter concessões territoriais na China, principalmente uma base naval (PAINE, 2008, p. 76).

Desse modo, seis dias após a assinatura do Tratado de Shimonoseki, Rússia, França e Alemanha enviaram um documento ao império japonês, no qual “aconselhavam amigavelmente” para que renunciasse à exigência pela concessão territorial da Península de Liaodong (ZACHMANN, 2009, p. 39). A intervenção tripartite, entretanto, não era nada amigável, pois constituía-se em uma verdadeira “coalizão naval” de três potências europeias que poderiam cortar as linhas de comunicação marítimas entre o Japão e a China, caso os japoneses se recusassem a abdicar da península (PAINE, 2008, p. 78).

A intervenção logrou seu objetivo: o Japão renunciou à sua demanda pela Península de Liaodong. Em contrapartida por sua prestação de “bons ofícios”, no entanto, as potências interventoras queriam, elas próprias, parte das vantagens que seriam concedidas ao Japão – às custas dos próprios chineses. Pode-se dizer que a “tripla intervenção” buscou transpor para a “Cláusula da Nação Mais Favorecida” da esfera comercial para o terreno da geopolítica, exacerbando o problema da competição pelas esferas de influência na China.

Em junho de 1895, a França obteve da China a assinatura de um tratado que reconhecia a esfera de influência francesa sobre as províncias de Yunnan, Guangxi e Guangdong – isto é, toda a região Sul da China. Além do controle dos portos da região, inclusive Hong Kong e Cantão, isto garantia aos franceses uma zona de proteção estratégica de suas possessões na Indochina. Os alemães conseguiram duas concessões territoriais: Hankou (hoje parte da cidade de Wuhan), na junção entre os rios Yangtzé e Han, e na costa de Tianjin. A Rússia, por sua vez, firmou um tratado secreto com os chineses, o Tratado Li-Lobanov, que concedia aos russos autorização para completar a ferrovia Transsiberiana, cruzando a Manchúria até Vladivostok, o direito russo de utilizar de atracar navios militares russos em portos chineses, e o compromisso de defesa mútua em caso houvesse um ataque do Japão à Manchúria, à Coreia e aos territórios russos no Oriente – tal compromisso serviria, na prática, como uma forma de justificar a intervenção russa em defesa de seus interesses no território chinês (PAINE, 2008, p. 80-81).

Entretanto, em vez de pacificar os interesses das Grandes Potências, a tripla intervenção apenas ampliou a rivalidade entre elas. Em 1897, a Alemanha utilizou-se do pretexto do assassinato de dois missionários católicos para tomar a cidade de Qingdao (província de Shandong) e demandar a cessão da Baía de Jiaozhou (em Qingdao). No ano seguinte, ainda obteria concessões de ferrovias e mineração na província de Shandong.

“A crise do Extremo Oriente”, como ficou conhecida, acelerou a corrida pela conquista de esferas de influência no território chinês. A Rússia obteve dos chineses a concessão da Península de Liaodong (Port Arthur) por 25 anos e a concessão de uma ferrovia entre Harbin (norte da Manchúria) e Port Arthur. A França, por sua vez, assegurou sua esfera de influência nas províncias do Sul da China (Guangdong, Guanxi, Yunnan e a ilha de Hainan) ao garantir o compromisso chinês de não aliená-las a qualquer outra potência e ainda obtiveram uma concessão sobre a baía de Guangzhou e o direito de manter uma ferrovia entre Guangxi e o norte do Vietnã (PAINE, 2008, pp. 81-82; ROBERTS, 2012, p. 275).

A Inglaterra, por sua vez, abandonou a política de não divisão da China em esferas de influência, e fez uma série de demandas ao governo chinês: 1) a cessão dos “novos territórios” – que hoje fazem parte do território de Hong Kong (Xianggang) – em resposta às concessões feitas aos franceses no Sul da China; 2) a Península de Weihaiwei (província de Shandong), no estreito de Bohai, de modo a balancear a presença russa em Lushun e alemã em Qingdao e coloca-los em posição de ameaçar e pressionar Beijing; 3) a proteção de direitos econômicos na porção baixa do Rio Yangtzé, por meio da não alienação de territórios na região; 4) a concessão da ferrovia Shanghai-Nanjing; 5) ajustes nas concessões de direitos sobre a Birmânia e o Tibete. (PAINE, 2008, p. 82; ROBERTS, 2012, p. 275).

O Japão, por sua vez, embora tenha vencido uma guerra crucial para a sua posição regional, viu as potências europeias – primeiro mediante um consórcio e, posteriormente, mediante a nua e crua competição – atravessar os seus interesses na China. Como diz a expressão popular, o Japão “ganhou, mas não levou”. Isto importa para entender elementos cruciais da política asiática a partir de então. O primeiro foi a prioridade ainda maior que o Japão deu à modernização naval a partir de 1895 (ZACHMANN, 2009, pp. 46–47). O segundo foi firmar nos tomadores de decisão japoneses a necessidade de forjar uma aliança com uma potência marítima, nesse caso a Grã-Bretanha, o que efetivamente ocorreu em 1902 (PAINE, 2008, p. 80). E terceiro, mas não menos importante, foi ampliar em chineses e japoneses o ressentimento contra os europeus e a necessidade de buscar um caminho para a superação da sua condição de subjugação – que viria posteriormente a consolidar o pensamento pan-asianista.

A “corrida pelas concessões na China” aprofundou a vulnerabilidade estratégica do império chinês, a fragmentação territorial da China em concessões e esferas de influências e, por consequência, a perda de controle do império sobre o seu próprio território. Esses desdobramentos tiveram enorme impacto na política, na economia e na sociedade chinesas. A derrota para o Japão e o fracasso da China em impor-se perante as potências estrangeiras produziu o completo descrédito do Autofortalecimento e do seu conteúdo ético. Fracassara a proposição de que era possível fortalecer a China por meio de uma integração entre as instituições tradicionais chinesas (sistema tributário), o modo de produção estrangeiro (capitalismo), como forma de responder à guerra na era industrial. Apesar de todas as políticas implementadas entre 1860 e 1895, a China – especialmente o governo imperial chinês – seguia vulnerável em todos os aspectos.

Estes desdobramentos tinham enormes impactos sobre a economia e a sociedade da China. O fenômeno que Marx (1850; 1853) havia descrito cinco décadas antes havia se aprofundado, a despeito das iniciativas do império chinês em industrializar e modernizar o país. Na verdade, como já descrito anteriormente, as principais indústrias estavam sob controle de empresas do exterior e o mercado chinês era inundado por mercadorias manufaturadas também importadas, ambos os fenômenos protegidos por acordos que garantiam direitos especiais de comércio às potências estrangeiras, como concessões industriais e impostos aduaneiros reduzidos. Especialmente o ingresso dos produtos têxteis europeus e norte-americanos, elaborados com tecelaria mecanizada, constituiu um obstáculo praticamente intransponível para a manutenção e para o desenvolvimento da indústria manufatureira chinesa, o que resultou em enorme desemprego (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 323).

Após o desfecho da Guerra Sino-Japonesa e da Tripla Intervenção, que resultaram na imposição de pagamentos de pesadas compensações ao Japão e às potências europeias, houve aumento de impostos sobre produtos de consumo, o que aumentou severamente o custo de vida da população. Em 1898, uma catástrofe natural – o rompimento dos diques no Rio Amarelo – afetou gravemente as populações das províncias de Zhili (hoje chamada de Hebei) e Shandong. A população daquela região já era bastante vulnerável, como ficou claro na Grande Fome de 1876 a 1879, nas províncias de Shanxi, Shaanxi, Henan e Shandong, que matou entre 9 e 13 milhões de pessoas. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 323).

A este cenário político, econômico e social, apresentaram-se duas soluções. Uma, propunha uma profunda transformação da estrutura de governo do império chinês – com a manutenção do império, portanto –, e entrou para a história como a “Reforma dos 100 Dias”, em virtude da sua curtíssima duração. A segunda constituiu-se em uma resposta

espontânea de origem social, altamente radicalizada, que visava combater as potências estrangeiras na China, e ficou conhecida como a “Revolta dos Boxers”.

### **3.1.2 A Reforma dos 100 dias: a inspiração japonesa e a primeira manifestação do pan-asianismo na política chinesa**

A “Reforma dos 100 Dias” foi um movimento essencialmente construído pela classe dos intelectuais. Entretanto, não se tratava de tradicionais intelectuais chineses, versados puramente no confucianismo e na cultura chinesa – era, sim, uma nova classe de intelectuais com fortes influências do pensamento ocidental.

Como destaca Feng Youlan (2015, p. 596), a derrota para o Japão destruiu o conteúdo ético do Autofortalecimento, isto é, a ideia de que era possível derrotar os ocidentais utilizando-se apenas da produção industrial e do material bélico inventado pelo ocidente, mantendo as instituições intelectuais e políticas que baseavam o império chinês. A partir de então, a elite intelectual perdeu a confiança nas instituições políticas chinesas e na própria estrutura de princípios e valores da China imperial (ROBERTS, 2012, p. 282). Como resultado, cresceu o interesse em conhecer o pensamento ocidental (FENG, 2015, p. 596) e passaram a ter contato com novas visões filosóficas, econômicas e políticas oriundos do exterior. Destacou-se nesse contexto, a influência japonesa, tida como o exemplo asiático de modernização que deu certo.

Kang Youwei, o principal líder do movimento reformista, via a Constituição Meiji (1890) como um instrumento bem-sucedido e como elemento importante para o fortalecimento japonês – a Constituição Meiji estabeleceu o imperador como fundação da soberania japonesa, mas estabeleceu uma democratização do poder, por meio de uma monarquia constitucional e criou um sistema de justiça no país. O Japão havia, portanto, importado instituições ocidentais, mas se mantido no controle do seu próprio destino – exatamente o que Kang considerava essencial para a China (JANSEN, 1980, p. 346). Ao final do século XIX, o Japão havia conseguido se modernizar industrial e militarmente, reverteu os tratados injustos, derrotou a própria China e estabelecera-se como uma das principais potências na Ásia.

Ainda em 1895, juntamente com outros candidatos aos exames para ingresso na burocracia, lançou um manifesto, no qual pregava a necessidade de construir um exército moderno e bem equipado e uma base industrial nacional, desenvolver um sistema bancário e uma rede de ferrovias, construir uma frota comercial e um sistema postal moderno (SPENCE, 1990, pp. 226-227). Pouco tempo, criou a “Sociedade para o Estudo do Autofortalecimento”,

que tinha como objetivo reunir intelectuais que tivessem o propósito de reformar a China – ou, como mesmo ele afirmara, “fazer uma revolução pelo alto”. A partir de então, passou a enviar memoriais ao imperador Guangxu, que percebeu no programa no Kang tanto uma forma de transformar a China, quanto uma forma dele próprio fortalecer sua posição política na corte – então sob a sombra da Imperatriz Viúva Cixi (HAO, 1980, p. 285).

Em junho de 1898, o Imperador Guangxu lançou uma série de éditos determinando a realização de reformas (ROBERTS, 2012, p. 283). Entre os temas da reforma, incluíam-se: 1) a criação de um Escritório de Reorganização Governamental, composto apenas por reformadores e liderado diretamente pelo imperador; 2) reformas militares, como a modernização do exército e da marinha, um novo modelo de formação de oficiais, seguindo a linha das escolas prussiana e japonesa, e a constituição de um exército nacional por meio do recrutamento obrigatório (conscrição); 3) mudanças de ordem educacional e no sistema de ingresso à burocracia, adotando disciplinas “ocidentais” em detrimento do tradicional exame confuciano e determinando a criação da Universidade de Beijing (北京大学 *beijing daxue*); 4) reformas econômicas, que visavam a promoção da indústria, do comércio, da agricultura, mineração e transporte modernos nacionais (HAO, 1980, p. 285, p. 327; ROBERTS, 2012, p. 283).

Entretanto, as propostas de reforma política proposta por Kang, que incluíam a promulgação de uma constituição e criação de uma assembleia nacional, transformando a China efetivamente em uma monarquia constitucional, não foram implantadas pelo imperador em um primeiro momento. Porém, três meses depois dos primeiros éditos, o imperador sinalizou a Kang que estava disposto a levar adiante a reforma política (HAO, 1980, p. 327).

Então, em setembro de 1898, que os elementos antirreforma da corte se uniram para determinar a reversão das reformas, derrubar e perseguir os reformadores e o próprio Imperador Guangxu que, embora continuasse nominalmente imperador como imperador, estaria a partir de então em verdadeiro cárcere privado (KWONG, 1984, p. 210). Existem duas hipóteses para o fim da Reforma das 100 Dias. A primeira dá conta de que os elementos mais conservadores da corte chinesa teriam ficado assustados com a possibilidade de uma reforma política no império. A segunda hipótese estaria relacionada com a política externa da Dinastia Qing e com a posição da China nas disputas regionais.

Os reformadores, como já afirmamos, tinham o Japão como grande inspiração das suas propostas. Isso, entretanto, não se limitava a uma inspiração, mas dizia respeito ao perfil de política externa que defendiam para a China, isto é, de aproximação com o Japão (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 321). Já à época, o Japão era um porto seguro para muitos dissidentes

políticos da China imperial – entre eles, reformistas e revolucionários como Kang Youwei, Liang Qichao, Sun Yat-Sen, Zhang Binglin, Huang Xing, Song Jiaoren e Jiang Jieshi. Lá, eles foram acolhidos por figuras proeminentes da política japonesa, como o Ministro da Educação, Inukai Tsuyoshi e o presidente da Câmara dos Pares do Japão, Atsumaro Konoe – pai do futuramente Primeiro-Ministro japonês, Fumimaro Konoe. Konoe e Tsuyoshi estavam entre as figuras de um nascente movimento político, surgido no Japão, mas que viria a se disseminar pelo restante da Ásia: o pan-asianismo<sup>20</sup> (ITOH, 2016, pp. 20-21).

Talvez por isso o Japão tenha apoiado o movimento de reforma, mas de forma bastante reservada. O Ministro japonês das Relações Exteriores, Okuma Shigenobu, lançou a “Doutrina Okuma”, segundo a qual o Japão, em reconhecimento à herança cultural chinesa, defenderia o império chinês dos ocidentais para que pudessem concluir as reformas sem interferência externa – a Doutrina Okuma era, na prática, uma Doutrina Monroe asiática. Mais do que isso, Okuma visitou Beijing durante o período da Reforma. E, uma vez que a reforma fracassou, o Japão se encarregou de dar asilo político aos seus líderes (JANSEN, 1980, p. 346).

No entanto, havia outras visões sobre a política externa da China na corte imperial, de modo que após a derrota para o Japão e diante da corrida das potências pelo espólio do império chinês, abriu-se um debate sobre qual deveria ser o aliado preferencial da China. O imperador Guangxu e seu tutor Weng Tonghe defendiam uma aliança com a Inglaterra – a principal potência da época e que, até a “corrida pelas concessões na China”, defendia uma política de não divisão da China em esferas de influência. A Imperatriz Cixi e o principal ministro do império, Li Hongzhang, defendiam a aliança com a Rússia, que havia se comprometido a defender a Manchúria dos japoneses, que viam como principal ameaça à China. (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 321; LI, 1874 apud TENG; FAIRBANK, 1979, p. 119).

Portanto, Kwong (1984), em seu estudo sobre a Reforma dos 100 Dias, atribui a ascensão da reforma a uma aliança encoberta entre britânicos e japoneses – e os reformadores chineses – para defender seus interesses frente aos elementos pró-russos da corte chinesa, como Li Hongzhang. Este contexto define a própria sorte da Reforma dos 100 Dias. Acusa-se os reformadores e o imperador Guangxu de tramarem para entregar a soberania chinesa aos japoneses e aos britânicos, por meio da convocação de figuras políticas dos dois países na condição de assessores estrangeiros e na formação de uma aliança entre os três países. Sob esse argumento, a Imperatriz Viúva Cixi interveio em conjunto com seus aliados para “derrubar” o

---

<sup>20</sup> Abordaremos o pan-asianismo com maior profundidade posteriormente, no contexto da Segunda Guerra Mundial na Ásia.

Imperador Guangxu – embora nominalmente continuasse imperador, estaria a partir de então em verdadeiro cárcere privado – e perseguir os reformadores (KWONG, 1984, p. 210).

Apesar da queda dos reformadores, há que se colocar em relevo a cooperação entre os pan-asianistas japoneses e os reformistas chineses. Pode-se considerar que a “Reforma dos 100 Dias” foi a primeira – mas não a última – expressão do pan-asianismo na China. Os elementos pan-asianistas do Japão teriam enorme papel no apoio a Sun Yat-Sen para a consecução da Revolução Wuchang de 1911, que derrubaria o império Qing e instauraria a República da China – como trataremos mais tarde.

### **3.1.3 A Revolta dos Boxers e a aliança das oito potências: a humilhação da China e a governança do sistema internacional**

No mesmo ano de 1898, surgiria entre as províncias de Zhili (hoje chamada de Hebei) e Shandong os movimentos que provocariam posteriormente a Revolta dos Boxers. Além do agravamento da crise econômica pela qual passava o país desde a derrota para o Japão – devido ao pagamento das compensações financeiras e ampliação das concessões aos estrangeiros – as referidas províncias sofriam com um desastre natural, a grande inundação resultante do rompimento dos diques do Rio Amarelo (1898), seguidas de secas, o que agravou a situação alimentar dos habitantes da região. Além disso, houve a invasão alemã à cidade de Qingdao e a concessão, por parte dos Qing, de concessões ferroviárias e comerciais. Além da presença econômica, os alemães trouxeram consigo as sociedades missionárias, às quais se atribuiu uma série de arbitrariedades e o desrespeito à cultura tradicional chinesa. Tudo isto gerou muito um verdadeiro ódio a tudo que era ocidental – da cultura à tecnologia (ROBERTS, 2012, p. 284-285; SPENCE, 1990, pp. 231-232; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, pp. 323-324).

A reação da população local à presença dos alemães não era exatamente inédita dentro da China. Desde a Guerra do Ópio, em diversas partes do país, houve revoltas populares contra a presença estrangeira no território chinês. Como informa Reis Filho (1981, p. 35), foram 104 revoltas entre 1850 e 1885, distribuídas em 15 províncias chinesas. A esta situação, soma-se a resposta à presença estrangeira, mediante ao incentivo à formação de milícias locais – entre elas a Sociedade da Grande Espada. Estes grupos – outros, como os Pugilistas Espirituais – começaram a atacar cristãos estrangeiros, chineses convertidos ao cristianismo e suas posses (ROBERTS, 2012, p. 285; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 324).

Chesneaux (1986, p. 10) afirma que os Boxers:

[...] não apenas eram uma sociedade secreta tradicional no senso religioso, dados a amuletos, médiuns, e a crença milenarista crua de que as calamidades naturais de 1897-8 produziram um cataclisma cósmico, mas também fundamentalmente uma organização anti-estrangeira que atacava as missões cristãs como um símbolo da penetração estrangeira na China rural<sup>21</sup>.

Os alvos dos boxers eram não apenas as pessoas cristãs, mas também todas as construções que representassem a civilização estrangeira (ocidental): igrejas, minas, estações e linhas ferroviárias – nesse sentido, continham em si uma espécie de Ludismo. Uma boa ilustração desse fenômeno é que alguns dos participantes do movimento era barqueiros do Grande Canal que perderam seus empregos para as ferrovias construídas pelos estrangeiros (CHESNEAUX, 1986, p. 10; ZACHMANN, 2009, p. 129). Ao negar a tecnologia ocidental, buscava valorizar a cultura tradicional chinesa, seja pelo uso das armas tradicionais, das artes marciais e dos rituais de cura – que chegavam a ser propagadas como rituais que garantiriam a invulnerabilidade dos Boxers contra as modernas armas ocidentais.

O crescimento desse movimento resultou no aumento na frequência e na violência dos confrontos contra os cristãos (ROBERTS, 2012, p. 285) e o avanço dos ataques para além da província de Shandong, ingressando na província de Zhili (Hebei) e avançando ao Norte – para Beijing e Tianjin. Isso levou as potências estrangeiras a demandar uma resposta firme da corte chinesa. Em resposta, como forma de atrair o apoio do império, os Boxers passaram a propagar a ideia de “reviver os Qing e destruir os estrangeiros” (SPENCE, 1990, p. 232).

O governo chinês se dividiu a respeito do que fazer com os Boxers: utilizar os boxers para destruir os estrangeiros ou manter a ordem e as boas relações com as potências? Yuan Shikai, governador (vice-rei) da província de Shandong, decidiu combater o movimento. Yu Xian, governador de Shanxi, por sua vez, decidiu apoiar os revoltosos e, ele próprio, determinou a execução de 44 pessoas de famílias missionárias (ROBERTS, 2012, p. 286).

A Imperatriz viúva Cixi evitou ao máximo combater os Boxers, e até ajudá-los, mas sem anunciar apoio oficial: em janeiro de 1900, publicou éditos imperiais defendendo o seu direito de agrupar-se e praticar artes marciais e, ao mesmo tempo, alertava Yuan Shikai para não usar força militar contra o movimento em Shandong (BODIN, 1979, p. 5). Em 17 de junho, os Boxers tomaram os fortes Dagu em Tianjin e cortaram a ferrovia Beijing-Tianjin, forçando a retirada de uma expedição composta por soldados de oito nações estrangeiras – expedição

---

21 No original, “[The Boxers, for example,] were not only a traditional secret society in the religious sense, given to amulets, mediums, and the crude millenarian belief that the natural calamities of 1897-98 heralded a cosmic cataclysm, but also a fundamentally anti-foreign organization that attacked Christian missions as a symbol of the foreign penetration of rural China.” (CHESNEAUX, 1986, p. 10)

Seymour. Os integrantes do grupo que já circulavam por Beijing, iniciaram um cerco às legações estrangeiras na cidade. Foi quando a Imperatriz finalmente anunciou o que já estava em prática: declarou guerra contra os estrangeiros – portanto, apoio aos Boxers (ROBERTS, 2012, p. 286).

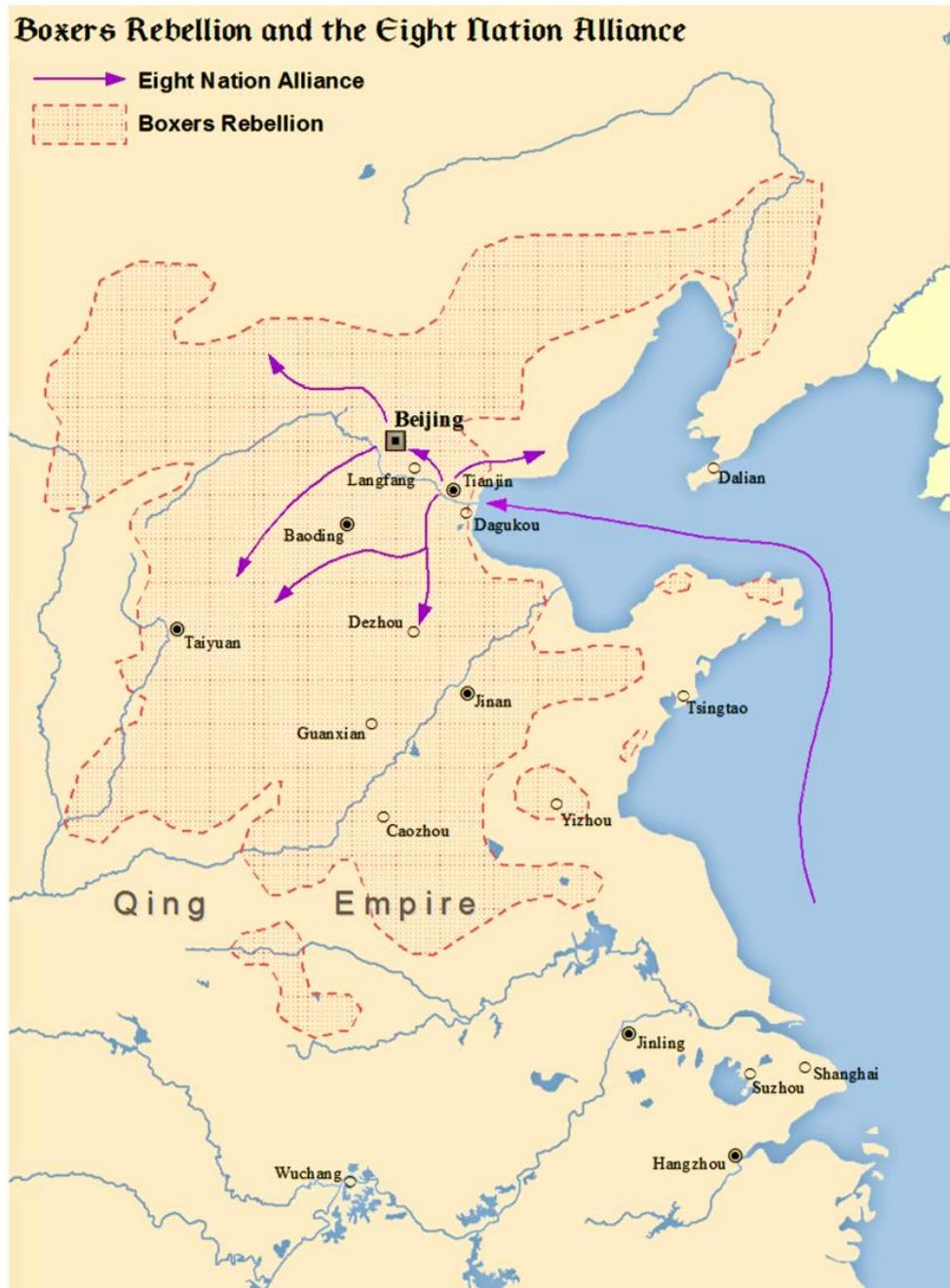
Diante do ataque aos seus nacionais – que incluiu o assassinato do embaixador alemão e do embaixador japonês – as potências estrangeiras reagiram: firmaram um pacto, que ficou conhecido como a “Aliança das Oito Potências”, composta por Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, Rússia, Alemanha, França, Itália e Áustria-Hungria – mas também contaria com a participação das tropas da Índia e da Austrália, sob a liderança britânica – totalizando 20 mil soldados.

Apesar a declaração de guerra da Imperatriz Cixi, muitos governadores provinciais do Centro e do Sul da China decidiram não comprometer seus exércitos com o combate aos estrangeiros (SPENCE, 1990, p. 235). Sem contar com maior efetivo, as forças do Norte da China e os Boxers sucumbiram ao avanço da Aliança das Oito Potências. Mais uma vez, a falta de centralização política comprometeria os esforços militares do império chinês.

Em agosto de 1900, depois de 55 dias, finalmente foi rompido o cerco de Beijing, provocando a fuga da família real para Xi’an (antiga capital da China, na província de Shanxi). Seguiu-se o envio de expedições punitivas pelas potências ocidentais, além de pilhagens.

Em setembro de 1901, foi finalmente firmado o Protocolo Boxer, com as condições das potências para retirar suas tropas do território chinês. Entre elas, a execução de oficiais do império chinês que houvessem auxiliado os Boxers, embargo à importação de armas pela China, compromisso chinês em expedir um decreto proibindo ações contra os estrangeiros, destruição dos fortes Dagu (Tianjin), pagamento de uma pesada indenização equivalente 450 milhões de taéis de prata e envio de missões oficiais à Alemanha e ao Japão para expressar remorso pelo assassinato das autoridades destes países. Por fim, mas não menos importante (e não menos humilhante) as tropas das oito potências utilizaram-se da Cidade Proibida – a casa da Corte Imperial Chinesa e espaço proibido a quaisquer visitantes externos – como quartel-general da sua força expedicionária. (ROBERTS, 2012, p. 286-287; SPENCE, 1990, p. 235; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 325). Para completar o desastre, os russos aproveitaram-se do caos para ocupar a Manchúria (ROBERTS, 2012, p. 287). Isso em última instância provocaria guerra russo-japonesa, em 1904-1905, à revelia do império chinês.

Figura 4 – Alcance máximo dos Boxers e avanço da Aliança das Oito Potências



Fonte: SY, 2017

Do ponto de vista do sistema internacional, a consequência mais importante da Aliança das Oito Potências e do Protocolo Boxer foi fazer prevalecer a política de Portas Abertas para a China, defendida pelos Estados Unidos, por meio do seu Secretário de Estado John Hay (HAY, 1899). Portanto, ainda que com consequências graves para a China no curto prazo, o desfecho da Revolta dos Boxers teve efeitos positivos para o sistema internacional: encerrou a “corrida por concessões na China” e, por consequência, estabilizou a competição entre as potências na Ásia. Pode-se dizer que o Protocolo Boxer e a Aliança das Oito Potências prefiguraram as iniciativas de governança do sistema internacional no século XX, desde o

Internacionalismo Conservador do período entreguerras ao sistema ONU do pós-Segunda Guerra Mundial (MARTINS, 2013, p. 185; SCHULZINGER, 2002, p. 125).

Outra questão evidenciada pela Revolta dos Boxers e seu desfecho foi a importância da China – e do controle sobre ela – para o sistema internacional. A Revolta dos Boxers – um verdadeiro caos social – demandou a participação de oito potências estrangeiras para debelá-la e restaurar a ordem. O risco do caos social na China viria à tona em outras duas ocasiões: na Revolução Cultural (1966-1969) e no Incidente da Praça da Paz Celestial (1989).

### **3.1.4 As Reformas Tardias e a queda da Dinastia Qing**

O fracasso da Reforma dos 100 Dias e a derrota para as potências ocidentais, na esteira da Revolta dos Boxers, além de fragilizar ainda mais o Estado Chinês, aumentaram o descontentamento geral e provocaram a perda do que ainda restava de credibilidade da Dinastia Qing. Por outro lado, os elementos mais conservadores da corte – em particular a toda-poderosa e governante de fato, a Imperatriz viúva Cixi – convenceram-se da necessidade de promover reformas na estrutura do Estado e do governo chinês.

As reformas tardias, como ficaram conhecidas, retomaram a agenda da “Reforma dos 100 Dias”: a criação do exército nacional, a modificação dos exames militares e a criação de um Ministério do Exército; o estabelecimento de um sistema educacional em consonância com o formato ocidental e o envio de estudantes ao exterior; a criação de um Departamento de Assuntos de Governo para examinar as reformas a serem implementadas; o anúncio de que seria feita uma reforma política para transformar o império chinês em uma monarquia constitucional (ROBERTS, 2012, p. 288; SPENCE, 1990, pp. 375-376). O império também promoveu reformas econômicas centralizadoras, como o desenvolvimento de infraestrutura ferroviária, a reforma da moeda nacional e o desenvolvimento da Manchúria<sup>22</sup> (ROBERTS, 2012, p. 288-289).

Mas, afinal, o que havia de diferente na década de 1901 a 1910 com relação a 1898? Além da derrota humilhante de 1900-1901 e da demonstração do completo fracasso da política imperial em responder ao desafio ocidental desde a Guerra do Ópio (1839), o cenário asiático havia se modificado profundamente. À época da Reforma dos 100 Dias, como já destacamos, às agendas internas correspondiam aos interesses das grandes potências com relação à China – os reformistas, na prática, eram aliados dos japoneses, estimulando um nascente pensamento

---

<sup>22</sup> O que demonstra sua centralidade para o desenvolvimento e para a defesa da China, o que ficará comprovado posteriormente em repetidas oportunidades: na Guerra Sino-Japonesa, na Guerra Civil Chinesa e

panasianista. Agora, após a realização do Protocolo Boxer, as potências europeias pareciam ter encontrado um novo *modus vivendi* na China – o que permitiu, por exemplo, que um consórcio de bancos britânicos, franceses, alemães e americanos concedesse um empréstimo ao governo imperial chinês para realizar reformas centralizadoras, como o desenvolvimento de infraestrutura ferroviária, a reforma da moeda nacional e o desenvolvimento da Manchúria<sup>23</sup> (ROBERTS, 2012, p. 288-289).

O esforço de reforma apresentava, no entanto, alguns problemas. Apesar das reformas terem um caráter verdadeiramente autofortalecedor no médio e no longo prazo, aumentavam seriamente a carga de despesas do governo chinês, já seriamente afetadas pelas indenizações a serem pagas às potências estrangeiras em decorrência das recentes derrotas militares. O resultado foi a criação de novos impostos e o aumento de alíquotas sobre os impostos existentes, principalmente sobre o comércio (HSIEH, 1986, p. 160-161).

Além disso, a tentativa do governo imperial em reconcentrar poder não foi vista de forma positiva pela maior parte das novas elites chinesas. As velhas elites, estabelecidas nas províncias, por meio dos exércitos locais e usufruindo das receitas do *Lijin* (imposto de comércio interprovincial), temiam perder suas fontes de poder. As novas elites, surgidas principalmente no meio urbano, por sua vez, alimentavam um enorme ressentimento e uma enorme desconfiança com relação à dinastia manchú. Tal desconfiança se intensificou com a política de “reimperialização”, isto é, de designar nobres manchus para postos de alto escalão no governo e nas forças armadas, em detrimento da maioria Han (ROBERTS, 2012, p. 290). Como conta Spence (1990, p. 254), ao reorganizar o Ministério da Guerra, os manchus fizeram um duplo movimento: colocaram as tropas sob comando direto de nobres manchus, nomeados para trabalhar no Ministério da Guerra; e convocaram Yuan Shikai e Zhang Zhidong, dois chineses da maioria Han, e dois dos principais líderes militares provinciais para atuarem como Grandes Conselheiros do império, em Beijing – uma promoção que servia, na prática, para privá-los de sua base de poder (SPENCE, 1990, pp. 254-255).

Estas circunstâncias fomentaram a ascensão de novos grupos políticos, em especial uma nova classe de comerciantes, uma nova classe militar e uma nova elite intelectual (GASSTER, 1980, p. 475). A vitória japonesa sobre a Rússia na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 consolidou o Japão como o exemplo a ser seguido, e agiu como elemento catalisador para rearticular as forças políticas chinesas, fossem elas reformistas ou revolucionárias. Para o império, o exemplo da Constituição Meiji representava uma forma de manter-se no poder como

---

23 O que demonstra sua centralidade para o desenvolvimento e para a defesa da China, o que ficará comprovado posteriormente em repetidas oportunidades: na Guerra Sino-Japonesa, na Guerra Civil Chinesa e

uma monarquia constitucional. Para os antigos reformadores, cada vez mais inclinados à revolução, o Japão representava o modelo para a transformação do Estado chinês – a eles encantava, particularmente, o “forte senso de propósito nacional comum” (GASSTER, 1980, pp. 484-485).

Foi então que surgiu, em agosto de 1905, a Aliança Revolucionária Chinesa (同盟會 *Tongmenghui*), uma junção da nova intelectualidade chinesa, principalmente dos estudantes espalhados pelo restante do mundo, e as sociedades secretas, principalmente do Sul da China. Embora o movimento fosse bastante heterogêneo, havia enorme confiança na liderança de Sun Zhongshan, particularmente pela sua reconhecida capacidade de mobilizar apoio das potências estrangeiras – ou, ao menos, sua anuência – a uma eventual revolução na China (GASSTER, 1980, pp. 487-488).

A mobilização que levou, em última instância, à queda da Dinastia Qing foi a soma de dois acontecimentos: o debate em torno dos empréstimos estrangeiros para a construção de ferrovias no Norte e no Sul da China; e a proclamação da nacionalização das ferrovias, em maio de 1911 (ROBERTS, 2012, p. 298). Depreende-se que o argumento dos revolucionários era de que a nacionalização seria uma forma de facilitar o controle estrangeiro – por consequência, o controle provincial seria uma forma de resistência. Em setembro, organizações lideradas por partidários da Aliança Revolucionária já controlavam a Assembléia Provincial de Hubei e toda a província (ROBERTS, 2012, pp. 298-299). Em 10 de outubro – o “duplo dez” – teve início a Revolução Wuchang, com a Proclamação da República – ao que se seguiu a adesão de outras províncias, como Jiangsu, Sichuan e Shandong, que declararam independência da Dinastia Qing (SPENCE, 1990, p. 266).

A Revolução Wuchang recebeu o nome a partir da cidade em que foi realizada – é uma das três antigas cidades (Wuchang, Hanyang e Hankou) que hoje formam a cidade de Wuhan, capital da província de Hubei. A importância da região é dupla: geográfica e econômica. Fica no entroncamento entre os rios Yangzi e Han – e não por acaso a cidade é chamada de “via expressa das nove províncias”. Economicamente, era um dos principais centros industriais e comerciais da China à época, com grande número de trabalhadores da indústria e de tropas do Novo Exército de Hubei – com muitos infiltrados da Aliança Revolucionária Chinesa, por meio da mobilização de sociedades secretas (SPENCE, 1990, p. 263).

### 3.1.5 A República da China: da Revolução à Segunda Guerra Mundial

A princípio ao lado do império, Yuan Shikai assumiu o posto de premiê sob o imperador Puyi. Liderou as tropas que reconquistaram Hankou e Hanyang (a norte do Rio Yangzi) em fins de novembro, mas foi derrotado pouco depois em Nanjing – a histórica capital do Sul – onde os revoltosos decidiram por estabelecer sua capital, e onde Sun Zhongshan assumiu o governo provisório, a 1º de janeiro de 1912 (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 328). Diante deste quadro, Yuan Shikai convenceu o imperador Puyi a abdicar, o que ocorreu em fevereiro, abrindo caminho para a efetivação da República. Entretanto, Puyi transferiu poderes para Yuan Shikai – e não para Sun Zhongshan, o líder dos revoltosos (SPENCE, 1990, p. 267).

Por trás da decisão de Sun Zhongshan – abrir mão de assumir a presidência, mesmo com apoio popular e base política – estava a percepção de que não teria condições de enfrentar Yuan militarmente. Além disso, temia provocar a divisão da China entre Sul e Norte, com uma capital em Nanjing e outra em Beijing (ROBERTS, 2012, p. 301; FRANKE; TRAUZETTEL, 1973, p. 328).

Seguiu-se a abertura de uma Assembléia Nacional. A Aliança Revolucionária Chinesa se uniria a outros movimentos para criar o Partido Nacionalista (国民党 *Guomindang*). O Guomindang tornou-se o maior partido da Assembléia e passou a contestar diversas medidas do governo de Yuan Shikai e, em 1913, promoveram a Segunda Revolução, rapidamente esmagada pelas forças controladas por Yuan Shikai. Yuan dissolveu as assembleias provinciais, banuiu o Guomindang, decretou a lei marcial, e passou a perseguir os adversários políticos. A Sun Zhongshan e ao Guomindang, restara retirar-se de cena e refugiar-se em Guangdong – que voltaria a ser a sua base política.

A Revolução Wuchang – ou Revolução de 1911 – serve para ilustrar um elemento crucial da política chinesa: a divisão entre Norte e Sul. Para parte das elites japonesas, a revolução possibilitava a divisão da China em dois estados, um ao norte e um ao sul – ou até mesmo um terceiro estado, com a Manchúria separada do Norte da China (JANSEN, 1967, p. 131-133; BEASLEY, 1991, p. 104-106; SATO, 2007, p. 6-7). A ideia de estabelecer esferas de influência e/ou controle direto sobre o território chinês voltaria à tona pouco tempo depois, na crise das 21 Demandas e, posteriormente, na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1931-1945). Além disso, fica demonstrado o papel que cumpre o rio Yangzi na geografia chinesa. É fato que serve como elemento de ligação entre o litoral e o interior do país, mas também é verdade que se torna um obstáculo natural, uma cunha entre o Norte e o Sul da China – resultando daí a

imensa importância da construção de infraestrutura para viabilizar uma verdadeira integração política, econômica e militar da China.

Logo no início da Primeira Guerra Mundial, os japoneses tomaram as concessões alemãs na Província de Shandong (incluindo Qingdao), aproveitando-se do envolvimento das potências europeias no confronto. O Japão prosseguiu não se deu por satisfeito e continuou a avançar seus interesses na China. Isso se deu em 1915, por meio da apresentação das 21 Demandas ao governo chinês. Entre as demandas, estavam a exigência de direitos econômicos bastante extensivos na Manchúria e na Mongólia Interior, novos direitos especiais de comércio na província de Fujian; não alienação de portos a outras potências; controle conjunto da siderúrgica Hanyeping, em Hanyang (Wuhan), província de Hubei e direito de enviar policiais japoneses e conselheiros econômicos para o Norte da China (SPENCE, 1990, p. 285-286). Ao fim, apenas 13 demandas foram aprovadas – o dia 7 de maio de 1915 tornou-se o dia da humilhação nacional (ROBERTS, 2012, p. 304).

Mas o ápice da humilhação estava por vir: em 1919, quando a Conferência de Paz de Versalhes concedeu aos japoneses – e não aos chineses – a posse da Península de Qingdao. À Paz de Versalhes, seguiram-se grandes protestos de estudantes chineses na Praça da Paz Celestial, em Beijing. Os protestos tinham como alvos externos – as potências estrangeiras, a presença estrangeira na China, mais especificamente os japoneses – e internos – os representantes chineses à Conferência de Versalhes, tidos como traidores, e os principais líderes políticos de uma república cada vez mais fragmentada.

A morte de Yuan Shikai, em 1916, provocou, na prática, o desmantelamento da incipiente república. A luta pelo espólio político de Yuan (o controle da China) acentuou as subdivisões no exército Beiyang e provocou a ascensão dos Senhores da Guerra. Para efeitos de ilustração, o fenômeno dos senhores da guerra assumiu feições muito similares às do caudilhismo latino-americano. Como descreve Paine (2012, p. 64-65), tratava-se de uma completa anomia: na ausência de leis e instituições que regulem o poder, o poder era exercido de forma personalista, pela força e pelas redes de lealdades.

A origem dos Senhores da Guerra pode ser identificada ainda no Século XIX, quando o império deu maior autonomia e capacidade de financiamento (por meio do imposto *lijin*) às forças militares provinciais para combater as revoltas, como a Revolução Taiping e a Revolta Nian. Por consequência, a política imperial fortaleceu os governadores provinciais perante a autoridade central na China, processo que se agravou ao longo do tempo, culminando na queda do império e na fragilidade da república.

Durante o império, como debatido no capítulo anterior, esta descentralização provocara contínuas tensões entre o governo imperial e as províncias e impediu o império chinês de concluir a modernização. Já na República, após a morte de Yuan Shikai (1916), a autoridade do governo central foi praticamente desmantelada e fragmentada, em grande parte devido à associação dos Senhores da Guerra com as potências estrangeiras – como foi o caso de Zhang Zuolin, o Senhor da Guerra da Manchúria, com o Japão; e de Sheng Shicai, o Senhor da Guerra do Xinjiang, com a União Soviética.

Roberts (2012, p. 246) afirma que apesar da instabilidade política, a China se beneficiou economicamente da Primeira Guerra Mundial: entre 1916 e 1918, houve um aumento na produção industrial na ordem de 300%. Não obstante, esta industrialização era pulverizada nas concessões e zonas de influência – estava, portanto, vinculada às economias de enclave. A falta de uma burguesia nacional e do centro de decisão impedia o Estado chinês de formular ou colocar em prática qualquer tipo de política industrial ou usufruir da industrialização para armar um exército nacional.

A fragmentação do país e a humilhação no Tratado de Versalhes constituíram elementos de transformação da ordem política nacional. Sem os antigos patrocinadores japoneses, que agora tinham em Zhang Zuolin seu principal aliado, Sun Yat-Sen teve que mudar a estratégia política do Partido Nacionalista. A solução viria da Rússia: em 1921, após perceber que a revolução não se espalharia rapidamente pela Europa, Lênin e o Comintern decidiram que deveriam atuar nos países pré-capitalistas e mobilizar os comunistas locais para promover revoluções de caráter nacional – a prioridade era o antiimperialismo. A China teria papel central nessa estratégia, e agentes do Comintern foram enviados para organizar um PC local e oferecer apoio aos nacionalistas (SPENCE, 1980, p. 185).

Esta foi a origem da primeira Frente Unida entre Nacionalistas e Comunistas, que seria estabelecida na Academia Militar de Huangpu, em Cantão, entre 1923 e 1924. Seu primeiro diretor foi Jiang Jieshi, treinado em estratégia militar em Moscou – e o primeiro vice-diretor político era Zhou Enlai. A academia era abastecida regularmente com carregamentos regulares de armamento soviético de Vladivostok a Cantão (SPENCE, 1980, p. 186; p. 191). Comunistas e nacionalistas formaram assim a Frente Única Revolucionária (FUR), depois Exército Revolucionário Nacional (ERN), que teria como objetivo empreender a reunificação do país, a “Expedição ao Norte” (ROBERTS, 2012, p. 315).

Embora ambos os grupos convergissem quanto à necessidade de derrotar o imperialismo e reunificar o país, divergiam severamente quanto à agenda social: os comunistas defendiam a

reforma agrária imediata e instigavam greves. Por outro lado, os proprietários rurais e urbanos viam no Exército Revolucionário Nacional uma forma de garantir seus direitos de propriedade.

Com a morte de Sun Yat-Sen, no início de 1925, as contradições se exacerbaram. Ainda assim, a Expedição ao Norte partiu de Cantão (Guangzhou) em meados de 1926. Inicialmente bem-sucedida, o andamento da Expedição passaria por uma reviravolta: em abril de 1927, quando as forças de Jiang Jieshi alcançaram Shanghai, teve lugar o Massacre dos comunistas. O fim da primeira Frente Unida foi o primeiro capítulo da “Guerra Civil Chinesa”. Foi seguido também por uma divisão no próprio Partido Nacionalista – Wang Jingwei, aliado a comunistas e a Borodin, o enviado do Comintern, rompeu com Jiang Jieshi (SPENCE, 1980).

As tropas de Jiang Jieshi eventualmente conseguiram concluir a sua missão, alcançar e tomar Beijing, estabelecendo o “Generalíssimo” como Presidente da China. Sua reunificação, no entanto, não foi completa. Por essa razão, teve de buscar acordo com os Senhores da Guerra remanescentes e com as potências estrangeiras. A estratégia de não antagonizar as potências estrangeiras surtiu efeito: a partir da consolidação do novo governo, os EUA e a Grã-Bretanha renunciaram unilateralmente a parte de suas vantagens comerciais e concessões territoriais (ROBERTS, 2012, p. 327). É provável que também tenha havido um acerto com o Japão: a esse aspecto cabe destacar a incrível coincidência de datas entre a tomada de Beijing por Jiang Jieshi e o assassinato de Zhang Zuolin (Senhor da Guerra da Manchúria) pelos japoneses, ambos os fatos ocorridos em 4 de junho de 1928.

Ao final de 1928, encerrava-se oficialmente a Expedição ao Norte<sup>24</sup>. Jiang Jieshi, é verdade, tinha o controle da maior parte das porções norte, central e leste da China, mas a luta com os Senhores da Guerra, no entanto, não havia sido encerrada – enfrentava ainda Feng Yuxiang e Yan Xishan. Foi então que os comunistas lançaram uma primeira insurreição a partir de suas bases no Sul. Entre 1930 e 1934, foram cinco grandes embates entre o governo nacionalista e os comunistas. Após a última, em 1934, os comunistas empreenderam a longa marcha: partiram de Jiangxi e partiram rumo a Shanxi.

Apesar de perder grande parte de suas forças, o Partido Comunista continuou existindo e estabeleceu-se no vilarejo de Yan’an, na província de Shanxi, na porção central do Norte chinês. Mantiveram-se, assim, enquanto força política e militar relevante na China – e agora mais próximos geograficamente da Manchúria. Em 1936, quando aumentava a ameaça de um ataque japonês ao Sul da Manchúria, Zhang Xueliang, o novo Senhor da Guerra da Manchúria

---

<sup>24</sup> Na verdade, uma gigantesca guerra civil, com mais de 1 milhão de combatentes, distribuída por 18 províncias chinesas, e que produziu uma grande fome, que vitimou entre 3 e 6 milhões de pessoas. (PAINE, 2012, p. 56-57)

passou a pressionar Jiang Jieshi para que iniciasse uma nova frente unida com os comunistas, desta vez contra os japoneses, o que acabou ocorrendo no final de 1936.

Há duas versões para explicar o que possibilitou a concretização da Frente Unida. Uma delas dá conta de que após ser capturado em uma armadilha de Zhang, o Guomindang teria sido forçado a aceitar a Frente Unida (ROBERTS, 2012, p. 335). Jiang Jieshi, oferece outra versão: afirma que estava de acordo com a Frente Unida, e o sequestro teria o objetivo de fazê-lo aceitar novas condições, mais vantajosas para os comunistas (JIANG, 1962, p. 81-82).

A China havia reunificado seu território – os senhores da guerra aceitaram o governo de Jiang Jieshi e uniram suas tropas ao Exército Revolucionário Nacional. Entretanto, ainda existiam profundas diferenças entre os caudilhos. Estas divisões contribuíram para que o Japão acreditasse que uma campanha contra a China poderia ser rápida e decisiva. Desse modo, em 7 de julho de 1937, o Exército japonês atacou os soldados chineses na Ponte Marco Polo, nos arredores de Beijing. Tinha início a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Trataremos da Segunda Guerra Mundial na Ásia na próxima seção.

### 3.2 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA ÁSIA

Em 1972, quando o primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka visitou a China – reconhecendo o princípio de “Uma Só China” e Beijing como sua capital - encontrou-se com o Presidente Mao Zedong. Eventualmente perplexo, recebeu do mandatário chinês os agradecimentos pela invasão japonesa da China. Mao Zedong explicou que sem invasão japonesa a revolução chinesa teria sido impossível e com ela a unificação do país e sua conversão em uma potência industrial. Qualquer que tenha sido a impressão do primeiro-ministro do Japão, o fato é que o aforisma de Mao sintetiza o papel da Segunda Guerra Sino-Japonesa – e, portanto, da Segunda Guerra Mundial – para a revolução nacional na China e aquisição do Centro de Decisão Econômica (Industrialização) (FURTADO, 1962, p. 109-112; OLIVEIRA, 2012, p. 31). Parece, portanto, inarredável tratar do tema quando se aborda a questão da revolução nacional e da grande estratégia da China. Tratar da Segunda Guerra Mundial na Ásia permite efetuar a transição da terceira para a segunda imagem (WALTZ, 2004) e permite sopesar o peso dos constrangimentos internos e do processo doméstico frente aos impasses e rumos adotados pela China.

A ordem internacional na Ásia do período entreguerras pode ser sumarizada em dois acontecimentos e três tratados. Os acontecimentos são a Guerra Russo-Japonesa (1905) e a

Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Estas conflagrações permitiram que, na esteira da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) o Japão derrotasse a Rússia, arrebatando-lhe Port Arthur (Dalian) e a própria península de Liaodong. A Primeira Guerra Mundial, na qual o Japão somou-se às potências da Tríplice Entente contra as Potências Centrais, permitiu que o Japão arrebatasse da Alemanha a Península de Shandong, situada no outro lado do Mar de Bohai. Apropriando-se desse modo das duas sentinelas que delimita esse mar com relação ao resto do Mar Amarelo e abrindo as portas para Beijing graças ao acesso aos rios que conduziam ao interior da China. Igualmente, pelo Congresso de Paris de 1919, herdou as possessões alemãs na Ásia, especialmente o território às margens da Baía de Jiaozhou (Qingdao, na província de Shandong). Estas conquistas constrangeram a que o Japão tivesse de ser levado em conta nos cálculos relacionados à distribuição de poder mundial. Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, a Marinha Japonesa já havia se feito presente no Mediterrâneo, de sorte que para além da destruição da Marinha Russa do Extremo Oriente em 1905, as capacidades japonesas já eram do pleno conhecimento dos círculos diplomáticos europeus.

Os três tratados são o Tratado Anglo-Japonês (1902) – implicitamente dirigido contra a Rússia – o tratado Lansing-Ishii (1917), assinado entre o Japão e os Estados Unidos – ambos arranjos refletiam o dilema da política externa e de segurança (PES) do Japão no entreguerras: equilibrar-se entre as potências europeias e a ordem colonial e a pujança e o dinamismo da economia estadunidense e sua política claramente anticolonialista – e.g. Política de Portas Abertas para a China (1899) (HAY, 1899). Mas este não era o único dilema com o qual a PES japonesa tinha de lidar: havia que dotar a indústria de matérias-primas e mercados em um continente onde o novo sistema colonial (o imperialismo) havia deixado poucos vazios – e.g. Tailândia. De resto, a Ásia era propriedade, sobretudo, de holandeses e franceses.

Assim, o terceiro tratado que conforma a ordem asiática do período entreguerras, o Tratado Naval, firmado durante a Conferência de Washington (1922). Desta feita, a proeminência do Japão foi reconhecida não apenas no âmbito bilateral, mas em termos multilaterais. Para todos os efeitos, o Japão emergiu da Guerra Russo-Japonesa e da Primeira Guerra Mundial como uma grande potência e tinha de ter reconhecida esta prerrogativa – a primeira alheia ao mundo europeu e a segunda, depois dos EUA, que não fazia parte da Europa.

De forma inédita, o Tratado Naval de Washington (1922) determinava a quantidade máxima de couraçados e a tonelagem das marinhas. O tratado definiu a nomenclatura dos vasos de superfície (couraçados, cruzadores e porta-aviões) e a tonelagem máxima que cada país poderia ter em cada categoria e no total. Definiu também o limite máximo de tonelagem por vaso e o calibre máximo para o armamento principal de cada um deles.

Assim, o Tratado Naval estratificou as grandes potências tomando como base as capacidades das frotas de superfície, reconhecendo o Japão, neste aspecto, como a terceira maior potência do Sistema Internacional, perdendo apenas para os Estados Unidos e a Inglaterra e à frente da França e da Itália<sup>25</sup>. Embora fosse estabelecida para o Japão uma tonelagem total menor do que para EUA e a Inglaterra, o Japão teria de distribuir a sua frota apenas pelo Oceano Pacífico, ao contrário das outras potências (inclusive a França), cujos interesses cobriam – além do Pacífico – o Atlântico, o Índico e o Mediterrâneo. Além disso, o Japão recebera a promessa de ingleses e americanos de que não fortificariam suas bases no Extremo Oriente (READ, 1949, p. 298).

Na Conferência, também foram assinados outros dois tratados, ambos pertinentes à Ásia: o Tratado das Quatro Potências e o Tratado das Nove Potências. O Tratado das Quatro Potências (EUA, Inglaterra, França e Japão) estipulava a manutenção do status quo na Ásia. Já o Tratado das Nove Potências (EUA, Inglaterra, Japão, China, França, Itália, Bélgica, Holanda e Portugal) firmava o compromisso dos signatários com a integridade da China e a manutenção da política de Portas Abertas. Portanto, a Conferência de Washington, além de reconhecer o novo papel do Japão enquanto grande potência, evidenciava a centralidade da administração dos interesses das potências na China e na Ásia, de modo geral, como elemento fundamental para a estabilidade do Sistema Internacional.

Podemos afirmar que a Conferência de Washington prefigurou os regimes internacionais, como o Sistema ONU (1944) e os tratados de controle de armamentos, como os acordos SALT e START (MARTINS, 2013, p. 186). Esta avaliação da Conferência de Washington é ratificada pela assinatura do Pacto Kellogg-Briand (1928), que visava extinguir a guerra como recurso legítimo de política nacional e oferecia em alternativa mecanismos de solução de controvérsias. O caráter visionário do Pacto fica mais evidente pela refutação da emenda francesa que propunha manter válido o expediente da guerra até mesmo em situações de legítima defesa do Estado ou em atendimento às provisões da Liga das Nações (KISSINGER, 1999, p. 301). O sistema de governança internacional do entreguerras seria reforçado pela Conferência Naval de Londres (1930), cujo tratado final, grosso modo, manteve

---

25 O tratado foi dividido em duas partes, uma para tratar dos Couraçados e Cruzadores e outra para tratar dos porta-aviões. Quanto aos couraçados e cruzadores, igualou EUA e Inglaterra, concedendo a ambos o limite de 525 mil toneladas. Ao Japão, foi autorizada a tonelagem de 315 mil toneladas, o que o colocou em posição superior à França e à Itália, cada qual com o limite de 175 mil toneladas. Quanto aos porta-aviões, manteve-se a hierarquia de forças: EUA e Inglaterra teriam o direito às maiores frotas (135 mil toneladas cada), Japão logo a seguir com 81 mil toneladas e, por fim, França e Itália com permissão para construir até 60 mil toneladas, cada. Ficou estabelecido também que o limite geral por casco seria de 27 mil toneladas para todos os signatários (MARTINS, 2013, p. 186).

o que foi acordado em Washington oito anos antes, mas incluindo regulações quanto à tonelagem de submarinos.

Desse modo, quando teve lugar a Grande Crise de 1929, todas as alternativas estavam abertas para a PES do Japão. Graças ao Congresso de Washington, ele podia mover-se em meio a um delicado equilíbrio envolvendo as prerrogativas coloniais e o anticolonialismo. Embora a política de Portas Abertas seja invocada como trunfo estadunidense – dado o mérito em tê-la proposto e sustentado – ela também beneficiava o Japão. Afinal, a diferença das demais potências europeias, a despeito dos seus territórios situados além das ilhas metropolitanas, o Japão era um país desprovido de colônias, até mesmo os EUA, com as Filipinas, detinham vantagem nesse campo.

A grande crise internacional de 1929, causou menos danos do que em outros países, mas provocou uma contração da economia japonesa de 8% entre 1930 e 1931, aumento do desemprego, empobrecimento dos trabalhadores e pauperização dos já pobres (CHA, 2003, p. 129; 131-132). Em decorrência do sentido da premência suscitada por estas circunstâncias, teve lugar uma mudança de rumos radical na PES do Japão. Até então, a proeminência japonesa havia sido obtida graças a uma diplomacia cuidadosa, alicerçada no emprego judicioso de força, mas ambos os esforços dirigidos na mesma direção: o fortalecimento da ordem internacional. Agora, devido ao impacto da crise internacional sobre a economia exportadora do Japão, as elites japonesas passaram a defender a criação de uma zona econômica exclusiva no Leste Asiático e, por consequência, a modificação da política externa (VISENTINI, 2020, p. 51).

Além disso, o aumento do protecionismo e a falta de mecanismos de arbitragem para solucionar disputas comerciais aumentavam as tensões no sistema internacional. Isto constituía-se em grande obstáculo para o Japão, um país em franco processo de modernização e crescimento populacional, que necessitava garantir acesso a matérias-primas e mercados (KONOE, 1933 apud OKA, 1983, p 28). Esta falha do internacionalismo conservador será, como veremos adiante, uma das causas da Segunda Guerra Mundial e, por consequência, motivará a criação do Sistema de Bretton Woods, no pós-Segunda Guerra Mundial.

A transformação da PES japonesa teve seu prenúncio no Memorando elaborado pelo então Primeiro-Ministro Giichi Tanaka ao Imperador em 1927, no qual previa a conquista da Indonésia – área de recursos sul – e da China e da Sibéria – área de recursos norte, para obter petróleo, borracha e ferro que o Japão necessitava para a industrialização do país. Até 1930, quando o Japão firmou o Tratado Naval de Londres, o país manteve a sua vocação de co-artífice da ordem internacional. Mas em setembro de 1931, a linha dura do exército japonês provocara

a ocupação da Manchúria<sup>26</sup>, que teve como resultado a criação de um estado fantoche, o Manchukuo, em fevereiro de 1932 (PAINE, 2012, p. 13–14; 17). As ações externas refletiam a situação interna: o crescente poder dos extremistas dentro da política japonesa e o período do “governo por assassinato” (COOX, 1976, p. 24).

Com a invasão da Manchúria, o Japão rompeu com o pilar principal da ordem internacional na Ásia e que conciliava os interesses distintos de estadunidenses e europeus: a Política de Portas Abertas na China. O acordo tácito de que a China manter-se-ia como uma espécie de condomínio a serviço de todos era a pedra angular que tinha permitido os acordos envolvendo os regimes de controle de armamentos.

Assim, gradualmente, o Japão iniciou sua retirada do sistema de governança internacional e tornou-se um “estado pária”. Após a Liga das Nações denunciar a invasão japonesa, o Japão retirou-se da Liga das Nações, em março de 1933 (PAINE, 2012, p. 35). Em dezembro de 1934, o país denunciou o regime de tratados navais e, embora tenha enviado delegação à Segunda Conferência Naval de Londres (1936), abandonou a conferência em meio à sua realização (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 298). Por fim, em 1936, o Japão assumiu um lado na esfera internacional ao firmar o Pacto Anticomintern com a Alemanha Nazista.

Ainda assim, o caminho do Japão rumo à guerra regional com a China e à Guerra Mundial não era inevitável. O Japão se equilibrava entre dois campos, como resultado assimilou características de ambos. Como os europeus, exigia concessões territoriais e comerciais, e tratava suas possessões como colônias. Porém, como os EUA, procurou emular uma versão própria da Doutrina Monroe: o pan-asianismo.

O pan-asianismo não era um movimento homogêneo – Eri Hotta (2007, p. 19–52) descreve pelo menos três diferentes vertentes. Entretanto, segundo a autora, há dois aspectos que unificam o pensamento pan-asianista: a concepção da Ásia como um ente delimitado geográfica, racial ou culturalmente; e o seu destino político compartilhado, isto é, a premissa de que era necessário libertar a Ásia da dominação imperialista ocidental e encontrar uma forma viável de balancear o Ocidente (HOTTA, 2007, p. 23). Afinal, muitos asiáticos – mesmo os japoneses, que não eram colonizados – acreditavam que o futuro reservava a eles um “choque de raças” entre amarelos e brancos (SZPILMAN; SAALER, 2011, p. 11). Em certo sentido, antecipavam-se à visão de Samuel Huntington (1997) sobre o choque das civilizações – e também sobre a Afirmção Asiática (HUNTINGTON, 1997, p. 126–134).

---

26 Como alega Paine (2012, p. 13), o que motivou a invasão japonesa foi a explosão de um pequeno trecho de uma ferrovia próxima a Shenyang (Mukden), atribuída a chineses. No entanto, conforme comprovado em investigação japonesa, a explosão foi obra de soldados do próprio exército japonês.

Por um lado, o pan-asianismo tinha um aspecto humanista e progressista, o anticolonialismo. Não se pode menosprezar o fato de que ao final do século XIX e em boa parte da primeira metade do século XX, o Japão foi um refúgio e um espaço de articulação das lideranças dos movimentos autonomistas em toda a Ásia – da China, da Índia, do Sudeste Asiático e até mesmo do mundo islâmico. O país tornou-se referência na luta contra as potências coloniais, especialmente após a vitória contra a Rússia em 1905 (SZPILMAN; SAALER, 2011, p. 4). Além disso, pan-asianistas japoneses apoiaram a Revolução Xinhai de 1911 e continuaram apoiando os esforços de revolução nacional empreendidos por Sun Yat-Sen posteriormente (SATO, 2007). Dentro dessa visão, o Japão deveria estabelecer uma relação de igualdade com a China, com a Coreia e com restante da Ásia, com vista a forjar uma eventual aliança ou até mesmo em uma iniciativa de integração regional (HOTTA, 2007, p. 37–44; 51).

Por outro lado, o pan-asianismo também defendido sob um ponto de vista diferente, no qual o Japão deveria não apenas assumir uma posição de liderança e uma postura ativa na promoção da descolonização e na modernização dos estados asiáticos, mas fazê-lo a partir de uma posição de superioridade. Assim, o Japão teria uma missão especial, que seria descolonizar e modernizar a Ásia à sua imagem. Alguns pensadores justificariam essa posição alegando até mesmo uma suposta superioridade cultural dos japoneses, tanto sobre os ocidentais, quanto sobre os próprios povos asiáticos (HOTTA, 2007, p. 45; SZPILMAN; SAALER, 2011, p. 6–7).

O próprio Sun Yat-Sen parecia estar suficientemente ciente da natureza ambígua do pan-asianismo – a ponto de aproveitar-se de tal ambiguidade para atingir suas finalidades políticas. Em discurso feito a japoneses em Kobe, em 1924, declarou que o Japão tinha duas opções: seguir o modo do ocidente ou o modo do oriente. O modo do ocidente, explicou Sun, seria o despotismo, o governo mediante do uso da força e o utilitarismo – as práticas predominantes no sistema europeu ou sistema internacional moderno. O modo do oriente seria o modo confuciano, em que o governo seria exercido por meio da benevolência e da justiça. O pan-asianismo – isto é, a união dos povos asiáticos e sua vitória sobre os colonizadores ocidentais – somente seria concretizado se Japão e China seguissem juntos o segundo caminho (SUN, 1924 apud BROWN, 2011, p. 81–83). Lançando mão da sua herança cultural conjunta, o Confucionismo, Sun buscava convencer os japoneses de que o Japão somente poderia conseguir o que queria – o acesso aos recursos e aos mercados chineses e asiáticos – por meio de uma integração regional pacífica com a China e pelo respeito à sua soberania.

Em julho de 1937, o Japão escolheu um dos caminhos e selou o seu destino: o exército japonês provocou um incidente com tropas chinesas na ponte Marco Polo e invadiu o restante

do território chinês, de Beijing para o Sul. A doutrina japonesa era o *sokusen sokketsu* – “combate rápido e decisão rápida” (SATOSHI; DREA, E. J., 2011, p. 159). Os japoneses pró-invasão, como o general Tojo, acreditavam que o Japão, com sua grande vantagem tecnológica e econômica, venceria os chineses muito rapidamente (COOX, 1976, p. 36).

Os primeiros movimentos da guerra pareciam dar alguma razão ao otimismo dos japoneses. Avançando a partir do Norte os japoneses tomaram o Norte da China, e empreenderam ofensivas bem-sucedidas, tomando Beijing, Tianjin, Jinan, Xangai e Nanjing – onde perpetraram o hediondo “estupro de Nanjing” – num período de seis meses (julho de 1937 a janeiro de 1938). Embora a superioridade japonesa fosse uma explicação importante para o seu rápido avanço, a falta de coesão política entre as forças chinesas contribuiu para uma resistência insuficiente às forças japonesas. Um desses casos foi o do general Han Fuju, encarregado da defesa de Jinan, que rapidamente caiu em mãos japonesas (MACKINNON, 2011, p. 181). Seu julgamento e execução foi um elemento de virada na adesão dos generais e senhores da guerra a um comando unificado em torno de Jiang Jieshi (MACKINNON, 2011, pp. 182-183) – elemento-chave para empreender a dispendiosa nova estratégia das forças chinesas contra os japoneses.

Foi nesse contexto que os chineses colocaram em prática sua nova estratégia: a Guerra Prolongada<sup>27</sup> (em chinês, 持久战 *chijiuzhan*). Esta estratégia consistia em uma guerra defensiva de atrito, de retirada das grandes cidades no sentido do interior da China – o que incluiu a mudança da capital para Chongqing, então localizada na província de Sichuan. A Guerra Prolongada permitia às forças chinesas usar o terreno e estender as linhas de comunicação do Japão, ao mesmo tempo em que criava dificuldades para a logística oponente e, portanto, a impedia de usufruir plenamente de suas vantagens tecnológicas, especialmente quanto à mobilidade e ao poder de fogo (MAGNO, 2019, p. 61). Apesar de sofrer grandes perdas, a China logrou seu objetivo estratégico: impediu a vitória japonesa e desgastou as forças oponentes. Como bem define Van de Ven (2018, p. 92), a China “trocava espaço por tempo”. Diante da incapacidade de definir o conflito, a estratégia japonesa passou a ser isolar a China. E foi justamente ao perseguir este objetivo que o Japão transformou uma guerra regional em uma guerra mundial.

---

<sup>27</sup>Ao contrário do que é usualmente retratado na bibliografia, o conceito de Guerra Prolongada não foi inventado por Mao Zedong, mas sim por Jiang Baili, militar e intelectual da era republicana. O conceito, que Jiang lançou ainda na década de 1910, surgiu da necessidade de pensar a defesa de uma China enfraquecida e fragmentada politicamente diante da cobiça de grandes potências, principalmente o Japão (MAGNO, 2019, p. 61).

Como referido anteriormente, ainda em 1936 o Japão havia firmado com a Alemanha o Pacto Anticomintern. Os soviéticos, por sua vez, anteviam no apaziguamento promovido pelos Acordos de Munique (1938) a intenção da Inglaterra em provocar uma guerra da Alemanha contra a URSS. Por essa razão, firmaram em 23 de agosto de 1939 um pacto de não agressão com os alemães – o Pacto Germano-Soviético. Em 1 de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, o que suscitou uma declaração formal de guerra por parte da Inglaterra e da França. Contudo, como destaca Paulo Visentini (2020, p. 78), tratou-se de “*drole guerre*” – uma “guerra engraçada” – pois nenhum dos dois países empreendeu qualquer tipo de ação militar séria contra a Alemanha. Em virtude disso, em 17 de setembro a União Soviética tomou as porções orientais da Polônia, que havia perdido na guerra de 1920. A partilha da Polônia não suscitou nenhuma reação contra a Alemanha. De seu turno, Inglaterra e França continuavam preparando a Operação Pike – planejada em abril de 1940 (OSBORN, 2000, p. x) –, um ataque à União Soviética de modo a auxiliar a Finlândia – a Guerra Russo-Finlandesa teve início em 30/1/1939 – e privar os alemães das reservas de ferro da Suécia, o que acabou sendo inviabilizado pela invasão da França, em 10 de maio de 1940.

O Pacto Molotov-Ribbentrop (23/8/1939) causou perplexidade e estupor no Japão. Os japoneses estavam empenhados em uma batalha contra os soviéticos desde maio de 1939 na fronteira entre a Manchúria – àquela altura já convertida em Manchukuo – e a Mongólia. A batalha ainda se prolongaria por 24 dias após a assinatura do pacto tendo sido concluída em 16 de setembro de 1939. Nesse sentido a Batalha de Khalkhin Gol – Nomonhan para os japoneses – acarretou uma dupla consequência/aprendizado. De um lado que não poderiam contar com a Alemanha para uma campanha contra a URSS – designada Área de Recursos Norte no Plano Tanaka – que, caso fosse possível, elidiria ao Japão o custo de confrontar-se com as potências marítimas do Pacífico – europeus e estadunidenses. O segundo aprendizado veio da batalha em si, pois ficou claro aos olhos dos japoneses que não possuíam condições de fazer frente à motomecanização do exército soviético e suas aeronaves.

Portanto a campanha contra a URSS – extremamente problemática dadas as lições da intervenção japonesa (1919-1925) – desapareceu da agenda dos planejadores. Ganhou corpo a ideia de um confronto no Pacífico em busca da Área de Recursos Sul – sobretudo na Indonésia. Em 22 de junho de 1940, a França capitulou para os alemães, tornando-se nada mais que um Estado associado à Alemanha. A situação europeia permitiu ao Japão avançar sobre o Sudeste Asiático. Em agosto, os japoneses firmaram um pacto com as autoridades francesas na Indochina, obtendo permissão para estacionar suas tropas e o empréstimo de bases aéreas no Norte da Indochina (TAJIMA, 2016, p. 49). O reconhecimento do avanço japonês e da “Nova

Ordem no Grande Leste Asiático” se deu pela firma do Pacto Tripartite (Eixo Roma-Berlim-Tóquio) entre Alemanha, Itália e Japão, em 27 de setembro de 1940 (TAJIMA, 2016, p. 45).

Deste modo, com a aviação antinavio baseada na Indochina, o Japão podia projetar força em todo o Mar do Sul da China e podia controlar o estreito de Málaca e valer-se de um duplo trampolim, para a Índia e para a Austrália. Até então, ao menos aparentemente, não havia sido selado completamente o futuro da guerra na Ásia. E, pela primeira vez, o Japão se beneficiava dos acontecimentos europeus, ao invés de ter seus intentos frustrados por esse. Então, como referido, o Japão tinha ao alcance de sua mão a oportunidade de isolar a China – graças às posições recém-conquistadas na Indochina. Como resposta, os Estados Unidos haviam imposto um severo embargo ao país em virtude da agressão à China, proibindo a venda de sucata e combustível para aviação ao Japão (BELL, 2011, p. 63). Em julho do ano seguinte, em resposta à invasão japonesa da Indochina, os EUA congelaram todos os ativos japoneses no país e, em setembro, proibiu a venda de petróleo (KERSHAW, 2007, pp. 399-400). Os embargos levaram os japoneses a considerar que qualquer campanha para consolidar a área de recursos sul contaria a feroz oposição dos EUA – estimativa de valor discutível dado o forte sentimento de isolacionismo então dominante na América.

As possessões dos EUA nas Filipinas representavam uma dupla ameaça ao Japão: a frota sediada no Havaí, em tempos de paz, operar a partir de Luzon. E, a força aérea dos EUA no extremo oriente, composta por fortalezas voadoras (Flying Fortress B-17), podiam, das Filipinas, atingir as ilhas metropolitanas – o que obviamente suscitava preocupações com a segurança do imperador. Então, quando foi tomada a decisão final sobre a guerra, o plano de ação sobre a guerra constituiu-se quatro movimentos que foram executados de modo quase simultâneo: a) o desembarque em Kota Bharu, na Malásia – beneficiando-se da aliança com a Tailândia para controlar Singapura e tomar o Estreito de Málaca; b) Ataque às possessões coloniais européias na China visando estabelecer o completo isolamento do país; c) Ataque à Força Aérea do Extremo Oriente, para destruir – se possível, ainda no solo – as fortalezas voadoras; d) Ataque a Pearl Harbor (Havaí), para destruir a Frota do Pacífico. Os japoneses acreditavam que sem a Força Aérea do Extremo Oriente e sem a Frota do Extremo Oriente, os estadunidenses rapidamente aquiesceriam em assinar um tratado de paz, no qual teriam de conformar-se com uma de duas condições: interromper o auxílio militar à China ou retomar o fornecimento de petróleo ao Japão.

Embora num intervalo curto de tempo o Japão tenha derrotado todas as potências européias e os EUA no Pacífico<sup>28</sup> – portanto todas as hegemonias navais que em algum período singraram os oceanos – não logrou obter seu intento em virtude de um erro de cálculo. Subestimou-se o grau de indignação que assomou a opinião pública estadunidense. A expressão “Dia da Infâmia” seria utilizada como síntese do que foi apresentado como um ataque covarde, traiçoeiro e injustificável da parte japonesa aos EUA.

De todo modo, a Marinha Imperial Japonesa havia se tornado a soberana exclusiva do Pacífico e o exército imperial japonês celeremente seguiu seus passos. Em meados de 1942, já controlavam o Pacífico Oriental – inclusive o que mantinha aberta a possibilidade de uma invasão da Austrália. Simultaneamente, lograram tomar a Birmânia, o que privou a China de sua principal fonte de suprimentos, que se dava pela Estrada da Birmânia – construída fundamentalmente a mão por milhares de camponeses chineses, muitos dos quais lá haviam deixado seus próprios ossos – foi então que se estabeleceu a Ponte Aérea para a China, como último recurso para mantê-la na guerra.

Neste momento, uma interveniência, que deveria ser de menor importância, deu início a uma mudança da maré de sorte que até então acometia o Japão. Alguns bombardeiros B-25, embarcados em porta-aviões efetuaram um ataque sobre Tóquio – a célebre “Incursão Doolittle”. Embora os danos tenham sido mínimos, mais uma vez veio à tona o problema da segurança do imperador.

Foi nessas circunstâncias que o almirante Isoroku Yamamoto propôs um plano de ação temerário que envolvia uma mudança na doutrina que até então havia orientado a conduta da guerra no Japão. Em vez de consolidar a conquista no Pacífico Oriental eventualmente invadindo a Austrália ou apoiando o movimento de independência da Índia – ou ambos –, o Japão empreendeu um ataque ao Pacífico Ocidental, ao atol de Midway, situado nas proximidades do Havaí. A ideia era que a tomada do atol atrairia os porta-aviões estadunidenses, permitindo sua destruição. A operação, desse modo, garantiria a segurança do imperador.

Contudo, a operação foi um fracasso total. Por meio da inteligência operacional – análise de tráfego de comunicações e a decodificação do código japonês JN25-B – os estadunidenses conseguiram antever a operação japonesa contra Midway, de sorte que foram os porta-aviões

---

28 Em dois meses, as forças japonesas afundaram dois vasos de guerra britânicos – o couraçado *Prince of Wales* e o cruzador *Repulse* (KENNEDY, 1975, p. 46), além de tomar Hong Kong, as Filipinas, a Malásia, invadiu a Birmânia e a Indonésia e forçou a Tailândia a tornar-se sua aliada.

estadunidenses e não os japoneses que efetuaram a emboscada – sendo estes últimos destruídos (PARSHALL; TULLY, 2007, p. 60).

A lacuna criada pela perda dos porta-aviões com suas tripulações de marinheiros e pilotos altamente adestradas, sem falar no dano material – a construção naval japonesa não possuía o virtuosismo que adquiriu posteriormente, no pós-Segunda Guerra Mundial. Pior, não conseguiram manter suas posições no Pacífico Central – perderam Guadalcanal ainda em 1942 e retiraram-se de Rabaul, sua principal base no Pacífico Oriental, em 1943. No mesmo ano, os japoneses começam a sofrer reveses na Birmânia, por conta da ação conjunta de britânicos, estadunidenses e chineses. O quadro favorável permitiu aos EUA tomar a iniciativa. Desde 1943, tem lugar o debate se o “Dia D” do Pacífico” teria lugar na costa da China, Luzon (Filipinas) ou Formosa (Taiwan).

Ao contrário da campanha no teatro europeu, que seguiu uma trajetória progressiva e linear – da batalha no Atlântico às praias da Normandia até a junção de forças com os soviéticos no Elba (VISENTINI, 2020, p. 142, 162, 164) – o teatro de operações do Pacífico fragmentou-se em três guerras diferentes: a guerra terrestre, travada no teatro China-Birmania-Índia (SMITH, 2004, p. 469); a guerra naval travada no Pacífico; e a guerra aérea na campanha de bombardeios sobre o Japão a partir das bases aéreas da China e do Pacífico.

Esta foi uma das decisões mais críticas da Guerra do Pacífico, seja para os comandantes de Teatro e, ainda mais, no âmbito da alta política, isto é, na relação entre os estadistas. Afinal, os planos de guerra americanos não contemplavam inicialmente o desbordamento de Formosa e a prioridade pela tomada de Luzon (SMITH, 2004, p. 454). A princípio o plano contemplava a conquista de Formosa e a tomada de um porto no Sul da China – Amoy, hoje chamada de Xiamen – e a união de forças estadunidenses e chinesas no Teatro de Operações Terrestres na China continental (SMITH, 2004, p. 474; HARUO, 2011, p. 429-430). Entretanto, os desdobramentos da guerra na China ao longo de 1944 provocariam uma mudança de planos.

Para compensar as perdas no Pacífico e tentar definir a guerra na China, os japoneses empreenderam uma grande operação, a Ichi-Go, que teve início em abril de 1944. A Ichi-Go tinha dois objetivos principais. O primeiro era formar um corredor do Norte da China até o Sul da China e o Sudeste Asiático por meio do controle completo das ferrovias Beijing-Hankou (hoje parte de Wuhan), Hankou-Guangzhou e Hunan-Guangxi (HARA, 2011, p. 392). A consecução deste objetivo permitiria aos japoneses assegurar acesso terrestre às fontes de matérias-primas e suprimentos do sudeste asiático, como petróleo, borracha, estanho, arroz, carvão e outros minerais. Isto permitiria aos japoneses continuar travando a guerra na China

desbordando o Pacífico – e apesar das derrotas sofridas na guerra naval – e, eventualmente, perpetrar um contra-ataque contra as forças aliadas (VAN DE VEN, 2018, p. 181).

O segundo objetivo era destruir as bases aéreas estadunidenses em território chinês, das quais partiam operações aéreas de interdição às linhas de comunicação na China e operações de bombardeio estratégico ao território metropolitano japonês (HARA, 2011, p. 392) e nos territórios sob seu domínios, incluindo “instalações portuárias e industriais em Bangkok, Tailândia; uma siderúrgica na ilha japonesa de Kyushu; outra siderúrgica no Manchukuo; e bases japonesas em Taiwan, bem como seus comboios navais” (VISENTINI, 2020, p. 158).

A decisão por uma campanha de tamanha envergadura demonstra a gravidade da situação japonesa em 1944. Não à toa, os japoneses mobilizaram mais de 3/4 de todas as tropas que mantinham na China (ao Sul da Manchúria), isto é 500 mil de 650 mil soldados, para atuar na operação (VAN DE VEN, 2018, p. 198).

Ao final de 1944, os japoneses alcançaram os resultados operacionais que pretendiam no campo de batalha: unificaram o controle sobre as ferrovias e destruíram as bases aéreas dos EUA em território chinês, e, por muito pouco, não conseguiram definir a guerra na China em seu favor, visto que o governo do Guomindang praticamente se desintegrou (VISENTINI, 2020, p. 158). O enorme número de baixas (entre 370 mil e 750 mil) e a falta de comida e de suprimentos diminuíram a moral das tropas e o apoio da população, o que resultou em atos de indisciplina das forças nacionalistas, em saques e em ataques da população chinesa contra seus próprios soldados (WANG, 2011, p. 414-415, 417).

Apesar da vitória contra os chineses no campo de batalha, os japoneses não puderam usufruir plenamente dos seus resultados. Primeiramente, devido ao altíssimo número de baixas. Para se ter uma ideia, apenas na batalha de Hunan – quarta batalha de Changsha – entre maio e setembro de 1944, os japoneses estimaram ter 60 mil baixas (WANG, 2011, 414-415). Como consequência, as linhas de comunicação japonesas ficaram vulneráveis, não apenas pelo número insuficiente de soldados para cobrir uma extensão maior das linhas, mas também porque a força aérea dos EUA continuou operando voos de interdição a partir do interior da China (HARA, 2011, p. 401–402). Além disso, a desgastante luta nas três frentes (CBI, China e Pacífico) esgotou a capacidade de suprimento das tropas. Por fim, o avanço estadunidense no Pacífico e a conquista das Marianas propiciou a retomada dos bombardeios estratégicos contra o território metropolitano japonês – invalidando um dos objetivos atingidos pelos japoneses com a Ichi-go (HARUO, 2011, pp. 437-438). Ao fim e ao cabo, foi uma vitória “pírrica” (MAGNO, 2018, p. 103).

Figura 5 — Ofensivas japonesas na Operação Ichigo (1944-1945)



Fonte: (OPERATION..., 2018)

Van de Ven (2018, p. 181) afirma que as consequências da operação Ichi-Go mudaram a correlação de forças no jogo interno chinês – em favor dos comunistas. Nesse aspecto, ela pode ser elencada como uma das operações cujos resultados tiveram papel mais decisivo para definir os rumos do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, na mesma escala das Operações

Overlord (desembarque da Normandia) e Bagration (avanço soviético contra os alemães na Bielorrússia e na Ucrânia) na definição do pós-guerra na Europa.

Na esteira da operação Ichi-Go, os comunistas chineses avançaram sobre a porção do país ao norte do Rio Yangzi, e conquistaram ao menos 150 vilas e condados no Norte da China (VAN DE VEN, 2018, p. 199; 213). Ainda em 1944, comunistas negociaram com nacionalistas eventual retomada da Frente Unida, aumento de suas forças armadas regulares e financiamento, em troca da incorporação de Yan'an ao governo nacionalista – ainda que com grande autonomia – e recuo de suas forças para o norte do Rio Amarelo após a vitória contra os japoneses (VAN DE VEN, 2018, p. 199). Entretanto, conforme os japoneses avançavam na operação Ichi-Go, os comunistas aumentavam as demandas: em outubro de 1944, quando os japoneses ameaçavam avançar sobre Sichuan, Zhou Enlai publicou um artigo demandando um governo conjunto o mais rápido possível (VAN DE VEN, 2018, p. 200).

Além disso, os estadunidenses passaram, progressivamente, a perder a confiança na capacidade de Jiang Jieshi de conduzir suas tropas e o Estado de modo geral. Roosevelt sugeriu a Jiang que passasse o posto de comandante em chefe das forças chinesas para Joseph Stilwell – Jiang se recusou e ainda demandou a remoção de Stilwell do seu posto na China, no que foi atendido (VAN DE VEN, 2018, p. 192-193). Jiang obteve a demissão de seu desafeto, mas acabou “abandonado” pelos aliados estadunidenses, que passaram a defender o desbordamento da China na estratégia contra o Japão (WANG, 2011, p. 411; VAN DE VEN, 2018, pp. 193-194; SMITH, 2004, p. 459).

Esta foi, pois, a segunda grande consequência da Ichi-Go: modificar os planos estadunidenses para o “Dia D” no Pacífico. Os planejadores de guerra dos EUA convenceram-se de que era inviável empreender um desembarque na China, o que resultou na decisão por um desembarque em Luzon, nas Filipinas. A destruição das bases aéreas dos EUA em território chinês faz a China perder o valor militar que ainda tinha para a estratégia americana e favoreceu o uso das Marianas, em vez da China, como base para o bombardeio do Japão (VAN DE VEN, 2018, p. 196; VISENTINI, 2020, p. 158).

A decisão estratégica de desembarcar as forças estadunidenses em Luzon, em detrimento de Formosa, seguia a linha adotada pelos EUA de utilizar plataformas para efetuar o bombardeio estratégico do Japão. Portanto, o Dia D no Pacífico não teve qualquer significado para a obtenção do motivo principal que havia conduzido os Estados Unidos à guerra: a China.

A escolha por Luzon e o conseqüente desbordamento da China podem ser elencadas como algumas das razões que levaram à “perda da China” para os comunistas. Como consequência, EUA e Grã-Bretanha tiveram de atribuir à União Soviética a missão de atacar as

forças japonesas na Manchúria – o que ocorreu em Agosto de 1945, com a Operação Tempestade de Agosto. Esta foi uma das interveniências que permitiu aos comunistas chineses obter o controle da região e sua projeção para o restante do território, expulsando os nacionalistas para a ilha de Formosa.

Quase vinte anos teriam de se passar e duas guerras locais sangrentas – Coréia e Vietnã – para que Nixon e Kissinger encontrassem com Mao Zedong e Zhou Enlai, e finalmente obtivessem concedessem aos EUA aquilo pelo qual os EUA se batiam desde o século XIX: as Portas Abertas para a China. Além disso, selaram a parceria estratégica que construiu a vitória estadunidense na Guerra Fria.

Aliás, é imprescindível destacar a recorrência com a qual a ilha de Formosa surge como elemento fundamental, seja no plano político, seja no plano militar: como objetivo na 1ª Guerra Sino-Japonesa (1894), como plataforma de aviões japoneses para incursões contra os chineses na 2ª Guerra Sino-Japonesa (1937) e como elemento central da decisão estratégica dos EUA na Guerra do Pacífico (1944). A partir de 1949, Taiwan voltaria a ganhar destaque como elemento-chave para a definição do destino político da China. Esta posição de destaque se mantém até hoje, em grande parte graças aos desdobramentos da – ainda inconclusa – guerra civil chinesa.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O resultado da Primeira Guerra Sino-Japonesa marcou o colapso do sistema tributário chinês. Este colapso por sua vez foi rapidamente seguido por outros: o do próprio império chinês (1912) e da autoridade política no território chinês, com a morte de Yuan Shikai e o início da Era dos Senhores da Guerra (1916).

Não é coincidência que todos esses acontecimentos tenham se dado num período de apenas 21 anos (1895-1916). Primeiramente, porque é impossível pensar as bases materiais, éticas e morais do império chinês de forma dissociada do sistema tributário chinês. Da mesma forma que é impossível pensar o estado moderno de forma dissociada da dinâmica do sistema internacional moderno. Além disso, esse período é marcado pelo recrudescimento da competição internacional, na esteira da segunda revolução industrial e da multipolaridade – esta causada pela ascensão de novas potências e pelo declínio relativo da Grã-Bretanha.

Portanto, ao colapso do sistema tributário chinês e da autoridade política chinesa seguiu-se o dismantelamento da própria soberania chinesa, com a disputa das potências estrangeiras por concessões – esferas de influência – na China e a manipulação dos grupos políticos chineses por atores estrangeiros. Este processo, acompanhado do contínuo empobrecimento da

população chinesa, culminou na Guerra dos Boxers, de modo que a construção de uma nova conformação entre as potências deu-se às custas da China.

No período republicano, a incapacidade das elites de se unirem em torno de um projeto nacional tornou-as suscetíveis à disputa internacional, desta vez entre Japão e Estados Unidos, uma vez que as potências europeias estavam diretamente envolvidas na Primeira Guerra Mundial. A humilhação da paz de Versalhes, em que as possessões alemãs foram concedidas ao Japão e não à própria China, foi um elemento de virada, ao instigar a nova elite intelectual e urbana chinesa a assumir a responsabilidade em promover, ela própria, a revolução nacional. Isso se deu com a reformulação da estratégia do Guomindang (Partido Nacionalista) por Sun Yat-Sen e com a criação do Partido Comunista Chinês – inicialmente sob a orientação do Cominform, mas que gradativamente adquiriu um caráter nacional chinês e autonomia com relação a Moscou.

Ambos os partidos, em que pese as suas severas diferenças programáticas e ao perfil de Estado que queriam implantar na China, buscavam dois objetivos comuns: a busca pela reunificação nacional e pela soberania da China. Foi isto que permitiu a formação da primeira Frente Unida: em 1923, e a criação da Academia Militar de Huangpu em Guangzhou (Cantão), com o objetivo de empreender a “Expedição ao Norte”.

Embora a Expedição ao Norte tenha sido bem-sucedida em tomar Beijing e consolidar seu poder pela maior parte do território, Jiang Jieshi não escapou às vicissitudes da fragmentação política e da vulnerabilidade chinesa: teve de obter o aval das potências externas, de Senhores da Guerra e empreendeu uma longa guerra civil contra os comunistas (1930-1934).

Em fins de 1936, sob o risco de extinção da China sob a agressão japonesa, que deu início à Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), nacionalistas e comunistas cerraram fileiras mais uma vez, sob o manto da Segunda Frente Unida. A resistência aos japoneses não encerrou as divergências entre os grupos políticos, o que ficou evidente durante e após a guerra, com o fracasso do governo de coalizão (1945-1946), e foi somente após o desfecho da Guerra Civil, em 1949, que a China pode então constituir-se enquanto estado unificado, ao menos na maior parte do seu território continental.

O objetivo da reunificação nacional ainda não foi cumprido, visto que Taiwan ainda está separada do continente. Esta divisão permanece como uma das principais vulnerabilidades da China, devidamente explorada por potências estrangeiras, como os EUA e o Japão. Mas este assunto será devidamente abordado no próximo capítulo.

#### **4 A GUERRA FRIA E O DESFECHO DA REVOLUÇÃO NACIONAL CHINESA: SISTEMA INTERNACIONAL, CONTEXTO REGIONAL E DINÂMICA INTERNA**

Neste capítulo, procura-se descortinar os elementos de subjetividade — concepções e tomada de decisão — que informam a Revolução Nacional Chinesa. Este “informar” é no sentido cibernético do termo: isto é, condicionam o fenômeno em larga medida, se não o determinarem. O ponto de partida é o contexto do sistema internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, em que se desenhavam dois caminhos: a Doutrina Roosevelt e a Doutrina Truman.

A Doutrina Roosevelt era baseada na arquitetura multipolar. Paradoxalmente, seria adotada por Richard Nixon — que se elegeu deputado em 1947 como opositor do New Deal — o que permitiu a volta da China ao CSNU e, mais uma vez, torna-se atual nos dias de hoje, quando a China — e não os EUA — defende uma arquitetura multipolar e multilateral. Assim, estudar a Doutrina Roosevelt é compreender por que a China não irá recuar da defesa do mundo multipolar regido por instituições multilaterais — porque elas foram erigidas pelos próprios EUA.

A seguir, trata-se da Doutrina Truman e de como a manipulação hábil da Inglaterra associada ao puritanismo provinciano e ao monopólio nuclear, permitiu que o legado de Roosevelt fosse desfeito na Guerra Fria. E, mais uma vez, de como a China durante a Segunda Guerra, e mesmo às vésperas da Guerra da Coreia, procurou se reaproximar dos EUA e dos motivos pelas quais ela não obteve sucesso.

Neste capítulo, procura-se deixar claro que a agenda da Revolução Nacional e da reunificação nacional não se encerra com a Proclamação da República Popular (1949). Por essa razão, é fundamental tratar de como a China respondeu às ameaças à sua soberania e unidade territorial, as “três adagas apontadas para a China”: a Guerra da Coreia (1950-1953), das Crises no Estreito de Taiwan (1954-55; 1957-58; 1995-96; 2022) e as Guerras do Vietnã (1945-54; 1961-75 e 1979-91).

Destaca-se aqui, a importância fundamental de Taiwan, o território não unificado da China, e de como ela condicionou a Revolução Nacional – e, por consequência, a obtenção do Centro de Decisão Econômica – e seu movimento pendular entre a autarquia e a dependência.

#### 4.1 O SISTEMA INTERNACIONAL: A FORMAÇÃO DA GUERRA FRIA E O CONTEXTO PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA

Na análise de Relações Internacionais, é muito comum, o enfoque retrospectivo. Isto é, que os acontecimentos sejam explicados como se, indubitavelmente, tivessem de ter-se dado como foram. Mais que isso, por vezes o enfoque retrospectivo sugere uma solução necessária de imanência que beira a inevitabilidade. Sob essa ótica, se os EUA e a URSS foram os grandes vencedores da II GM, então a bipolaridade seria um desdobramento natural. E, com a ascensão da revolução chinesa em 1949, a confrontação entre a China e os Estados Unidos, igualmente previsível. E, mais que isso, a intervenção chinesa na Coreia, inevitável.

O principal propósito dessa seção é desconstruir esta cadeia de “inevitabilidade”. Afinal, a compreensão do papel do processo de decisão humano é crucial. Quer se tratando de revolução nacional ou de grande estratégia. Assim, o ponto de partida da seção é explicar em que consistiu a Doutrina Roosevelt; desse modo, “desnaturalizando” a Guerra Fria. A seguir, descrever, no âmbito do Leste Asiático, a criação das condições que levaram à Guerra da Coreia as dimensões e o papel que acabou tendo na definição da polaridade.

##### 4.1.1 A Doutrina Roosevelt

Embora não exista um reconhecimento oficial que designe uma “Doutrina Roosevelt” – exceto o Corolário de Theodore Roosevelt – Henry Kissinger, em termos substantivos, a caracteriza ao descrever a configuração multipolar do mundo pretendida pelo estadista estadunidense, que conduziu seu país na Segunda Guerra Mundial (KISSINGER, 2012, p. 356). De fato, pode-se situar seus antecedentes ainda na Conferência do Atlântico de agosto de 1941, quando os EUA ainda não se encontravam na guerra. E, ainda assim, os EUA efetuaram o corolário mais importante da Doutrina Monroe, estendendo o compromisso dos EUA com a autodeterminação dos povos a todo o planeta.

Contudo, o conteúdo ético mais profundo da Doutrina Roosevelt revela uma importante inovação em termos de formulação e método. Tratava-se de prevenir uma nova guerra, ou a ascensão dos regimes totalitários que a desencadearam, através da governança econômica. Até então, as principais conferências de paz – Westfália (1648), Viena (1815), Paris (1919) – limitaram-se a reconhecer a guerra como um fenômeno religioso ou político, sem jamais ater-

se às suas motivações econômicas. Nesse sentido, a Doutrina Roosevelt só revela sua feição integral na Conferência de Bretton Woods (1944).

Tratava-se de criar um sistema inédito de governança econômica do mundo em bases multilaterais. Considerou-se que a causa profunda da guerra havia sido a crise de 1929. E que, portanto, era contra este tipo de adversário que deveriam voltar-se os artifícios humanos. Para tanto, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) – para que se pudesse abandonar do padrão ouro para todos os países e ainda assim manter-se uma regulação da moeda –, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pensado como o nome indica como uma instituição de fomento – mais tarde substituído pelo Banco Mundial – e a Organização Internacional do Comércio (OIC) – mais tarde, suplantada pelo GATT<sup>29</sup>, e que só viria a efetivar-se enquanto Organização Mundial do Comércio (1994).

Como referido, a finalidade dessas instituições multilaterais era prevenir uma nova crise geral do capitalismo. Desse modo, havia a previsão da criação de zonas de preferência tarifárias e de livre comércio – que deveriam ser administradas no âmbito da OIC –, que pudessem dar lugar a uniões aduaneiras de modo a impedir que a crise em um bloco de países contagiasse todos os demais. E, elidindo, por este expediente, as vicissitudes de ciclos econômicos de crescimento e depressão. Assim, quando o ciclo estivesse no apogeu em uma região, e, portanto, prestes a entrar em depressão, os ciclos nas demais regiões estariam na fase de início de modo que os efeitos da crise seriam mitigados pela gestão do desenvolvimento (BIRD) e do comércio mundial (OIC).

Naturalmente, a arquitetura multilateral para a governança econômica exigia uma contrapartida institucional para lidar com os aspectos políticos e securitários da paz. Daí a ideia dos “Guardas” da ordem internacional – expresso no Conselho de Segurança da ONU –, cuja exclusividade sobre as respectivas regiões era subentendida no poder de veto (KISSINGER, 2012, p. 356). Adicionalmente, havia a previsão de criação de organizações de segurança regional – expressa no Capítulo VIII (artigos 52 a 54) da Carta das Nações Unidas – que permitiria a cada “Guarda” valer-se dos recursos de seus vizinhos (dos estados membros da região) para manter a paz. Para além de qualquer dúvida razoável, tanto a arquitetura econômica quanto política e securitária apontavam para a construção de um mundo multipolar.

A Conferência de Bretton Woods deu-se entre 1 e 22 de julho de 1944. A União Soviética enviou seu representante. Adicionalmente, entre 9 e 19 de Outubro de 1944 teve lugar a Quarta Conferência de Moscou, também denominada Conferência de Tolstoy. Enquanto em

---

29 Sigla para “General Agreement for Tariffs and Trade”. A tradução em português é “Acordo Geral para Tarifas e Comércio”.

Bretton Woods se discutia a governança econômica, em Moscou se tratava, sem qualquer reserva, da construção das áreas de influência. Na ocasião, Stálin e Churchill decidiram que as esferas de influência da Europa no Leste Europeu (Bulgária, Hungria, Romênia, Iugoslávia e Grécia) seriam divididas por meio de porcentagens de influência entre Inglaterra e URSS. Stalin concordou que a Grã-Bretanha teria voz decisiva sobre a Grécia e ambos concordaram com uma divisão de influência de 90% para a Grã-Bretanha e 10% para a URSS (ROBERTS, 2011, p. 60).

Desse modo, quando em dezembro de 1944, os comunistas gregos se revoltaram contra o controle britânico, Stálin não enviou ajuda militar (ROBERTS, 2011, p. 61). O motivo para tanto era claro: em janeiro de 1945, Molotov solicitaria empréstimo de seis bilhões de dólares aos Estados Unidos para a reconstrução no pós-guerra (GADDIS, 2014, p. 207). Desse modo, ficava claro que a prioridade da URSS não era tanto a expansão territorial, mas a reconstrução.

Na Conferência de Yalta, o desenho de governança da Doutrina Roosevelt encontrou seu ponto culminante. Entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, os Estados Unidos cancelaram a partilha da Europa entre a Grã-Bretanha e a União Soviética, delimitando as áreas de influência de cada um. Como destaca Paulo Visentini (2020, pp. 168-169), a Conferência de Yalta é “o ápice da colaboração entre Estados Unidos e União Soviética, estabelecendo *áreas de influência* entre ambos, que almejavam uma Europa na Europa, e não a ‘partilha do mundo’.”.

Em suma, o mundo seria dividido em regiões e não simplesmente partilhado entre os EUA e a URSS. À Europa (nesse caso, Inglaterra e URSS) caberia administrar a Europa. Aos demais “Guardas” da ordem internacional cumpriria a gestão das demais regiões. Não apenas à China, mas também ao Brasil, reservava-se um lugar no Conselho de Segurança da ONU, o que acabou por não se efetivar – a China só assumiu sua cadeira permanente no CSNU em 1971 e o Brasil até hoje aguarda a sua designação (GARCIA, 2011, pp. 101–111).

As resoluções da Conferência expressam com toda a clareza e em grau de minúcia a partilha da Europa. A Polônia teria suas fronteiras redefinidas: à leste, com a URSS, na linha Curzon; à Oeste, com a Alemanha, na linha formada pelos rios Oder e Neisse. Seria formado um governo polonês de coalizão composto pelo comitê de Lublin (pró-soviético) e pelo governo exilado em Londres (pró-britânico). A Iugoslávia seria governada por uma coalizão entre o grupo liderado por Tito e elementos do governo conservador – referendando, também nesse particular, o entendimento firmado entre Churchill e Stálin em Tolstoy. A Alemanha seria temporariamente ocupada e dividida em zonas de ocupação entre as potências, até que fosse concluída a desnazificação – depois disso, o país seria reunificado e seu governo seria soberano, mas seria desarmada e deveria manter-se neutra (VISENTINI, 2020, p. 168).

A contrapartida para as concessões soviéticas, como no caso da Grécia, era muito clara. Os soviéticos receberiam 10 bilhões de dólares da Alemanha em reparações, o que atesta a intenção inicial de Moscou não supunha a divisão e a manutenção da ocupação do país. Era mais provável que a Alemanha unificada fosse capaz de oferecer reparações se unificada, afinal a região industrial do país situava-se a Oeste, no Vale do Ruhr, junto à fronteira francesa, o que constituía uma “uma razão adicional para que Moscou não desejasse a divisão do país” (VISENTINI, 2020, p. 187). Também cumpria aos soviéticos o compromisso de entrar em guerra contra o Japão, em no máximo três meses após a rendição alemã (VISENTINI, 2020, p. 168).

#### **4.1.2 A Doutrina Truman e o início da Guerra Fria**

Desde cedo, afloraram indicadores de inconformidade com o que havia sido pactuado em Yalta. Entre eles, deva-se destacar o bombardeio de Dresden, que teve lugar apenas dois dias depois de concluída a Conferência (13 a 15 de fevereiro de 1945). Conquanto se tratasse de uma ação conjunta – desenvolvida pelo Comando de Bombardeio da RAF e pelo 52º grupo de bombardeiros da 8ª Força Aérea dos EUA, cujo objetivo era desenvolver a técnica do trovão (“Thunderclap”) que visava produzir um bombardeio com 100 mil mortos em Berlim, levando a Alemanha ao colapso. É inegável que feito na linha de progressão dos exércitos soviéticos tivesse como eventual objetivo secundário demonstrar aos soviéticos a capacidade destrutiva do poder aéreo – acredita-se que Dresden, que originalmente possuía 600 mil habitantes àquela época havia assomado a cifra de 1 milhão; 40 mil destes foram exterminados em um par de horas (FRIEDRICH, 2006, pp. 352–353; VISENTINI, 2020, p. 170).

De fato, a proeminência do Grupo do Bombardeio Estratégico estaria na origem da Guerra da Coreia. Em certa medida, da própria Guerra Fria. A ideia de definir a conflagração apenas a partir do ar – a expectativa de que produzindo-se 110 mil cadáveres insepultos em Berlim levasse a Alemanha à rendição, retardou a campanha terrestre, mesmo quando a arma submarina alemã já não era capaz de fazer frente ao assalto anfíbio (FRIEDRICH, 2006, p. 352; VISENTINI, 2020, p. 170).

Na Ásia, igualmente, levou, sucessivamente, ao abandono da ideia de um desembarque na costa chinesa, depois Taiwan, em benefício das ilhas Marianas. A ideia, também na Ásia, era de levar o Japão à rendição por meio do bombardeio estratégico. O resultado, conhecido, foi que foram os soviéticos, e não os estadunidenses, que libertaram a China dos japoneses, que contribuiu decisivamente para a ascensão de Mao Zedong ao poder (1949). Como sinaliza Paulo

Visentini (2017, p. 73), o grupo do bombardeio estratégico insurgiu-se contra o que considerava uma política fraca e de apaziguamento de Roosevelt para com os soviéticos. O incêndio de Tóquio (março de 1945) e o lançamento das bombas em Hiroshima e Nagasaki (Agosto de 1945) encaixam-se dentro da doutrina da vitória pelo poder aéreo, mediante o bombardeio estratégico. Afinal, há meses o Japão já estava sendo submetido a uma campanha de extermínio mediante bombardeio incendiário. Apenas para ter-se o caso de Tóquio, em março de 1945: em um único dia, a cidade sofreu 100 mil mortos e teve 85% de sua área destruída (VISENTINI, 2020, p. 174). De fato, James Doolittle, comandante da 8ª força aérea à época do bombardeio de Dresden, anteriormente havia se celebrizado pela incursão aérea em Tóquio em fevereiro de 1942, ocorrido na esteira do ataque a Pearl Harbor (7 de dezembro de 1941), momento em que os americanos ansiavam por uma vitória. Posteriormente, ele também veio a se tornar um dos vocais da Guerra Fria<sup>30</sup>. Afinal, como referido, a bomba atômica parecia tornar a ideia da vitória pelo poder aéreo mais que segura, inexorável.

Desse modo, é compreensível que a morte de Franklin D. Roosevelt (12/04/1945) e ascensão de Harry S. Truman à Presidência, separada por um intervalo de poucos dias da rendição alemã e do fim da guerra para os aliados ocidentais (07 de maio de 1945) tenha acarretado a suspensão da Lei de Empréstimos e Arrendamentos e os carregamentos em andamento para a URSS suspensos em 12 de maio de 1945<sup>31</sup> (MINKOVA, 2018, p. 626). Isso era especialmente escandaloso, posto que a União Soviética ainda não havia entrado em guerra com o Japão, parte dos compromissos assumidos em Yalta. Em virtude disso, surgiu a versão de que uma decisão de Estado relevante como esta havia sido tomada por funcionários de baixo escalão – Crowley e Grew (MINKOVA, 2018, p. 627).

Conquanto a versão da história oficial seja pouco crível, cumpre reconhecer que talvez a decisão da suspensão precoce da Lei de Empréstimos e Arrendamentos tenha uma conexão mais próxima da ocupação de Berlim pelos soviéticos do que expressão da diplomacia atômica (ALPEROVITZ, 1969). Afinal, Churchill havia provocado uma considerável comoção pela

---

30 James Doolittle foi desde sempre um advogado da confrontação contra os soviéticos. Em 1954, notabilizou-se por presidir um grupo especial de estudos sobre operações encobertas da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA), cujo relatório final ao presidente dos EUA afirmava que “as normais aceitáveis de conduta humana não se aplicavam” à espionagem na Guerra Fria, especialmente tendo-se em vista o risco que os soviéticos representavam, e que “conceitos de longa data de ‘jogo limpo’ deveriam ser reconsiderados” (DOOLITTLE et al., 1954, pp. 2–3).

31 Truman argumentou posteriormente que sua instrução não tinha por objetivo suspender o envio de suprimentos, e considerou-se que o momento de tomada da medida teria passado a “errônea” impressão de que a Lei de Empréstimos e Arrendamentos fora utilizada para pressionar a URSS. Truman, além disso, colocou em a culpa em subordinados. Entretanto, sua nota era suficientemente ambígua para permitir livrar-se da responsabilidade e a medida era muito importante para que sua responsabilidade fosse delegada a subordinados (MINKOVA, 2018, p. 627).

recusa do general Eisenhower em empreender uma marcha temerária a Berlim. Além de já estar pactuado em Yalta que a divisão das Zonas de Ocupação seria dada pelo rio Elba o fato é que o grosso dos aliados ainda lutava a batalha de Reichwald – na zona do Ruhr, na Alemanha – quando teve lugar o cerco soviético da cidade. Mas a palavra de Churchill na época valia mais que a de um general, mesmo sendo este Dwight Eisenhower.

O fato é que em 16 de julho de 1945 foi provado com sucesso o artefato nuclear denominado “El niño”, no teste Trinity. Ele teve lugar apenas um dia antes da Conferência de Potsdam, realizada nos arredores de Berlim. Nela, Truman chegou a mencionar para Stálin que os EUA possuíam uma bomba atômica e pretendiam utilizá-la contra o Japão, mas, de passagem, sem explicar devidamente o potencial da nova arma (VISENTINI, 2017, p. 73). Evidência disto é que Truman exigiu da URSS a ratificação dos compromissos de Yalta, no caso, a de entrar em guerra com o Japão na Manchúria. Outras exposições – como o caso das fronteiras polonesas – também foram objeto de reiteração do que foi deliberado na conferência anterior.

Contudo, tensões inexistentes no período Roosevelt passaram a aflorar. Os soviéticos tiveram o cuidado de não revelar toda a extensão de sua decepção com a suspensão da Lei de Empréstimo e Arrendamentos. Contudo, também elevaram o seu tom: criticaram o “reino de terror” estabelecidos pelos britânicos na Grécia. Como referido, implicitamente Stálin já havia renunciado à influência sobre o país, mas desejava, frente ao novo presidente estadunidense, receber o reconhecimento de sua influência sobre a Bulgária, a Romênia e os estreitos (ROBERTS, 2011, p. 63).

No que tange a estes últimos, deixando claro que pretendiam porções do leste da Turquia – Kars e Ardahan – demandam de modo a efetivar um controle “conjunto” dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, onde também pretendiam efetivar a instalação de bases militares (ROBERTS, 2011, p. 76).

Mas, no que tange aos estreitos, a única garantia que Stálin obteve foi uma declaração vaga que estabeleceu o compromisso de revisar a Convenção de Montreux por esta “não estar de acordo com as condições dos dias atuais” (BERLIN CONFERENCE, 1945, pp. 1496-1497). Tratava-se de um grave revés para a URSS, afinal um dos motivos que levou os soviéticos a estender-se além de suas fronteiras era a garantia de acesso a mar quente que permitisse o estabelecimento de vias de transporte e comunicação da URSS com o exterior. Stálin expressou-se acerca disso nos termos mais claros, e ainda assim não obteve êxito (ROBERTS, 2011, p. 77).

Então, em 6 e 9 de agosto de 1945, o Japão sofreu ataques nucleares que pulverizaram as cidades de Hiroshima e Nagasaki. Neste ínterim, em 8 de agosto, a União Soviética deu início à operação “Tempestade de Agosto”, que destruiu as forças japonesas e suas aliadas sediadas na Manchúria, recuperou a ilha de Sacalina e invadiu as ilhas Curilas rumo à ilha de Hokkaido – uma das quatro principais ilhas metropolitanas do Japão.

Mesmo com o peso das duas hecatombes que recairiam sobre si – Hiroshima e Nagasaki – no Japão, havia aqueles que pretendiam manter-se na guerra. Até hoje se discute qual dos eventos – se as bombas de Hiroshima e Nagasaki ou a “Tempestade de Agosto” teriam sido mais devastadores. Afinal, estima-se que morreram 300 mil japoneses – em sua larga maioria, civis – pelas duas bombas nucleares. As estimativas também dão conta de que o número é provavelmente similar ao de mortos em todos os bombardeios convencionais (ALPEROVITZ, 1995, p. 630). Enquanto isso, a invasão soviética da Manchúria provocou pelo menos 350 mil baixas (majoritariamente militares), aniquilando os exércitos japoneses na região. O último lugar onde o Japão mantinha indústrias e matérias-primas que continuavam abastecendo as ilhas metropolitanas. As indústrias sediadas no Japão, além de combalidas pelas campanhas de bombardeios haviam sucumbido aos bloqueios dos submarinos de modo que mesmo protegidas em subterrâneos não possuíam matérias-primas para funcionar.

Os “quatro terríveis dias”, quando o Japão esteve à beira da guerra civil – posto que mesmo com a decisão do imperador, setores importantes das forças armadas e do Estado pretendiam continuar lutando – servem para explicar a conduta estadunidense nos primeiros anos de ocupação (BROOKS, 2019, p. xi; VISENTINI, 2020, p. 172). Os estadunidenses promoveram a reforma agrária, a organização dos sindicatos e, a despeito das tensões crescentes com os soviéticos, até a organização do Partido Comunista Japonês (PCJ). Além de comprometer-se com eleições e direitos sociais, desejavam também reorganizar as bases da economia japonesa.

Dentre os que queriam resistir, mesmo após a manifestação do imperador, encontravam-se membros dos “Zaibatsus” – a expressão japonesa de um capitalismo de um Estado que converteu os samurais em capitães da indústria. Em 1946, os dez maiores zaibatsus do Japão compunham 49% das indústrias pesadas, químicas e de mineração e 53% do setor bancário do país. No imediato pós-guerra e a conseqüente ocupação japonesa pelas tropas aliadas, lideradas pelo General Douglas MacArthur, implementou-se uma política (FEC-23) que visava o desmantelamento destes conglomerados, sob o argumento de aumentar a competição econômica no país. Na prática, se buscava punir os grupos econômicos, considerados influenciadores e patrocinadores do imperialismo japonês. Para todos os efeitos práticos, isto

teria significado a desindustrialização do Japão, uma vez que faltariam capital e escala para sustentar empreendimentos de natureza industrial. Entre 1947 e 1948, essa política seria brutalmente alterada pelo “Curso Reverso”, defendida pelo Departamento de Estado dos EUA, que elencaram o Japão como baluarte econômico do Leste Asiático, em esforço para combater o comunismo na região (KURTULUS, 2016, p. 49-50).

Agora importa tratar de um outro aspecto envolvendo um espólio do império japonês que criou as fundações das guerras na Ásia do pós-Segunda Guerra Mundial: o destino das colônias. Ainda em abril de 1945 – poucos dias após a morte de Roosevelt – na Conferência de São Francisco, Charles De Gaulle protestou veementemente frente ao então Secretário de Estado dos EUA, Edward Stettinius Jr., contra a falta de apoio dos EUA em prover o transporte ao envio de tropas francesas à Indochina. O mandatário francês ameaçou o secretário de Estado estadunidense afirmando que seu país poderia ser “arrastado” para a área de influência soviética. Em resposta, Stettinius afirmou que seu país jamais questionara a soberania francesa sobre a Indochina – uma vergonhosa indicação de mudança de curso da política externa dos EUA no governo Roosevelt (TUCHMAN, 2012, p. 309).

Aqui cumpre efetuar um breve retrospecto para que se possa perceber a Guerra Fria como artifício e não como resultado natural, muito menos inevitável, da Segunda Guerra Mundial. Ainda em 1943, na Conferência do Cairo, Roosevelt solicitou o auxílio de Jiang Jieshi na questão da Indochina. O então presidente dos EUA propunha uma tutela “por um período de 25 anos ou algo assim, até que se firmem nos próprios pés, exatamente como as Filipinas”, ao que o mandatário chinês respondeu “Não, em hipótese alguma!” a um perplexo presidente estadunidense (TUCHMAN, 2012, p. 306-307). Anos depois Roosevelt relataria essa conversa a Churchill ainda com visível estarrecimento (TUCHMAN, 2012, p. 307).

Desapontado com a recusa dos chineses, o Presidente dos EUA imaginou diversos candidatos para assumir o papel proposto, incluindo os próprios estadunidenses ou a mesmo a França – nas mesmas condições de fideicomisso. Na ocasião, os representantes do Departamento de Estado procuraram explorar a brecha aberta pela volta dos franceses: “Perguntado sobre se concordaria com o instituto de domínio, disse ‘Não, deverá ser independência... e você pode citar minhas palavras no Departamento de Estado.’” (TUCHMAN, 2012, p. 309)

A ênfase da frase final de Roosevelt não era gratuita. De acordo com Tuchman (2012, p. 307; p. 309), desde aquela época era possível divisar no Departamento de Estado um grupo de especialistas em Europa que já estava disposta a sacrificar a tradicional política anticolonial estadunidense em benefício de uma pressão militar conjunta sobre a URSS.

De outro lado, a recusa de Stálin em manter a URSS nas instituições criadas em Bretton Woods tampouco ajudou. Pode se entender a atitude do líder soviético a partir de pelo menos duas perspectivas: a) tinha receio de que a participação no sistema multilateral inviabilizasse o planejamento estatal centralizado nos termos que eram então praticados na URSS; b) uma incompreensão acerca do significado da morte de Roosevelt. Stálin parece não ter se dado de conta de que com o desaparecimento de FDR – seguido da morte de Harry Hopkins, um dos principais aliados de Roosevelt no governo americano, em 29 de janeiro de 1946 – desaparecia toda uma cosmovisão de como os EUA pretendiam arranjar o mundo no pós-guerra. A única evidência que se tem acerca dessa perspectiva é o ritmo de desmobilização do exército soviético que continuou a se dar de modo acelerado mesmo diante da erupção de tensões. Já no que tange à retirada do sistema de Bretton Woods, hoje tem-se o benefício de contar-se com a desclassificação de documentos que permitem entrever claramente essa perspectiva, como demonstra a tradução dos relatórios de Molotov, incluindo este endereçado a Stálin, em que o então ministro do exterior soviético descreve as implicações da participação da URSS no sistema de Bretton Woods (JAMES; JAMES, 1994, p. 618):

O Fundo pode fazer recomendações aos países membros sobre a moeda e as condições econômicas que afetam o balanço de pagamentos. Em referência à URSS, o Fundo tem a possibilidade de fazer recomendações relativas às disparidades entre os preços domésticos e de exportação e os preços no mercado global, e também em referência à disparidade entre o poder de compra interno do rublo e sua paridade em ouro. (JAMES; JAMES, 1994, p. 618, tradução nossa<sup>32</sup>)

Qualquer que seja o caso, parece certo que a URSS acreditava deter um poder de barganha maior em negociações bilaterais com os EUA do que dissolvida em um sistema multilateral que, adicionalmente, estava sujeita a regras que não poderiam ser infringidas em nome da correlação de forças ou do peso específico de cada estado. Portanto, tratava-se de uma eleição envolvendo a “arena” na qual a URSS esperava obter mais benefícios. Dado seu peso no sistema internacional no pós-II, ela parece ter inclinado-se por crer que não poderia ser ignorada para o estabelecimento da ordem internacional, de modo que os EUA não poderiam se furtar de participar de um fórum bilateral no qual, como referido anteriormente, ela pretendia continuar barganhando influência territorial em troca de ajuda financeira para a reconstrução. De todo modo, parece ter passado ao largo da percepção de Stálin que a ordem interacional se

---

32 Na versão em inglês, “The Fund may give recommendations to member countries about currency and economic conditions affecting balance of payments. In reference to the U.S.S.R. the Fund has the possibility of giving recommendations concerned with the disparities between domestic and export prices and prices on the global market, and also in reference to the disparity between the internal purchasing power of the rouble and its gold parity.” (JAMES; JAMES, 1994, p. 618)

estabelecesse contra a própria URSS – aqui conta também o dogmatismo do líder soviético que acreditava que o pós II-GM não seria diferente do entreguerras, período em que o desenvolvimento desigual do capitalismo levou a grandes rivalidades entre as grandes potências capitalistas e, em última instância, a guerras imperialistas, como pode se depreender do fragmento abaixo, de discurso de Stálin aos delegados, em 9 de fevereiro de 1946:

De fato, a guerra eclodiu como o resultado inevitável do desenvolvimento das forças econômicas e políticas mundiais com base no capitalismo monopolista atual. Os marxistas afirmaram mais de uma vez que o sistema capitalista da economia mundial contém os elementos de uma crise geral e conflitos militares, que, em vista disso, o desenvolvimento do capitalismo mundial em nossos tempos não ocorre de forma suave e uniforme, mas através de crises e guerras catastróficas. A questão é que o desenvolvimento desigual dos países capitalistas geralmente leva, com o passar do tempo, a uma forte perturbação do equilíbrio dentro do sistema mundial do capitalismo, e esse grupo de países capitalistas considera-se menos seguro de fornecer matérias-primas e os mercados geralmente tentam mudar a situação e redistribuir "esferas de influência" em seu próprio favor – empregando a força armada. Como resultado disso, o mundo capitalista está dividido em dois campos hostis, e a guerra irrompe entre eles.

Talvez as guerras catastróficas pudessem ser evitadas se fosse possível redistribuir periodicamente matérias-primas e mercados entre os respectivos países de acordo com seu peso econômico por meio de decisões concertadas e pacíficas. Mas isso é impossível nas atuais condições capitalistas do desenvolvimento econômico mundial. (STALIN, 1946, pp. 22-23, tradução nossa<sup>33</sup>)

Importa notar que o discurso de Stálin tem como consequência normativa o autoisolamento. A predição, ou a crença messiânica em “guerras [inter]imperialistas”, soa mais como uma justificativa da indiferença soviética frente a revolução para o séquito de partidos comunistas que seguiam as orientações de Moscou, que propriamente um compromisso do envolvimento soviético com os movimentos de libertação nacional e com o campo socialista para além do que já havia sido acertado em Yalta. Assim, a despeito da dubiedade moral do argumento, é claro que ele procura servir aos interesses do Estado soviético.

---

33 Na versão em inglês, “As a matter of fact, the war broke out as the inevitable result of the development of world economic and political forces on the basis of present-day monopolistic capitalism. Marxists have more than once stated that the capitalist system of world economy contains the elements of a general crisis and military conflicts, that, in view of that, the development of world capitalism in our times does not proceed smoothly and evenly, but through crises and catastrophic wars. The point is that the uneven development of capitalist countries usually leads, in the course of time, to a sharp disturbance of the equilibrium within the world system of capitalism, and that group of capitalist countries regards itself as being less securely provided with raw materials and markets usually attempts to change the situation and to redistribute ‘spheres of influence’ in its own favour – by employing armed force. As a result of this, the capitalist world is split into two hostile camps, and war breaks out between them. Perhaps catastrophic wars could be avoided if it were possible periodically to redistribute raw materials and markets among the respective countries in conformity with their economic weight by means of concerted and peaceful decisions. But this is impossible under the present capitalist conditions of world economic development.” (STALIN, 1946, pp. 22-23)

Mais difícil de entender é a posição expressa por George Kennan no célebre “longo telegrama”, de 22 de fevereiro de 1946. Conselheiro na Embaixada dos EUA em Moscou, enviou o longo telegrama de dez páginas ao Departamento de Estado como reação ao discurso de Stálin (GADDIS, 2014, pp. 216–217). No documento, toma como ponto de partida o argumento de Stálin e das elites políticas soviéticas de que o capitalismo levaria inevitavelmente à guerra, seja uma guerra interimperialista ou uma intervenção contra a URSS. Entretanto, radicaliza as palavras do líder soviético e chega a insinuar que a URSS trabalhava com a hipótese de guerra entre EUA e Inglaterra, algo que Stálin não disse em seu discurso (KENNAN, 1946, pt. 1).

Kennan também atribui aos soviéticos o pensamento de que seria impossível conviver pacificamente com o capitalismo, devido ao “cercamento capitalista” (KENNAN, 1946, pt. 1). Prossegue descrevendo a União Soviética como a coordenadora de um “Comintern disfarçado<sup>34</sup>”, dispostas a levar a cabo operações encobertas ou “subterrâneas” para destruir as sociedades ocidentais (KENNAN, 1946, p. 4).

Para Kennan, os soviéticos não confiavam na cooperação internacional e nas organizações internacionais e só participariam delas se pudessem utilizá-las como arena para obter alguma vantagem (KENNAN, 1946, pt. 3). A proposição tinha relação com a realidade, visto que, como já analisado, um dos principais interesses da União Soviética em participar do sistema Bretton Woods fosse obter créditos para reconstrução do seu país e que os soviéticos desistiram de participar do FMI e do BIRD dois meses antes, em dezembro de 1945. No entanto, o verdadeiro impacto da proposição de Kennan foi colocar sob desconfiança a hipótese de que os soviéticos cumpririam suas promessas feitas nas conferências do pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente em Yalta – um ataque direto à política externa de Roosevelt<sup>35</sup>.

Kennan também atacou a política anticolonialista de Roosevelt – ainda que sem citar o nome do ex-presidente dos EUA – ao dizer que o enfraquecimento da posição das potências colonialistas ocidentais (KENNAN, 1946, pt. 3), a mobilização da opinião pública liberal nos países ocidentais contra o colonialismo e a estimulação do ressentimento entre os colonizados estaria a serviço dos interesses comunistas soviéticos, que buscavam tomar o controle dos novos países independentes (KENNAN, 1946, pt. 4).

---

34 Em que pese o Comintern ter sido oficialmente desativado em 1943.

35 Como destaca Gaddis (2014, p. 173), aproveitando a relativa liberdade de expressão concedida pelo Embaixador, “Kennan tirou proveito para montar um ataque sustentado contra a abordagem de Roosevelt em relação à União Soviética”.

A lógica da argumentação de Kennan, além da indignação puritana com o sistema soviético é – além do anticomunismo vulgar – fundamentalmente a mesma de Stálin. Em vez de perceber o óbvio, que a descolonização e a reconstrução da Europa iriam colocar as outrora grandes potências do velho continente sob hegemonia dos EUA e tornar suas empresas subsidiárias das estadunidenses, ele propugna a defesa do colonialismo – aqui fazendo eco à Charles de Gaulle na Conferência de São Francisco (1945).

Kennan também parecia não antever que seria justamente o apoio dos Estados Unidos aos antigos colonizadores europeus e as tentativas de contenção dos partidos nacionalistas do terceiro mundo que provocou ressentimentos e seu afastamento dos EUA. Em muitos casos, foi esse ressentimento que facilitou a aproximação dos estados nascentes com a União Soviética – apenas na Ásia, podemos citar além da China, tema central deste trabalho, a Índia, o Vietnã (Indochina) e a Indonésia.

É importante destacar que o conteúdo do telegrama era muito semelhante ao que Kennan já pensava havia anos e que permanentemente reportava e aconselhava a superiores enquanto trabalhava na Embaixada em Moscou. Entretanto, como destacou William Harriman, ex-Embaixador dos EUA na URSS e ex-chefe de Kennan, aquele era o “momento correto” para que a visão de Kennan fosse bem acolhida em Washington (GADDIS, 2014, p. 219). Portanto, embora o longo telegrama de Kennan não tenha sido uma inovação na política externa dos EUA – considerada a posição dos especialistas em Europa no Departamento de Estado ainda em 1945 – o documento deu substância e conteúdo normativo para consolidar a mudança em curso da política externa dos EUA, especialmente com relação à URSS.

Desse modo, não é de todo estranho que Churchill tenha escolhido os EUA como palco para seu famoso discurso – parte de sua campanha para reeleição para primeiro-ministro proferido em Fulton (5 de março de 1946) apenas duas semanas depois do longo telegrama de Kennan (22 de fevereiro de 1946). Reitera os argumentos do então apenas obscuro funcionário estadunidense, só que desta feita com autoridade moral do homem que conduziu a batalha da Inglaterra quando esta sozinha, fazia frente ao Terceiro Reich.

Pela primeira vez, mas não a última, no pós-II GM os EUA adotavam a perspectiva britânica em detrimento do interesse nacional. Na Europa isto conduziria à formação da OTAN – em um primeiro momento pensada essencialmente para realizar uma defesa avançada protegendo a Inglaterra da URSS; mas, condicionaria a leitura dos eventos relacionados à revolução chinesa. De tal sorte que, como se verá a seguir, seu êxito foi acompanhado da confrontação na Coreia quando, então sim, o mundo erigiu-se em duas coalizões dispostas a travar um enfrentamento entre si aparentemente até as últimas consequências. Como ilustração

cumprir a proclamação da doutrina Zhdanov, em setembro de 1947, que postulava a divisão do mundo em dois campos, um imperialismo e outro democrático (ROBERTS, 2008, pp. 317-318), e a criação da Organização do Tratado de Varsóvia em 1955.

A política prefigurada por Kennan – que encontrava eco entre os especialistas de Europa do Departamento de Estado dos EUA – parecia encontrar respaldo no alegado comportamento agressivo da União Soviética em três disputas internacionais transformadas em crises que opuseram a União Soviética e a aliança Anglo-Americana nos Bálcãs e no Cáucaso, mais especificamente na Grécia, na Turquia e no Irã. As referidas crises são tomadas como elementos-chave para a construção do modelo de interação internacional que hoje conhecemos como Guerra Fria – duas delas provocaram diretamente a proclamação da Doutrina Truman.

Entretanto, nas três crises, Stálin cumpriu largamente o que havia prometido nas Conferências do Pós-Guerra ou simplesmente abriu mão de pressionar pelas demandas soviéticas – muito provavelmente, conforme propõe Geoffrey Roberts (2011, p. 59), para não sacrificar a sua esfera de influência no Leste Europeu. Visentini (2017, p. 81) descreve bem as razões desta prioridade estratégica da União Soviética:

A Europa Oriental tornava-se o glacis da URSS, devido ao temor do Efeito Irã, da bomba atômica, da aviação estratégica (com seus planos de ataque preventivo) e das bases militares anglo-americanas estendidas em torno do país, da Europa à Ásia. A reação soviética, no plano interno, constitui-se na elaboração de um acelerado programa atômico, no desenvolvimento da aviação de caça, na implementação de um poder militar terrestre como forma de desencadear uma represália às posições americanas na Europa e no segredo geográfico para cegar o Strategic Air Command (o segredo geográfico e a profundidade terrestre eram vitais para a defesa aérea na época). Ironicamente, a sovietação do Leste Europeu foi apontada como fruto de uma expansão externa da URSS ocorrida atrás de suas próprias linhas. (VISENTINI, 2017, p. 81)

Na Grécia, a Guerra Civil desdobrava-se desde 1943, entre os comunistas pró-soviéticos e os republicanos pró-ocidentais. Apesar disso, Stálin e Molotov estavam sempre cientes de que a Grécia fazia parte da esfera de influência britânica – o que foi dito por Stálin ao próprio Churchill ainda em 1944 (ROBERTS, 2011, pp. 60–62). Na visão soviética, como já afirmado anteriormente, a Grécia servia muito mais como uma moeda de troca para obter o reconhecimento de sua influência sobre a Bulgária e a Romênia (ROBERTS, 2011, p. 63).

Ao contrário do que postulava Kennan, Stálin acabou por cumprir as promessas feitas a Churchill em Tolstoi e a Roosevelt em Yalta e não se envolveu no conflito grego. Mais do que isso, em diversas ocasiões desincentivou os “camaradas” gregos a prosseguirem com a luta. Somente no segundo semestre de 1947, quando a rivalidade entre a União Soviética e a aliança

anglo-americana era absolutamente clara, os soviéticos passaram a apoiar os comunistas gregos (ROBERTS, 2011, p. 61–64).

Já no que tange à Turquia e ao Irã, cabe empreender uma análise conjunta.

Na Turquia, o tema central foi o controle dos estreitos turcos, de Bósforo e Dardanelos. No documento final da Conferência de Potsdam, realizada em Julho de 1945, EUA, Grã-Bretanha e URSS concordavam sobre a necessidade de revisão da Convenção de Montreux, firmada em 1936, e que isso se daria mediante conversações diretas entre os governos dos três países com o governo turco (UNITED STATES; UNITED KINGDOM; SOVIET UNION, p. 1496-1497). Pouco depois, A proposta soviética era o controle conjunto dos estreitos e a permissão para a construção de bases militares, pois Stálin queria garantir que o estreito não fosse usado contra a URSS (ROBERTS, 2011, p. 74, 76)

À mesma época, os soviéticos levantaram a possibilidade de demandar à Turquia a denúncia de um tratado de 1921 e a devolução dos territórios Kars e Ardahan, no Leste da Turquia, e na fronteira com a Geórgia e a Armênia (ROBERTS, 2011, p. 74). A demanda soviética pelos territórios do leste turco ocorreu simultaneamente à crise em torno do Azerbaijão iraniano, o que gerou a percepção – ou ao menos viabilizou o discurso – de que havia a URSS lançava mão de uma política externa agressiva, que fazia os turcos suspeitarem de um possível ataque soviético. O fato de que os soviéticos não cumpriram sua promessa de retirar tropas do Irã no prazo previamente estabelecido (2 de março de 1946), parecia corroborar a tese turca (SIVIS, 2020, p. 208).

No Irã, as tropas soviéticas estavam no país desde 1941, quando houve uma invasão conjunta pela União Soviética e pela Grã-Bretanha. Mas os três países firmaram um acordo tripartite no início de 1942 estabelecendo a retirada das tropas em seis meses após o final da guerra – 2 de março de 1946. Entretanto, entre novembro e dezembro de 1945, a União Soviética apoiou a criação de duas pequenas repúblicas no Nordeste do Irã: a República Curda do Mahabad e a República do Azerbaijão. Ambas as repúblicas tinham uma localização estratégica: o controle de seus territórios permitiria criar uma conexão direta entre a União Soviética e o Iraque.

As forças soviéticas permaneceram no território iraniano mesmo após o prazo de 2 de março. Nesse meio tempo, buscavam negociar com o novo governo do país, que contava com o apoio dos comunistas iranianos. Entre as demandas soviéticas, a autonomia do Azerbaijão iraniano e o estabelecimento de uma empresa petrolífera conjunta entre Irã e URSS (com controle soviético) no norte do Irã (ROBERTS, 2011, p. 67). Ao mesmo tempo que buscavam obter vantagens do Irã, os soviéticos tinham de lidar com a pressão dos EUA e da Grã-Bretanha

– Churchill acabara de proclamar, em território americano, que uma “Cortina de Ferro” descia sobre a Europa.

Os soviéticos concluíram sua retirada do país em maio de 1946, após terem chegado a um acordo com o governo iraniano a respeito de suas demandas – nenhum dos pontos acabou por cumprido e as Repúblicas pró-soviéticas foram dissolvidas após intervenção do exército iraniano no final de 1946 (ROBERTS, 2011, p. 69). Em 1947, o Irã assinou um acordo militar com os Estados Unidos. Este sério revés da política externa soviética produziu o que Visentini (2017, p. 74) chama de *Efeito Irã*, isto é, a noção de que a União Soviética não poderia mais recuar em sua disputa geopolítica com os EUA e a Inglaterra.

À época, os soviéticos já manifestavam enorme preocupação com a ampliação da presença global das forças americanas e com o cercamento do seu território, como retratado na declaração de Molotov, o ministro do Exterior soviético, a Byrnes, secretário de Estado estadunidense, em maio de 1946:

Não há canto do mundo em que os EUA não possam ser vistos. Os EUA têm bases aéreas em todos os lugares: na Islândia, Grécia, Itália, Turquia, China, Indonésia e outros lugares e um número ainda maior de bases aéreas e navais no Oceano Pacífico. Os EUA mantêm suas tropas na Islândia apesar dos protestos do governo islandês, também na China, enquanto as tropas da URSS foram retiradas da China e de outros territórios estrangeiros. Isso é evidência de um verdadeiro expansionismo e expressa a luta de certos círculos americanos em direção a uma política imperialista.<sup>36</sup> (KYNIN; LAUFER, 2000, documento 112, apud ROBERTS, 2011, p. 64).

Se tomarmos um ponto de vista mais amplo, é mais provável que a União Soviética tivesse outros interesses na região do que simplesmente invadir ou mudar o regime da Turquia e do Irã. Krammer (1974, pp. 32–33) delineaia quatro objetivos gerais do país no Oriente Médio, quais sejam: (1) resguardar o flanco sul da URSS (Cáucaso), suas indústrias metalúrgicas e seus campos de petróleo; (2) garantir acesso a um porto de águas quentes (que estivesse disponível para uso por todo o ano); (3) que britânicos e americanos controlassem o petróleo do Oriente Médio – visto que a indústria petrolífera soviética havia sido destruída na II GM; (4) utilizar o Oriente Médio como uma região para manobras diversionistas contra Inglaterra e EUA.

Há um elemento concreto que nos permite fazer esta conjectura: o ostensivo apoio soviético ao nascente Estado de Israel. A União Soviética foi o primeiro país a reconhecer

---

<sup>36</sup> **No original** – “There is no corner of the world in which the USA cannot be seen. The US has air bases everywhere: in Iceland, Greece, Italy, Turkey, China, Indonesia and other places and an even greater number of air and naval bases in the Pacific Ocean. The US maintains its troops in Iceland despite the protests of the Icelandic government, also in China, while the USSR’s troops have been withdrawn from China and other foreign territories. This is evidence of a real expansionism and expresses the striving of certain American circles towards an imperialist policy.” (KYNIN; LAUFER, 2000, documento 112 apud ROBERTS, 2011, p. 64)

*plenamente* o novo Estado de Israel e seu governo provisório<sup>37</sup>, em 17 de abril de 1948 (BROWN, 1948, p. 620). O envio de armas a partir do bloco socialista – oficialmente por meio da Checoslováquia, mas sob coordenação soviética – se revelou de enorme importância para que os israelenses obtivessem êxito na guerra de 1947 a 1949 contra os árabes (KRAMMER, 1974, p. 63).

Nas atuais circunstâncias, pode parecer estranho falar de Israel como um ponto de projeção da influência soviética sobre o Oriente Médio. Entretanto, é preciso lembrar que o sionismo surgiu como um movimento de inspiração socialista e que o estabelecimento do seu governo provisório não despertava grande simpatia da Grã-Bretanha – prova disso foi sua recusa em reconhecer prontamente o governo de Israel (BROWN, 1948, p. 620). Desse modo, é muito provável que Stálin tenha percebido uma oportunidade valiosa de estabelecer uma aliança contra os britânicos no Oriente Médio.

Portanto, é possível cogitar, a partir dos movimentos feitos pelos soviéticos na região, que seu objetivo era conseguir uma projeção sobre o Oriente Médio como um movimento de pinça, desbordando a Turquia, tanto a partir dos estreitos turcos (Mar Negro/Mediterrâneo Ocidental) quanto a partir do Cáucaso, possivelmente firmando uma aliança com o nascente estado de Israel. Isso permitiria à URSS estar em posição de influenciar os governos da região, como Irã, Turquia, Síria e Iraque – ou, no mínimo, colocar como uma pressão importante sobre os impérios coloniais britânicos e franceses no Oriente Médio.

Antiintuitivamente, os soviéticos pareciam, mais uma vez, cumprir o que havia de consenso tácito entre Roosevelt e Stálin – o apoio ao anticolonialismo, ainda que muito mais por interesse próprio do que por qualquer ideologia. Entretanto, como já vimos, os próprios estadunidenses, a partir do governo Truman, não cumpriram a sua parte e passaram a defender os interesses das potências coloniais, especialmente Inglaterra e França.

A nova orientação da política externa estadunidense, já em execução, foi finalmente decretada em 12 de março de 1947, quando o Presidente Harry S. Truman discursava ao Congresso, solicitando a aprovação de apoio financeiro à Grécia e à Turquia, num total de US\$ 400 milhões. Um mês antes, os britânicos haviam comunicado aos estadunidenses que não poderiam mais dar apoio financeiro aos gregos nem aos turcos (TRUMAN, 1947).

---

37 A ressalva aqui se faz necessária porque embora os estadunidenses tenham reconhecido o governo de Israel antes dos soviéticos, o fizeram de forma parcial, afirmando apenas que reconheciam o governo provisório como autoridade *de facto* do Estado de Israel. Os soviéticos fizeram seu reconhecimento sem ressalvas, estendendo implicitamente o reconhecimento à *legitimidade* do referido governo (BROWN, 1948, pp. 621–622).

Diante de um Congresso recentemente renovado, agora majoritariamente republicano, Truman (1947) argumentava que a Grécia era ameaçada por “atividades terroristas [...] lideradas por comunistas” e que a Turquia tinha sua “integridade ameaçada”. O presidente dos Estados Unidos convocou os países do mundo a optar entre “dois modos de vida”, o da liberdade e o da opressão. Ao final de sua fala, argumenta que se a Grécia caísse sob “controle de uma minoria armada” – referindo-se claramente aos comunistas – isso afetaria diretamente a Turquia e seus efeitos seriam sentidos em todo o Oriente Médio.

Truman não citou a URSS em nenhum momento, mas suas palavras decretaram o início da política externa que nortearia a atuação internacional dos Estados Unidos pelas quatro décadas seguintes e cujo legado é sentido até os dias de hoje. Ficava muito clara a proposição de uma divisão de mundo entre o capitalismo, liderado pelos EUA, e o socialismo, liderado pela URSS – o que ficou conhecido como “Doutrina Truman” – e, de quebra, lançou as bases da doutrina do “efeito dominó” – que viria a justificar as ações norte-americanas em momentos cruciais da Guerra Fria, tais como na Coreia e no Vietnã.

No plano econômico, a Doutrina Truman seria complementada pelo Plano Marshall, nomeado a partir do Secretário de Estado George Marshall e lançado oficialmente por ele três meses após o discurso de Truman, em junho de 1947. O Plano Marshall consistia num plano de reconstrução europeia – os americanos fariam o aporte financeiro e os europeus definiriam o programa de reconstrução.

Os americanos propuseram aos britânicos e franceses convidar os soviéticos para definir um programa conjunto de reconstrução europeia com financiamento dos EUA – o Plano Marshall. Na reunião, britânicos e franceses insistiram em realizar um programa altamente coordenado de reconstrução; a URSS, por sua vez, mantinha-se firme na proposta de que cada país fizesse uma lista própria de demandas a serem encaminhadas aos americanos (ROBERTS, 2008, p. 315).

Os soviéticos perceberam a jogada como uma “armadilha”. No início de julho de 1947, Molotov, o Ministro do Exterior Soviético, definiria o Plano Marshall como um pretexto americano para criar uma organização supranacional e intervir em assuntos internos dos países europeus e desencorajou a participação dos países europeus no Plano Marshall – principalmente dos seus aliados (ROBERTS, 2008, p. 316).

A base do Plano Marshall surgiu a partir de um documento chamado PPS/1, formulado pela nova “Equipe de Planejamento de Políticas<sup>38</sup>”, liderada por George Kennan – o mesmo do

---

38 Tradução livre do nome em inglês, “*Policy Planning Staff*”.

“longo telegrama”. O objetivo da recém-criada equipe era a “revisão e planejamento da política” (GADDIS, 2014, p. 253) – na prática, um apoio à formulação da Grande Estratégia dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial e que viria a implementar muitas das mudanças prefiguradas no longo telegrama.

O mesmo Kennan, pouco tempo depois, lançaria o artigo “As fontes da Conduta Soviética” na revista *Foreign Affairs*<sup>39</sup>, em que aprofundava a análise e as proposições feitas no longo telegrama – sem, entretanto, alterar substancialmente o tom das críticas ao Estado soviético. Kennan assumiu que recomendou o convite para que a URSS participasse do Plano Marshall de forma insincera, isto é, de modo que “ou eles se excluíam por vontade própria, não desejando aceitar as condições propostas, ou concordariam em abandonar a orientação exclusiva de suas economias.” (GADDIS, 2014, p. 268).

Apesar disso, Kennan era um crítico da Doutrina Truman. O que Kennan propunha, afirma Gaddis (2014, p. 270), era que “o Plano Marshall suplantasse a Doutrina Truman, com sua obrigação implícita de agir onde a agressão ou intimidação soviéticas ocorressem, sem levar em conta se os interesses americanos estavam em jogo ou se existiam os meios para defendê-los.”. Sob essa ótica, havia, portanto, uma divergência de forma, mas não de conteúdo.

De qualquer modo, se a política de contenção proposta por Kennan e seus aliados no Departamento de Estado dos Estados Unidos da América tinha por objetivo opor-se à “ameaça soviética”, ela também acabou por alimentar um dos piores medos do Kremlin: o cercamento estratégico da União Soviética. Como afirmou o próprio Kennan em seu artigo na *Foreign Affairs*, “É um inegável privilégio de todo homem provar a si próprio correto na tese de que o mundo é seu inimigo; se ele reiterar isso frequentemente e tornar essa tese a base da sua conduta, ele estará fadado a estar correto.” (KENNAN, 1947, p. 569) Embora atribuísse a tese aos soviéticos, Kennan parecia olhar-se no espelho. Não é de se admirar que ainda em 1947 os soviéticos tivessem lançado a Doutrina Zhdanov, a versão soviética da divisão do mundo nos campos capitalista e socialista.

A importância dada aqui a George Kennan tem a sua razão. A Grande Estratégia dos Estados Unidos para o pós-Segunda Guerra Mundial teve como base os documentos produzidos por Kennan e sua implementação – para o bem e para o mal – teria a influência direta dos documentos produzidos pela Equipe de Planejamento de Políticas, que ele chefiava. Além do Plano Marshall, o trabalho de Kennan no referido departamento teve grandes impactos na política estadunidense para a Ásia. O PPS foi fundamental na decisão estadunidense pelo

---

39 O artigo foi originalmente atribuído a um autor secreto, “X”.

“Curso Reverso” no Japão, no conceito do Perímetro Defensivo Estadunidense para a Ásia e da proposta de “Titoização” da China, isto é, de buscar evitar que os comunistas chineses se aliassem com a URSS, o que seria manifestada oficialmente pelos Estados Unidos após a Proclamação da República Popular da China (GADDIS, 2014, pp. 298–303).

## 4.2 O DESFECHO DA GUERRA CIVIL CHINESA E A “LONGA MARCHA” DA REVOLUÇÃO NACIONAL CHINESA NA COREIA E NO VIETNÃ

### 4.2.1 A fase final da Guerra Civil Chinesa

Pode se considerar que a guerra civil chinesa travada entre nacionalistas e comunistas teve início dois dias após o início da Operação Tempestade de Agosto (08/08) e no dia seguinte ao bombardeio atômico de Nagasaki (09/08). No dia 10 de agosto de 1945 os comunistas empreendem uma ofensiva geral para a tomada de Xangai, Nanjing, Beijing, Tianjin, Tangshan e Baoding – sendo essas duas últimas, na província de Hebei, próximas a Beijing e Xangai – (VAN DE VEN, 2018, p. 209).

Percebendo a situação, Jiang Jieshi no dia seguinte emitiu uma ordem para que todas as unidades comunistas permanecessem imobilizadas nas posições em que se encontravam e de apenas acatar as suas ordens (VAN DE VEN, 2018, p. 212). No mesmo dia os comunistas recebem instruções de somar suas forças as dos soviéticos na Manchúria. Forças comunistas são instruídas a se unirem aos soviéticos na Manchúria (VAN DE VEN, 2018, p. 209).

Os soviéticos, de seu turno, seguem com a política que sempre haviam adotado na China: (a) apoiar os comunistas; (b) manter a aliança com Jiang Jieshi e o Guomintang; (c) fazer acordo com os senhores da guerra. Assim, no dia 14 de agosto, os soviéticos assinam um novo tratado de amizade e aliança com os nacionalistas (VAN DE VEN, 2018, p. 212), vinte e um dias antes da rendição japonesa que só teria lugar em 9 de setembro.

Como destaca Daniel Aarão Reis Filho (1981, pp. 104-105):

Os soviéticos subestimam, contudo, as possibilidades dos comunistas chineses: em 1945, depois da capitulação japonesa e antes mesmo que ela ocorra oficialmente, a URSS assinará um tratado com o governo de Chongqing, garantindo a independência da Mongólia (contrariando expressamente a orientação dos comunistas chineses), os direitos de controle dos soviéticos sobre a estrada de ferro do nordeste e ainda o controle dos portos de Dairen e Port Arthur. Além disso, as forças de ocupação soviéticas na Mandchúria remetem para a URSS equipamentos industriais chineses no valor de 2 bilhões de dólares. Estava claro que não esperavam, num prazo previsível, a tomada do poder pelos comunistas chineses. (REIS FILHO, 1981, pp. 104-105).

Na ocasião, os soviéticos prometeram deixar a Manchúria no máximo em três meses após a derrota do Japão. Em troca, obtiveram do líder do Guomindang reconhecimento da ocupação da Mongólia Exterior, da internacionalização do porto de Dalian (Port Arthur) e concessão para gestão conjunta das ferrovias do Leste e do Sul da Manchúria – isso sem contar a ocupação da porção norte da Península Coreana (VAN DE VEN, 2018, p. 212). Importa salientar que todas essas condições já haviam sido acordadas em Yalta entre URSS, EUA e Grã-Bretanha, e sem a presença da China (ROBERTS, 2007, p. 27; CHEN, 1996, p. 67). No mesmo dia, os Comunistas recusaram uma reunião em Chongqing entre Mao e Jiang Jieshi – provavelmente o primeiro tinha medo de ser assassinado – e os comunistas recusaram-se a reconhecer o governo de Jiang Jieshi. Entre Abril e Junho, comunistas tentaram convencer japoneses a se render a eles; mas, no dia 9 de setembro, o Japão determinou que a rendição de suas tropas se dessem apenas para os nacionalistas (VAN DE VEN, 2018, p. 210).

Em 20 de agosto, cinco dias após a mensagem de rendição do Imperador japonês, houve um segundo convite de Jiang a Mao que dessa vez recebeu uma resposta positiva: os comunistas respondem que enviaram Zhou Enlai “em prol da unidade”. (VAN DE VEN, 2018, p. 212). Quatro dias depois Jiang insiste que Mao vá a Chongqing. Desta vez, há uma intervenção direta de Stálin que diz a Mao que se ele se recusar a tratar com Jiang Jieshi, a culpa pelo reinício da guerra civil será dele. (VAN DE VEN, 2018, p. 213). Desse modo, os comunistas são obrigados a dar início as negociações com os nacionalistas em Chongqing. Em 28 de agosto, chega-se a um consenso mínimo: governo de coalizão com Jiang Jieshi como Presidente, mas discordam quanto à divisão administrativa e ao comando das forças armadas – Jiang Jieshi quer controle unificado, comunistas querem manter controle sobre seus territórios e sobre suas forças (VAN DE VEN, 2018, p. 213-214).

Neste ínterim, de agosto a outubro de 1945, a 10ª Força Aérea dos EUA levou 110 mil tropas de Jiang (treinadas pelos EUA) para as principais cidades no Norte, no Centro, na bacia do Yangtzé e no litoral da China (SPENCE, 1990, pp. 484-485): Shanghai, Nanjing, Beijing, Tianjin, Wuhan, Canton, Fuzhou, Xiamen, Taiyuan, Ji’nan, Zhengzhou e Hefei. Ao mesmo tempo, os chineses que anteriormente estavam a serviço dos japoneses – servindo no Exército do Manchukuo ou do Kwantung – foram integradas às forças nacionalistas. E mesmo os soldados japoneses que ainda não haviam sido mobilizados, foram encarregados de controlar as principais vias de transporte. Na prática, não apenas a guerra civil havia começado, como tropas japonesas e os nacionalistas, com apoio estadunidense, lutavam para recuperar o território obtido pelos comunistas. (VAN DE VEN, 2018, p. 222).

Entre setembro e outubro (10/09-12/10) teve início a campanha de Shangdang no Shanxi, da qual os comunistas saíram-se vitoriosos. Contudo, ainda em 10/10, havia sido firmado um acordo entre os líderes do Guomintang e do PCCh. De sorte que os comunistas abandonariam bases ao sul do Yangtzé reduziriam suas tropas a vinte divisões - 1/10 dos seus efetivos - (REIS FILHO, 1981, p. 88). Em seu turno, os nacionalistas firmavam compromisso vago em realizar uma Conferência Política Consultiva com todas as forças políticas nacionais (REIS FILHO, 1981, p. 88).

Naturalmente os comunistas não estavam satisfeitos com a ideia, mas tiveram de ceder à pressão conjunta dos EUA e da URSS. Assim, em janeiro de 1946, teve início o cessar-fogo e, de fato, realizou-se a Conferência Política Consultiva em Chongqing. Nela, as políticas aprovadas fortaleceram a posição dos comunistas (REIS FILHO, 1981, p. 88-89). Na ocasião, foi criada uma Comissão Tripartite proposta pelo então Secretário de Estado, George Marshall, para supervisionar a paz entre comunistas e nacionalistas (ROBERTS, 1999, p. 249). Entretanto, a despeito das disposições da conferência política consultiva, e dos esforços de Marshall, Jiang Jieshi retoma a perseguição implacável dos comunistas estendendo-a também aos partidos de centro (REIS FILHO, 1981, p. 89). Enquanto isso os soviéticos deram início a retirada da Manchúria. E, mais uma vez, levaram a cabo a sua política dúplice: de um lado entregaram armas e munições japonesas aos comunistas chinesas desmontando US\$ 2 bilhões em fábricas japonesas e levá-las para a URSS (ROBERTS, 1999, p. 250; REIS FILHO, 1981, p. 105).

Na esteira da retirada soviética (entre julho de 1946 e junho de 1947), os nacionalistas ocuparam as principais cidades da Manchúria. O que incluiu a cidade de Changchun, na província de Jilin, além de grandes áreas do Norte da China, incluindo a capital comunista Yan'an, cuja conquista teve lugar em março de 1947 (ROBERTS, 1999, p. 250). Diante disso, com a ofensiva do Guomintang e a falta de apoio internacional, os comunistas adotaram uma nova tática: a de ceder territórios, mas realizar contra-ataques relâmpagos sobre os nacionalistas, o que acabou por retardar e onerar o avanço destes (ROBERTS, 1999, p. 250). Enquanto isso, Jiang Jieshi que já havia firmado, como referido, Acordo de Cooperação com os soviéticos, em novembro de 1946 assina também um Acordo de Comércio e Navegação com os estadunidenses.

Então, a sorte dos comunistas chineses foi decidida pelos acontecimentos internacionais. Em março de 1947, Truman enunciou sua celebre Doutrina. Não havia lugar para indiferença em meio a contenda global entre a democracia e o comunismo. Tratava-se, ao menos *de jure*, na oficialização da Guerra Fria: do confronto titânico que teria lugar entre os EUA e a URSS

daí em diante até 1991. Desse modo, ao menos da parte soviética as pressões se atenuaram, o que permitiu que em junho de 1947, os comunistas retomassem a ofensiva. A campanha foi centrada na Manchúria, de sorte que até novembro de 1948 o Exército Popular de Libertação havia retomado quase toda a região, o que incluía a captura da capital Shenyang (Mukden), um dos seus principais centros industriais, bem como o Norte da China, além das demais grandes cidades e vias de comunicação (ROBERTS, 1999, p. 250).

Em janeiro de 1949, os comunistas tomaram Tianjin; Beijing em abril; Nanjing e Shanghai em maio. No dia 1 de outubro de 1949, Mao Zedong proclamava, para a multidão reunida na Paz Celestial: “a China está de pé”. Em dezembro, deu-se a fuga de Jiang Jieshi para Taiwan com 2 milhões de apoiadores, levando consigo reservas nacionais e tesouros em arte (ROBERTS, 1999, p. 250-251).

#### **4.2.2 A Guerra da Coreia: A consolidação da República Popular e a autarquia como base da Revolução Nacional Chinesa**

##### **4.2.2.1 Perspectiva americana – Antecedentes da Guerra da Coreia**

Ainda em 1945, na Conferência de Yalta, ficou estabelecido que a Coreia permaneceria durante 25 anos como um protetorado sob o controle dos Estados Unidos, da Rússia, da Inglaterra e da China. Na ocasião, Stálin demonstrou que seu interesse na Coreia era estabelecer um Estado-tampão entre o Japão e a Rússia (BLAIR JR., 1977, p. 304).

Desse modo, pode ser que esse posicionamento do líder soviético possa ter influenciado a percepção dos formuladores de políticas e tomadores de decisão estadunidenses. Colabora com esta percepção, da falta de importância dada pelos EUA à Península, o fato de no mesmo ano, em Moscou, em Dezembro, ter-se reduzido o prazo previsto para duração do protetorado para apenas cinco anos. Ao final desse prazo, seriam realizadas eleições que definiriam o futuro do país (BLAIR JR., 1977, p. 305).

De um modo geral, o posicionamento estadunidense acerca da desimportância da Coreia permaneceria inalterado, ao menos até a tomada do poder pelos comunistas na China (1949). Corrobora esta percepção o fato de que em abril de 1948, o presidente Truman ter solicitado que “se fizesse todo o esforço para que até o fim do ano, as tropas dos Estados Unidos abandonassem a Coreia” (BLAIR JR., 1977, p. 306). Mais que isso, revelava a desconfiança de que o governo de Syngman Rhee pudesse empreender qualquer tipo de ação contra o norte que pudesse demandar esforço estadunidense (BLAIR JR., 1977, p. 306).

A disposição presidencial suscitou um debate entre os militares, travado entre o general Omar Bradley e os demais chefes da Junta do Estado Maior. Como destaca Blair Jr. (1977, p. 306):

O general Omar Bradley, Presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior, se opôs à retirada total das forças americanas e ao abandono completo da Coreia do Sul, mas os outros três chefes declararam que ‘a Coreia tem pouco valor estratégico’ e que qualquer emprego de tropas Americanas lá seria ‘desaconselhável e impraticável’. E assim ficou resolvido o abandono militar da Coreia do Sul, entregando-se ao Departamento de Estado a solução dos grandes problemas ali existentes.

Como se pode depreender facilmente do trecho acima, a posição de Bradley foi derrotada. A passagem do tema ao Departamento de Estado significava mais do que indiferença, mas a clara disposição de abandonar as posições na Península. Evidência adicional viria por conta da mudança de posição do general Douglas MacArthur – Comandante Supremo das Forças Aliadas no Extremo Oriente – quanto ao regime de Syngman Rhee e o próprio perímetro defensivo dos EUA no Extremo Oriente.

A primeira [declaração] era do próprio general MacArthur, numa entrevista que concedera um jornalista inglês G. Ward Price. foi em 1º de março de 1949, em Tóquio, e ele retirava sua anterior garantia a Rhee de que viria ‘pessoalmente’ ajudar a Coreia do Sul. Ao descrever a linha de defesa dos Estados Unidos no Extremo Oriente disse:

- Ela começa nas Filipinas e prossegue pelo arquipélago Ryukyus, incluindo seu principal bastião – Okinawa. Daí faz uma curvatura para trás, através do Japão e das Ilhas Aleutas em direção ao Alasca.

A curvatura para trás excluía claramente a Coreia. O representante do departamento de estado no SCAP, William Sebal, escreve que MacArthur lhe afirmara considerar a Coreia ‘militarmente indefensável’. (BLAIR JR., 1977, p. 309)

Importa destacar que a declaração de MacArthur foi emitida em 01/03/1949. Em 01/10/1949, os comunistas chegariam ao poder na China. Embora esperado o evento causou grande consternação nos EUA, afinal desde muito o país mantinha vínculos econômicos e sentimentais com a China. De fato, havia sido atacado em Pearl Harbor em virtude dela e, mesmo nas horas mais difíceis, recusou-se a abandoná-la, criando a ponte aérea pelo Himalaia para abastecer Chongqing, quando a Estrada da Birmânia foi fechada pelos japoneses. Adicionalmente, Truman havia obtido a reeleição presidencial em 1948 – até então, apenas substituíra Roosevelt – e a era do partido Democrata, que então, já perdurava por cinco gestões, parecia projetar-se indefinidamente em direção ao futuro. Por isso, destaca Blair Jr. (1977, p. 302):

Os republicanos queriam desesperadamente afastar os democratas da Casa Branca. A perda da China foi um presente do céu, e eles se aproveitaram ao máximo desse motivo. Acheson, realmente um dos mais inteligentes e sagazes secretários de Estado da história americana, foi ridicularizado em inúmeros demagógicos discursos como um presunçoso idiota, filiado ao comunismo até mesmo traidor. (BLAIR JR., 1977, p. 302).

De fato, seguiu-se um debate amargo acerca da “Perda da China”. Nem mesmo em retrospecto, MacArthur ou seu biógrafo oficial, Gen. Courtney Whitney (1961), reconheceram que a decisão por Luzon – pela qual se bateram em detrimento de Formosa – havia influenciado decisivamente o destino dos nacionalistas, então batidos pela Ofensiva Ichigo. Imediatamente após a revolução chinesa, portanto apenas cinco anos depois da decisão por Luzon, Whitney (1961, p. 488) reconhece expressamente a importância de Formosa, como se depreende pelo fragmento abaixo:

A importância estratégica da Formosa foi universalmente reconhecida, quando a ilha foi utilizada, de modo tão eficaz, pelos japoneses, como estação reguladora e base aérea, durante a Segunda Guerra Mundial. Quem quer que houvesse estado nas Filipinas, em 1941, não precisaria ser lembrado do quanto as Filipinas eram vulneráveis aos bombardeios japoneses com base em Formosa. Boa parte das campanhas do Japão no Pacífico Sudoeste e no Sudeste da Ásia teve sua origem nos bastiões da Formosa. MacArthur acreditava que, houvesse a Formosa estado em mãos amigas, no início da Segunda Guerra Mundial, nossa posição defensiva teria sido muito mais eficaz do que foi. (WHITNEY., 1961, p. 488).

O drama em torno da retirada do Guomindang para a ilha acabou por sequestrar a opinião pública estadunidense e servir de catalisador para o debate acerca da “Perda da China”. Isto impactou a própria percepção estadunidense acerca de seu perímetro defensivo na Ásia. Quando em 12 de janeiro de 1950, o secretário de Estado dos EUA Dean Acheson basicamente repetiu a declaração de MacArthur, feita em 1º de março de 1949, tornou-se o alvo principal daqueles que identificavam nele a gestão democrata e, nesta última, a responsabilidade pela vitória comunista na China continental.

Como destaca Blair Jr (1977, p. 309-310),

A outra declaração fora feita por Dean Acheson em 12 de janeiro de 1950, no Clube da Imprensa Nacional, em Washington, Capital. [...]

- Esse perímetro defensivo se estende ao longo das Aleutas, rumo ao Japão, e em seguida procura o Ryukyus. mantemos importantes posições nas ilhas Ryukyus e continuaremos a mantê-las. No que possa interessar à segurança de outras áreas do Pacífico, deve ficar bem claro que ninguém pode garantir tais áreas contra ações militares.

Também Acheson excluía claramente a Coreia. [...]

Nos meses e anos que se seguiram, Acheson seria severamente criticado em virtude dessa declaração. As legiões de seus críticos alegariam que ele deu o

‘sinal verde’ para os norte-coreanos invadirem a Coreia do Sul. Ninguém se lembrou da declaração quase inteiramente idêntica de MacArthur. (BLAIR JR., 1977, p. 309-310).

Embora a declaração de Acheson aparentasse estar descolada do ambiente político interno dos EUA e do debate da “Perda da China”, ela estava em plena consonância com a estratégia dos Estados Unidos para a China e para a Ásia. Em 05 de janeiro, o Presidente Truman havia pronunciado que não interferiria na situação chinesa – fazendo referência inclusive à Política de Portas Abertas (TRUMAN, 1950). Ambas as declarações seguiam a prescrição do NSC 48/2, de 30 de dezembro de 1949, segundo o qual “os EUA deveriam explorar, mediante meios políticos, psicológicos e econômicos apropriados, quaisquer fendas entre os comunistas chineses e a URSS e entre os estalinistas e outros elementos na China” (UNITED STATES OF AMERICA-US, 1949, p. 1219). Em outros termos, os EUA viam uma possibilidade de gerar uma cisão entre a China comunista e a União Soviética – um “titoísmo chinês” (KISSINGER, 2011, p. 129). A opção não estava completamente fora de tempo e lugar: ainda em 1948, houve o rompimento entre a URSS e a Iugoslávia. Portanto, como afirma Lindsay (1993, pp. 344-345), “a formação de um bloco comunista monolítico não era inevitável”.

Esse cenário possibilita compreender a perplexidade de Acheson com os ataques virulentos dos quais foi alvo, consignada inclusive em suas memórias. Além dos republicanos, alguns democratas, como o jovem deputado John F. Kennedy, atacaram fortemente o Presidente e seu Secretário de Estado (BLAIR JR., 1977, p. 302). Em fevereiro, o senador republicano Joseph McCarthy alegou que “205 [...] membros do Partido Comunista” trabalhariam no Departamento de Estado com conhecimento do Secretário, Dean Acheson – o que justificaria mais do que uma condescendência da política externa dos EUA para com os regimes comunistas, mas uma verdadeira traição para com os EUA (MCCARTHY, 1950)

Frente ao colapso do Guomindang, MacArthur recebeu instruções para tomar as providências necessárias para manter a ilha de Taiwan sob controle de forças aliadas dos EUA. Entretanto, não parece ter sido esta a percepção de MacArthur, conforme pode ser depreendido do fragmento abaixo:

[MacArthur] ficou extremamente preocupado com as ordens simultâneas para que defendesse as forças e instalações do Continente Chinês, contra qualquer ataque de guarnição da Formosa. [...] O que lhe era possível enxergar, muito claramente era a tremenda vantagem que essa neutralização da Formosa dava aos comunistas chineses. [...] Do mesmo modo, foi-lhes prometida, também, a proteção naval dos Estados Unidos para todo seu litoral, de modo que puderam dispor das forças que o defendiam, para empregá-las em qualquer outra região da Ásia. (WHITNEY, 1961, pp. 488-489)

Mas, em sua última instância, Douglas MacArthur e a Junta de Chefes do Estado-Maior elaboravam seus próprios planos para interferir na Guerra Civil Chinesa. O pivô, obviamente, era Taiwan. Como, reconhece, em um momento ímpar de sinceridade com relação à história, no relato de seu biógrafo oficial:

Depois de pesar as possibilidades da China Vermelha atacar a Formosa, em condições assim vantajosas, a Junta [de Chefes de Estado-Maior] insistiu em que fosse permitido ao governo nacionalista usar suas forças militares em operações defensivas, a fim de impedir a criação de concentrações de tropas anfíbias comunistas, que visassem a Formosa ou a ilha dos Pescadores. Tais medidas defensivas, salientava a sugestão da Junta, podiam incluir ataques às concentrações militares do Continente e o lançamento de minas nas águas territoriais chinesas, desde que em zonas onde um ataque comunista pudesse ser montado. (WHITNEY, 1961, p. 489)

Tendo em vista essa disposição de ânimo, quando a Coreia do Norte resolveu atacar a Coreia do Sul em 25 de junho de 1950, é compreensível que MacArthur tenha tido em perspectiva de que a Coreia era a grande oportunidade para “recuperar a China”. Afinal, apesar de declarar o contrário, MacArthur parecia ambicionar o cargo máximo do executivo. Lançara-se nas primárias do partido republicano para a escolha do candidato a presidente em 1944. Para 1948, seu nome fora mais uma vez cogitado como candidato republicano (BLAIR JR., 1977, 299-301). E em 1951, teriam início as prévias para as eleições presidenciais de 1952. Dentro do contexto político dos EUA à época, se MacArthur conquistasse a Coreia e “reconquistasse” a China, derrubando os comunistas, provavelmente seria aclamado pelo Partido Republicano e teria grandes chances de ser conduzido pelo povo estadunidense à Presidência.

Prova de suas intenções se deu em 1952, quando já dispensado do Comando das Forças da ONU na Coreia, hospedou-se no Hotel Waldorf Astoria, em Nova York, onde ocorria a convenção Republicana para as eleições presidenciais daquele ano, aguardando uma eventual indicação. A tática era de aguardar uma primeira votação que oporia Robert Taft e Dwight Eisenhower para então apresentar-se como um nome de consenso, o que nunca aconteceu, pois Eisenhower venceu ainda no primeiro turno (BLAIR JR., 1977, p. 375).

A oposição de MacArthur a Truman e Acheson começou a ficar evidente após Truman enviar a sétima frota para o estreito de Taiwan, de modo a “neutralizar o estreito” – isto é, impedir ataques de ambos os lados do estreito –, dois dias depois da invasão norte-coreana ao Sul. Contrário ao “amarramento” de Jiang, MacArthur resolveu confrontar os chefes e inflamar a situação regional, ao misturar a questão chinesa à Guerra da Coreia. Diante do que considerava hesitação dos chefes em enviar reforços para a Coreia, MacArthur lembrou da sugestão de Jiang Jieshi de enviar 33 mil homens para fazer frente aos nortecoreanos, poucos dias após o ataque norte-coreano (IAKOVLEV, 1988, p. 120). Em 31 de julho, à revelia da

Junta de Chefes do Estado-Maior e de Truman, “havia chegado a Formosa, beijado a mão da Senhora Jiang e ido conferenciar com o marido dela” (BLAIR JR., 1977, p. 318-319; SCHNABEL, 1992, p. 368). Ainda na ilha, afirmou que haviam sido “concluídos arranjos para uma coordenação eficaz entre as forças americanas sob meu comando e as forças do Governo Chinês para enfrentar qualquer ataque” (CHEN, 1996, p. 142). Por sua vez, Jiang deu a entender que havia firmado “acordos secretos” com MacArthur (SCHNABEL, 1992, p. 368-369) – cabe lembrar que Jiang havia proposto envolver 33 mil soldados. Era natural, portanto, que os desdobramentos reforçassem o temor entre os comunistas chineses de que os estadunidenses visavam não apenas interferir na questão chinesa apoiando Jiang Jieshi – mais do que isso, os chineses viam essa como uma tentativa estadunidense de atacá-los em três frentes: Taiwan, Coreia e Indochina (CHEN, 1996, p. 94, p. 142).

Apesar de enquadrado por emissários de Truman poucos dias depois, MacArthur logo voltaria a medir forças com o Presidente (CHANG, 2019, p. 85-86). Em 26 de agosto, enviaria uma carta aberta à Conferência dos Veteranos de Guerras no Exterior:

Em poder de mãos tão hostis, Formosa poderia ser comparada a um navio-aeródromo insubmersível e tênder para submarinos localizado em ponto ideal para empreender uma ofensiva estratégica e ao mesmo tempo anular operações defensivas ou contraofensivas realizadas por forças amigas com base em Okinawa e nas Filipinas.

Nada poderia ser mais ilusório do que o descozido argumento, usado por aqueles que advogam a submissão e o derrotismo no Pacífico, de que se defendermos Formosa estaremos alienando a Ásia continental. Quem assim fala não conhece o Oriente. Não admite que faça parte da psicologia oriental a doutrina que manda respeitar e seguir uma liderança agressiva, resoluta e dinâmica, para rapidamente vencer uma liderança caracterizada pela timidez e vacilação, e ainda por cima subestima a mentalidade oriental. (MACARTHUR, 1950, apud BLAIR JR., 1977, p. 320)

Levando-se em conta o seu histórico político, é absolutamente possível cogitar que suas declarações públicas em oposição à política oficial dos EUA na Coreia fossem uma tentativa de MacArthur utilizar seu prestígio como herói nacional para enfraquecer a posição de Truman e Acheson e, em última instância, o governo democrata.

Além de contrapor diretamente e abertamente a política oficial, que visava impedir uma guerra no estreito de Taiwan e não misturar o conflito chinês ao conflito coreano, MacArthur o fazia em um contexto bastante desfavorável para o governo Truman – sob ataque do Congresso, em meio à ascensão do Macartismo, e com a baixa popularidade do governo.

No final de novembro, quando os chineses já haviam ingressado na guerra e empurravam as forças da ONU de volta para o Sul, surgiu novamente a possibilidade de

ingresso de soldados nacionalistas no confronto – mas agora muito mais do que 33 mil homens propostos por Jiang Jieshi. Iakovlev (1988, p. 124), coloca nos seguintes termos:

MacArthur pediu que se reconhecesse O ‘estado de guerra’. Pediu que fossem lançadas de 30 a 50 bombas atômicas nas bases aéreas e noutros alvos estratégicos da Manchúria: Pediu que 500 000 homens Guomindang fossem embarcados para a Coreia, a partir de Taiwan e uma vez dominada a Coreia que fosse criada uma cintura de cobalto radioativo ao longo da sua fronteira norte. Acima de tudo, MacArthur estava deseioso de cruzar armas com a China, coisa que não era de forma nenhuma do agrado e interesse de Truman.

Pouco após a exoneração de MacArthur, o Senado dos EUA abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a exoneração de Douglas MacArthur de seu posto como Comandante das Forças da ONU na Coreia. Após longos interrogatórios, o General afirmaria que a política de conciliação na Coreia era equivocada, uma “submissão”, ou mesmo “antipolítica”, afinal, “não existe sucedâneo para vitória” (BLAIR JR, 1977, p. 374).

#### 4.2.2.2 O desfecho da Guerra Civil Chinesa e o ingresso chinês na Coreia

Ainda em 1946, Jiang Jieshi fez sua primeira viagem a Taiwan. Àquela altura, dificilmente o líder chinês estaria cogitando que a ilha seria sua última morada. Pelo contrário, no ano de 1946, contava com o apoio estadunidense e russo para desarmar os comunistas e constrangê-los a um processo de paz, que com toda a possibilidade culminaria no seu aniquilamento. Mas a visita importava: tratava-se do gesto que materializava a concessão obtida, ainda três anos antes na Conferência do Cairo (1943) e ratificada na Conferência de Yalta (1945) – mesmo sem sua presença – que dispunha de que Taiwan pertencia à China e que, portanto, a ela deveria ser restituída como reparação do tratado de Shimonoseki (1895). Tendo em vista os acontecimentos posteriores e nossa tendência a avaliar a história em retrospecto, podemos não nos apercebermos de que nesse momento, em 1946, Jiang Jieshi está celebrando – de modo talvez bastante antecipado – sua dupla vitória (sobre japoneses e comunistas) e a ascensão da China à condição de grande potência da Ásia.

Esta perspectiva – a de afirmar a soberania chinesa sobre Taiwan – também estava contida na visão dos comunistas. Isso ajuda a entender por que em abril de 1946, seis meses antes da viagem de Jiang Jieshi a Taiwan, os comunistas criaram o Taiwan Works Committee. Em junho de 1946, Cao Xiaogan, foi designado para presidi-lo. Tratava-se de elemento orgânico subordinado ao então 3º Exército de Marcha do Exército de Libertação do Povo (ELP). Até então, tratava-se de uma responsabilidade puramente formal, posto que as capacidades dos comunistas e o status da ilha na época não justificavam qualquer outro tipo de ação que não a

montagem da rede de espionagem, que com sucesso Cai Xiaogan estabeleceu na ilha. Ao fim do mesmo ano, já havia recrutado pelo menos 70 agentes. Ele havia sido o único sobrevivente taiwanês da Longa Marcha, e era fluente em japonês, nas expressões oral e escrita. Já havia trabalhado como oficial de inteligência encarregado de interrogar japoneses interrogados e criar redes atrás de suas linhas – consta que com notável sucesso (EASTON, 2017, Capítulo 2).

Como referido anteriormente, a Doutrina Truman e a elevação das tensões da Guerra Fria fizeram com que em 1948 os soviéticos passassem a apoiar o retorno oficial dos comunistas chineses à luta armada. Então, em uma campanha de poucos meses, conquistaram a maior parte da Manchúria. A essa altura, em 1948, já estava claro o suficiente qual seria o desfecho da contenda, apesar do Guomindang controlar ainda a maior parte do país. De sorte que se estabeleceu um debate no Guomindang acerca de como proceder a retirada.

A alternativa mais óbvia seria a de reeditar a resistência antijaponesa, estabelecendo-se em Chongqing. Contudo, a experiência de isolamento vivenciada na Segunda Guerra, aliada às novas possibilidades de contar com o poderio aeronaval estadunidense levaram o debate em direção a Taiwan. De fato, os militares originalmente haviam planejado a retirada para Chongqing. Foi um intelectual relacionado à cultura, Chang Chi-yun, que sugeriu a Jiang Jieshi para Taiwan. De pronto, o líder decidiu-se pela ilha e, ato contínuo, iniciaram-se os preparativos.

Ainda em agosto de 1948, toda a força aérea começou um movimento, não apenas de seu equipamento, mas de suas instituições, para Taiwan. O comando da Força Aérea, os oficiais, suas famílias, academias militares, instalações de treinamento, estações de rádio, hospitais e, até mesmo, fábricas de componentes, passaram a ser transferidos para a ilha. A transferência da Força Aérea consumiu quatro meses, a dedicação exclusiva de três navios e 50-60 aviões em base diária, que transportavam equipamentos, combustível e munição.

Em 10 de novembro, foi oficializada a decisão de transportar artefatos do Museu da Cidade Proibida, da Biblioteca Nacional e do Instituto de História e Filologia da Academia Sínica para Taiwan. Na verdade, os componentes mais importantes do acervo de 600 museus já estavam sendo transferidos para a ilha desde março, antes mesmo da transferência da Força Aérea. Por fim, somaram-se os acervos do Museu Central Nacional e da Biblioteca de Beijing, reunindo-se 5532 grandes caixotes, que deixaram Shanghai no dia 21 de dezembro de 1948, em uma primeira leva.

A esta altura, a operação de Cai Xiaogan viu-se inicialmente tumultuada pelo êxodo em massa que teve lugar a partir de 1948. Porém, quando Jiang Jieshi finalmente chegou à ilha, no final de 1949, a rede de Cai Xiaogan já somava 1300 agentes com influência sobre 50 mil ativos

civis. A grande aquisição daquele ano havia sido o general Wu Shi, que tinha acesso às disposições defensivas em Taiwan e nas ilhas adjacentes. (EASTON, 2017, cap. 2)

A chegada de Jiang Jieshi foi precedida da transferência das reservas de ouro do Banco Central (30/11/1948), que foram transportadas em 744 caixas, abarrotadas de ouro. Essas operações continuaram até maio de 1949 e passaram a incluir outros itens como estações de rádio, fábricas de maquinaria em geral, automóveis, madeiras e itens de vestuário. Estima-se que apenas de Shanghai tenham partido 1500 navios transportando esses itens. Permanece incerto o número de pessoas transferidas à ilha – os números oscilam entre meio milhão e 2,5 milhões (HAN, 2016).

Os comunistas, por sua vez, avançavam no espaço deixado pelos nacionalistas. No início de 1949, os comunistas incluíram Taiwan ao rol de objetivos estratégicos a serem conquistados. A libertação de Taiwan tornou-se uma das prioridades da revolução (EASTON, 2017, seq. Origens dos planos de invasão). O responsável pelo planejamento da campanha da libertação de Taiwan seria o general Su Yu, do 3º Exército de Marcha do ELP. Impunha-se a conquista da ilha com a maior celeridade possível (EASTON, 2017, seq. Origens dos planos de invasão). Os comunistas, afinal, sabiam da sua importância estratégica – Mao afirmou ao seu general:

Se Taiwan não for libertada e as bases navais e aéreas do GMD não forem destruídas, Xangai e outras áreas costeiras serão ameaçadas de tempos em tempos. Se Taiwan não for liberada, não poderemos apreender centenas de centenas de toneladas de navios [ainda controlados pelo GMD]. Nosso transporte costeiro e fluvial será, portanto, controlado por comerciantes estrangeiros. (DI, 2003, p. 74, tradução nossa<sup>40</sup>).

Após analisar a geografia local e as condições logísticas, chegaram à conclusão de que a distância a ser percorrida entre a China continental e Taiwan pelos navios era de no mínimo 145 quilômetros (90 milhas) e poderia chegar a 225 quilômetros (140 milhas). Além disso, os nacionalistas robusteciam uma cadeia de ilhas próximo ao litoral Sudeste da China, que se estendia da ilha Zhoushan, na costa de Ningbo (Zhejiang) até a ilha de Hainan, no Mar do Sul da China. Esta cadeia dava a eles uma dupla funcionalidade: permitia a projeção para o continente e dava profundidade estratégica para Taiwan (EASTON, 2019).

Surgiram duas abordagens: a primeira, mais conservadora, previa a conquista de ilha por ilha; a segunda lançava mão do “leap-frog”, ou do salto de ilha em ilha, tal qual a estratégia estadunidense na Guerra do Pacífico (1941-1945) – no caso da segunda estratégia, a ideia era

---

<sup>40</sup> No original, “If Taiwan is not liberated and the GMD’s naval and air bases not destroyed, Shanghai and other coastal areas will be menaced from time to time. If Taiwan is not liberated, we will not be able to seize hundreds of hundreds of tons of vessels [still controlled by the GMD]. Our coastal and inland water transportation will thus be controlled by foreign merchants.” (DI, 2003, p. 74)

concentrar forças em um ataque central para tomar Xiamen e Jinmen (Kinmen), romper a cadeia de ilhas e ganhar projeção rumo a Formosa – o que impediria um desgaste excessivo das forças (EASTON, 2019).

Apesar da aparente vantagem do “salto de ilha em ilha”, devido à eventual rapidez com que Taiwan poderia ser tomada, optou-se pela primeira estratégia. Constatou-se que a superioridade aérea e controle do mar dos nacionalistas tornavam os navios anfíbios e as linhas de comunicação e abastecimento da frota vulneráveis durante o deslocamento. Além disso, os comunistas não tinham navios, armamentos e forças treinadas adequadamente para empreender a estratégia mais rápida (EASTON, 2019).

Uma vez adotada a estratégia, foram empreendidos ataques contra diversas ilhas próximas ao litoral chinês, tais como Pingtan e Xiamen, entre agosto e outubro de 1949 – antes mesmo da retirada de Jiang Jieshi para Taiwan. Os sucessos iniciais logo deram lugar a duas operações frustradas: em Jinmen e em Dengbu – apenas em Jinmen, o ELP perdeu quase 10 mil soldados (EASTON, 2019).

#### *4.2.2.2.1 Os quatro princípios e as cinco dificuldades para a invasão de Formosa*

A partir de então, começou a ser desenhado o plano para a tomada de Formosa. Por fim, decidiu-se que seriam empregados 500 mil soldados distribuídos em 12 corpos do exército. De setembro de 1949 a janeiro de 1950, foi feita uma Conferência em Nanjing, promovida pelo 3º Exército de Campo do ELP. Nela, foram estabelecidos quatro princípios básicos para a campanha: o primeiro – e eventualmente, o mais importante para entender seus desdobramentos ulteriores – foi o do tempo. Geralmente, o ELP procurava desenvolver assaltos relâmpagos e ataques rápidos como uma forma de através da iniciativa compensar a superioridade dos nacionalistas em poderio de fogo. Desta vez, foi estabelecido que as operações seriam desdobradas de modo deliberadamente pausado, sempre atrasando sem razão conforme fosse necessário, de modo a permitir o preparo adequado das forças de assalto anfíbio.

Isto conduzia ao segundo princípio: a ideia da força anfíbia suficiente. Foi estabelecido que a frota em geral teria de ser maior que a do inimigo. Estimava-se que tão logo a primeira onda conseguisse desembarcar em Taiwan, ficaria confinada por pelo menos três dias nas cabeças-de-praia. A frota de transporte prevista para apoiá-los ficaria exposta a ataques aéreos e navais do inimigo. De sorte que havia grande possibilidade de que as cabeças de praia, sem o apoio de fogos de cobertura, acabassem confinada e destruída. Desse modo, decidiu-se que o escalão principal da invasão teria de estar já na primeira onda de ataque.

Isso, por sua vez, levou ao terceiro princípio: as questões relacionadas à travessia do estreito. Concluiu-se que era impossível que as embarcações empregadas na primeira onda pudessem ser reutilizadas, retornando ao continente para o transporte de novas unidades. Assim, surgiu a demanda de que o segundo escalão de assalto anfíbio teria de ser equipado com seus próprios navios sem depender da reciclagem daqueles utilizados pelas forças que liderassem a ofensiva. Isso, como se verá a seguir, trouxe complicações consideráveis que em primeiro momento projetaram-se sobre as relações da China com os EUA e com a URSS e, num segundo momento, que a revolução efetivasse um projeto nacional envolvendo indústria pesada e construção naval.

Isto fica claro no quarto princípio, o das operações conjuntas – o que não deixa de ser notável, tratando-se da época, e de um exército precariamente motorizado e mecanizado. A ideia de um comando conjunto que reunisse as operações aeroterrestres-navais foi considerada essencial para que o projeto tivesse perspectiva de êxito.

As cinco dificuldades foram resumidas pelo Chefe de Estado-Maior do ELP, General Zhang Zhen: 1) sair do continente em maré alta e chegar a tempo da maré baixa; 2) navegar em velocidade máxima sem perder as formações; 3) desembarcar em frente ampla, em vários pontos, para concentrar-se no interior; 4) realizar ataques simultâneos com forças dispersas atuando em múltiplas ondas; 5) elidir o problema da saturação das comunicações valendo-se de ondas de rádio ultracurtas.

Naturalmente, tais requisições exigiam um montante de recursos enorme. Isso somava-se a uma disposição política anterior, de que dever-se-ia preparar para o pior cenário: a possibilidade da intervenção estadunidense. Em seu conjunto, esses desafios haviam tornado os planos de invasão “mais acadêmicos do que práticos”, posto que o dispositivo reunido, ele não teria como fazer frente a Sétima Frota, à época estacionada nas proximidades, em suas bases, situadas nas Filipinas.

Contudo, os já mencionados pronunciamentos de Truman e de Acheson que, como referido, continham uma barganha implícita de subtrair Taiwan do perímetro de defesa estadunidense de modo a permitir a titoização da China – proposta na NSC 48/2 – deu novo alento aos chineses. Ao que tudo indica, não fosse a invasão da Coreia, o plano de Acheson poderia ter dado certo: como se verá a seguir e adiante, Taiwan estava no centro de gravidade do projeto nacional e, certamente, seria o preço a ser pago para uma relação, se não de aliança, de proximidade com a China, como efetuado a partir de 1971.

Desse modo, havia que efetivar os quatro princípios e fazer frente aos cinco desafios. Para tanto, Mao deslocou-se à Rússia e propôs a Stálin ceder 10% da colheita de grãos da China

em troca do equipamento necessário e de um empréstimo adicional de US\$ 300 milhões. De início, a proposta do líder chinês era consideravelmente mais ambiciosa: queria que os soviéticos enviassem “voluntários” das forças aérea e naval para ajudarem a invadir Taiwan. Obviamente, Stálin rejeitou a proposta. Mas aquiesceu em fornecer assessores e a maior parte dos navios que a China necessitava.

E os montantes não eram pequenos: para o efetivo previsto de 500 mil soldados, previa-se a necessidade de 130.540 toneladas de equipamento, o que demandaria, pelo menos, 575 navios de 1.000 ou 2.000 toneladas, fora as pequenas embarcações de desembarque, que levariam o primeiro escalão – estimado em 60.000 soldados – para terra. Contudo, mesmo com o confisco e com a aquisição de navios soviéticos, foi possível reunir apenas uma fração do estimado como necessário: 1.300 das 2.300 embarcações demandadas. Além disso, as entregas dos navios e aeronaves foram consideravelmente atrasadas, estimavam-se ser necessários de 300 a 350 aviões de combate, entre caças e bombardeiros. Mais tarde, esta estimativa foi revisada para cima: de modo que Mao e Stálin assinaram um acordo envolvendo a transferência de 586 aeronaves, incluindo aeronaves de transporte, ligação, dentre os quais 280 caças e 198 bombardeiros. Além disso, foi criada uma brigada paraquedista composta por 5.000 soldados. A ideia era proceder com o plano de invasão antes do final de 1950. Mas a pressão financeira, os atrasos nas encomendas e as demandas de treinamento acabaram por adiar os planos para meados de 1951.

#### *4.2.2.2 O trunfo secreto do general Su Yu*

Neste ínterim, as defesas da ilha haviam fortalecido-se consideravelmente. No curso de (DATA) foram empreendidas as campanhas para retomar as ilhas Zhoushan, Yijiangshan e Hainan, além de terem sido exfiltradas as forças do Guomindang que ainda se encontravam em Guangdong, no continente. Desse modo, foram evacuados 100.000 soldados adicionais para a ilha. De sorte que o efetivo do Guomindang passou a ser estimado em torno de um mínimo de 300 mil e de um máximo que podia chegar a meio milhão – exatamente o mesmo efetivo do contingente de invasão (ELP).

Em operações terrestres, estima-se a necessidade de uma superioridade de pelo menos três para um por parte da força atacante e, em operações anfíbias, dado o seu grau de complexidade e risco, esta proporção eleva-se para cinco atacantes para cada defensor. Como previsto por Su Yu, a ideia de fazer frente aos bastiões de ilhas que ilham de Shanghai no Leste a Hainan no Sul acabou fortalecendo as defesas de Taiwan.

Para elidir o que se afigurava como a inexpugnabilidade da ilha, ao menos face aos recursos passíveis de serem reunidos, apostou-se na já aludida operação de Cai Xiaogan. A esperança era que os levantes promovidos pelos próprios oficiais do Guomindang, além de forças do movimento popular na ilha, criassem um clima de confusão, de modo a permitir transpor o umbral das cinco dificuldades. Contudo, a rede foi desbaratada, Cai Xiaogan foi preso e 80 redes de espionagem distintas desmanteladas, 400 agentes presos e o general Wu Shi, bem como outros membros da rede de Cai Xiaogan, capturados e executados. O próprio Cai Xiaogan logrou sobreviver por cooperar com o Guomindang, para salvar a vida de sua noiva.

Com o aparato de inteligência e de guerra subterrânea neutralizados, os planos de invasão foram revistos com a demanda subindo para 16 corpos de exército e de 500.000 para 675.000 soldados. Evidentemente, já era difícil de prover os meios necessários para suprir dois terços deste montante, que dirá a totalidade. Desse modo, mesmo antes da eclosão da Guerra da Coreia, e da Sétima Frota singrar o estreito, a possibilidade de invasão de Taiwan havia decrescido consideravelmente. O que não quer dizer que, sem a Guerra da Coreia, a China não pudesse fazê-lo em um intervalo de anos ou décadas. Mas, o fato indisputável é que conjugados os dois acontecimentos: a queda da rede de Cai Xiaogan e a presença da Sétima Frota dos EUA no Estreito de Taiwan, ficava afastada a possibilidade de tomada da ilha. E, então, surgiu a perspectiva de combater os nacionalistas na Coreia.

Mas importa consignar que mesmo antes da China ingressar na conflagração, estava claro para a alta direção política e militar do país a necessidade da indústria pesada, da indústria naval e de aeronaves e belonaves avançadas para fazer frente ao Guomindang e para promover a reunificação da China mediante a tomada de Taiwan.

#### 4.2.2.3 A perspectiva soviética sobre a Guerra da Coreia

Antes, porém, cumpre examinar a perspectiva soviética acerca da situação regional. Como referido, Mao viajou à União Soviética em dezembro de 1949 para refazer o Acordo de Cooperação e Amizade que Stálin havia assinado com Jiang Jieshi em 1945. Foi então, que apresentou, como referido, a lista de solicitações – que na primeira versão envolvia apoio soviético direto – para a conquista de Taiwan. Contudo, encontrou diante de si um interlocutor desconfiado. Como destaca Kissinger (2011, p. 123-124), “Stálin tinha pouco interesse em ajudar a China. Via similaridade com a Iugoslávia, dissidentes do bloco comunista. Comunistas chineses também tinham chegado ao poder por conta própria, sem apoio soviético.”

Mais que isso, estava atento à possibilidade de um ataque nuclear preemptivo estadunidense eliminar seu arsenal nuclear, que então havia apenas ensaiado os primeiros passos, e a oportunidade de valer-se de uma tentativa estadunidense para derrubar os comunistas na China. Assim, tinha de equacionar um dilema: de apoiar Mao o suficiente para que pudesse fazer frente aos estadunidenses sem correr o risco de que esse apoio pudesse redundar em um compromisso soviético irreversível com o que seria a Terceira Guerra Mundial.

Como destaca Kissinger (2011, p. 124):

Convencido de que o acalorado debate norte-americano sobre quem ‘perdeu’ a China prefigurava uma eventual tentativa americana de reverter o resultado – ponto de vista ao qual a ideologia comunista o levou, em todo caso -, Mao empenhou-se em obter o maior apoio material e militar possível da União Soviética. Uma aliança formal era seu objetivo.

Da parte de Mao, o imperativo era Taiwan, mas o preço era elevado. Ainda em 1945, Stálin havia obtido de Jiang Jieshi privilégios na Manchúria e no Xinjiang comparáveis aos que haviam sido obtidos pelo regime czarista além de reconhecer a Mongólia Exterior enquanto país independente – embora, estivesse obviamente, sob controle soviético. As concessões na Manchúria envolviam a base naval em Lushun e o porto em Dalian (antiga Port Arthur) (KISSINGER, 2011, pp. 124-125).

Em virtude dessas disposições prévias, Stálin não queria firmar um novo tratado. Sob o argumento de que qualquer alteração no tratado firmado com Jiang Jieshi pudesse comprometer as disposições estabelecidas por Yalta, ocultava-se uma abordagem negociadora astuta que colocava o líder chinês em clara posição de inferioridade – de suplicar por um acordo. Esse debate prévio serviu para estabelecer de modo tácito que qualquer entendimento envolvendo, doravante, a República Popular da China e a União Soviética, teria de partir do reconhecimento e afirmação daquilo que os soviéticos já tinham obtido do Guomindang (KISSINGER, 2011, p. 125-126).

Então, o novo acordo, além de reiterar as concessões anteriores, pode conter um preço exorbitante, expresso em minerais, ferrovias e novas concessões na Manchúria e no Xinjiang. É o próprio Mao quem qualifica estas exposições como uma tentativa de Stálin de estabelecer semicolônias no interior da RPC (KISSINGER, 2011, p. 127). E, evidentemente, fortalecer a disposição chinesa em, mesmo antes da Guerra da Coreia, erigir um projeto nacional, de sorte a torná-los menos dependentes de quem quer que fosse. O que importa é que nesse momento, ainda estavam abertas as portas para um entendimento chinês com os estadunidenses – lembrar pronunciamento de Truman e Acheson, suprarreferidos.

Aliás, o caráter das relações sino-soviéticas estava longe de passar despercebido aos estadunidenses, o que fica claro pela declaração do Secretário de Estado Acheson:

Esse conceito e essas técnicas de cunho comunista proporcionaram ao imperialismo russo uma nova e mais insidiosa arma de penetração. Dotada desses novos poderes, o que está acontecendo na China é que a União Soviética está separando da China as províncias [áreas] chinesas ao norte e as está anexando ao território soviético. Esse processo é complementado na Mongólia Exterior. Está quase completado na Manchúria, e tenho certeza de que na Mongólia Interior e em Xinjiang há relatórios bastante otimistas sendo enviados pelos agentes soviéticos para Moscou. Isso é o que está acontecendo. (ACHESON apud KISSINGER, 2011, p. 129)

Percebendo as intenções de Acheson e do governo dos Estados Unidos, Stálin enviou seu ministro de relações exteriores, Andrey Vyshinsky, e o vice-primeiro-ministro e ministro mais antigo da URSS, Vyacheslav Molotov, para advertir Mao – que ainda estava em Moscou negociando o Tratado de Amizade e Cooperação – sobre a “calúnia” de Acheson e demandar que fosse a público desmentir o Secretário de Estado dos EUA – e, dessa forma, assegurar a Stálin e à URSS de que lado estava. Mao atendeu ao pedido dos interlocutores, mas de forma parcial: redigiu um artigo de resposta a Acheson, mas o fez ser publicado sob autoria do chefe do Departamento de Informação da agência oficial de notícias da Nova China, a Xinhua (GONCHAROV; LEWIS; XUE, 1995, p. 254-256). Ao reduzir grandemente o peso político da resposta, deixava claro, portanto, que pretendia manter as “portas abertas” (KISSINGER, 2011, p. 130-131).

Para impedir o surgimento de um novo “Tito”, desta vez na China, Stálin encontrou uma solução. A 30 de janeiro, o líder repentinamente mudou sua posição com relação à Coreia e comunicou Kim Il-Sung de que estava disposto a ajudá-lo em seu esforço de “unificar a Coreia pela força” (CHEN, 1996, p. 90; FRIEDRICH, 2011, p. 199-201; KISSINGER, 2011, p. 131). Em março, Stálin recebeu Kim em Moscou e, de forma surpreendente, deixou claro ao convidado que ele deveria “apoiar-se em Mao, que dispunha de vários conhecimentos acerca das questões asiáticas” e que “se algo de errado lhe acontecer, não moverei sequer uma palha” (FRIEDRICH, 2011, p. 204) – em outros termos, jogava a responsabilidade do conflito para os comunistas chineses, que ainda correriam o risco de uma guerra com possibilidade de intervenção externa às portas da Manchúria.

Por fim, para não restarem dúvidas sobre as suas intenções, em fins de junho, já após o início da invasão norte-coreana, Stálin fez questão de garantir que representante da URSS na ONU não participaria da reunião extraordinária do Conselho de Segurança da ONU em resposta à invasão norte-coreana. Ainda que um veto soviético pudesse negar a justificativa legal para a intervenção liderada pelos Estados Unidos, a URSS utilizou o argumento de que protestava

contra a concessão de assento permanente ao governo nacionalista chinês para não enviar seu representante à reunião (FRIEDRICH, 2011, p. 206-207).

Abriu-se, assim, o caminho para a Guerra da Coreia. O confronto, que envolveria os comunistas chineses e os estadunidenses, encerraria completamente as possibilidades de diálogo entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América por duas décadas – e duas guerras. Stálin garantia, assim, que não haveria um “Tito” na China.

#### 4.2.2.4 A situação coreana

Ainda em 1949, em virtude dos massacres perpetrados por Syngman Rhee contra os seus opositores, Kim Il-Sung já havia solicitado a Stálin autorização para invadir a Coreia do Sul (FRIEDRICH, 2011, p. 199), o que veio a ser concedido.

Quando a agressão da Coreia do Norte ocorreu, causou o efeito pretendido: a reação de Truman, de enviar a Sétima Frota aos estreitos com o pretexto de manter a “neutralidade” não convenceu os chineses, na medida em que o Guomindang se propôs a enviar tropas para a Coreia poucos dias após o início da invasão nortecoreana (CHEN, 2010). Para aumentar a percepção de desconfiança dos chine

Mas, quaisquer que fossem as intenções de MacArthur ou Jiang Jieshi, ambos tiveram o auxílio inusitado da deusa fortuna ou da conspiração. Foi só com o desmantelamento dos planos chineses de invadir Taiwan que a China decidiu orientar-se em um esforço de guerra em direção à Coreia. Entretanto, para compreender devidamente esta perspectiva, é preciso percorrer os planos da China comunista para a invasão de Taiwan.

Desse modo, Stálin conseguiu ludibriar Truman e Acheson, manipular os comunistas chineses e fazer fracassar a política de titoização da China.

Mas, como se verá adiante, isto não era suficiente. O impulso final que manteria China e EUA afastados por duas décadas e duas guerras foi dado por Douglas MacArthur, quando depois de cruzar o paralelo 38, aproximou-se imprudentemente das fronteiras chinesas, a despeito de todos os avisos. Além disso, mais uma vez, surgiu o espectro da intervenção do Guomindang na Coreia – desta feita, por intervenção do próprio general estadunidense.

A divisão da Coreia em áreas de influência - conforme previsto na Conferência de Teerã (1943) e Yalta (1945) - deveria ser seguida de um período a partir do qual se realizaria eleições e o país seria unificado. De início esse período foi previsto para 15 anos e depois reduzido a 5 anos. Como não se tratava de região prioritária para nenhuma das grandes potências, os soviéticos colocaram no poder um ex-capitão do exército vermelho que havia nascido na Coreia

e sido guerrilheiro na Manchúria: Kim Il-Sung. E, os estadunidenses, um advogado, ex-presidente do governo em exílio da República da Coreia na década de 1920, e que já havia residido nos Estados Unidos: Syngman Rhee (FRIEDRICH, 2011)

Na medida em que foi se aproximando o prazo previsto para a celebração das eleições e a unificação, os conflitos entre as partes foram se exacerbando. Em virtude da repressão brutal do governo do Sul aos movimentos sociais e as etnias, o Norte vislumbrou a possibilidade de conjugar levantes no Sul com choque de fronteira, de modo a desestabilizar o governo do Sul. Como resultado, Syngman Rhee se propôs a reunificar o país pela força, mas na época respondeu uma gélida recepção da proposta por parte dos estadunidenses, inclusive do General Douglas MacArthur, então, exercendo as funções de governador-geral do Japão.

Com o êxito da Revolução Chinesa em 1949 – em outubro –, e a detonação do primeiro artefato nuclear soviético – em agosto –, quase ao mesmo tempo, a situação regional alterou-se drasticamente. Inicialmente, as preocupações de Stálin com a Coreia se limitavam a um estabelecimento de uma zona tampão entre a URSS e o Japão – materializada, justamente, na existência da Coreia do Sul. Agora, Stalin via-se diante da possibilidade de a Revolução Chinesa suscitar uma intervenção estadunidense ou seguir o caminho da Iugoslávia – os dois casos implicavam a possibilidade de tropas estrangeiras no extremo oriente soviético.

Diferentemente do que se deu com os comunistas chineses, Kim Il-Sung recebeu cerrada assistência da URSS. Isso possibilitou aos nortecoreanos – que já tinham herdado parte das indústrias japonesas que eram situadas no Norte em virtude da proximidade com a Manchúria e tanques e caças soviéticos oriundos da ocupação soviética da Coreia – criar precocemente um exército motorizado (CUMINGS, 2011, p. 6). A Coreia do Norte recebeu assistência para formar pelo menos quatro divisões completas de cavalaria motorizada e infantaria blindada.

Embora Stálin tivesse dado o sinal verde para a invasão do norte, é ingênuo pensar que o ditador sul-coreano, Syngman Rhee, não tivesse pretensões similares. Uma semana antes da invasão, durante visita de John Foster Dulles, então conselheiro do Presidente Truman, Rhee deixou clara sua demanda para que os EUA defendessem militarmente os EUA e que deveria atacar o Norte, com ou sem apoio dos EUA (CUMINGS, 2011, pp. 6-7)

Entretanto, os pedidos de ajuda de Syngman Rhee para formar um exército de 100 mil coreanos, continuavam recebendo uma acolhida gélida em Washington - e mesmo em Tóquio. (BLAIR JR., 1977, pp. 306-308) Jogava contra Rhee a política do governo estadunidense para a Ásia, expressa por meio da NSC-48/2, e dos discursos de Truman e Acheson em princípios de 1950, que na esperança de atrair a China comunista para a órbita dos EUA, lançara um perímetro defensivo que excluía a Península Coreana.

Jogava contra Rhee a política do governo estadunidense para a Ásia, expressa por meio da NSC-48/2, e dos discursos de Truman e Acheson em princípios de 1950, que na esperança de atrair a China comunista para a órbita dos EUA, lançara um perímetro defensivo que excluía a Península Coreana.

Quando ficou claro para Stalin que os Estados Unidos estavam prontos para explorar a natureza desigual de suas relações com a China, conforme descrito anteriormente, o líder soviético aquiesceu ao pedido de Kim Il-Sung de invadir o Sul, em 30 de janeiro de 1950. De início, as forças norte-coreanas progrediram sem dificuldade, fazendo frente as dispersas formações militares e paramilitares do Sul mesmo quando encontravam oposição de forças estadunidenses. Ao fim, as forças dos EUA e os remanescentes da Coreia do Sul viram-se cercados em torno do perímetro de Pusan – um porto que conecta a Coreia do Sul ao Estreito de Tsushima, próximo ao Japão.

Truman não conseguiu conciliar sua expectativa de ‘Titoizar’ a China com a nova realidade e viu-se compelido a fazer frente a invasão da Coreia do Sul e as concentrações de tropas chinesas no Estreito de Taiwan como se integrassem um mesmo plano de agressão. E, procedendo desse modo, teve o efeito inverso do pretendido: ao invés da pretendida neutralidade dos Estreitos - leia-se da China e de Taiwan – acabou por criar as condições para que a China percebesse a intervenção da ONU na Coreia como uma ameaça à sua própria segurança. Mas isso não se deu de modo imediato e nem pacífico no seio da liderança chinesa.

Isso ocorreu devido a uma reviravolta espetacular na guerra. Douglas MacArthur com apoio logístico de navios que inclusive haviam integrado a marinha imperial japonesa, desembarcou em Inchon, cortando as linhas de suprimentos dos comunistas, obrigando-os a destruir ou abandonar os equipamentos e exfiltrar-se para o Norte. Então sobreveio o cerco de Seul e o desembarque em Ulsan, tentando, mais uma vez, cortar a fuga dos comunistas em direção ao Yalu – para o que também se valeu de assalto aéreo-terrestre levado a cabo pela 113ª Brigada egressa da 111ª Divisão Aerotransportada – que recém havia sido desmobilizada. Os comunistas retiraram-se para a fronteira com a China ao longo dos rios Yalu e Tumen. Então os chineses começaram a preocupar-se sobretudo com as declarações de MacArthur de empregar soldados do Guomindang – 500 mil segundo alusão do general estadunidense – com a possibilidade da Coreia converter-se em uma guerra para a mudança de regime na China.

E havia razões para tanto. O mandato da ONU estabelecia a reintegração das fronteiras da Coreia do Sul. Ela não previa que as forças da ONU cruzassem o paralelo 38 para castigar ou derrubar o regime da Coreia do Norte. Contudo, após uma breve hesitação em que Syngman Rhee disse que suas forças cruzariam em qualquer hipótese o paralelo 38 acompanhada da

solicitação do General MacArthur, Truman havia aquecido aos pedidos, de sorte que aos olhos dos chineses, a guerra hora em curso no Norte tinha como objetivo último sua própria revolução e não a restauração da soberania do Sul, até porque o exército norte-coreano estava em andrajos não representando qualquer ameaça quer para as forças da ONU ou às então recém estabelecidas forças mecanizadas de Syngman Rhee, de modo que, depois de diversos avisos, os chineses discretamente cruzaram o Yalu.

Ainda assim, não entraram imediatamente em confronto com as forças da ONU, afinal, Stalin estabelecia e recuava sucessivamente de compromissos envolvendo assistência aos chineses, diferentemente com o que se deu no caso de Taiwan, onde foram firmados compromissos – embora um alto custo para os chineses - mas os pedidos atrasavam. Desta feita, o líder soviético mudava de opinião em questões essenciais como o apoio aéreo. Ao fim de marchas e contramarchas, os chineses viram-se sem alternativas que não a de atacar as forças da ONU e travar a guerra mesmo sem contar com o apoio aéreo soviético ou os montantes esperados de encomendas.

A despeito dos avisos recorrentes, a intervenção chinesa pegou os estadunidenses em completa surpresa. As estimativas de inteligência do General MacArthur previam que os chineses não seriam capazes de deslocar mais de 80 mil tropas uma vez que se estimava que o exército chinês não dispunha mais de 200 mil tropas para pronto emprego. Contudo, as forças da ONU tiveram que confrontar-se com mais de 1,4 milhão de chineses, que de acordo com outras versões, em breve chegou a mais de 500 mil. Então, deu-se uma debandada em direção ao Sul, abandonando-se material bélico intacto – parte do qual seria utilizado depois pelos vietnamitas contra os franceses em Dien Bien Phu (1954). Tendo o Xº Corpo por pouco escapado do aniquilamento no reservatório de Chosin. De modo que um MacArthur aterrorizado, solicitou ao presidente Truman lhe disponibilizasse 30 ou 40 bombas atômicas visando criar um "cinturão de cobalto" que separasse a China da Coreia.

Apesar da chantagem do general, que inclusive ameaçou concorrer à presidência, Truman renunciou a disputa de um segundo mandato, mas recusou-se a permitir o emprego de armas nucleares. Embora isto parecesse anti intuitiva e contraproducente para o General MacArthur e seus seguidores, a verdade é que o presidente estadunidense temia pela segurança da Europa, uma vez que os soviéticos já dispunham de armas nucleares e dos sistemas de entrega para atingir as principais capitais do Velho Continente. Além disso, o exército soviético àquela altura parecia uma força irrefreável. Após a desmobilização drástica a que se seguiu a Segunda Guerra, das dez divisões que dispunha o exército dos EUA, seis haviam sido deslocadas para a Coreia. A Europa estava, claramente, vulnerável a uma ofensiva

convencional. Assim, em imantado no manto da pureza dos que não se contentam com o substituto para vitória, MacArthur foi destituído do seu posto e encaminhou-se à vida política.

O comando da ONU passou às mãos mais hábeis e competentes do General Matthew B. Ridgway. Este valendo-se, de seu turno, da superioridade aérea e da superioridade em poderio e artilharia, desencadeou a “Operação Assassina”, que acabou fazendo jus ao seu nome. A operação massacrou as forças chinesas, que a essa altura já haviam cruzado o paralelo 38 e, numa demonstração do aventureirismo militar de Mao, haviam penetrado em direção Sul. Desta feita, era Mao – que assumia a função de MacArthur – e estendia os objetivos políticos da guerra não mais em reestabelecer as fronteiras da Coreia do Norte mas em impor uma derrota decisiva aos estadunidenses unificando a Península Coreana pela força.

A despeito das sucessivas advertências – sobretudo feitas pelo Marechal Peng Dehuai – de que não seria possível fazer frente ao poderio aéreo da ONU e estender as linhas de suprimentos através de toda península (haja vista que havia ocorrido o mesmo com o exército norte-coreano em 1950), Mao recomendou duas ofensivas que fracassaram e a guerra concentrou-se em uma guerra de atrito travada no entorno do paralelo 38. Neste momento, a conflagração assumiu feições análogas a da Primeira Guerra Mundial, com campos de trincheira, subterrâneos e fortificações, que edificadas em profundidade, tornavam os ganhos de terreno reduzidos e pífios face aos altos custos humanos.

Depois de prolongadas negociações, decretou-se o armistício sem que, contudo, jamais fosse assinado um Tratado de Paz, de sorte que as duas Coreias ingressaram na ONU, sem que a Coreia do Norte jamais pudesse ter relações normais com o mundo, dado a Lei do Comércio com o Inimigo, de 1917, que dá ao Presidente dos Estados Unidos o poder de restringir o comércio com qualquer país em estado de guerra com a América ou os aliados dos inimigos.

Apesar disso, a China tinha bons motivos para encerrar a luta o quanto antes e contentar-se com um armistício em vez de insistir pelo tratado de paz. Ainda em fevereiro de 1953, o recém-empossado presidente dos EUA Dwight Eisenhower cumpriu o que havia prometido em campanha: libertaria Jiang Jieshi para atacar os comunistas. Desse modo, Eisenhower cancelou as ordens de seu predecessor Truman e permitiu às forças da República da China atacar o continente – o que Jiang logo fez, ao empreender um pesado ataque com 3.000 soldados, invadindo a Ilha Meizhou por um breve período. Em julho de 1953, atacaram a Ilha Dongshan com um grupo de 6.500 fuzileiros navais, paraquedistas e “guerrilheiros do mar”, partindo de Jinmen. Entretanto, o ataque perdeu força devido às fracas capacidades de logística anfíbia da República da China, de modo que perderam Dongshan. Entretanto, o objetivo estratégico foi

concluído: Pequim concedeu o armistício na Coreia, firmado em 27 de julho de 1953 (EASTON, 2019, p. 43).

A Coreia do Norte tornou-se um dos países mais bombardeados do mundo. As perdas da guerra somam a cifra acima dos 3 milhões e a quantidade de civis mortos em proporção aos militares é ainda maior que a da Segunda Guerra Mundial na Europa ou no Pacífico. O regime que surgiu da pedagogia do bombardeio foi claramente regressivo imantado pela ideologia Juche e pela circunstância de ter de viver em constante isolamento. Ainda assim, a Coreia do Norte sobreviveu a fomes terríveis e uma pressão militar notável - que se mantém até os dias de hoje - tendo, inclusive, desenvolvido seu próprio arsenal nuclear.

À conflagração, seguiu-se progressiva retirada dos exércitos chineses. Ela teve início ainda em 1954 e efetivou-se em 1956, quando então, já sob influxo da Segunda Crise dos Estreitos, a China lançaria mão do Grande Salto para a Frente (1958), que precedeu a ruptura sino-soviética de 1960.

Ao fim, Stálin parece ter conseguido seu objetivo, durante a contenda, desta vez travada entre chineses e estadunidenses na Coreia. Pode concentrar os esforços da URSS no desenvolvimento da sua bomba termonuclear, resultando na detonação da sua primeira bomba de hidrogênio, em 12 de agosto de 1953 (HOLLOWAY, 1997, pp. 383-384). A Coreia e a China acabaram servindo de cobertura para que o monopólio nuclear não fosse seguido também pelo monopólio termonuclear.

Por outro lado, a Guerra da Coreia terminou com um resultado inesperado para Stálin: ainda que economicamente a China tenha se tornado dependente dos soviéticos, devido à necessidade chinesa de reconstruir a sua indústria pesada e efetivamente ingressar na Segunda Revolução Industrial, a China comunista provou ser capaz de sustentar-se enquanto país no elemento mais crucial à sua sobrevivência: a esfera militar. A China provou ser capaz de fazer frente aos estadunidenses na Coreia, mesmo que inferior industrial e tecnologicamente. Os chineses lançaram mão, em larga medida, dos expedientes utilizados contra o Japão alguns anos antes: a massa, o uso do terreno e o atrito, que viriam a compor o modo de fazer a guerra da era maoísta.

Ao mesmo tempo, as exigências soviéticas para firmar o Tratado de Amizade e Cooperação e as circunstâncias em que a cooperação se efetivou geraram profundos ressentimentos nos comunistas chineses. A soma dos dois elementos produziu em Mao e em parte da liderança chinesa o sentimento de que era possível desafiar ambas as superpotências simultaneamente e apostar em um modelo de desenvolvimento – econômico e militar – autárquico (KISSINGER, 2011, p. 154-155).

### 4.2.3 A crise do Estreito de Taiwan (1954-1958) e a decisão chinesa pela autarquia

#### 4.2.3.1 As Crises e Confrontações do Estreito de Taiwan

As crises referem-se à episódios de certa duração, que opuseram estadunidenses e chineses em torno da posse da ilha de Taiwan. Os confrontos foram de duração menos prolongada, mas também infletiram sobre os padrões da política externa e de segurança dos dois países. Desta forma trata-se das duas confrontações (1953 e 1999) e das três crises do estreito: 1954-1955; 1958; 1995-1996.

##### a) A Origem

Quando Jiang Jieshi refugiou-se em Taiwan em 1949 o Guomindang controlava toda uma vasta faixa de ilhas que iam desde o sudeste ao sul da China. Mais que isto, ainda havia tropas do Guomindang em Ganzou e em uma faixa de território junto fronteira com a Birmânia (PIKE, 2011a).

Importa notar que, para Jiang Jieshi, a retirada para Taiwan constituía-se em um revés grave, porém temporário. Assim, a cadeia de ilhas no entorno da China era vista como plataformas a partir das quais futuramente se daria a conquista do continente

Esta percepção, ao menos em parte, era compartilhada pelo ELP:

[...] os nacionalistas estavam fortalecendo uma cadeia de grupos de ilhas que desciam a costa continental. Essas ilhas controlavam os canais de embarque e desembarque dos portos, baías e portos naturais do sudeste da China [...] concluiu[-se] que essas ilhas offshore representavam um punhal na garganta [...]. Enquanto os nacionalistas mantivessem essas ilhas, eles poderiam lançar ataques surpresa devastadores[...]. As ilhas offshore representavam um formidável perímetro defensivo, dando aos nacionalistas tempo de alerta abundante, flexibilidade tática e profundidade estratégica (EASTON, 2017, p. 24, tradução nossa<sup>41</sup>).

Da parte dos comunistas se colocavam duas abordagens: O assalto à cada uma das ilhas da cadeia ou desbordá-las, de sorte a dirigir o esforço principal em direção à ilha de Taiwan. A

---

<sup>41</sup> **No original** – [...] the Nationalists were fortifying a chain of island groups running down the mainland coast. These islands controlled the shipping channels into and out of southeastern China's natural harbors, bays, and ports [...] Su concluded that these offshore islands represented a dagger at the throat [...]. As long as the Nationalists held these islands, they could launch devastating surprise attacks on any armadas he assembled [...]. The offshore islands represented a formidable defensive perimeter, giving the Nationalists abundant warning time, tactical flexibility, and strategic depth. (EASTON, 2017, p. 24)

segunda alternativa foi considerada inviável, de sorte que acabou-se adotando a primeira (EASTON, 2017).

Da parte estadunidense haviam se levantado vozes que bradavam contra a "perda" da China. Este enfoque, adotado em grande medida por razões de política doméstica, dificultou a abordagem adotada pelo governo (NSC 48) de promover a "titoização" da China. O que, eventualmente, teria de se dar às custas de Taiwan. Em um primeiro momento Presidente Truman declarou que a ilha se encontrava fora do perímetro de defesa estadunidense. A ideia subjacente era a de valer-se da ilha como um trunfo, uma vez que fossem estabelecidas negociações com os chineses. Mas, então, Stalin autorizou o ataque de Kim Il-Sung à Coreia do Sul. O presidente estadunidense reagiu sob o impacto de duas percepções. Em parte, encontrava-se sob a pressão da política doméstica, mas também estava imbuído do entendimento de que o movimento comunista era monolítico e que todas as ações eram orquestradas em comum acordo. Deste modo enviou a Sétima Frota ao Estreito de Taiwan – a ideia era "neutralizar" o estreito.

Os chineses, de seu turno assistiam a progressão das forças da ONU na península com apreensão. Então quanto cogitou-se o emprego de tropas do Guomindang na conflagração desviaram suas forças do estreito e as empregaram na Coreia. Elas empurraram as Forças da ONU ao sul do paralelo 38. Mas, ao invés de deter-se, prosseguiram com a ofensiva o sul, sendo então dizimados pelos estadunidenses. Estes, por sua vez, também não conseguiram prosseguir em direção ao Norte. De sorte que se estabeleceu um impasse.

#### **b) A Confrontação de 1953**

Truman não concorreu à reeleição nas eleições presidenciais de 1952. A eleição foi vencida pelo republicano Dwight D. Eisenhower. Então, como instrumento de pressão para forçar um armistício que desse fim à Guerra na Coreia, o Presidente recém-empossado declarou que a presença da Sétima Frota no Estreito não era mias para "neutralizar" – deixando implícito apoio ao Guomindang para agir.

Foi o que ocorreu. Então as Forças Aéreas e Navais de Jiang Jieshi estabeleceram um bloqueio à toda costa chinesa. valendo-se, para tanto, da cadeia de ilhas que circundavam a China e que estavam sob seu controle. Os navios que se dirigiam à China eram desviados, mas também houve casos em que foram detidos ou até apreendidos tendo suas tripulações encarceradas. Os chineses tentaram reagir, mas então sobreveio a intimidação nuclear. Eisenhower sugeriu que poderia empregar armas nucleares contra a China Continental. Então, e face aos reveses contra as forças qualitativamente superiores do Guomindang, os chineses

aquiesceram ao armistício na Coreia. A confrontação contabilizou pelo menos 141 incidentes envolvendo choques entre forças da China e da ROC/EUA (PIKE, 2011a).

Estabelecia-se um padrão: os EUA iriam valer-se da Taiwan – e das ilhas adjacentes – quando precisassem pressionar ou coagir a China

### c) A Primeira Crise do Estreito de Taiwan (1954-1955)

Em agosto de 1954, os nacionalistas possuíam uma guarnição estimada de 58.000 soldados em Jinmen e 15.000 soldados em Mazu. A presença das tropas não era inerte. O Guomindang começou a edificar obras envolvendo fortificações e outros embasamentos que poderiam, posteriormente, dar suporte à uma invasão do continente. O ELP respondeu dando início à uma campanha de bombardeio de artilharia das ilhas Jinmen (Kinmen/Jinmen) e Mazu (Matsu). No bombardeio, dois conselheiros estadunidenses foram mortos, o que deu origem à escalada da confrontação que deu o contorno da crise (PIKE, 2011a).

Figura 6 – As ilhas Jinmen (Kinmen) e Mazu (Matsu) no Estreito de Taiwan



Fonte: GUSS, 2007

Então os EUA passaram a considerar o emprego de armas nucleares, para degradar o potencial ofensivo da China. Em 12 de setembro, o Estado-Maior Conjunto dos EUA recomendou expressamente ao Presidente Eisenhower o emprego nuclear. Mas ele acabou sendo descartado – considerado contraproducente à menos que se projetasse uma invasão do continente. O que, àquela altura – a guerra da Coreia recém tinha acabado –, estava fora de cogitação. Ademais, em sua maioria as ilhas eram indefensáveis. A menos que se mantivesse uma presença permanente por parte das Forças aeronavais dos EUA – o que também era contraproducente. Assim, os estadunidenses informaram à Taiwan que o Pacto de Manila, recém firmado – o Tratado Sino-Americano de Defesa Mútua –, não se aplicava às ilhas ao longo do continente chinês (PIKE, 2011a).

Dessa forma, tornou-se possível ao ELP tomar as Ilhas Yijiangshan em 18 de janeiro de 1955. Os combates continuaram nas ilhas próximas ao largo da costa de Zhejiang, bem como em torno de Jinmen e das Ilhas Mazu em Fujian. Em 29 de janeiro de 1955, a resolução que ratificava o tratado de defesa mútua foi aprovada por ambas as casas do Congresso dos EUA. Deste modo autorizava-se à Presidência empregar os recursos dos EUA na defesa de Taiwan. Naturalmente ela impactou os chineses, o que permitiu que a US Navy evacuasse os elementos do Guomindang nas ilhas Tachen – situadas ao longo do litoral de Shanghai. Então o governo chinês declarou (23/04/1955) que estava disposto a negociar. Então o ELP (01/05/1955) cessou com os bombardeios sobre Jinmen e Mazu. Ambos os lados haviam obtido o que era possível na ocasião, de sorte que a crise se encerrou. Em 01 de agosto de 1955, a China libertou onze aviadores americanos capturados durante a contenda e que haviam sido condenados à prisão (PIKE, 2011a).

De acordo com John Pike durante a crise pelo menos duas ameaças públicas de emprego nuclear foram efetuadas. Da parte do Secretário de Estado, John Foster Dulles e pelo Almirante Robert B. Carney. Mais uma vez, a intimidação ou chantagem nuclear parecia ter tido um papel central (PIKE, 2011a). Na crise seguinte a intimidação nuclear cumpriria um papel central, o que precipitaria uma reviravolta na PES da China e na sua compreensão acerca do significado da Revolução Nacional.

#### **d) A Segunda Crise do Estreito de Taiwan (1958)**

Como destaca John Pike, durante a primeira crise do Estreito (1954-55), os Estados Unidos haviam indicado que estavam dispostos a usar armas nucleares táticas em defesa da ilha. Enquanto isso, de seu turno, a URSS havia sido bastante ambígua em seu apoio à China.

Tal procedimento deixou evidente que a URSS não seria arrastada para uma guerra com os Estados Unidos, a menos que esta fosse de sua própria escolha (PIKE, 2011b).

Embora a atitude soviética fosse compreensível – a recusa em deixar-se manipular por terceiros – era diametralmente oposta à estadunidense. Estes últimos punham em prática uma dissuasão nuclear estendida, colocando suas armas nucleares à disposição da defesa de seus aliados. Desta feita (1958) esta diferença de atitude seria colocada de tal modo em evidência que a busca de armas nucleares tornar-se-ia um imperativo estratégico para a China e o principal condicionante dos rumos da Revolução Nacional.

Quando se encerrou a primeira crise dos estreitos a China já havia capturado a maioria dos exclaves detidos por Taiwan na costa chinesa. Restavam as ilhas situadas na altura de Taiwan. Trata-se de três grupos. O primeiro, as ilhas Jinmen, alternativamente conhecidas como Kinmen ou Jinmen, que ficam à apenas 10 km a leste da cidade de Xiamen na China e à 187 km da costa da ilha de Taiwan. O segundo composto pelo arquipélago das ilhas Mazu (Matzu), contando com 36 ilhas que ficam à 133 km da costa à noroeste de Taiwan. E, por fim, o das Ilhas Pescadores, situadas em meio ao Estreito. Tão logo encerram-se a hostilidades, os nacionalistas começaram a reforçar as Jinmen e Mazu. Em resposta a RPC também incrementou suas capacidades junto ao estreito. Como pode-se deduzir o drama desenrolou-se principalmente em torno das Jinmen – era a continuação lógica do plano de campanha estabelecido ainda em 1949, tomar as ilhas do entorno da China.

Os estadunidenses já haviam alertado Jiang Jieshi de que as Jinmen e Mazu eram indefensáveis. A ideia – como nas Tachen –, era evacuá-los para Pescadores e Taiwan. Mas não obtiveram sucesso em suas gestões junto ao Guomindang.

Então decidiu-se incrementar as defesas das ilhas. Na Coreia os chineses haviam impressionado o mundo com seus caças MiG-15 que se revelaram superiores à seus congêneres ocidentais – à exceção do Sabre F-86 estadunidense. Então os EUA decidiram entregar mísseis ar-ar – até então uma novidade, pois o combate aéreo era travado com metralhadoras e canhões – aos nacionalistas. Com o mesmo propósito, instalou-se obuseiros de calibre de 203mm, aptos à lançar projéteis nucleares e com alcance – a partir das Jinmen, onde foram locados – para, mesmo com projéteis convencionais, devastar as posições chinesas junto à costa.

Então veio a pedra de toque: a instalação do Sistema Matador (MGM-1) na ilha de Taiwan (PIKE 2011b). Com alcance estimado entre 400 e 1.000km e uma ogiva nuclear de 50kT, era uma versão melhorada das bombas voadoras alemãs da II GM. Contudo, além do rendimento do explosivo – dez vezes superior à bomba de Hiroshima – possuía uma dose elevada de cobalto, que não servia para melhorar o rendimento da explosão, apenas para

umentar a emissão de radiação. Situado ao alcance das principais cidades litorâneas chinesas, o sistema parecia fazer jus ao seu nome: havia projetado para o extermínio de civis.

A desproporcionalidade da ajuda estadunidense à Taiwan, sugerindo que desta vez estavam dispostos a efetuar aquilo que já poderiam ter feito na primeira crise dos estreitos, pode ser explicada pelo contexto da guerra fria. Em 1957 os soviéticos haviam lançado o satélite Sputnik, sugerindo que possuíam capacidade missilística para atingir os EUA – o que não era verdade, mas isto só ficaria claro em 1962. De modo que os estadunidenses resolveram tensionar a posição onde ela já se revelara mais frágil: era isto que a primeira crise havia evidenciado. A ideia subjacente era a de testar a disposição soviética em travar uma guerra nuclear e tensionar as relações entre a URSS e a RPC – no que tiveram êxito.

Àquela altura Beijing acreditava que o desenvolvimento missilístico soviético havia mudado a correlação de forças entre o campo socialista e capitalista – aliás era isto que os soviéticos haviam sugerido aos estadunidenses. Em virtude disto os chineses não podiam compreender aquilo que consideravam uma atitude reticente em relação a promover o confronto, o que se evidenciou na conferência de Moscou em 1957. Mao queria promover os movimentos de libertação nacional enquanto Krushev desejava a coexistência pacífica. Enquanto Krushev defendia que ninguém poderia vencer uma guerra nuclear Mao mostrava-se disposto a travá-la, argumentando que ao menos metade da população sobreviveria e um quinto dela seria de chineses (PIKE, 2011b).

De volta à Beijing, passou-se das palavras aos atos. Entre agosto e outubro de 1958, a China Continental retomou um bombardeio maciço de artilharia de Jinmen e os lanchas de patrulha passaram a atacar a linha marítima de suprimentos entre Taiwan e as Mazu. Declarou-se – uma vez mais – a intenção de libertar Taiwan. Os nacionalistas reponderam com ataques desfechados ao continente a partir das ilhas Jinmen.

A despeito de suas diferenças no tocante às Relações Internacionais, Krushev havia visitado Beijing e apoiava a tomada das Jinmen – o início do bombardeio de artilharia deu-se, justamente após sua partida. Na ocasião a URSS fez uma declaração inequívoca de apoio à China. Em uma carta ao presidente dos EUA, Krushev escreveu que um ataque americano à China seria visto como um ataque à URSS.

Os EUA responderam assumindo o abastecimento e a defesa das ilhas ameaçadas. O que, por óbvio, envolveu o deslocamento de um grande contingente aeronaval. De pronto estabeleceram superioridade aérea, dando o controle dos céus à Taiwan. Na ocasião pilotos nacionalistas pilotando caças americanos derrotaram seus oponentes comunistas em uma série

de batalhas aéreas que lançaram dúvidas sobre a qualidade dos pilotos e aeronaves comunistas (PIKE, 2011b).

Mas a despeito dos êxitos evidentes, os EUA resolveram desenvolver planos de um ataque nuclear à China. Eles foram acompanhados de declarações públicas que davam ciência deles. Declarou-se a intenção de pulverizar cidades como Xangai, Guangzhou e Nanjing – o que, por óbvio, resultaria no assassinato de milhões de não combatentes (PIKE, 2011b). Assim, a despeito do apoio soviético, o bombardeio diminuiu e praticamente cessou depois que o presidente Eisenhower alertou que os Estados Unidos não recuariam. A contundência da resposta americana parece ter tomado de surpresa à chineses e soviéticos. A crise terminou em 06 de outubro de 1958, quando o marechal Peng Dehuai, se ofereceu para negociar um acordo pacífico com os nacionalistas e anunciou que a RPC suspenderia o bombardeio de Jinmen por uma semana.

A atitude de Khrushchev pode ser explicada por, pelo menos, duas ordens de razões. A primeira, após o debate acerbo da Conferência de Moscou (1957), era manter o prestígio e a liderança soviética sobre o movimento comunista e as Democracias Populares. A segunda, a de evitar a “perda” da China, que desde 1957 – como resultado da leniência soviética frente a Primeira Crise do Estreito – havia empreendido o Grande Salto. Como demonstrou-se, tratou-se de uma tentativa voluntarista e atabalhoada de desenvolvimento econômico baseado no ativismo e na militarização do trabalho. Por óbvio, os soviéticos deviam ter fontes e estimativas suficientes para concluir que ele redundaria – como de fato ocorreu – em um rotundo fracasso. Daí não era difícil inferir que a China mais uma vez se voltaria aos EUA. Assim, a despeito do risco considerável da aposta, Khrushchev decidiu efetuar a dissuasão extensiva, afirmando que caso os estadunidenses utilizassem suas armas nucleares contra a China, isso seria tomado como um ataque à própria União Soviética.

Contudo há uma outra lição importante e que, igualmente, irá influenciar os rumos da Revolução Nacional. Mesmo com a dissuasão extensiva, oferecida pelos soviéticos, os chineses resolveram não apostar que ela seria capaz de dissuadir as intenções de Eisenhower em efetuar o emprego nuclear. Aqui vale para China a reflexão feita por De Gaulle para justificar o programa nuclear francês. Perguntava-se o general e então presidente da França: "que país seria capaz de colocar-se diante do risco da aniquilação para defender um terceiro?" Ao que parece, os chineses efetuaram um percurso semelhante, tendo concluído que, mesmo com a mudança na atitude soviética não significava que poderiam prescindir de suas próprias armas nucleares.

A mensagem era clara: enquanto a RPC confiasse no guarda-chuva nuclear soviético, a URSS limitaria as ações militares chinesas contra os interesses dos EUA àquelas que

atendessem às metas e objetivos soviéticos. Tal dependência forneceu um forte argumento de que, também por este percurso de raciocínio, a China precisava de suas próprias forças nucleares (PIKE, 2011b).

De acordo com Pike foram estas incertezas e divergências que já haviam conduzido à revogação unilateral pelos soviéticos do acordo de 15 de outubro de 1957, pelo qual a URSS se comprometia de fornecer assistência técnica a seu programa nuclear. E, tampouco, a segunda crise do estreito foi capaz de alterar esta disposição. Após 20 de junho de 1959, a RPC teve que continuar seu programa de armas estratégicas sem assistência direta da URSS (PIKE 2011b).

O Matador só seria removido de Taiwan em 1963. E, só em 1974, depois da viagem de Nixon à China é que os EUA removeram os dois esquadrões de F-4 Phantoms que estavam estacionados em Taiwan, assim como os aviões U-2 e todas as armas nucleares que estavam lá. Os Estados Unidos pararam de fornecer ajuda militar material a Taiwan em junho de 1973, embora continuassem um pequeno programa de vendas militares. (PIKE, 2011b). Em 1964 a China fez sua primeira detonação nuclear. E, em 1967 sua primeira detonação de um artefato de fusão nuclear.

#### 4.2.3.2 A decisão chinesa pela autarquia: o Grande Salto Adiante e o desenvolvimento da arma nuclear chinesa

A despeito de suas perdas, a China havia saído da Guerra da Coreia fortalecida. Quando ingressou na conflagração, ela possuía uma força terrestre disciplinada e bem treinada, mas carente de equipamento pesado, motorização e mecanização. Sua força aérea era composta por aviões a pistão dispendendo apenas de uns poucos caças a reação para fins de treinamento. A China que saiu da Coreia possuía a terceira maior força aérea do mundo, com caças e bombardeiros a reação e dispendendo já de uma força em fase de motorização e mecanização. Ademais, obteve progressos visíveis no que tange à artilharia, engenharia e logística.

Então sobrevieram as crises dos estreitos. Já na primeira crise, entre 1954-55, todos esses avanços revelaram-se insuficientes. Jiang Jieshi ainda conseguia tomar a iniciativa e lançar ameaças críveis ao continente que pareciam tornar plausível a pretensão de reconquistar a China. A crise de 1954, como referido, foi especialmente contundente no que tange ao bloqueio naval da China. Quatro anos depois, em 1958, uma nova crise no estreito colocou em evidência, mais uma vez, a vulnerabilidade da China à chantagem nuclear.

Pior, como procurou se salientar, a presença do sistema Matador [MGM-1] (PIKE, 2011e) em Taiwan fez parecer que os estadunidenses forneciam armas nucleares ao

Guomindang, ao passo que os soviéticos se recusaram peremptoriamente a fazer o mesmo com a China continental. Mesmo no que tange à intimidação nuclear estadunidense, a URSS não tornou clara o suficiente a ideia da dissuasão extensiva – isto é, que lançaria mão de suas armas nucleares, caso a China sofresse um ataque nuclear (FEJTÖ, 1971a, p. 170), a despeito de ter, já à época, as condições técnicas para tanto – demonstrada pelo lançamento do primeiro satélite artificial da história, o SPUTNIK-1, em outubro de 1957.

Assim, compreensivelmente, a edificação da economia procurou perseguir a obtenção das tecnologias relacionadas àquelas que eram as maiores deficiências militares da China: as construções naval, aeronáutica e nuclear. Para tanto, fazia-se essencial a geração de energia. Daí o primeiro programa nuclear chinês ter sido elaborado com esta finalidade – o enriquecimento de urânio ficava bem abaixo dos 98% requeridos para a confecção de um artefato explosivo. Ele seria basicamente utilizado como combustível. Em 1953, a China deu início ao seu Primeiro Plano Quinquenal, com uma grande ênfase no desenvolvimento da indústria pesada, o que refletia as necessidades nacionais e o gigantesco apoio da União Soviética:

A ajuda soviética à China consistia em aconselhamento técnico, ajudas econômicas em grande escala e na introdução de métodos soviéticos, por exemplo na gestão industrial. Inicialmente, foram fornecidas 156 grandes indústrias, incluindo sete fábricas de ferro e aço, 24 centrais energéticas e 63 fábricas de máquinas, muitas delas prontas a serem montadas na China. Mais tarde foram aprovados outros 125 projetos. Cerca de 11.000 técnicos soviéticos foram enviados para a China para supervisionar a instalação e funcionamento das fábricas e fornecer assistência técnica, tendo sido enviados 28.000 chineses para a Rússia para estudar. [...] Cerca de 50 por cento dos investimentos industriais derivavam direta ou indiretamente da União Soviética. A dívida incluiu o fornecimento de fábricas, informações e técnicos, no que já foi descrito como “a maior transferência de tecnologia da história mundial”. (ROBERTS, 2012, p. 364-365, p. 368)

Portanto, ainda que a China fosse um país comunista que tinha por objetivo livrar-se da influência estrangeira, teve de se apoiar na dependência soviética para concretizar a reconstrução e a industrialização do país.

Contudo, os soviéticos se mantinham reticentes a permitir que a China desenvolvesse suas próprias armas nucleares. O aparente contrassenso de oferecer ajuda econômica extensiva à China a despeito das próprias dificuldades da URSS com a reconstrução – que ainda estava em curso – pode ser elucidado com relativa facilidade. A Guerra da Coreia havia evidenciado que a URSS não teria como travar uma guerra de grandes proporções no extremo Oriente valendo-se de sua precária rede de transportes. Os trens na Transsiberiana por vezes tinham de trafegar a velocidades de 10 a 20 quilômetros por hora. E, não raro, o fluxo era interrompido

em virtude de questões climáticas ou conflagração. Ao passo que os estadunidenses, graças ao domínio do mar, a despeito de suas indústrias situadas à época a milhares de quilômetros de distância, no Nordeste Americano – os navios saíam da costa leste estadunidense e precisavam valer-se do canal do Panamá para transportar suprimentos para a Coreia. Ainda assim, ofereciam maior presteza e volume de entrega.

A conflagração evidenciara a necessidade de que a China, diferente das demais democracias populares do Leste da Europa dispusessem de um parque industrial próprio a produzir peças de artilharia, caminhões e blindados. Mais que isso, ser capaz de elaborar componentes de aeronáutica e, inclusive, aeronaves a reação. Contudo, a URSS parecia querer resguardar para si o monopólio de decisão nuclear no campo socialista, mantendo uma atitude ambígua com relação à possibilidade – como se viu diversas vezes aventadas – de um eventual ataque nuclear à China.

Em relação ao projeto nacional, a década de 1950 pode ser dividida em duas fases nitidamente distintas conquanto não estanques entre si: na primeira delas, a China procura um acomodamento com os soviéticos enquanto busca aumentar seu poder de barganha. Na segunda, desenha-se aquilo que virá a ser o conflito sino-soviético: a disputa da influência dentro do próprio campo socialista – que, como se procurará informar, só fazia sentido em vista dos movimentos de libertação nacional no terceiro mundo. Nesse sentido, a despeito de representarem momentos diferentes da política interna e externa chinesa – o primeiro momento pode ser identificado com a constituição elaborada por Liu Shaoqi (1954) e o segundo com o Grande Salto Adiante de Mao Zedong (1958) – os dois movimentos acabaram harmonizando-se na construção da política externa e de segurança da China. Traços dela são identificáveis até os dias de hoje. Em medida considerável, pode-se dizer que os anos 1950 criaram o que se poderia denominar de matriz da política externa chinesa.

O primeiro momento pode ser descrito em três movimentos, aparentemente contraditórios entre si. O primeiro foi o de buscar aproximação com o Japão, à época governado por Ichiro Hatoyama que, pode-se considerar, tornou-se o herdeiro da política de pan-asianismo de Atsumaro Konoe, pai do príncipe Konoe, ambos referidos previamente neste trabalho. Ichiro queria que o Japão tivesse relações normais com todos os países – o que incluía assinar tratado de paz com a URSS – visando acelerar a recuperação da condição de estado normal por parte do Japão. Importa lembrar que à época, o Japão recém tinha assinado o tratado de paz com os EUA (1952) e ainda se encontrava sob intervenção do general Douglas MacArthur. Porém, a importância do protagonismo japonês na guerra da Coreia – evidente na retaguarda e dissimulado na linha de frente – permitia que o país almejasse, com a adoção do que mais tarde

seria denominado neutralismo, uma posição de proeminência no Leste Asiático. Nesse sentido, Ichiro Hatoyama pode ser considerado o herdeiro do pan-asianismo, um dos pais de Bandung, à qual se refere, precursor remoto da Comunidade do Leste Asiático (2009).

Como a questão do tratado de paz com a URSS envolvia a espinhosa questão das Curilas – motivo de furor para os nacionalistas japoneses, que seguiam detendo influência considerável nos bastidores da política e nas ruas – Ichiro tentou aproximar-se da China que, como o Japão, não era um Estado normal. Sua cadeira no Conselho de Segurança era representada pelo Guomindang de Jiang Jieshi. O que leva ao segundo evento, que caracteriza esse momento: a Conferência de Bandung (1955). Ela representa a globalização do pan-asianismo – e é precursora do trimundismo chinês. Em Bandung, Chineses, japoneses e indianos lançaram a ideia de uma terceira via que, em alguns lugares seria identificada como neutralismo, em outros, com a ideia de não alinhamento. De fato, o Movimento Não Alinhado só surgiu de Belgrado (1961), mas todos os seus axiomas já estavam presentes em Bandung.

Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores, Zhou Enlai, ensaiou o que viria a ser denominado posteriormente como dissuasão holística da China, conclamou os povos a se unirem contra a ameaça nuclear das superpotências, a favor da descolonização e pelo desenvolvimento. Nesse sentido, acenava tanto em direção ao neutralismo e pacifismo, ao apoio aos movimentos de libertação nacional, em especial da Indochina, e aos países da equiparação – caso do Brasil – que haviam saído da Segunda Guerra Mundial com um processo substitutivo de importações e que, como a China, ressentiam-se da dependência de capitais e tecnologia do exterior.

O terceiro movimento foi no sentido de dirigir a pressão do estreito rumo à Indochina: os chineses assumem uma posição de defesa avançada dentro do território do Laos e através desse país passam a ministrar quantidades expressivas de sistemas e materiais de emprego militar para sua luta contra os franceses. E, ainda em 1954, a assistência chinesa será decisiva para a vitória do Viet Minh em Dien Bien Phu e a realização da Conferência de Genebra, que pactuou as bases para a descolonização de toda a península indochinesa – Vietnã, Laos e Camboja.

Esses três movimentos, no plano interno, são refletidos por uma tentativa de normalizar a vida em direção a uma ordem legal – conquanto não democrática, constitucional – inspirada no texto “Nova Democracia” que previa a união das classes revolucionárias sob a união do PCCh, mas que acabou desbordando os limites estritos da frente revolucionária: elaborando-se uma constituição como lei Magna a qual todos, inclusive o PCCh, deveriam estar subordinados.

No âmbito econômico, na emulação do planejamento estatal centralizado soviético, e na realização de planos quinquenais.

Em todos esses casos, aproximando-se do Japão, da Índia, dos não alinhados, os movimentos de libertação nacional, a ordem e a revolução, por certo, a China buscava multiplicar sua projeção internacional e melhorar os termos de barganha com a União Soviética em particular. Mas a despeito das críticas óbvias à corrida armamentista e nuclear das superpotências, não se ensaiou nenhuma espécie de desafio à liderança soviética no campo socialista.

Contudo, como referido, a Segunda Crise dos Estreitos (1957-1958) As críticas genéricas tornaram-se agudas e contundentes e o enfrentamento à URSS prenunciou no plano interno toda uma década de isolamento em que a China perseguiria um desenvolvimento autárquico a um custo humano elevadíssimo e com resultados modestos até que logrou obter seu intento reaproximando-se dos EUA. O segundo momento também pode ser caracterizado por três movimentos: 1) a atuação de Mao na Conferência do Movimento Comunista Unificado, em 1957; 2) a aliança com Gomulka, líder polonês; 3) o lançamento do combate ao “revisonismo”. Esses três movimentos na esfera externa se consubstanciaram no plano interno no Grande Salto Adiante, uma ruptura com qualquer noção de ordem ou ordenamento burocrático legal – uma tentativa de imbuir a economia política das ideias convertendo a política de desenvolvimento em um empreendimento voluntarista e temerário, que o próprio Mao Zedong sintetizava como sendo da “política no posto de comando”.

Entre 16 e 19 de novembro de 1957, teve lugar em Moscou a primeira Conferência do Movimento Comunista Unificado – sob o nome de “Encontro Internacional dos Partidos Comunistas e Partidos dos Trabalhadores”. A Conferência ocorreu após uma sequência de fatos que mudaram completamente a configuração do movimento socialista mundial. Em fevereiro de 1956, ocorrera o XX Congresso do PCUS e o discurso secreto de Khrushchov, onde se faz a denúncia de Stálin. Em abril, ocorre a dissolução do Cominform. Em junho, têm início os levantes na Polônia e na Hungria.

Importa notar que em 1948 havia ocorrido a ruptura entre Tito e Stálin, de sorte que o “titoísmo”, como sinônimo de via própria para o socialismo, ainda antes da morte de Stálin, havia se tornado sinônimo de ofensa política. Contudo, após a morte de Stálin, em 1953, deu-se um intenso debate no seio das democracias populares em direção a uma via própria para o socialismo.

Em um primeiro momento, a criação do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), em 1949, a ideia era que todos os países socialistas passassem pelos mesmos

processos de desenvolvimento e industrialização – de forma autárquica, assim como na URSS. Posteriormente, tornou-se um emulador do debate acerca da via própria. Ao menos em parte, isso se coadunava com os interesses da URSS, que preconizava uma “divisão de trabalho socialista”: a ela caberia ficar com as indústrias e processos de ponta, e às democracias populares, com os processos periféricos e a economia de escala, para dar suporte ao desenvolvimento soviético (FEJTÖ, 1971, p. 184).

A mudança das orientações da COMECON e da política externa soviética se davam em meio ao fortalecimento do debate da via nacional – e da própria desestalinização. Em 1947, Władysław Gomułka, em um processo inédito no Leste Europeu, foi eleito presidente da Polônia – nem mesmo Tito deu-se ao luxo de um movimento de legitimação de igual natureza. Em 1948, entretanto, foi considerado um “representante” do titoísmo e destituído do poder – e posteriormente preso, de 1951 a 1954. Mas em 1956, voltou ao poder, conduzido por um levante com ampla base social, liderado pelos liberais e centristas do Partido Operário Unificado Polonês, que visava defender a independência nacional e a renovação democrática (FEJTÖ, 1971, p. 119).

Ao movimento na Polônia, seguiu-se a um congênere na Hungria. Contudo, conquanto as plataformas fossem semelhantes, havia uma distinção profunda. Enquanto os poloneses, a despeito de destituírem Gomulka em 1948, haviam preservado a vida do líder polonês, na Hungria os elementos considerados “titoístas” haviam sido liquidados. De sorte que o movimento húngaro, diferentemente do polaco, rapidamente fugiu ao controle dos comunistas. Mais tarde, ao que se sabe, inclusive foi objeto de ação dos serviços secretos da OTAN na Europa, conhecida como “Operação Gládio”.

Na China, Mao pareceu manter uma atitude ambígua. Teria dito: “Os distúrbios são ruins, mas a sua aparição pode nos levar a aprender algo sobre eles. Neste sentido, algo ruim pode produzir algo bom.” (FEJTÖ, 1971, p. 146, tradução nossa <sup>42</sup>). Mas a atitude aparentemente reflexiva de pronto mudou. Diferentemente dos soviéticos, que de início mantiveram uma posição ambígua – o que lhes custou a expulsão do país, ainda que por curto período – os comunistas chineses assumiram uma posição contundente afirmando que se tratava de um levante fascista e que deveriam ser exemplarmente reprimidos.

Na época, Moscou estava basicamente procurando manter o status quo do Leste. No ano anterior, em 1955, Khrushchev havia restabelecido as relações com a Iugoslávia de Tito e tinha a intenção de valer-se da desestalinização e dos progressos soviéticos nos campos missilístico

---

<sup>42</sup> **No original** – “Los distúrbios son una cosa mala, pero su aparición puede incitarnos a aprender algo de ellos. En este sentido, una cosa mala puede ser fuente de bien.” (FEJTÖ, 1971, p. 146).

e termonuclear para estabelecer uma coexistência pacífica no Ocidente. E, em princípio, era esta atitude que mais convinha aos países da Europa Oriental, diferentemente da política chinesa trazia o claro risco de enfrentamento com os Estados Unidos. De acordo com François Fejtö (1971, p. 161; 171), a China pretendia reverter a coexistência pacífica e usar a URSS e as democracias populares da Europa Oriental como suas dependências, como uma força auxiliar em sua luta contra os Estados Unidos (FEJTÖ, 1971, p. 161; p.171).

Contudo, a atitude de Beijing em relação ao levante húngaro despertou a simpatia nos regimes estalinistas, que viram no flerte de Khrushchov com o revisionismo – “Tito” – e na coexistência pacífica com o Ocidente a possibilidade de serem, eles próprios, retirados do poder, por meio de um processo de distensão que envolvesse – como havia se dado na Iugoslávia – uma liberalização econômica do regime.

Em 24 de fevereiro de 1956, portanto XX dias antes do levante na Polônia e YY dias antes do levante húngaro, Khrushchev havia proferido seu célebre discurso secreto. Nele, denunciava os crimes do estalinismo relacionados ao extermínio de milhões na coletivização forçada e o assassinato de comunistas que a ele se opunham injustamente acusados de espionagem ou traição. O discurso foi particularmente contundente, vindo da liderança máxima da URSS, posto que anteriormente já haviam surgido notícias sobre o extermínio de camponeses na Ucrânia, sobre os papéis de Smolensk, e o próprio Trotsky já havia denunciado a farsa dos processos de Moscou de 1937-38 (FEJTÖ, 1971, p. 78-79).

Mais do que uma crítica ao líder morto, tratava-se de uma revisão profunda da própria história soviética – portanto, do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – que havia desde sempre retratado a sociedade soviética como pacífica e harmônica, onde a principal dificuldade era o próprio atraso. Isso seria dirimido pela aplicação judiciosa do método do “socialismo científico”. Agora surgia uma história de traição, terror, mentiras e extermínio.

Esse retrospecto importa para entender-se o ânimo do levante bem-sucedido da Polônia, que havia colocado no poder um “titoísta”, do levante na Hungria que havia liquidado diversos dirigentes comunistas sob a aparente inação da URSS. E, talvez mais grave, a reabilitação do próprio Tito, que na litania soviética, havia tomado o lugar de Trotsky como a encarnação da perfídia e da traição – ou na linguagem da época, do revisionismo.

Então, a China manobrou de uma forma inusitada. Na Conferência de Moscou de 1957, a última do movimento comunista unificado, onde encontravam-se além de Khrushchev e da liderança soviética, Mao, Tito, Gomulka e os líderes das demais democracias populares, assim como de outras dezenas de partidos comunistas, Mao resolve atacar. Resolve defender Stálin, ao mesmo em que critica o revisionismo e, paradoxalmente, aproxima-se de Gomulka – depois

de Tito, a expressão mais acabada do que era denunciado como revisionismo no Leste. E, ele próprio, a expressão da liderança de um levante bem-sucedido contra a ortodoxia stalinista – que Mao estava empenhado em defender desde o levante húngaro.

Mais interessante é que Mao já havia anteriormente expresso uma severa crítica às concepções de Stálin e sua ideia de que a edificação socialista estava mais relacionada à ciência e tecnologia do que propriamente à luta de classes e à política revolucionária. Desse modo, a posição chinesa parecia ser vítima de uma contradição inssolúvel – para usar-se uma expressão chinesa comum à época.

Contudo, em socorro dos chineses, na Conferência de Moscou (1961) – realizada já sem a presença dos chineses – veio a política soviética de valer-se do COMECON para implantar a “divisão internacional do trabalho socialista”. Até então, as democracias populares do Leste, tinham a si próprias como formações sociais primitivas de transição ao socialismo que, realizadas as tarefas de reconstrução, emprenderiam a construção do socialismo e, como a URSS, se tornariam países industriais (FEJTÖ, 1971, pp. 184-185).

A disposição de Khrushchev foi reiterada na cúpula do COMECON no ano seguinte (1962). Na ocasião, defendeu abertamente a integração progressiva das economias soviéticas e do leste europeu em uma divisão internacional socialista do trabalho. De acordo com Fejtö, à distância, os chineses observavam os acontecimentos atentamente. Os soviéticos propunham-se a perpetuar as diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (FEJTÖ, 1971, p. 185). Ao que cabe acrescentar: surgiu o prenúncio da teoria dos três mundos (1974) e o embasamento ético e moral do que nos dias de hoje será a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI), mediante a fusão de três elementos: libertação nacional, neutralismo e desenvolvimento em único movimento; uma única agenda.

Em agosto de 1958, concomitantemente à Segunda Crise do Estreito teve lugar o Congresso de Beidaihe, no qual foi apresentado o Segundo Plano Quinquenal, o Grande Salto Adiante. O objetivo central deste plano era aumentar a capacidade de produção da indústria pesada, colocando-a como prioridade em detrimento das outras esferas da economia. Isso foi feito mediante a criação de comunas industriais rurais<sup>43</sup>: mobilizou-se enormes contingentes de mão de obra para atuarem no setor industrial no campo, com pessoas oriundas tanto da atividade agrícola quanto de atividades urbanas, enviadas para trabalhar no campo. Buscava-se ampliar o mais rápido possível a produção nacional de ferro e aço: anunciou-se a meta de atingir a produção de aço britânica em 15 anos. (ROBERTS, 2012, p. 372-373)

---

<sup>43</sup> Cabe o destaque de que isso acarretava a descentralização da produção industrial e da própria distribuição populacional, tornando-a menos vulnerável a possíveis ataques nucleares.

Mais do que ritmos de crescimento, tratava-se de estabelecer a organização de grandes “comunhas do povo” à versão de Mao para aquilo que Leon Trotsky no X Congresso do PCUS como sendo “exércitos do trabalho”, convertendo parcelas significativas da população em trabalhadores compulsórios, que seriam deslocados para grandes obras de infraestrutura ou atividades industriais ou mesmo de defesa, de acordo com as necessidades do país. Não à toa, o Grande Salto Adiante faria Krushev denunciar “com dureza sem precedentes o nacionalismo, o aventureirismo e o trotskismo de Mao” (FEJTÖ, 1971, p. 178). Mesmo Trotsky, como registra Moreno (1979, p. 19), reconhecia trotskismo em Mao: “Mao conduziu uma política trotskista sem o saber”.

Do ponto de vista sistêmico, tratava-se de elaborar uma resposta à possibilidade da guerra nuclear. Como referido, o sistema Matador havia sido instalado em Taiwan ainda em 1957, e tinha-se também em vista lidar com a situação que surgiria da hecatombe de um ataque nuclear ao país. Por outro lado, continha um idealismo e romantismo ingênuos: eliminar as diferenças entre cidade e campo – constituindo este último também em uma instalação fabril; entre o trabalho manual e o intelectual; homens e mulheres; quadros e militantes; oficiais e recrutas. Em mais de um sentido, o Grande Salto, com justa razão, é considerado o precursor da Revolução Cultural.

Também a meta de produção de aço no campo gerou um efeito contraproducente para atingir as metas ambiciosas estimadas pelos comissários – assistentes, os camponeses acabavam por derreter os próprios implementos agrícolas. Desse modo ficando sem ferramentas para o cultivo da terra. Além disso, o aumento do trabalho industrial levou a um aumento da demanda por grãos, mas a redução da mão-de-obra e dos implementos agrícolas, somada ao mal planejamento da irrigação provocou enorme queda da produção de grãos. Para cumprir as metas irreais, os trabalhadores da agricultura precisavam submeter-se a jornadas de trabalho desumanas. O resultado foi uma tragédia: um saldo estimado entre 16 a 27 milhões de mortos entre 1958 e 1961 (ROBERTS, 2012, p. 375-376).

Esta série de desmandos teve o princípio do fim na Conferência de Lushan (julho de 1959), quando se discutiu a carta elaborada pelo Marechal Peng Dehuai – o principal comandante chinês à época da Guerra da Coreia – que alertou Mao sobre o risco da desagregação do país e até de uma eventual invasão soviética, como havia se dado por ocasião do levante húngaro de 1956. A despeito de perder seus cargos e cair em desgraça – Peng Dehuai seria assassinado durante a Revolução Cultural – o destemor do marechal produziu resultados: o Grande Salto foi encerrado, e Mao anunciou sua aposentadoria.

#### 4.2.4 A resposta chinesa à Guerra do Vietnã (1961-1975): o caos da Revolução Cultural

O fim do Grande Salto Adiante parecia apontar para o início de um período de estabilidade. Mas, nesse ínterim, haviam surgido novos desafios e circunstâncias internacionais adversas. A principal delas foi relacionada à ruptura sino-soviética, que acabou por consumar-se oficialmente em 1962. Naquele ano a China, durante a Crise dos Mísseis, desbaratou o Exército Indiano em um choque de fronteiras e deixando aberto o caminho para a conquista de Délhi – o que não se consumou, visto que os chineses recuaram de volta ao seu território.

Conquanto nos EUA tenha se interpretado que se tratou de um apoio aos soviéticos às voltas com a crise cubana de 1962, o mais provável é que tenha sido um caso de diplomacia coercitiva, dissuadindo indianos e soviéticos de firmarem uma aliança. Afinal, a China passara a perceber a Índia como uma ameaça, após os indianos terem aceitado receber o Dalai Lama em 1959, após o fim da insurreição no Tibete. Além disso, a recusa soviética em aprofundar a cooperação nuclear com os chineses havia levado ao estranhamento nas relações bilaterais.

A “gota d’água” teria sido o acordo indo-soviético, em julho de 1962, para fornecer aviões MiG-21 aos indianos, que seriam produzidos na própria Índia (GRAHAM, 1964, p. 828). Desse modo, é provável que os chineses tenham interpretado o acordo dos MiG-21 como o risco da formação de uma aliança indo-soviética e terem empreendido a invasão como forma de dissuadi-los de formar a aliança – como numa clássica partida de Weiqi (Go).

Não foi a única vez em que a China lançou mão desse expediente: em 1979, com o Vietnã, a China mostrou que potências extracontinentais não são capazes de proteger países da região de sua ação coercitiva.

A invasão acirrou ainda mais os ânimos dos soviéticos. Desde então, os assessores, engenheiros e técnicos civis e militares soviéticos deixaram a China, criando um vácuo que, associado aos custos do Grande Salto, era difícil de ser preenchido, ademais havia o imperativo da segurança.

Neste cenário, mesmo em uma situação de pauperização, a China precisava desesperadamente obter suas próprias armas nucleares. Então, ocorreu em 1960 a crise do Laos, quando sob pressão dos americanos, os soviéticos cederam, convencendo o Pathet Lao a entabular negociações. Quando situação semelhante surgiu no Vietnã, em virtude do descumprimento dos acordos de Genebra, os chineses estimularam os vietnamitas a lutar.

Em 1963, separadamente, tanto Mao Zedong quanto Liu Shaoqi asseguraram aos vietnamitas do Norte a possibilidade de poder contar com pelo menos um exército chinês. Os vietnamitas ficaram em silêncio – obviamente receosos das consequências de aceitar a oferta

chinesa – mas sentiram-se obviamente encorajados. Intensificaram a campanha de terror e assassinato no Sul e a recondução dos sulistas que haviam sido deslocados para o Norte em virtude do acordo de 1954, a se reinfiltrarem como guerrilheiros no Sul: a Frente de Libertação Nacional (FLN), alcunhada pelos estadunidenses como Vietcongs.

Então, em 1964, a China conseguiu realizar sua primeira detonação nuclear – apenas um ano depois da França. Na ocasião, supostamente os estadunidenses teriam procurado os soviéticos com a ideia de realizar um ataque preemptivo conjunto de modo a destruir as instalações nucleares e o arsenal chinês destes artefatos enquanto encontravam-se em quantidades incipientes. Os soviéticos recusaram a oferta, mas os chineses tiveram ciência dela. Assim, ainda em 1965 – ano em que após os incidentes do Maddox e do Turner Joy, o número de estadunidenses no Sul do Vietnã pulou de 28 mil para 175 mil – Lin Biao iniciou o movimento de retificação do exército. Tratava-se, basicamente, de destruir o Exército construído por Peng Dehuai, eliminando as patentes e estabelecendo a eleição de comandantes, reduzindo os níveis hierárquicos para o máximo de três. Então, surgiram os slogans “aprender com o ELP!” e “seguir o exemplo do ELP”. Era o início da Grande Revolução Cultural Proletária.

Atualmente, estima-se que esse movimento possa ter uma relação estreita com a criação de uma cobertura estratégica para que a China dispusesse de tempo para desenvolver seu artefato de fusão – o que ela logrou em 1967, um ano antes da França. Mas, na ocasião, a mística da Revolução Cultural empolgou as imaginações no mundo todo, inspirando o Maio de 1968 e aquilo que Zuenir Ventura denominou “Revolução Mundial” (VENTURA, 1968).

De uma perspectiva mais sóbria, François Fejtő (1971, p. 229), acreditou que se tratava de um arranjo envolvendo a sucessão de Mao Zedong – então já com 73 anos. Como afirma o autor, Lin Biao, Chefe da Comissão Militar, que controlava simultaneamente a polícia e o exército, foi escolhido de Mao para sucedê-lo. Lin equivaleria ao “Beria de Mao Zedong”. Por sua vez, “não hesitou em desencadear uma revolução igualitária e antiburocrática para submeter ao seu aparelho político-militar todas as outras organizações do país, incluindo o Partido” (FEJTŐ, 1971, p. 229).

Mas nem todas as percepções tiveram este tipo de enfoque, o então senador e pré-candidato à Presidência dos EUA, Robert “Bob” Kennedy nos dá um testemunho eloquente de como mesmo as elites estadunidenses, historicamente comprometidas com o anticomunismo, ficaram fascinadas com a possibilidade de estabelecer uma aliança com a China para fazer frente à União Soviética de um modo geral e à Guerra do Vietnã de modo particular:

Um outro exemplo da nossa falta de compreensão a respeito da China tem menos implicação imediata para a nossa política, sendo, no entanto, digno de nota. Examinando o caos e a desorganização que acompanharam a Grande Revolução Cultural Proletária e as proezas fantásticas dos Guardas Vermelhos, alguns observadores classificam Mao Tse-Tung e seus adeptos como doidos-varridos e abandonam qualquer novo esforço de análise. Alguns estudiosos, porém, afirmam que existe nesse movimento uma explicação racional. Dizem que os camponeses não continuariam fazendo seus terríveis sacrifícios, enquanto uma Nova Classe de burocratas e técnicos vivia em relativo luxo. Em caso contrário, revoltar-se-iam, como fizeram muitos no decorrer do Grande Salto para Diante. Esses observadores estudiosos vêem que, enquanto a União Soviética necessitava extorquir capital do camponês russo, na década de 1930, matou mais de 15 milhões de sua própria gente, o oprimido regime chinês paga à vista, em moeda forte, sete milhões de toneladas anuais de trigo canadense e australiano, para alimentar sua população faminta. Segundo esse ponto de vista, a Revolução Cultural tem por objetivo disciplinar ou até eliminar as novas classes privilegiadas – especialmente na hierarquia do Partido.

É claro que esta explicação pode ser inteiramente errada. Seus proponentes, ao que parece, não dispõem de provas concretas para corroborar e eu não posso julgar opiniões antagônicas, evidentemente. O meu ponto de vista somente se limita a que as provas a favor dessa explicação pareçam tão boas (ou más) quanto as que afirmam que Mao enlouqueceu – e subestimar o nosso inimigo sempre foi uma atitude perigosa. (KENNEDY, 1968, p. 217-218)

Ao escrever estas palavras, “Bob” Kennedy atribuía racionalidade à Revolução Cultural e esforçava-se em pintar a China comunista com boa imagem perante o povo e as elites estadunidenses, chegando ao ponto de afirmar que enquanto o regime comunista chinês lutava para alimentar sua própria população, os comunistas soviéticos mataram o próprio povo.

Portanto, fosse como ilustração ou como justificativa, para muito além de acreditar no romantismo das Comunas do Povo, ressuscitadas na Revolução Cultural, ela produziu o efeito desejado: fazer o mundo confrontar-se com a imagem do que seria uma guerra civil na China e como ela, necessariamente na época da Guerra Fria, redundaria numa Guerra Mundial. Nem estadunidenses e tampouco soviéticos – que à época tinham fronteira de 4.380 km com a China – poderiam permanecer inertes a uma guerra civil travada no país de quase 1 bilhão de habitantes e dotada de armas nucleares. Mais tarde, esse argumento seria evocado por Deng Xiaoping para justificar a importância da inação ocidental frente ao Incidente da Praça da Paz Celestial – no que, ao menos em parte, foi bem-sucedido.

O ápice da Revolução Cultural, de forma coerente com a teoria dos três mundos, redundou em choques com forças soviéticas ao longo dos rios Amur e Ussuri. Em 1969, o noticiário da Guerra do Vietnã cedeu espaço para a possibilidade uma guerra entre a URSS e a China (REDAÇÃO, 1969) sequestrou a imaginação mundial.

Em 1964, decorridos quase dois anos da crise dos mísseis de 1962, Krushev foi deposto – foi o primeiro líder soviético que saiu do poder para gozar de aposentadoria. Em seu lugar, ascendeu Leonid Brezhnev, que de pronto se distinguiu de seus antecessores pelo estilo de gestão. Ao invés da direção carismática e unipessoal, estabeleceu uma divisão de esferas de atribuições e responsabilidades destacando-se mais como um primeiro entre iguais do que propriamente como um líder supremo. Dadas tais características, o estilo acabou alcunhado – sobretudo por seus detratores – como “burocrático”. Como tal, baseava-se em um *apparatchik* encarregado de medidas técnico-administrativas, mas que continham considerável alcance político. Foi a era do insulamento burocrático da União Soviética: o *apparatchik* governava o partido e aos encarregados da gestão cabiam as empresas. Em nuances variadas, esta divisão estabeleceu-se também nas democracias populares do Leste. E, os problemas relacionados ao desenvolvimento continuavam – mais de uma década depois – os mesmos que Krushev havia identificado em 1955, quando propusera a divisão internacional socialista do trabalho, ou em 1956, quando propôs a integração que, como referido, acabou em conteúdo sendo respondida pelos levantes na Polônia e na Hungria.

Em 1968, Brezhnev chamou uma Conferência do Movimento Comunista – que incluiu 65 partidos – a realizar-se, justamente em Budapeste – o berço da insurreição húngara. A ideia era de que o evento fosse dominado pelo *apparatchik* – encarregado na era Brezhnev da linha política do partido e que, em síntese, defendia que o modo soviético era a única via para o socialismo e encarnava o leninismo nas condições da metade do século XX. Buscava-se uma solução política para o problema econômico e, acreditando-se que uma condenação expressa da conferência à China e à Iugoslávia conteria o impulso nacionalista que então já era evidente na Checoslováquia e na Romênia.

A despeito de ter sido adredemente preparada – ela havia sido planejada desde a queda de Krushev, em 1964 – por negociações que se arrastaram por anos. Já sua realização, no dia 26 de fevereiro de 1968, de pronto revelou-se não ter sido bem-sucedida. Dos 14 partidos comunistas no poder, seis haviam se recusado a comparecer. Dentre os presentes, os romenos chegaram de “cara fechada” e, de pronto, retiraram-se em protesto – portanto, metade dos partidos comunistas no poder permaneceu à margem da conferência.

Diante deste quadro não é surpreendente que Suslov tenha tido seus intentos frustrados: não houve a condenação esperada nem ao “revisonismo”, nem ao “nacionalismo” (VEJA, 1968, p. 92). Enquanto os soviéticos buscavam soluções políticas para seus problemas econômicos, os acontecimentos precipitavam-se: desde janeiro daquele ano, havia começado a Primavera na Checoslováquia e, embora, desde sempre Suslov tenha condenado Alexander

Dubcek, àquela altura tampouco havia uma alternativa à altura de sua liderança. Só em agosto é que teria lugar a invasão.

Enquanto isso, ainda em maio, explodiam os protestos na França. Curiosamente, esses dois movimentos, que revelavam no Leste e no Oeste uma aliança dos intelectuais e dos estudantes contra os *apparatchik* – no caso do Leste somavam-se aos primeiros os dirigentes das empresas, mas que em todo caso eram de caráter nitidamente democrático, acreditavam ter inspiração na Grande Revolução Cultural Proletária. Como procurou-se destacar anteriormente, de pronto a Revolução Cultural conseguiu erigir em torno de si uma mística que atingiu as elites e, agora, também ativistas e populares. Assim, embora a China em tudo fosse oposta ao que pretendiam os dirigentes reformistas da Checoslováquia, Iugoslávia e Romênia – que, em distintos graus, ensaiavam experiências de mercado – tornou-se sua inspiração enquanto via nacional para o socialismo.

Quando em setembro saiu o primeiro número da revista *Veja* – que contou com 650 mil exemplares impressos vendidos – sua capa retratava o confronto sino-soviético. E isso quase um ano antes dos choques no rio Ussuri – dos quais se fala a seguir. Ainda em agosto de 1968, Nicolau Ceausescu, da Romênia, decretou a mobilização e a constituição de milícias populares para fazer frente a uma eventual invasão soviética. Sua bandeira: o comunismo nacional (VEJA, 1968, p. 96). Para a reportagem de *Veja*, à época liderada por Raimundo Pereira, a invasão da Romênia pelos soviéticos parecia ser mais do que uma simples hipótese (VEJA, 1968, p. 99). Esta percepção era discriminada: Ceausescu recebeu manifestações de apoio tanto do Presidente Johnson – a despeito de à época ver-se atolado no Vietnã – quanto de Zhou Enlai e do Marechal Tito, da Iugoslávia. A deste último merece destaque: prometeu não apenas enfrentar com armas qualquer invasão soviética à Iugoslávia, como também prestar ajuda militar à Romênia, caso necessário (VEJA, 1968, p. 99). A ameaça de Tito acabou não apenas por justificar a capa da revista, mas convertê-la em ato de presciência: no ano seguinte, os chineses atacariam os soviéticos aos longos dos rios Ussuri, Amur e Argun e sofreriam um contra-ataque soviético no Xinjiang (Oeste da China).

Figura 7 – Capa da Primeira Edição da Revista VEJA



Fonte: REDAÇÃO (1968)

Longe de constituir-se em segredo de Estado, eles repercutiram no mundo todo. O jornal Folha de São Paulo, por exemplo, publicou diversas manchetes sobre o confronto sino-soviético de 1969, com os seguintes títulos: “Agrava-se a crise entre China e Rússia”, de 8 de março; “China e Rússia lutam de novo na fronteira”, de 16 de março; “URSS ameaça a China com foguetes”, de 21 de março; e “Russos e Chineses lutam na Província de Sinkiang [Xinjiang]”, de 14 de agosto (REDAÇÃO, 1969a; 1969b; 1969c; 1969d).

Esta repercussão estendeu-se, logicamente, aos Estados Unidos da América: ainda em março, o Senador Edward “Ted” Kennedy – irmão dos falecidos Presidente John Kennedy e do Candidato a Presidente “Bob” Kennedy – “defendeu a ideia do ingresso da China [comunista]

nas Nações Unidas, mesmo se para tanto for necessário a retirada de Formosa” (FSP, 21/03/1969, p. Capa).

Em Junho de 1969, o então líder da maioria do Senado dos EUA, senador Mike Mansfield, escreveu uma carta aos comunistas chineses, com aval da Casa Branca, propondo encontrar-se com Mao, o que foi prontamente recusado – oficialmente devido à agressão americana no Vietnã e ao reconhecimento do governo nacionalista (LUTHI, 2012, p. 368-369), mas provavelmente porque os chineses queriam negociações de alto nível com o Executivo, com poder real para conduzir as relações exteriores, não com representantes do Congresso. As negociações iriam redundar, justamente, no resultado proposto por Ted Kennedy: a República Popular da China foi oficialmente aceita como representante oficial chinesa nas Nações Unidas em 25 de outubro de 1971.

Mas, também na China, o mundo político seria impactado: em abril de 1969) havia se instalado o 9º Pleno do Congresso do Partido Comunista Chinês, que chegou a três entendimentos: a) encerrar a Revolução Cultural; b) indicar o Marechal Lin Biao como sucessor de Mao Zedong; c) Identificar a URSS como inimigo principal – pavimentando o caminho para a viagem secreta de Kissinger (1971), desta vez diretamente à China; e a de Nixon, que teria lugar três anos depois.

A despeito da enorme gravidade dos choques – tanto a URSS quanto a China elaboraram planos para uma confrontação total – os acontecimentos subsequentes sugerem que a China utilizou a confrontação para possibilitar uma eventual reaproximação com os EUA – uma sofisticada aplicação de estratégias chinesas<sup>44</sup>.

Neste caso, trata-se dos estratégias dois (2), seis (6) e vinte-e-quatro (24). O primeiro (2º estratégia) trata de atacar Wei para socorrer Zhao (Tchao); neste caso Wei seria a URSS e Zhao seria Taiwan. O segundo (6º estratégia), fazer barulho a leste para atacar oeste; também

---

<sup>44</sup> **Estratégia** – como consta nos dicionários trata-se de ardil, engano (deception) e engodo. Estes significados também são familiarizados aos chineses. Contudo, em função das características da língua chinesa, onde as formas e nuances relativos ao aspecto de cada caractere, contém conteúdo próprios e possuem um significado adicional. Neste caso, não apenas no que tange a sua aparência individual, mas a forma que adquire a sua junção: a de hexagramas. Trata-se da mesma disposição contida no Livro das Transmutações – de autor desconhecido. O livro dos estratégias é composto por 18 estratégias e seus contrários, o que perfaz um total de 36. Embora diga respeito a cultura política geral – erudita e popular – é compreensivo que tenha atraído a atenção dos militares. Acredita-se que os 36 estratégias tratem de uma obra que remontaria a Dinastia Qing (1644-1911), também podendo remontar a Dinastia Ming (1368-1644), que teria sido redescoberto em 1941 na forma de manuscrito em uma livraria em Shanxi. Ele teria sido organizado para a publicação como fascículo independente no mesmo ano por uma editora de Chengdu – então capital do Guomindang. Uma nova edição foi organizada em 1962 pelo departamento de arquivo do ELP. Mais tarde, em 1982, teria sido publicada pelo Exército do Guomindang em Taiwan. Por fim, disseminou-se pelo mundo em diversas edições e versões. Dentre as quais cumpre destacar a de Harro von Senger, que possui uma edição completa em inglês – com os 36 estratégias – e outra em português com os primeiros 18. A edição aqui utilizada, traduzida do chinês por Jean Levi e publicada pela Landy, foi cotada com as duas de Senger.

aqui o leste seria a URSS e o oeste seria Taiwan; por fim, o terceiro (24º estratégia) pedir direito de passagem para atacar Kouo; materializaria o princípio de ‘uma só China’ nesta assunção aplicado com os EUA concedendo o “direito de passagem”. Neste caso, poder-se-ia acrescentar o estratégia 23º, que trata de se aliar a um país distante para atacar um vizinho. Aqui, o país distante seria os EUA e seu vizinho a URSS (LEVI, 2007, p. 9-20; SENGER, 1997, p. 7-10; SENGER, 2004, p.8-.15).

Um memorando do então Assessor de Segurança Nacional dos EUA, Henry Kissinger, ao Presidente Richard Nixon, de 12 de fevereiro de 1969, anterior ao ataque chinês aos soviéticos no Ussuri, nos permite relacionar esta ação ao intuito de sinalizar a intenção de aproximação com o governo dos EUA. A mudança de posição dos chineses era por demais acentuada e repentina e isso não passou despercebido por Kissinger:

Em 15 de novembro [de 1968], os EUA propuseram adiar a próxima reunião de Varsóvia até fevereiro próximo, depois de não conseguirem obter qualquer resposta dos comunistas chineses sobre suas intenções em relação à reunião agendada para 20 de novembro. Os chineses responderam em 25 de novembro, muito mais prontamente do que o habitual, com uma carta e um comunicado de imprensa subsequente propondo as negociações para 20 de fevereiro. Em contraste com as comunicações nos anos recentes, a resposta chinesa foi menos injuriosa e reviveu uma antiga proposta chinesa para uma declaração conjunta de adesão aos cinco princípios da Conferência de Bandung de “coexistência pacífica”. Essa proposta estava vagamente ligada à habitual demanda comunista chinesa de retirada militar dos EUA de Taiwan. Houve outras indicações de um interesse chinês em retornar a uma “política externa mais suave”, enfatizando as relações estatais em vez de ser orientada para a revolução. Embora não haja evidências de que Beijing esteja buscando uma trégua conosco, é claro que Beijing deseja retomar alguma forma de diálogo conosco em Varsóvia. (KISSINGER, 1969, pp. 11-12, tradução nossa<sup>45</sup>).

Qualquer que tenha sido o caso, o risco foi enorme. Na ocasião, o plano de guerra soviético (LEONHARD, [1976], p. 268) previa a concentração de forças “no Leste da Mongólia, no rio Amur e no rio Ussuri”, e a perpetração de um “ataque-relâmpago” visando “a paralisação dos principais centros de resistência chinesa e o controle desses centros, depois de um golpe neutralizante, que inutilizasse o potencial atômico chinês”, seguido de “uma rápida

---

<sup>45</sup> **No original** – “On November 15, the U.S. proposed deferring the next Warsaw meeting until next February after being unable to obtain any answer from the Chinese Communists on their intentions with respect to the scheduled November 20 meeting. The Chinese responded on November 25, much more promptly than usual, with a letter and subsequent press release proposing the talks for February 20. In contrast to communications over recent years, the Chinese reply was less abusive and revived an old Chinese proposal for a joint declaration of adherence to the Bandung Conference five principles of “peaceful co-existence.” This proposal was loosely linked to the usual Chinese Communist demand for U.S. military withdrawal from Taiwan. There have been other indications of a Chinese interest in returning to a “softer foreign policy” emphasizing state relations rather than being revolution-oriented. While there is no evidence Peking is seeking a détente with us, it is clear that Peking wishes to resume some form of dialogue with us at Warsaw.” (KISSINGER, 1969, pp. 11-12)

penetração com tanques de guerra”, que “terminariam em poucos dias com as possibilidades de luta na China”.

Essa estratégia é corroborada pelo modo soviético de fazer a guerra, cujos preceitos são descritos pelo Marechal Vasili Sokolovski (s.d. [196-?], p. 384), um dos principais planejadores militares da União Soviética no pós-Segunda Guerra Mundial:

O caráter e os métodos de travar a guerra também mudaram: as batalhas terrestres, onde as missões fundamentais do combate eram decididas pelo confronto das forças armadas dos beligerantes nos teatros de operações militares, serão substituídas pela guerra de foguetes nucleares, onde as missões fundamentais do combate serão resolvidas por ataques com projéteis nucleares de armas estratégicas sobre os centros econômicos, o sistema de liderança estatal, bases militares e forças armadas simultaneamente em toda a profundidade do território inimigo. (SOKOLOVSKI, s.d. [196-?], p. 384, tradução nossa<sup>46</sup>).

Em maio de 1969, quando ocorriam lugar os confrontos fronteiriços entre a China e a União Soviética, o Ministro de Relações Exteriores Soviético Andrey Kosygin propôs a Indira Gandhi, então premiê da Índia, a formação de uma iniciativa de integração regional entre a Índia, o Paquistão, o Afeganistão e o Irã – desse modo, isolando a China, e abrindo caminho para uma aliança soviético-indiana contra a China (LUTHI, 2012, p. 386). Em 1971 – coerente com o plano descrito em Leonhard (s.d. [1976], p. 268) e o modo soviético de fazer a guerra proposto por Sokolovski (s.d. [196-?], – foi celebrado um acordo militar entre a Rússia e a Índia. Doravante, a China via-se ameaçada ao Norte e a Oeste – conquanto cumpra salientar, por ações encadeadas por ela própria: os ataques à ilha Zhenbao (Damansky) aos soviéticos (1969) e na fronteira sino-indiana no Tibete (1962).

Ainda em 1971, a China cancelou toda a ajuda ao Vietnã do Norte – que só seria retomada por curto período por ocasião da Operação Linebaker, em dezembro de 1972 – e doravante os dois países se distanciariam de forma irreversível. Convalida a ideia dos estratégias o fato de em 1974, a China tomar as ilhas Xisha (Paracel), literalmente sob os olhos da Sétima Frota dos EUA, fundeada ao longo da estação ianque – ao largo das ditas ilhas. Na ocasião, lanchas chinesas atacaram com granadas de mão, canhões e metralhadoras, destróieres do Vietnã do Sul, tendo inclusive capturado um assessor estadunidense, posteriormente devolvido via Hong Kong. A despeito de toda sua presença aeronaval e da

---

<sup>46</sup> **No original** – “Cambiaron también el carácter y los métodos de hacer la guerra: a las batallas terrestres, donde las misiones fundamentales de la lucha se decidían por el choque de las fuerzas armadas de los beligerentes em los teatros de operaciones militares, las sustituirán la guerra de cohetes nucleares, donde las misiones fundamentales de la lucha las resolverán aqueles com proyectiles nucleares de las armas estratégicas sobre los centros económicos, el sistema de dirección estatal, bases militares y fuerzas armadas simultaneamente en toda la profundidad del territorio enemigo” (SOKOLOVSKI, s.d. [196-?], p. 384)

consciência de situação propiciada por sensores, aviação embarcada e satélites, a Sétima Frota não se moveu, e os chineses mantiveram sua conquista.

Em 1973, dado que se estabeleceu uma aliança informal entre os EUA e a China, o Vietnã deixou de ter importância estratégica para os EUA. Mesmo porque o propósito principal de um ponto de vista geoestratégico, o estreito de Malaca, passava progressivamente para responsabilidade da China, que, como requerido, instalou-se nas Paracel (Xisha) ainda em 1974.

#### **4.2.5 O “abandono” da Revolução Nacional como preço para alcançar a terceira revolução industrial: da Terceira Guerra do Vietnã (1979) à quarta crise do estreito (2022)**

A década de 1970 foi um período de grandes transformações para a República Popular da China. Após quase entrar em guerra com a União Soviética em 1969, houve a aproximação com os Estados Unidos, cujos marcos foram o reatamento diplomático e as visitas de Henry Kissinger (1971) a Shanghai e de Richard Nixon (1972) a Pequim. Os comunistas obtiveram de Washington o compromisso em reconhecer uma única China, com sua capital em Pequim, e que Taiwan era parte da China. (JOINT, 1972b).

Poucos meses depois, em setembro de 1972, seguiu-se a visita do primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka a Pequim, quando japoneses concederam o mesmo compromisso aos chineses, e ambos os países lançariam a base do que viria a ser a “cláusula anti-hegemônica”, segundo a qual ambos os países abririam mão de buscar hegemonia no Leste Asiático e afirmam oposição à hegemonia de países extrarregionais (JOINT, 1972a) – o que, em certa medida, resgatava a vertente anticolonial e antihegemonista do panasianismo.

Estes desdobramentos estavam intrinsecamente relacionados com as mudanças na estrutura de poder do Partido Comunista Chinês. O período que marcou a aproximação da China com os Estados Unidos coincidiu com a queda de Lin Biao, que viria a morrer num acidente aéreo ao supostamente fugir para a União Soviética (1971). O que se seguiu, no entanto, foi o recrudescimento da disputa de poder entre uma ala radical, alegadamente liderada por Jiang Qing<sup>47</sup>, que viria posteriormente a ser chamada de “Gangue dos Quatro”, e uma ala reformista, que contava com apoio de Zhou Enlai.

---

<sup>47</sup> Utiliza-se aqui a expressão “alegadamente” pelo fato de que esta é a versão oficial. Autores como Mezzetti (2000) não hesitam em associar Mao Zedong a este grupo. A própria Jiang Qing, em seu julgamento, afirmara que era apenas o “cão do Presidente Mao”, isto é, que agia sob seu comando.

As constantes mudanças da vida política de Deng Xiaoping representam bem a instabilidade do período: um dos principais alvos da perseguição da Revolução Cultural em 1966, foi colocado em cárcere privado, depois enviado para um campo de reeducação; foi reabilitado em 1973; tornou-se primeiro vice-premiê em 1974; voltou ao ostracismo no início de 1976, logo após a morte de Zhou Enlai; para ser novamente reabilitado em meados de 1977, quando conseguiu então alçar-se a uma posição de proeminência no partido, para tornar-se o “pequeno timoneiro”, líder dos processos de reforma e abertura (1978) e das quatro modernizações (1979).

A conjugação da abertura destes processos revelava o novo perfil de inserção internacional da China. Abria-se para a China uma oportunidade única: ingressar *a convite* na terceira revolução industrial. A China receberia os capitais e investimentos necessários para modernizar a sua indústria para a era da eletrônica – computador e rede. Em troca, deveria integrar seu território e sua população às cadeias globais de valor. Significava, na prática, aderir à ordem econômica e política liderada internacionalmente pelos Estados Unidos e regionalmente pelo Japão (ARRIGHI, 1998). Ao mesmo tempo, a China renunciava ao seu centro de decisão econômica, pois integrava a uma rede produtiva sobre a qual teria controle limitado.

Politicamente, a China abandonava o caos da revolução cultural para reformar suas instituições legais e políticas, realizando um delicado equilíbrio entre a manutenção do controle político pelo PCCh e a criação de um ambiente interno estável e relativamente mais aberto, se comparado ao período anterior – o que viria a ser chamado nos futuros governos chineses como o “governo da lei” (“*rule of law*”). Isto também servia para oferecer segurança jurídica aos investidores estrangeiros.

Prova das transformações institucionais foi o julgamento do “Bando dos Quatro”, transmissão televisivamente, de modo a dar transparência, e realizado segundo todos os trâmites legais de um sistema judiciário independente e com direito à defesa (LO, 1995). Outra mudança importante foi a realização de eleições diretas a nível local, com mais candidatos do que vagas, o que demonstrava a existência de um nível mínimo de competitividade eleitoral (WOMACK, 1982).

Havia, por fim, uma última missão a ser cumprida pela China dentro do novo arranjo de cooperação regional com EUA e Japão: caberia aos chineses oferecer dissuasão militar à União Soviética no Extremo Oriente. Além de forçar o aumento da mobilização militar soviética na fronteira entre os dois países, coube à China atuar na contenção militarmente o Vietnã. E foi

justamente na contenção do Vietnã que se deu uma conjuntura crítica fundamental para a consecução das quatro modernizações (ZHANG, 2015, p. 214).

A missão chinesa se tornou ainda mais premente quando, em 1975, após um período de dois anos a partir do tratado de paz com os EUA, o Vietnã do Norte anexou o Sul. Então, em rápida sucessão, chegaram ao poder no Laos e no Camboja, o Pathet Lao e o Khmer Vermelho, respectivamente – ambos apoiados pela China.

O Laos foi salvo do turbilhão que se sucedeu no Camboja graças à sua fragilidade e à sua proximidade com a China. Doravante, tornou-se claro que na região digladiavam-se dois projetos. O do Partido dos Trabalhadores do Vietnã (Norte) que pretendia refazer a Indochina Francesa – redenominada Federação Indochinesa – e o da China, que pretendia restabelecer sua ascendência sobre as unidades recém independentizadas que, outrora, haviam feito partes do seu sistema tributário.

O Camboja, a despeito de ter como presidente o príncipe Norodom Sihanouk, passou a ser controlado pelo Khmer Vermelho, que desencadeou uma campanha de terror dirigida não apenas aos representantes e apoiadores do antigo regime, mas, também, envolvendo a transferência em massa da população urbana para o campo – a população de Phnom Penh caiu de 2,5 milhões de habitantes para 700 mil. Os corpos diplomáticos estrangeiros foram expulsos. A única embaixada que se manteve foi a da China – mas, nem por isso, impediu-se o golpe de Estado contra Sihanouk, que foi destituído e colocado em prisão domiciliar (VIZENTINI, 1988, p. 90).

A perseguição aos budistas foi mantida, estendendo-se para a eliminação das minorias étnicas. Estima-se que mais de 100 mil vietnamitas foram forçados a deixar ou fugirem do país. Estimasse que a repressão política, perseguição religiosa e eliminação de minorias tenha assassinado por volta de 3 milhões de pessoas – cerca de 50% da população (VIZENTINI, 1988, p. 90).

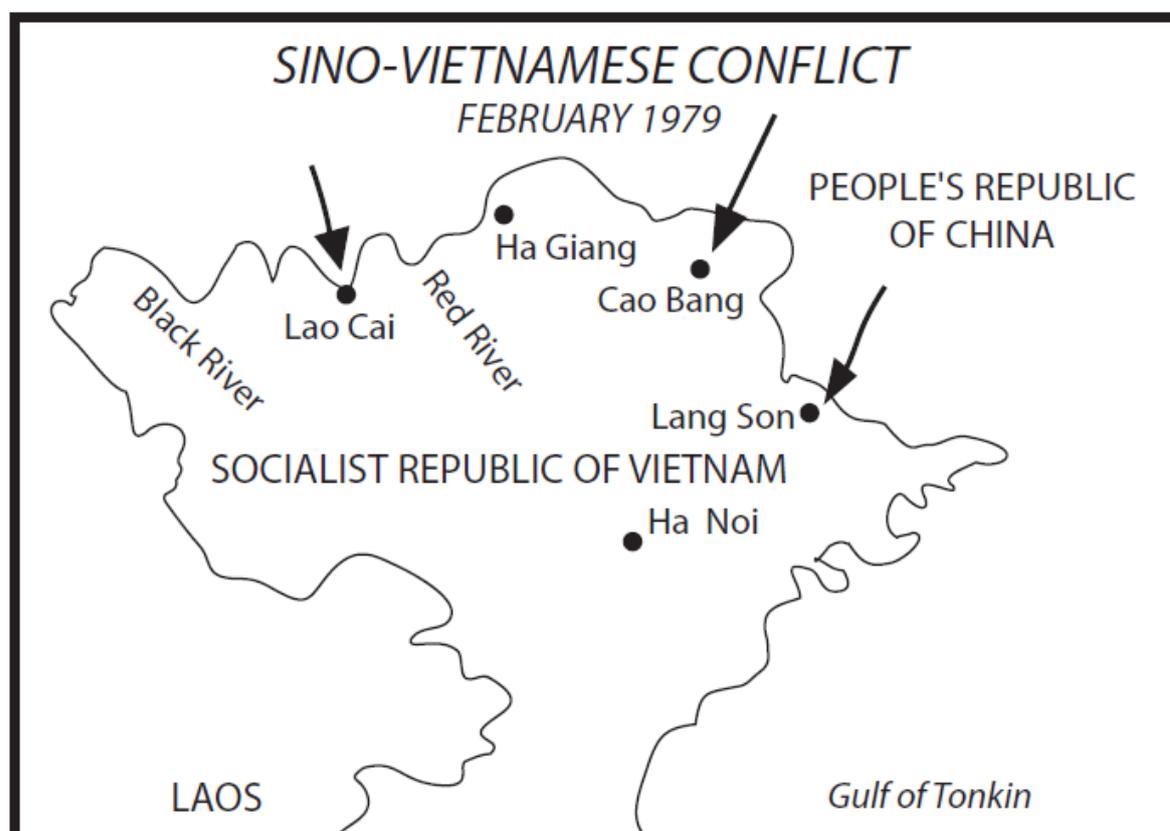
Os sucessivos expurgos e perseguições políticas, aliado a emigração massiva de vietnamitas para o Vietnã, permitiu que se constituísse sob a direção de Heng Samrin – antigo presidente da Assembleia Nacional do Camboja – uma resistência armada estimada em 5 mil combatentes, cuja retaguarda situava-se no Vietnã e recebia apoio de Hanói (QUINN-JUDGE, 2006, p. 218-219).

Então, em 1978 foi fundada a Frente de Unidade Nacional do Kampuchea para a Salvação Nacional (FUNKSN), estabelecendo-se uma aliança com os seguidores de Sihanouk e Heng Samrin. Estas forças eram compostas por cambojanos leais ao príncipe Sihanouk, que permanecia defendendo um Camboja neutro, pacífico, independente e cooperativo, e que se

instalaram na região ainda em 1972, com efetivo estimado em 6 mil combatentes. Com a intensificação dos ataques do Camboja contra a fronteira vietnamita, o regime de Hanói resolve invadir o Camboja, conquistando Phnom Penh em 7 de janeiro de 1979 (VIZENTINI, 1988, p. 91).

As estimativas do contingente de invasão variam entre 200 e 224 mil soldados – em qualquer caso em conjunto com as Forças da FUNKSN (VIZENTINI, 1988, p. 91; QUINN-JUDGE, 2006, p. 219). Em todo caso, tão logo a FUNKSN estabeleceu-se no Camboja, seu efetivo saltou de 11 para 30 mil em 1982 e, este número em 1989 já havia chegado em 100 mil combatentes regulares apoiados por 200 mil milicianos (QUINN-JUDGE, 2006, p. 219). Naturalmente, todo esse esforço recaía em medida considerável sobre Hanói – já que o Camboja se encontrava destruído – e mesmo sobre a URSS. Em grande medida porque o Khmer Vermelho havia se estabelecido na fronteira com a Tailândia sustentando a luta armada sem um colapso predizível. E, com isso, tornava-se necessária a manutenção de expressivo contingente no país. O que, por certo, só fazia aumentar os custos da guerra para os vietnamitas e mesmo para os soviéticos (QUINN-JUDGE, 2006, p. 226).

Figura 8 – Avenidas de abordagem da invasão chinesa ao Vietnã em 1979



Fonte: O'DOWD; CORBETT (2003, p. 354).

De fato, ainda em 1985, haviam iniciado as negociações para a normalização das relações entre Moscou e Beijing. Na ocasião, os chineses haviam estabelecido três condições para a normalização: (i) a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão; (ii) a retirada das tropas vietnamitas do Camboja; (iii) a redução do contingente soviético na fronteira com a China. Em 1990, a ajuda soviética ao Vietnã caiu 63%, posto que, estes relutavam em atender aos pedidos soviéticos de retirarem-se do Camboja, de modo que, o colapso da União Soviética em 1991 foi a gota d'água. Deixou os vietnamitas sem qualquer alternativa além de entenderem-se com os chineses (QUINN-JUDGE, 2006, p. 226).

No que diz respeito à Guerra Sino-Vietnamita, ela inicialmente serviu a dois propósitos: na esfera externa, satelizar o Laos e o Camboja, garantindo através do Mekong, acesso chinês à região. Desse modo, o Vietnã não apenas viu frustrado seus planos de refazer a união da Indochina Francesa. Viu-se, também, impossibilitado, de ter acesso à Tailândia, menos ainda à Malásia: sua influência sobre o estreito de Málaca, desse modo, ficava neutralizada.

O outro desdobramento político foi interno. A confrontação estabelecida pela China contra a União Soviética, bem como o fraco desempenho do ELP na campanha de 1979 convenceu os militares chineses sobre a necessidade de empreender as quatro modernizações. Graças à astúcia de Deng e ao apoio japonês, com seus volumosos financiamentos em infraestrutura sob a forma de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (*Official Development Assistance, ODA*), criou-se o modelo que ficaria conhecido como Socialismo de Mercado ou Socialismo com características chinesas. Oficialmente, a China mantinha-se socialista, mas integrava-se ao sistema capitalista internacional.

Mais uma vez, o móvel principal foi o ELP: inicialmente responsáveis pela produção de armamentos e de suprimentos, os soldados do ELP receberam aval para expandir suas atividades comerciais. Criou-se assim o “exército-empresa” – as unidades militares ficavam encarregadas de tarefas relacionadas à produção que em nada tinham com a sua atividade fim (combate), mas que diziam respeito à produção de bens de consumo. Assim, o critério da eficiência muitas vezes passou a ser medido pela produção de geladeiras ou de refrigeradores e o exército converteu-se em uma gigantesca organização empreendedora (MULVENON, 2001). Segundo Kuhn (2009, p. 398) até 1 milhão de soldados e 70% de toda a infraestrutura do ELP estiveram envolvidos com atividades comerciais.

Aqui, chega-se ao ápice conceitual: o princípio da reunificação da China tomou o lugar da obtenção do Centro de Decisão Econômica – em outras palavras, a Grande Estratégia tomou o lugar da Revolução Nacional. As quatro grandes modernizações (na Agricultura, na Indústria, na Ciência e Tecnologia e na Defesa), deveriam multiplicar as capacidades da China, de modo

a assegurar a reintegração pacífica, pelo “Um país, dois sistemas”, ou, em última instância, a reintegração forçada de Taiwan ao continente – o elemento central da Grande Estratégia Chinesa (FEDDERSEN, 2020).

Naturalmente, houve um custo a pagar. Os chineses desenvolveram com os estadunidenses uma relação que, nos termos da sociologia brasileira, pode ser descrita como dependente-associada. Este é o elemento que indica o abandono da Revolução Nacional como seguido em termos de endogeneização do Centro de Decisão Econômica. A China rapidamente desenvolveu-se da condição de enorme plataforma de exportações para a “fábrica do mundo”. Mas os EUA detinham o conhecimento e as patentes do núcleo da microeletrônica: os chips.

A contribuição estadunidense e de outros Estados-membros da OTAN à modernização militar associada às vantagens comparativas oferecidas pela China pareceram compensar a perda de autonomia. Contudo, com a retirada soviética do Afeganistão (1989) – cabe lembrar que a ocupação soviética do Afeganistão havia inclinado Carter a reconhecer “uma só China”, com Beijing como sua capital – associada à queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da URSS em 1991 iriam complicar a Grande Estratégia Chinesa.

O motivo principal havia sido suscitado ainda em 1989, quando por ocasião da morte do ex-Secretário do Partido Comunista Chinês, Hu Yaobang, em 15 de Abril de 1989, tiveram início as manifestações da Praça da Paz Celestial. A morte de Hu, na verdade, foi o estopim: desde alguns anos antes, as intensas transformações econômicas e sociais pelas quais passava a China – a intensa urbanização, o surgimento de uma esfera econômica privada, a reabertura das universidades, o retorno à ordem, a relativa liberalização política (comparada à era Maoísta) e a abertura às ideias estrangeiras – haviam provocado efeitos de igual magnitude (MEZZETTI, 2000, p. 343). Por um lado, o crescimento econômico da China trouxe consigo o aumento da desigualdade de renda e, por consequência, gerou ressentimentos dentro da sociedade. Por outro lado, passou-se a demandar o aprofundamento da liberalização política, que seria a “quinta modernização”: a democracia ao estilo ocidental (MEZZETTI, 2000, pp. 369-371).

Hu Yaobang era o representante máximo da ala modernizadora: apoiava as modernizações e a abertura política. Ainda em 1986, diante de uma série de protestos de estudantes pedindo mudanças no processo eleitoral local em Hefei (província de Anhui) e que logo se estenderam para Shanghai e Beijing (Praça da Paz Celestial), abrangendo a demanda por democracia, Hu foi cobrado por outros membros da cúpula para expulsar integrantes do Partido que teriam organizado as manifestações. Ao se recusar a cumprir a determinação – defendendo os manifestantes – foi forçado a renunciar ao seu posto de Secretário-Geral do PCCh. Em um esforço para manter a política de reforma e abertura, Deng alçou Zhao Ziyang,

da mesma corrente de Hu, de primeiro-ministro para o posto máximo do PCCh – mas designando o “conservador” Li Peng como novo premiê, como um contrapeso e uma forma de apaziguar os ânimos no partido.

Diante das duas alas, Deng Xiaoping – que embora não ostentasse um título formal, era o verdadeiro líder supremo do Partido Comunista Chinês – agia como um árbitro entre as duas posições em disputa na política chinesa: o impulso pela Reforma e Abertura e a manutenção da ordem comunista e da soberania – ou, nos termos de Huntington (1997, pp. 86-89), a disputa entre a modernização ocidentalizante e o “rejeicionismo” (manutenção das instituições tradicionais) (HUNTINGTON, 1997, pp. 86-89). Na prática, manipulava ambas para implementar a Reforma e a Abertura de acordo com a sua visão. A esse respeito, cabe a interessante descrição de Mezzetti (2000, p. 373):

Deng era uma mistura singular de progresso econômico e conservadorismo político, no fio do equilíbrio ditado pela dialética política. [...] Para ele, reformas e abertura representavam meios para adquirir tecnologia, capitais e capacidade gerencial do exterior, como instrumentos de modernização do país, mas não para democratizá-la no sentido ocidental.

Deng retomava, um século depois, o conteúdo ético da política do Autofortalecimento, conduzida pelo império chinês na segunda metade do século XIX: a tecnologia ocidental seria apenas um instrumento, a transformação na forma, para fortalecer a China e possibilitar a manutenção do conteúdo da sua cultura e das suas instituições. Além disso, a descrição acima nos ajuda a entender o pensamento de Deng e de seus sucessores, expressa por meio de famosas alegorias como “não importa a cor do gato, o importante é caçar o rato”. Sob essa visão, o capitalismo e o socialismo não são fins em si mesmos, e tampouco são identidades do povo chinês: são antes instrumentos a serviço dos objetivos nacionais chineses.

Portanto, em 15 de abril, os estudantes chineses se reuniram novamente na praça Tiananmen, “homenageando um morto” – Hu Yaobang – “para atacar os vivos”, assim como haviam feito na morte de Zhou Enlai, em 1976 (MEZZETTI, 2000, p. 396). Usaram a morte do antigo líder e aproveitaram-se da animosidade da população urbana contra o governo em decorrência da inflação de 19% em 1988 para subir a aposta no protesto por democracia e liberdade de expressão (MEZZETTI, 2000, p. 396; VOGEL, 2011, p. 637; DAMAS, 2014, p. 91).

Diante da escalada quantitativa – em número de manifestantes – e qualitativa – no nível dos protestos e das demandas apresentadas – dos protestos, houve nova divisão na cúpula do PCCh sobre como reagir (MEZZETTI, 2000, p. 408-409). Finalmente, em meados de maio, sob o risco do caos social e da desintegração política (a partir do exemplo do Leste Europeu), Deng

Xiaoping e a cúpula do PCCh promoveram a deposição do Secretário-Geral, Zhao Ziyang (simpático aos manifestantes), decretaram a lei marcial e, por fim, ordenaram que os militares atirassem nos estudantes – realizando o que viria a ser denominado “Massacre da Praça da Paz Celestial”.

O incidente serviu como pretexto para encerrar a Guerra Fria na Ásia: toda a cooperação militar do ocidente com a República Popular da China foi suspensa mediante a imposição de sanções. Se não fosse pela atitude do Japão – que embora tenha aderido inicialmente às sanções, passou a fazer lobby pelo seu levantamento – a China teria sido submetida a um severo embargo. Em visita a Beijing, o então primeiro-ministro japonês Kaifu Toshiki afirmou que:

Vestuário e comida são a base e o ponto de partida dos direitos humanos. É um enorme progresso que a China possa resolver seus problemas de vestuário, comida, moradia e transportes (Yi Chi Zhu Xing). Cada país tem a sua própria formação cultural, e forasteiros não estão em posição de julgar outros com os seus próprios padrões (KAIFU apud DENG, 1997, p. 381, tradução nossa<sup>48</sup>).

Na ocasião, Deng Xiaoping manobrou, valendo da fraqueza da China, a quem serviria uma China desestabilizada? Disse ele a seus colegas da cúpula do PCCh, a 2 de junho de 1989:

Imagine por um momento o que poderia acontecer se a China entrasse em turbulência. Se acontecer agora, seria muito pior do que a Revolução Cultural. Naquela época, o prestígio da velha geração de líderes como o presidente Mao e o primeiro-ministro Zhou ainda pairava. Conversamos sobre 'guerra civil em grande escala; mas, na verdade, nenhuma luta em larga escala ocorreu, nenhuma verdadeira guerra civil aconteceu. Agora é diferente, no entanto. Se a turbulência continuar, pode continuar até que a autoridade do Partido e do Estado se esgote. Então haveria guerra civil, uma facção controlando partes do exército e outra facção controlando outras. Se os chamados combatentes da democracia estivessem no poder, lutariam entre si. Uma vez que a guerra civil começasse, o sangue fluiria como um rio, e onde estariam os direitos humanos então? Em uma guerra civil, cada potência dominaria uma localidade, a produção cairia, as comunicações seriam cortadas e os refugiados sairiam da China não em milhões ou dezenas de milhões, mas em centenas de milhões. O primeiro atingido por essa enxurrada de refugiados seria a Ásia-Pacífico, que atualmente é a região mais promissora do mundo. Isso seria um desastre em escala global. Portanto, a China não deve fazer bagunça. E isso não é apenas ser responsável por nós mesmos, mas considerar o mundo inteiro e toda a humanidade também. (DENG, 1989 apud NATHAN; LINK; SCHELL, 2002, tradução nossa<sup>49</sup>)

---

<sup>48</sup> **Na versão original** – “Clothing and food are the basis and starting point of human rights. It is an enormous progress that China can solve its problems of clothing, food, housing, and transportation (Yi shi zhu xing). Each country has its own cultural background, and outsiders are not in a position to judge others with their own standards” (KAIFU apud DENG, 1997, p. 381).

<sup>49</sup> **Na versão original** – “Imagine for a moment what could happen if China falls into turmoil. If it happens now, it'd be far worse than the Cultural Revolution. Back then the prestige of the old generation of leaders like Chairman Mao and Premier Zhou still loomed. We talked about 'full-scale civil war; but actually no large-scale fighting took place, no true civil war ever happened. Now it's different, though. If the turmoil keeps going, it could continue until Party and state authority are worn away. Then there would be civil war, one faction controlling parts of the army and another faction controlling others. If the so-called democracy fighters were in power, they'd fight among

Deng, numa tacada só, fazia referência a três episódios traumáticos da história chinesa: a Revolta dos Boxers (1899-1900); a divisão do território chinês a partir da Era dos Senhores da Guerra (1916-1949) e – principalmente – a Revolução Cultural (1966-1976), cujo caos ainda estava fresco na memória de seus camaradas. Deng, afinal, não estava de todo errado. Naquele mesmo período, o Ocidente fazia frente aos novos problemas causados pelo desmantelamento das democracias populares do Leste, que se seguiu ao fim da URSS. E, de fato, os EUA e a OTAN passariam toda a década de 1990 às voltas com esses efeitos, sobretudo na ex-Iugoslávia – com uma população 48 vezes menor que a chinesa (BANCO MUNDIAL, s.d.).

O risco do caos social reforçou as contestações internas no partido ao processo de reforma e abertura. No entanto, o grande crescimento econômico que o país havia obtido na década de 1980 aumentava o apoio popular ao processo em curso – inclusive de parte dos quadros do ELP, convertidos em “soldados-empresários” (MULVENON, 2001). Foi então que se deu a famosa “Marcha do Pequeno Timoneiro” às Zonas Econômicas Especiais (ZEE) do sul chinês (1992), como Shenzhen, fato político que deu estofamento para a continuidade das modernizações (VOGEL, 2011).

Jiang Zemin, já secretário do Partido desde meados de 1989, tornara-se Presidente em 1993, unificando os cargos. Oriundo de Xangai e fortemente associado com as elites econômicas desta cidade, ficando encarregado o novo premiê Zhu Rongji de liderar uma reforma do Estado, que ocorreu em 1998 (JIANG, 1997, pp. 220-224). Muitos departamentos ministeriais foram privatizados e convertidos em empresas, de sorte que, fosse através dos empreendimentos orquestrados pelo exército, fosse pelos ministérios – membros da administração direta, associados às antigas empresas estatais – ambos, dirigidos pelo PCCh (YANG, 2006; MULVENON, 2001). Desse modo, criou-se um tipo de estrutura análoga à proposta de Bresser-Pereira para o Brasil: um setor público não-estatal (BRESSER-PEREIRA, 1999).

A China tornou-se um dos países com menor proporção da dívida pública para o PIB, embora conseguisse manter considerável margem de orientação política sobre a economia. Contudo, os custos da era Deng – que de fato tiveram lugar após a sua saída do poder – foram

---

themselves. Once civil war got started, blood would flow like a river, and where would human rights be then? In a civil war, each power would dominate a locality, production would fall, communications would be cut off, and refugees would flow out of China not in millions or tens of millions but in hundreds of millions. First hit by this flood of refugees would be Pacific Asia, which is currently the most promising region of the world. This would be disaster on a global scale. So China mustn't make a mess of itself. And this is not just to be responsible to ourselves, but to consider the whole world and all of humanity as well.” (DENG, 1989 apud NATHAN; LINK; SCHELL, 2002).

abissais. O desmatamento acelerou-se na década de 1980; as inundações passaram a ocorrer com maior frequência; rios e lençóis freáticos foram envenenados; e a poluição do ar não apenas tomou o horizonte de muitas grandes cidades na China como seus danos à saúde passaram a ser uma grande causa de mortalidade no país (SANDERS, 1999).

E, apesar de todo o esforço empreendido pelo povo chinês na empreitada da modernização por quase duas décadas, a China permanecia incapaz de fazer frente ao seu maior desafio: a modernização militar, a plena reintegração do território e a reconquista plena de sua soberania: foi humilhada na Crise do Estreito de 1995-1996, o surgimento do discurso independentista em Taiwan sendo convalidado pela presença da Sétima Frota dos EUA no Estreito de Taiwan. Por essa razão, a Terceira Crise do Estreito é uma conjuntura crítica: a partir daí, os gastos militares chineses aumentam cada vez mais (KUHN, 2009, p. 402).

Entretanto, não bastava apenas gastar dinheiro: era preciso alcançar a capacidade tecnológica das grandes potências, especialmente a da única superpotência, os EUA. Ao mesmo, não bastava ganhar dinheiro por meio das exportações de produtos industrializados de baixo valor agregado: era preciso mudar o modelo de desenvolvimento, criando indústrias menos poluidoras, mais intensivas em capital e menos intensivas em recursos naturais. Fazia-se necessário também reduzir as desigualdades sociais e inter-regionais – alguns ficaram ricos primeiro, mas agora a riqueza deveria alcançar a todos.

Todas essas circunstâncias pavimentaram o caminho para o retorno do grupo da Liga da Juventude Comunista ao poder, em 2002, com a ascensão de Hu Jintao a Presidente da RPC e Secretário-Geral do PCCh, e de Wen Jiabao a Premiê – ambos discípulos de Hu Yaobang e Zhao Ziyang, que haviam sido depostos em decorrência das manifestações em prol da democratização no final da década de 1980.

Sua plataforma envisionava o desenvolvimento de uma “Sociedade Harmoniosa”, por meio da “Visão Científica do Desenvolvimento”, que responderia às necessidades da China no início Século XXI: maior capacidade de inovação, aumento da produtividade, redução da desigualdade de renda e da desigualdade de desenvolvimento entre o meio rural e o meio urbano e entre o litoral e o interior do país, fortalecimento do governo pela lei e das instituições políticas – em suma, diante da “concorrência internacional [...] cada vez aguda”, baseada no “domínio econômico e científico dos países desenvolvidos”, a China precisaria “equilibrar o desenvolvimento interno e a abertura ao mundo exterior” (HU, 2007). De forma resumida, a China deveria buscar um desenvolvimento que “colocasse as pessoas em primeiro lugar”, “abrangente”, isto é, que compreendesse todos os setores; “equilibrado”, entre as classes sociais

e entre as regiões; e “sustentável”, tanto na sua sustentação em longo prazo, quanto em termos dos recursos aplicados e nas consequências ambientais (ZHANG, 2013, p. 198-199).

Do ponto de vista da política externa, isto implicava necessariamente criar as condições que permitissem uma “ascensão pacífica da China à condição de grande potência” (ZHENG, 2005), o que seria possível pela construção de um “mundo harmonioso”. Aproveitando-se das circunstâncias internacionais favoráveis – a China havia recentemente ingressado na OMC em 2001 e os Estados Unidos estavam envolvidos com a Guerra ao Terror – a China construiria uma política externa baseada na reforma dos instrumentos multilaterais de governança global já existentes, na cooperação e na resolução de questões securitárias por meio da confiança e do consenso – em suma, uma política externa baseada na acomodação, não na transformação do status quo.

O ápice desta política se daria após a crise de 2008, quando a crise do subprime nos Estados Unidos, o esgotamento da economia estadunidense no Afeganistão e no Iraque e a rápida vitória da Rússia sobre a Geórgia colocavam em xeque a multipolaridade – do surgimento do BRICS e do fortalecimento do G20, em detrimento do G7. Foi também o ápice das iniciativas de integração regional – como a criação da UNASUL e a proposta de uma Constituição Europeia. No Leste Asiático, a expressão desse momento foi a proposta de criação de uma Comunidade do Leste Asiático, feita pelo então Primeiro-Ministro japonês Hatoyama Yukio (HATOYAMA, 2009a). Por meio da Cúpula Trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul, buscava se estabelecer uma divisão do trabalho regional, mediante acordos de livre-comércio, de proteção do investimento e de proteção à propriedade intelectual – que foram oficialmente firmados em 2012.

Isto foi possível porque, além do cenário internacional favorável, os governos da China e do Japão tinham plataformas políticas similares: Hatoyama defendia que o Japão deveria perseguir – assim como Hu e Wen, queria colocar as pessoas em primeiro lugar, em vez do mercado: queria expandir a rede de seguridade social, investir na ciência e transformar a sociedade japonesa na “economia do conhecimento”. Acreditava que o Japão deveria cumprir o papel de “ponte” entre o Ocidente e o Oriente – na prática, referia-se a Estados Unidos e China (HATOYAMA, 2009c). Seu conceito-chave era o Yuai (equivalente japonês da fraternidade), defendendo a tolerância entre regimes e povos diferentes (sem julgar, portanto, a natureza do regime chinês) e priorizar a diplomacia como forma de resolução de conflitos e controvérsias (HATOYAMA, 2009b).

A posição simpática adotada por Hatoyama Yukio com relação ao governo de Beijing não era por acaso: ele se propunha explicitamente a levar a cabo o legado político do avô,

Hatoyama Ichiro, que havia tentado reatar relações diplomáticas com a URSS e com a China comunista na década de 1950 e tornar o Japão um “Estado Normal”, sem as restrições pacifistas – mas sem o chauvinismo da extrema-direita. Ichiro opunha-se tanto ao totalitarismo quanto ao liberalismo extremo – daí a noção do Yuai, a fraternidade que representaria o equilíbrio entre ambos (SON, 2012, pp. 418-419). Em última instância, o Yuai era o equivalente japonês da harmonia chinesa (SON, 2012, p. 398) – visto que é exatamente isto que significa a harmonia dentro da filosofia confuciana.

Resgatando o legado dos pan-asianistas da primeira metade do século XX, Hu e Hatoyama pregavam a construção de uma Comunidade do Leste Asiático, por meio da união entre a China, o Japão e a Coreia do Sul, para fortalecer a Ásia e garantir a sua soberania e seu sucesso na competição internacional do século XXI. Mais do que isso, a Ásia tinha uma proposta clara de como conduzir as relações internacionais no Século XXI: o “caminho da ASEAN”, que buscava “o máximo de cooperação com o mínimo de formalidade e intrusividade” (SON, 2012, p. 412), apresentando uma alternativa de modo de fazer diplomacia mais flexível comparada à rigidez do sistema ONU e ecoando o conteúdo ético da Conferência de Bandung. Neste sentido, havia uma “afirmação asiática” ou reafirmação dos “valores asiáticos” (HUNTINGTON, 1997, pp. 126-134; SON, 2012, p. 412).

O ano de 2012, no entanto, representou o naufrágio da Comunidade do Leste Asiático. Isso se deu em parte pela política do pivô para a Ásia dos EUA e, em parte, por interesses antagônicos nos países da cúpula trilateral – na verdade, ambos se combinaram neste objetivo. A partir de 2010, os Estados Unidos começaram a fazer uma reorientação da sua política externa: prepararam o terreno para sair do Oriente Médio e concentrar seus esforços na Ásia – o pivô para a Ásia.

O pivô para a Ásia acabou composto por três pilares: um político, um econômico e um militar. O pivô político tratava-se do novo foco às relações dos EUA com os aliados asiáticos e na oposição à China, especialmente na esfera ideológica – ataques à situação de direitos humanos. O pivô militar, por sua vez, era baseado na Joint Operational Access Control – que propugnava a primazia militar global e o Comando dos Comuns (POSEN, 2003) – e tinha expressão operacional na Batalha Aeronaval (AirSea Battle), segundo os quais os Estados Unidos utilizariam seus aliados na região principalmente como bases de projeção para ataques à China – as tropas e os armamentos seriam, grosso modo, americanos (UNITED STATES OF AMERICA-US, 2013). A expressão econômica do pivô consistia na Parceria Transpacífica (Transpacific Partnership-TPP), que ampliava e formalizava as condições para a difusão das

empresas americanas na Ásia – ao mesmo tempo em que visava isolar a China (POSEN, 2003; UNITED STATES OF AMERICA-US, 2013; SILOVE, 2016, p. 83).

A implementação do pivô teve início ainda em 2010, quando a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, utilizou a reunião do Fórum Regional da ASEAN para interferir nas questões territoriais do Mar do Sul da China, inflamando a disputa entre a China e os demais países da região (UNITED STATES OF AMERICA-US, 23 jul. 2010). Em outubro de 2011, ela publicou o artigo “Século Americano do Pacífico” na revista *Foreign Policy*, expondo o objetivo e o conteúdo do pivô dos EUA para a Ásia: a contenção da China (CLINTON, 2011). No mês seguinte, foi a vez do Presidente Barack Obama firmar, na Austrália, a primeira grande ação do pivô: o envio de tropas para a base de Darwin, no norte do país, e que “os EUA são uma potência do Pacífico e estão aqui para ficar” – mensagem mais clara, impossível (UNITED STATES OF AMERICA-US, 17 nov. 2011).

A mudança do cenário regional, com o pivô estadunidense, contribuiria fortemente para exacerbar as tensões internas na China e no Japão. Em 2012, as tensões internas se exacerbaram na China e no Japão. No Japão, a crise se deu em torno da manifestação de interesse pela compra das ilhas Senkaku (chamada de Diaoyu pelos chineses) pela prefeitura de Tóquio, liderada pelo chauvinista antichinês Ishihara Shintaro – embora os japoneses atribuíssem a si a soberania sobre as ilhas, o controle efetivo era privado. O governo japonês ficou em um “beco sem saída”: era obrigado a comprar as ilhas para impedir os arroubos chauvinistas de Ishihara, mas se o fizesse sacrificaria todo o esforço na construção das relações com a China. Para impedir o mal maior, o governo japonês comprou as ilhas – o que produziu como resposta grandes e violentos protestos antijaponeses, que envolveram o ataque a empresas, lojas e mesmo nacionais japoneses na China.

A percebida incapacidade do governo chinês, liderado por Hu Jintao, em fazer frente aos EUA e ao Japão gerou enorme insatisfação popular e nas lideranças políticas e militares chinesas. Chegou-se a dizer que um grupo liderado por Bo Xilai, secretário do partido em Chongqing e nova estrela do PCCh, tentava organizar um golpe contra o governo – o que, segundo algumas versões, teria sido colocado em prática, com a entrada de tanques em Beijing, poucos dias após a prisão de Bo por corrupção, em março de 2012 (MULVENON, 2012, p. 6). Não se sabe se a tentativa de golpe realmente ocorreu, mas não deixa de chamar a atenção o fato de que o suposto líder do golpe militar, o general Zhou Yongkang, foi deposto de seus cargos e preso após o início do governo Xi Jinping, mesmo destino de outros supostos membros do complô, como Xu Caihou, Ling Jihua e Sun Zhengcai (WU; CHOI, 2017).

Até ser preso, Bo Xilai era uma das principais figuras do Partido Comunista Chinês. Era Secretário-Geral do Partido em Chongqing – uma das cidades consideradas modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo governo central, em disputa com Guangdong. O “modelo de Chongqing”, no interior, como ficou conhecido, caracterizado por uma produção industrial intensiva em trabalho e recursos, maior intervenção do Estado na economia, comprometimento com a promoção do igualitarismo social, da coesão social por meio da valorização dos símbolos da era maoísta e imbuído de um certo moralismo, presente no forte combate à corrupção e ao crime organizado, ecoava o espírito da Revolução Cultural. Guangdong, no litoral, representava o modelo oposto: mais próximo do litoral, com maior acesso a capitais e tecnologia e com maior influência das ideias do exterior, mais liberal, se tornaria o centro da economia do conhecimento, da inovação e das novas tecnologias. Para efeitos de ilustração, Chongqing representava o legado de Jiang Zemin; Guangdong representa o legado de Hu Jintao e a Liga da Juventude Comunista.

Diante desse cenário de divisão interna, Xi Jinping assumiu a Presidência da República Popular da China no início de 2013. Desse modo, Xi Jinping adotou uma estratégia de “triangulação” (MORRIS, 2004, p. 127<sup>50</sup>) – assumiu as políticas dos grupos rivais para esvaziá-los e fortalecer a sua própria. Desse modo, Xi promoveu uma síntese com pontos da agenda de cada grupo, para promover um consenso mínimo e se impor enquanto presidente diante das duas alas: por um lado, abraçou o combate à corrupção e o sonho chinês como elemento de coesão social e retomou a agenda da revolução nacional e da “autarquia” (agora expressa por meio de uma integração regional liderada pela China), por meio do Made in China 2025 – produção autóctone do produto principal da microeletrônica, os chips – e da Iniciativa Cinturão e Rota, o que significou a criação de uma nova instância alternativa à globalização e à ordem internacional lideradas pelos EUA. Por outro lado, avançou a agenda da “Visão Científica do Desenvolvimento” e manteve-se fiel à agenda da harmonia social, por meio da redução dos custos da modernização, tanto sociais quanto ambientais.

A vitória de Donald Trump para a Presidência dos EUA ensejou uma mudança significativa na grande estratégia, com a proclamação da era da competição das grandes potências, reconhecendo o final da era unipolar. Trump acabou com a Parceria Transpácífica, mas não buscava uma acomodação com a China: empreendeu a guerra comercial (tarifária) e a

---

<sup>50</sup> Sobre a estratégia de triangulação, explica Morris (2004, p. 127), “Na administração Clinton, criamos um nome para essa estratégia: triangulação. Significa trabalhar arduamente para resolver os problemas que motivam os eleitores do outro partido, de forma a esvaziá-lo politicamente. Se você for um democrata, equilibre o orçamento, reforme a previdência social, reduza a criminalidade e veja como os eleitores abandonarão o Partido Republicano. Se você for um republicano, melhore a educação, reduza a miséria e veja como suas próprias fileiras vão crescer.”

guerra tecnológica contra a China (PAUTASSO et al, 2021). Procurou impor à China condições semelhantes – talvez ainda piores do que ao Japão nos Acordos de Plaza (1985). E, ainda pior, quis boicotar o fornecimento de chips e processadores para o gigante asiático, por meio de sanções. Foi então que Xi Jinping precisou retomar a Revolução Nacional e acelerar o Made in China 2025, para buscar a endogeneização na produção de chips e processadores.

Este fenômeno levou a uma modificação do conteúdo ético do capitalismo histórico, a cadeia de suprimentos global – e, para tanto, também contou a pandemia – passou a ser também reestruturada em bases hemisféricas e regionais, o que configura a situação da “competição de grandes potências” que define o nosso tempo (UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. 27).

A eleição de Biden não alterou, no entanto, o alvo preferencial da sua política externa: a China. Este, aliás, parece ser o único consenso da política externa e de segurança dos EUA. A demonstração cabal da política externa e de segurança dos EUA parece ter sido demonstrada pela recente visita da Presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, a Taiwan. A ida de Pelosi e as visitas seguintes feitas pelos congressistas estadunidenses cumpriram, em uma “tacada” só: 1) a aprovação no Congresso dos Estados Unidos da América a lei de promoção à produção de chips (Chips Act), mediante o risco de guerra no estreito – lembra-se que Taiwan produz 2/3 dos chips no mundo e tem a tecnologia de chips 7 nanômetros, o estado da arte da microeletrônica; 2) encerrou qualquer possibilidade de diálogo entre Taiwan e a China continental no médio prazo, tornando a ilha inteiramente dependente da política externa e de segurança dos EUA; 3) possibilitou a imposição de mais sanções de parte a parte, avançando a agenda do *decoupling* tecnológico entre China e EUA; 4) desmoralizou os chineses, que nada fizeram contra ela e sua comitiva, mas ampliaram o escopo dos exercícios militares, que agora cercaram a ilha – isso não foi feito nas crises anteriores – e produziu o risco de uma nova guerra entre China e Japão.

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo procurou-se, fundamentalmente, descrever e explicar como o Partido Comunista Chinês conduziu a China no tortuoso caminho da Revolução Nacional. Busca-se demonstrar que, diferentemente da narrativa predominante, os caminhos da revolução chinesa não tinham um caminho predeterminado.

Por esta razão, percebeu-se a necessidade de desconstruir o mito, erigido em retrospectiva, de que a Segunda Guerra Mundial inexoravelmente conduziria à Guerra Fria – e de que esta última teria de arrastar, necessariamente, os chineses para a guerra na Coreia.

Procurou-se com base em fontes primárias — inclusive documentais desclassificados do governo dos EUA — demonstrar que a China poderia ter se alinhado aos EUA em modos não muito diferentes daqueles praticados pela Iugoslávia de Tito. E de que foi a astúcia de Stalin que conseguiu frustrar este intento, aliada à incompreensão estadunidense acerca da diversidade de interesses que dividiu o movimento comunista, e a um culto à diplomacia coercitiva por parte dos EUA — que se estabeleceu no pós-guerra — que dificultou a reaproximação da China com os EUA por, pelo menos, vinte anos.

Buscou-se também explorar as alternativas que a China lançou mão para evitar tornar-se dependente de qualquer uma das superpotências. Tratou-se da aproximação com o Japão, da Conferência de Bandung, do Movimento Não-Alinhado e da Conferência de Moscou de 1957. Todos esses eventos têm como fio condutor comum a Revolução Nacional e sua busca pelo desenvolvimento.

Por fim, buscou-se descrever de como a China se valeu de duas Guerras no Vietnã (a Guerra do Vietnã em si e a Guerra Sino-Vietnamita) para, por fim, lograr seu intento: estabelecer uma parceria estratégica com os EUA. Este movimento foi, a princípio, paradoxal, A China abraçou o modelo dependente-associado, em um aparente abandono da Revolução Nacional, ao renunciar ao Centro de Decisão Econômica e aderir às cadeias globais de valor lideradas pelos EUA e pelo Japão.

Entretanto, aqui cabe o retorno a Furtado: “a política econômica é, acima de tudo, política”. E como destacou-se na introdução, o Centro de Decisão não se trata unicamente do poder político, mas da articulação entre as capacidades políticas e as capacidades materiais que permitam a uma comunidade decidir de forma soberana sobre sua economia. Portanto, quando a China inicia a Reforma e Abertura e opta por se integrar às cadeias globais de valor, abre mão de parte do controle sobre a sua economia – o Centro de Decisão – no curto prazo. Fez isso, no entanto, para obter os meios – capital, tecnologia e capacidade de inovação – que lhe permitissem lograr a modernização das capacidades militares e, em última instância, reconquistar sua soberania plena, por meio da reunificação nacional. Hong Kong e Macau foram devolvidos à China, mas a separação de Taiwan permanece como chaga de um período de sofrimento e humilhação.

Ao mesmo tempo, ao aderir à globalização, a China lançava mão de suas vantagens comparativas (escala) para tornar-se a fábrica do mundo, obtendo assim os meios necessários à modernização da sua indústria. No caminho da China havia, no entanto, um dilema quase insolúvel: como continuar crescendo e se desenvolvendo sem atrair a oposição (e a contenção) da potência hegemônica? Como ascender pacificamente?

Como procuramos demonstrar acima, a China parece ter conseguido contornar este dilema de forma bem-sucedida até a crise de 2008. Ainda assim, havia uma alternativa: a transição consensuada de uma arquitetura unipolar para uma arquitetura multipolar nucleada em regiões – na qual as organizações regionais e os fóruns multilaterais, como o BRICS, e as potências emergentes teriam papel fundamental.

Entretanto, o regionalismo e sua alternativa de transição consensuada de poder fracassaram. Foram rejeitados pelos EUA por meio de sua renovada contenção à China e à multipolaridade, representada pelo pivô dos EUA para a Ásia; foram rejeitadas também pelos grupos japoneses contrários à integração regional com a China, que venceram a queda de braço interna e forçaram o Japão a se afastar da China comunista.

Por fim, foram rejeitadas por boa parte dos próprios chineses, mais uma vez com papel fundamental do ELP, que enxergou na política de ascensão pacífica e na conciliação com EUA e Japão, adotadas por Hu Jintao, o risco de perder a soberania sobre Taiwan – seja pela contração de algum compromisso que forçasse a China a aquiescer futuramente à independência de Taiwan, seja pela consentimento à influência japonesa na ilha, no âmbito de um condomínio sino-japonês, plausível como decorrência da Comunidade do Leste Asiático.

O fracasso da ascensão pacífica representou também o fracasso do modelo associado chinês, da “autonomia na dependência”. Apesar de tudo, a China fez o possível para reavivar a globalização e continuar se beneficiando de seu status como “fábrica do mundo” e receptora de capital e tecnologia: lançou a Iniciativa Cinturão e Rota, mas seguiu lutando pela reforma do sistema ONU; adotou o modelo da circulação dual, mas assumiu para si a posição de campeã do livre comércio, em contraponto à guerra comercial promovida pelos EUA durante o governo de Donald Trump.

Entretanto, à competição industrial e tecnológica que se acirra, somou-se a questão central da agenda de Revolução Nacional da China: a reintegração de Taiwan. O anúncio da visita – e a visita em si – de Nancy Pelosi (2022) às autoridades da República da China, que colocaram em xeque a política estadunidense da “Uma China”, tiveram como resposta a realização de exercícios militares pela China Popular em torno de Taiwan. Convenientemente, os fatos políticos serviram ao propósito da aprovação da Lei dos Chips nos EUA (julho de 2022) e a aplicação de mais sanções pelos EUA sobre o setor de alta tecnologia da China.

Então, mais uma vez, em função das pressões sistêmicas e alheias à sua vontade, a China vê, mais uma vez, reduzir-se as suas opções, restando a ela retomar a Revolução Nacional por meio de uma endogeneização autárquica do Centro de Decisão, aprofundando o caminho

tomado pela China com a adoção do Made in China 2025 (2015) e a política de Circulação Dual (2021).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Nacional é obra do sujeito. Seja realizada enquanto gesto violento, e com afirmação da ruptura com o passado, seja mediante reformas pacíficas que afirmam o oposto, isto é, uma perspectiva de continuidade conservadora, ela é empreendida com constância, determinação e tenacidade. Em qualquer um dos casos, ela exige a mobilização de todas as forças materiais e espirituais contidas dentro de um Estado. Reconhecer a importância da Revolução Nacional é o mesmo que reconhecer o papel das pessoas na História.

Foi esta premissa ontológica que permeou toda a redação da tese. Foi a partir daí que se condicionaram as escolhas em torno do tema, enfoques, abordagens e descrições. Por essa razão, era imperioso que se desnaturalizasse a realidade.

Ao mesmo tempo, no entanto, descarta-se a Revolução Nacional como o “triunfo da vontade”, como se agisse à revelia das circunstâncias materiais e políticas do mundo real. É por esta razão que se buscou, ainda na introdução, investigar uma relação de causalidade eficiente que servisse para responder ao problema de pesquisa desta tese, qual seja: de que forma a China respondeu aos desafios impostos pelo sistema internacional moderno, superando a subjugação pelo poderio ocidental e alcançando o retorno à posição de potência mundial?

Primeiramente, percebeu-se a necessidade de identificar justamente qual elemento havia sido o determinante para o desmantelamento do sistema tributário chinês – e se havia sido de fato externo. Constatou-se que havia pelo menos quatro causas concorrentes possíveis, quais sejam, a mudança climática e a fome; a Revolução Taiping e a erosão do tecido social; a Revolução Militar e a Revolução Industrial.

Constatou-se que, em que pese todas as possíveis causas tivessem alguma influência no resultado final, foi a revolução industrial a causa eficiente e, portanto, elencada como variável independente. Justificou-se essa escolha por entender-se que foi a revolução industrial que impulsionou o sistema capitalista europeu à planetarização – seja pela junção entre produção e tecnologia (aumento da produtividade e da escala), como pelo ímpeto à expansão, característica intrínseca do capitalismo industrial. Por essas razões, foi a revolução industrial que, em última instância, tornou o sistema capitalista europeu uma ameaça aos sistemas tributários.

Justamente por esse motivo, o primeiro capítulo trata do período anterior à Revolução Nacional na China. Ele discute a integração do país asiático ao sistema europeu, em meio à desintegração de sua economia, sociedade e inclusive, dinastia, ao longo das Guerras do Ópio no século XIX. Graças a esse desafio, a China precisou formular respostas, incluindo-se a

Revolução Taiping – a resposta revolucionária e que queria subverter o confucionismo – e o Autofortalecimento – a resposta conservadora que buscava a manutenção da estrutura tributária.

Adotaram-se dois critérios para realizar a distribuição dos capítulos de desenvolvimento (2, 3 e 4) e determinar o conteúdo da análise. O primeiro foi o próprio caráter da revolução industrial, que é transversal, isto é, atingiu todos os aspectos da práxis humana: econômico, militar e, por fim, político. Por decorrência lógica, as respostas oferecidas pela China aos desafios do sistema internacional moderno (variáveis dependentes) somente poderiam ser analisadas sob este ponto de vista.

Por esta razão escolheu-se adotar o conceito de Revolução Nacional – compreendido aqui como a conjugação das respostas de um determinado Estado ao subdesenvolvimento nos campos econômico, militar e político. Economicamente, a resposta está centrada na endogeneização do centro de decisão econômica – isto é, do estado da arte da industrialização. Militarmente, trata-se da modernização militar, isto é, do estado da arte da tecnologia dos meios de guerra e da doutrina militar. Politicamente, o esforço de construção da Revolução Nacional demandaria uma grande conjugação de forças, que seria lograda por meio da centralização política – que não necessariamente é obtida por meio da coerção, mas pode ser obtida pelo consenso.

O segundo critério diz respeito à própria premissa ontológica citada no início destas considerações finais: da política como obra do sujeito. Entretanto, o sujeito aqui não é o indivíduo, mas o Estado: a política é operada por indivíduos, mas sua concretização – isto é, a ideia abstrata que se torna real – somente se dá no âmbito do Estado. Portanto, decidiu-se dividir os capítulos de desenvolvimento (2, 3 e 4) não necessariamente segundo as respostas oferecidas pela China, mas sim no tipo de estrutura de estado e de sistema que permitiu aos chineses oferecerem estas respostas.

Portanto, o primeiro capítulo descreve o embate entre o sistema tributário chinês e o sistema internacional moderno, que termina com a prevalência do último (1839-1895); o segundo capítulo tem como palco a ausência de soberania, a erosão da autoridade política e, por consequência, a disputa interna para definir qual será a estrutura do Estado moderno chinês, cujo ápice é a Guerra Civil entre Nacionalistas e Comunistas (1895-1949); já o terceiro capítulo se passa inteiramente no contexto da República Popular da China que, em que pese seus diversos problemas e transformações nos últimos 73 anos, foi uma plataforma ativa de defesa da soberania chinesa.

Além disso, em consonância com os argumentos aqui expostos, não se poderia, portanto, acreditar que a história se dá unicamente por acidentes e golpes de sorte – ainda que tenham,

inegavelmente, seu papel na construção histórica. Não se poderia, portanto, condescender com a ideia de que a Revolução Chinesa é apenas, e tão somente, o resultado do ingresso das tropas soviéticas na “Tempestade de Agosto” na Manchúria. Conquanto se tenha notado o quanto isso foi relevante, nem por isso, mesmo com a chegada dos comunistas ao poder, estava selado o destino da Revolução Chinesa. Ainda se mantinha em aberto as portas para que, depois de encerrado o gesto violento – resultante do confronto com japoneses e o Guomindang – a China se tornasse uma Iugoslávia de Tito, e adotasse desde os primórdios da década de 1950 um modelo de desenvolvimento dependente-associado – como o adotado pelo Brasil, e pelo próprio país na era de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao, em oposição à autarquia almejada no Grande Salto Adiante.

Para romper com essa perspectiva de imanência – em que a Segunda Guerra conduz à bipolaridade, esta conduz à Revolução Chinesa, que por sua vez leva à Guerra da Coreia – foi necessário descer à história política, percorrer documentos, discursos e pronunciamentos de líderes proeminentes. Mas, acredita-se, ter-se demonstrado com sucesso, que o caminho da Revolução Nacional foi gestado pela subjetividade – acertando ou errando. De todo modo, ele foi forjado por decisões humanas.

Isto não significa que essas decisões foram sempre racionais. Ou então, que tenham sido tomadas com o domínio pleno dos fatos. Pelo contrário, procurou-se também descortinar o engodo, a trapaça e os estratagemas mediante os quais uma Grande Potência conduzia a outra a seus interesses, ou induzindo seus líderes a insensatez.

Teria a China ingressado na Guerra da Coreia sem o bloqueio do estreito? Pouco antes, Truman havia deixado aberto aos chineses a possibilidade de uma acomodação às custas de Taiwan – quando explicitamente deixou a ilha fora do perímetro de segurança dos EUA. Dean Acheson, havia feito o mesmo, meses antes, tentando criar as condições para a implementação da NSC 48/2. Ironicamente, ela foi elaborada pelo *Policy Planning Staff*, de George Kennan, o mesmo autor do Longo Telegrama (fevereiro de 1946) – com razão, colocado ao lado do Discurso de Churchill em Fulton (março de 1946), como desencadeador da Guerra Fria. A imaginada arquitetura internacional de Franklin D. Roosevelt, da governança do sistema de segurança multilateral em bases regionais, deveria constituir prova suficiente e eloquente de que a bipolaridade não era um destino – foi uma escolha.

Mesmo depois de vencidos todos os limites da sensatez, e tendo sido tomada a decisão fatal dos chineses ingressarem na Coreia, abriu-se na última hora uma janela que permitiria que não se desse o confronto com os estadunidenses. Contudo, ela rapidamente foi fechada, com o

anúncio (falso) de que o Guomindang seria envolvido na ocupação da Coreia – o que abriria um novo flanco da Guerra Civil. E, então, a China atacou.

A decisão de Eisenhower de obter o fim da guerra, mediante o bloqueio da China continental em 1953, pode ter sido funcional. Mas, também foi carregada de graves consequências. Estimulou Jiang Jieshi a empreender os primeiros passos de seu sonho de recuperar a China ao Partido Nacionalista (Guomindang). A Primeira Crise do Estreito, que teve lugar no ano seguinte (1954), serve como ilustração da importância da tomada de decisão estratégica – caberia aos próprios EUA evacuar as forças do Guomindang para pôr fim à Crise, que em última instância, perdura até os dias de hoje.

Contudo, talvez o processo mais emblemático tenha sido suscitado em função da Segunda Crise do Estreito. Não deixa de ser fascinante, mas também assustadora, a manobra que a China efetuou no âmbito da Coreia, para operar na busca de desviar tropas e recursos estadunidenses da Ásia. É notável que Mao, convertido no defensor de Stálin e da confrontação com o Ocidente tenha logrado obter o apoio de reformistas como Dubček (Checoslováquia), Gomulka (Polônia) e Ceaușescu (Romênia). E, obviamente, teria ficado embevecido caso pudesse ter atraído Tito (Iugoslávia) – embora tenha de ter-se contentado, ao fim com Enver Hoxha (Albânia).

E, depois que faliram todas as tentativas de disputar ou obter-se uma fissura significativa no movimento comunista – a qual, como procurou-se descrever, a China esteve próxima de lograr –, adveio o confronto militar direto com a URSS. Aqui não há nenhuma ambiguidade. Os choques no Ussuri em 1969 são uma resposta à invasão da Tchecoslováquia em 1968. Nada como a reportagem de Veja (REDAÇÃO..., 1968), escrita no olho do furacão, com o depoimento de Tito de que pretendia oferecer auxílio a Romênia, caso essa também fosse invadida pela URSS, para compreender-se a atitude chinesa. Mas, aqui, a China contava com suas próprias razões. Elas iam além da imediatividade e das aparências superficiais da realidade. Em 1967, havia logrado obter sua arma de fusão nuclear. Enquanto isso, os americanos encontravam-se atolados no Vietnã. Para a China era preciso ganhar, mais que tempo, um aliado poderoso para sustentar a condição de Grande Potência e obter a unificação nacional.

Com isso se deu, de modo quase direto, – aqui expresso na posição do então senador Edward Kennedy – imediatamente após a notícia do choque sino soviético, a China logrou marchar para leste e colher frutos no Oeste – tal como no sexto estratagema chinês. De fato, em 1969, teriam início as negociações secretas com Kissinger na Polônia, que conduziram à viagem de Kissinger ao país asiático (1971) e depois do próprio presidente Nixon (1972).

O fundamento do reatamento foi o reconhecimento de uma só China – o direito de passagem. Como preempção, a China anexou em 1974 as ilhas Paracels, redesignando-as, como cumpre ao vencedor, de Xisha. Em 1988, foi a vez das ilhas Spratly, igualmente redesignadas para Nansha – na costa das Filipinas. Já então, a China havia se tornado senhora do Mar do Sul da China. Era o tributo a ser cobrado pela longa e desgastante Guerra Sino-Vietnamita (1979-1991).

Mas, então, sobreveio o colapso soviético e o incidente de Tiananmen. Contudo, a despeito desses percalços, que ao menos ostensivamente sustaram a colaboração ocidental à modernização chinesa, a era de Deng logrou uma sobrevida de outros 10 anos com Jiang Zemin. Deng pôde, enfim, se aposentar, em 1992, após garantir a continuidade da reforma. O compromisso com a autarquia, a autossuficiência – “o andar com as próprias pernas” – da era do Grande Salto, foi completamente abandonado. Ao custo do envenenamento das águas, do ar, da destruição ambiental que produziu inundações, depreciação das condições trabalhistas e até mortos por insuficiência respiratória, a China tornou-se a indústria do mundo – a grande plataforma de exportações do planeta.

Contudo, sobreveio a Terceira Crise dos Estreitos (1995-1996). Então, a humilhação infligida mais uma vez pelos estadunidenses, aliado aos custos humanos, políticos e ambientais do desenvolvimento interno trouxe novo rumo à Revolução. Em 2003, assumiu Hu Jintao e a ala da Harmonia. O compromisso com o governo pela lei, com os direitos civis, sociais e ambientais teve de ser associado com a ampliação do mercado interno, do poder aquisitivo e, para tanto, o aumento da massa de salários. Era a vez da “sociedade moderadamente próspera”.

Mesmo isso, demandou, em alguma medida, a retomada da Revolução Nacional. Era preciso endogenizar parte do Centro de Decisão Econômica (neste caso, a eletrônica) para propiciar o controle dos custos de produção, que alimentariam a expansão do mercado consumidor. Daí a ideia de associar-se simultaneamente a ASEAN<sup>51</sup> e aos países do Leste Asiático – formando então o que seria a Comunidade do Leste Asiático. Criava-se uma equação mais favorável para administrar a dependência em relação ao centro (Coreia do Sul e Japão), enquanto se adquiria escala para a expansão, agregando ao seu já robusto mercado interno uma periferia (os países da ASEAN). Além disso, mantinham-se relações amistosas com os EUA, admitindo sua supremacia nos negócios mundiais.

---

<sup>51</sup> **Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN)** – Organização intergovernamental de integração política, econômica e social do Sudeste Asiático. É formada por 10 países-membros: Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Myanmar, Laos, Camboja.

Mas, então, entre 2010 e 2011, os EUA lançaram o seu Pivô para a Ásia. E, na esteira das manifestações antijaponesas de 2012 na China, sepultou-se o governo de Hu Jintao – o grupo da “Harmonia”, na China. Ao mesmo tempo, caiu no Japão, o governo do Partido Democrático Japonês (PDJ) – que já não contava mais com Yukio Hatoyama, o grande responsável por propugnar a Comunidade do Leste Asiático. Com isso, afastaram-se os esforços de reencarnar o panasianismo, nos moldes daquele proposto por Atsumaro Konoe (pai do príncipe Konoe) e de Ichiro Hatoyama (avô de Yukio).

Mas, diferentemente do esperado, o governo de Xi Jinping não significou uma confrontação com o Japão. Embora as relações entre os dois países tenham se deteriorado consideravelmente desde 2013, houve uma retomada desde a 17ª Cúpula da ASEAN, em 2017, na qual o líder chinês teve um encontro bilateral com o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, e as relações entre os dois países começaram a melhorar. E graças ao lançamento da Iniciativa Belt and Road (Belt and Road Initiative – BRI), uma ambiciosa tentativa de lograr uma escala e uma periferia quase semiexclusiva, pode-se retomar a cooperação com o Japão. Isso pode ser observado em dois eventos essenciais: a assinatura da Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) em 2020 e a participação do Japão no Fórum Belt and Road. A primeira é um substituto prático da Parceria Transpacífica (TPP) (2008) – mas, desta vez, com participação da China. E o segundo é o órgão gestor da BRI. E, mais uma vez, a Revolução Chinesa parecia ter encontrado um ponto de equilíbrio entre a autarquia e a dependência.

Nem mesmo a guerra comercial ou a tecnológica, sequer a pandemia, pareciam demover os chineses de situar-se em um caminho intermediário. O que, no plano externo, importa por excluir a confrontação. Contudo, sobreveio a Quarta Crise do Estreito (2022) e, mais uma vez, a China e o Japão vieram a se confrontar.

Tudo isto coincidiu com o assassinato do “xogum das sombras” Abe Shinzo, o “fazedor de primeiros-ministros”, que atuava como elemento mediador – atendia aos ímpetos do ultranacionalismo interno por meio dos simbolismos, mas atuava como apaziguador na implementação das políticas. A queda de Abe parece ter retirado os freios que limitavam a rivalidade sino-japonesa.

A sobreposição dos eventos criou uma nova situação internacional, que impele os chineses à endogeneidade. As sanções de Trump impostas na esteira da “guerra comercial” e da “guerra tecnológica” tornaram-se moeda política em represália das manobras chinesas no estreito. Por isso, tendem a eternizar-se – o que já ocorre sob o governo de Joe Biden. Retomou-se o discurso maniqueísta da Guerra Fria, de “luta entre o mundo livre a tirania” (PAUTASSO et al., 2020, p. 95).

Ao mesmo tempo, ciente dos rumos da cadeia global de suprimentos e da Transição Tecnológica rumo à Quarta Revolução Industrial, Xi Jinping promoveu, ainda em 2015, o plano *Made in China 2025*. Em meio às incertezas do mercado de semicondutores, da pandemia e das sanções impostas pelos EUA ao setor de tecnologia chinesa, trata-se de uma aposta na integração às cadeias globais de valor, da aposta de que por meio da industrialização em um setor altamente tecnológico, se poderá obter estabilidade nas próximas décadas. Contudo, as associações do mercado de semicondutores com Taiwan, e indiretamente, com o Japão, não afastam a confrontação do horizonte chinês.

Cabe aqui ressaltar o papel central cumprido pelo Exército de Libertação do Povo (ELP). O ELP, como qualquer força armada, seria naturalmente responsável pela mobilização militar e pelo emprego da força. Além disso, o PLA assumiu papel importantíssimo como prestador de serviços públicos, inclusive na construção de infraestrutura e no combate a desastres naturais. Isto, no entanto, não guarda diferenças com o papel de outras forças armadas ao redor do mundo. É no contexto da Revolução Nacional chinesa que o ELP assume uma função especial: garantir a centralização política (consenso interno) e o avanço da industrialização.

Desde os primórdios da organização política, na base comunista de Yan'an, na década de 1930, na Guerra Civil, na Guerra da Coreia, no Grande Salto Adiante, na Revolução Cultural, na Reforma e na Abertura, e até mesmo como elemento crítico da Ascensão Pacífica, o Exército de Libertação do Povo atuou como uma coluna vertebral do processo de Revolução Nacional. Comportou-se, então, como nas palavras de Mao Zedong (1952 [1929]): “um corpo armado para realizar as tarefas políticas da revolução”.

E a tarefa última da revolução, como buscamos demonstrar neste trabalho, é a conclusão da missão de reunificação da China e a reconquista última da soberania chinesa – cuja fronteira final é Taiwan. Foi por esse objetivo que a China comunista mobilizou sua sociedade, seus esforços e seus recursos nos últimos 73 anos. Foi por isso que a China perseguiu – e depois “abandonou” (entre muitas aspas) – a Revolução Nacional.

Muitos devem se perguntar: por que Taiwan? A resposta mais óbvia seria o forte simbolismo que Taiwan tem na história chinesa. Ainda no século XIX, a China perdeu Taiwan para o Japão, cujo processo se iniciou ainda em 1874 e finalmente concedido pela China após a Primeira Guerra Sino-Japonesa em 1895. E no século XX, mesmo após a derrota japonesa e a sua saída da ilha, ela tornou-se o refúgio do governo nacionalista (Guomindang) que fugiu do continente após perder a Guerra Civil. Assim, apesar de todo o desenvolvimento da China nas últimas décadas, a divisão da China entre os dois lados do estreito é como uma “ferida” que não cicatriza (CHINA, 2022).

Porém, a questão de Taiwan não se resume à história. A posição importante de Taiwan no Mar do Leste da China (Mar da China Oriental) cria, ainda hoje, dois problemas centrais para a defesa da República Popular da China. Durante a Guerra Fria, os líderes chineses consideravam a ilha como um “punhal apontado contra a China” (LIU, 2020, Epílogo). Por um lado, ela é um porta-aviões natural e uma base potencial para instalação de mísseis voltados contra o continente chinês. Ter o controle de Taiwan, portanto, evitaria um eventual uso militar da ilha contra o continente (RPC), seja pela República da China, seja pelo Japão, seja por potências extrarregionais.

O segundo problema é o do controle da navegação do Mar do Leste da China, da qual a China é dependente para a maior parte do seu comércio internacional – incluídas as exportações de bens industriais e as importações de matérias-primas e recursos energéticos. Muitas análises passam ao largo da importância das ilhas Ryukyu, uma cadeia de ilhas que liga o Japão a Taiwan. Ter o controle dessas ilhas representa a possibilidade de projetar poder ou influência para as ilhas adjacentes e estar em posição de restringir ou ameaçar as rotas de navegação (SEALOCs) do outro país. É o caso do Japão com relação à China – além de influenciar Taiwan, o cercamento da China representa uma ameaça às linhas marítimas de comunicação (SLOCs) chinesas.

Este cenário coincide com o fim de uma era nas relações entre China e Japão. O ano de 2022, curiosamente, marcou a conclusão do programa de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA) do Japão para a China, que teve um grande papel na promoção do desenvolvimento chinês desde a década de 1970 (OKABE, 2022). O fornecimento de ODA pelo Japão à China foi feito no contexto de uma estrutura de cooperação pautada pela “cláusula antihegemônica”, segundo a qual ambos os países renunciavam a buscar hegemonia regional e comprometiam-se a evitar a hegemonia de potências extrarregionais na Ásia. Os acontecimentos do ano de 2022 parecem dar início a uma renovada disputa entre China e Japão pela hegemonia do Leste Asiático.

O assassinato do ex-primeiro-ministro japonês, Abe Shinzo, em julho, parece reforçar esse cenário. Embora fosse, por vezes, considerado um representante da ala antichinesa dentro da política japonesa, vinha buscando reaproximar os dois países (OKABE, 2022). Mesmo após a sua renúncia como primeiro-ministro, tinha grande relevância na política japonesa, atuando como um “xogum das sombras”. Não é de surpreender que logo após seu assassinato, o Japão tenha adotado uma posição mais dura com relação à China. Em agosto de 2022, o Ministério da Defesa japonês propôs instalar um milhar de mísseis com alcance de mais de 1.000 km na região de Kyushu – que inclui toda a cadeia de ilhas do Sudoeste do arquipélago, inclusive as

ilhas Ryukyu e Okinawa (JOHNSON, 2022). Além disso, o governo japonês propôs aumentar o orçamento das Forças de Defesa do Japão em mais de 50% nos próximos cinco anos (YAMAGUCHI, 2022). Estas medidas trazem consigo a perspectiva sombria da possibilidade de uma Terceira Guerra Sino-Japonesa. E, mais uma vez, o pêndulo se desloca em direção à autarquia, ao isolamento imposto e eventualmente, o estímulo à ação militar por parte da China.

Figura 9 – Mapa das ilhas Ryukyu, entre o arquipélago japonês e Taiwan.



Fonte: UCHINANCHU, 2006.

Além das questões levantadas acima, Taiwan tem um papel central na transição tecnológica. Foi um dos primeiros Tigres Asiáticos e tornou-se um dos principais polos de desenvolvimento tecnológico do mundo. Atualmente, uma empresa de Taiwan, a TSMC, é a maior produtora mundial de chips – insumo fundamental da indústria de alta tecnologia –

respondendo por cerca de dois terços do mercado mundial e iniciou em 2022 a produção de chips de 3 nanômetros, os mais avançados já produzidos.

Nos últimos anos, dentro da política de reterritorialização da indústria pelos EUA – iniciada com o “America First” de Donald Trump e sua guerra comercial e reforçada com o Chips Act proposto pelo governo de Joe Biden – os EUA firmaram um acordo para que a TSMC abra uma fábrica em seu país, no valor estimado de US\$ 40 bilhões (CHENG, 2022). Ao mesmo tempo, aplicaram medidas como controles de exportação, que dificultam a venda de chips com componentes estadunidenses a empresas chinesas, o que afeta diretamente o suprimento de chips da TSMC às empresas chinesas de alta tecnologia, como é o caso da empresa chinesa Huawei, uma das campeãs chinesas no desenvolvimento do 5G e do 6G.

Em outubro de 2022, os EUA decretaram novas sanções, ainda mais abrangentes, que proibiram a venda de insumos e equipamentos necessários para a produção de chips e a atuação de cidadãos estadunidenses ou residentes no país no desenvolvimento de chips de determinadas empresas chinesas (HE, 2022). Estas sanções buscam atacar diretamente o desenvolvimento industrial e tecnológico chinês, pois ainda que o país tenha logrado abrir fábricas de chips com desenvolvimento relativamente avançado – diz-se que teria alcançado a tecnologia de 7 nanômetros e reconhece que produz em larga escala chips de 14 nanômetros – ainda não alcançou o estado da arte desta tecnologia (CHE, 2022; QI, 2022).

E apesar da abertura de uma fábrica nos EUA, vale notar que a Fab18, a unidade em que a TSMC iniciou a produção dos chips de 3 nanômetros, está localizada em Tainan, ao sul de Taiwan, e que a próxima grande fábrica da empresa, que produzirá chips de 2 nanômetros, estará localizada em Hsinchu, na região central de Taiwan (CHANG; KAO, 2022; WU, 2022). Portanto, este é mais um fator que impactará o planejamento estratégico da República Popular no que tange Taiwan e os desdobramentos envolvendo a ilha devem continuar a produzir enorme impacto para a disputa industrial e tecnológica mundial.

Todas essas questões reforçam a centralidade de Taiwan para a China. No momento em que este trabalho é redigido, os analistas se perguntam “quando” – e não “se” – a China vai invadir e reconquistar Taiwan. Entretanto, como este trabalho procurou debater e demonstrar à exaustão, não há um destino inevitável para a China. Especificamente na questão de Taiwan, nunca se “fechou a porta” para uma solução negociada – alguns exemplos históricos são a proposição do “um país, dois sistemas”, ainda na década de 1980, e da firma dos acordos de cooperação econômica entre China e Taiwan no início da década de 2010 – o Acordo-Quadro Interestreito para a Cooperação Econômica (ECFA) e o Acordo Interestreito para o Comércio de Serviços (CSSTA).

Além disso, o resultado das eleições municipais de 2022 em Taiwan (República da China) indicam um enfraquecimento do partido pró-independência (PDP, Partido Democrático Progressista), atualmente no poder. Ao contrário do que se imaginava, e do que havia acontecido nas eleições presidenciais anteriores, a ênfase dada pela Presidente Tsai Ing-Wen em resistir à China acabou sendo um “tiro pela culatra”, pois parte do eleitorado temeu que o discurso radical de Tsai precipitasse a ilha em uma guerra contra o continente (GU, 2022). A visita da congressista estadunidense Nancy Pelosi, em agosto de 2022, demonstrou que Taiwan perdeu margem de manobra diante das superpotências, China e Estados Unidos.

O resultado eleitoral, no entanto, não foi o fortalecimento do Guomindang (pró-reunificação), mas a ascensão de uma terceira via, que capturou votos de eleitores neutros. O maior expoente desta terceira via é o Partido do Povo de Taiwan (PPT), que concorreu pela primeira vez em uma eleição e conquistou uma prefeitura (Hsinchu) e 14 assentos em conselhos municipais. A plataforma do PPT pode ser vista como uma busca por uma posição de defesa do status quo e de mediação: que simultaneamente resguarde a autonomia da ilha sem buscar uma confrontação com o continente (JEN; YANG, 2022). Ainda em 2022, o presidente do partido, Ko Wen-je, defendeu publicamente a construção de uma ponte entre Xiamen e Kinmen (HIOE, 2022).

A expressiva votação obtida por partidos alternativos e por candidatos independentes parece convalidar a existência de um espaço para a terceira via pró-status-quo nas eleições presidenciais de 2024. O presidente do PPT, Ko Wen-je, ex-prefeito de Taipei por dois mandatos, já se lançou como pré-candidato e seu maior desafio deve ser justamente aglutinar as forças da terceira via (GU, 2022; SHARP, 2020).

Resta saber se a consolidação de uma terceira via que defenda uma aproximação com a China, mas defenda a manutenção do status quo, seria capaz de arrefecer os ânimos dos dois lados do estreito. Afinal, o acirramento da competição entre EUA e China e as interferências externas em favor dos independentistas de Taiwan, como analisamos, pode fortalecer a posição favorável à retomada forçada de Taiwan nas elites políticas chinesas. Uma demonstração desse desdobramento é a publicação do documento “A Questão de Taiwan e a Reunificação da China na Nova Era”, em agosto de 2022, em resposta à visita da Presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Nancy Pelosi, a Taiwan. No documento, afirma-se que a reunificação pacífica é a “primeira opção”, mas que a República Popular não abrirá mão de utilizar a força se os separatistas taiwaneses cruzarem as linhas vermelhas – leia-se, proclamar independência ou tomar ações que possam ser entendidas como tal (THE TAIWAN..., 2022).

Neste trabalho, tem-se buscado mostrar que a Revolução Nacional chinesa significa o rompimento dos laços de dependência da China com o centro do capitalismo e a sua ascensão ao centro do Sistema Internacional. Portanto, como também buscamos demonstrar neste trabalho, esta (imensa) tarefa não se restringe à economia ou à política – temas nos quais o Centro de Decisão e a Revolução Nacional foram originalmente desenvolvidos por Furtado – e trata na verdade de uma articulação entre política, economia e segurança (defesa). De forma prática, tratamos de três indicadores: centralização política, industrialização e modernização militar.

O conflito permanente entre a aspiração simplificadora da análise e a complexidade da realidade impõe enormes desafios à observação, mas também à forma como se descreve os fenômenos. Ao mesmo tempo, a complexidade das relações internacionais obriga o analista a avaliar diversas variáveis simultaneamente, o que, ao mesmo tempo, demanda uma ampliação do horizonte temporal da análise.

De modo prático, é possível dizer que a China concluiu o seu processo de revolução nacional? É possível dizer que a China passou a integrar o centro do sistema internacional? Sob alguns aspectos, a China já atua como um país central. Seja pelo tamanho da sua indústria, pelo grau de desenvolvimento tecnológico de diversos setores da sua economia, pelo tipo de relação comercial que estabelece com diversos países ao redor do mundo (inclusive com o Brasil), pelo estabelecimento da Iniciativa Cinturão e Rota, cujos impactos econômicos e políticos já são sentidos em todo o mundo.

Entretanto, a China ainda não foi capaz de romper completamente os laços de dependência com o exterior. O fato de que a China ainda está dividida e há uma autoridade política concorrente do outro lado do Estreito de Taiwan mostra que a China não concluiu seu processo de Centralização Política. E como demonstrou-se à exaustão, este fato tem uma importância decisiva para a segurança do território chinês, para o controle das linhas marítimas de comunicação, e por fim, para a confiança do povo chinês na liderança do Partido Comunista Chinês em conduzir a “Grande Revitalização da Nação Chinesa” (XI, 2012, p. 41-43) – a conclusão da revolução nacional.

E como dito há pouco, a China não domina o estado da arte da tecnologia mais importante no atual cenário transição tecnológica – a produção de chips – e depende de insumos e equipamentos dominados por empresas de outros países e, portanto, seu desenvolvimento industrial ainda está sujeito à aplicação de sanções. Uma integração econômica efetiva entre o continente e a ilha de Taiwan poderá ser um passo fundamental ao rompimento da dependência econômica.

Portanto, é lícito fazer duas afirmativas: a primeira é que a grande missão da China é a conclusão da sua revolução nacional – a “Grande Revitalização da Nação Chinesa”; a segunda é que a reunificação com Taiwan é a última fronteira e símbolo máximo da conclusão do processo de revolução nacional, em que pese não ser o único indicador a ser levado em consideração.

Dito isto, não se busca fazer um prognóstico acerca de se, como ou quando haverá esta reunificação, apenas apontar as possibilidades e os indicadores a serem analisados a esse respeito – missão ambiciosa, diga-se de passagem.

Se a Revolução Nacional chinesa for de fato concluída, surgirá então uma nova pergunta: qual será a nova missão histórica da China? Irá a China aderir estritamente à lógica do sistema internacional moderno – eventualmente nucleando um novo ciclo de acumulação capitalista (ARRIGHI, 1996) – ou buscará promover uma mudança de sistema (GILPIN, 1981), como por exemplo pela promoção de um socialismo do século XXI? (JABBOUR; GABRIELE, 2021).

Nesse contexto, a China encara um dilema, oriundo da sua história de superação das mazelas da dependência para com o capitalismo industrial e em razão de colocar-se em condições efetivas de assumir o posto de superpotência e, por consequência, poder modificar os rumos do sistema internacional.

Por um lado, a China carrega a responsabilidade de propor um novo modelo de relações internacionais, baseado no discurso de cooperação e solidariedade terceiro-mundista que ajudou a criar e a consolidar desde a sua fundação – e que incorporou à sua política externa atual, mediante a proposição de “construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade” (XI, 2017, pp. 659-673).

Ao mesmo tempo, para atingir as capacidades que lhe permitam promover esta mudança de sistema, necessita levar adiante seu processo de desenvolvimento e ascender ao centro do sistema internacional. Para tanto, deve defender seus interesses dentro de um contexto de competição internacional “à moda tradicional”, tanto com os países desenvolvidos (centrais), quanto com os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Este dilema não aparece apenas na terceira imagem (sistema internacional), mas também na segunda imagem (sociedade e política interna), visto que o processo de Reforma e Abertura gerou novos tipos de interesses nas elites e na sociedade chinesa e complexificou a composição dos grupos sociais e econômicos na China. Portanto, é difícil imaginar que isto não impacte a formulação e a tomada de decisão na Grande Estratégia da República Popular da China.

Diante da grande disparidade de capacidades entre a China e a maioria dos países do mundo, especialmente na Eurásia, África e América Latina, é possível considerar a multipolaridade viável? E a China deseja, de fato, construir um sistema multipolar? Ou prefere construir um novo sistema multilateral de governança, sob sua liderança – ainda que mais justo e igualitário do que o sistema liderado pelos EUA?

A obra “Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power” (“Pensamento Chinês Antigo, Poder Chinês Moderno” na tradução em português), escrita pelo pesquisador chinês Yan Xuetong ainda em 2011 traz bons pontos para este debate. Segundo o autor, o objetivo da estratégia chinesa “não deve ser apenas reduzir a diferença de poder para os Estados Unidos, mas também oferecer um modelo melhor de sociedade do que o dos Estados Unidos<sup>52</sup>” (YAN, 2011, p. 99). Assim, a China se credenciaria a substituir os Estados Unidos como líder da comunidade internacional (YAN, 2011, p. 65). Ainda que Yan (2011, pp. 65-66) conceda que um Estado necessite de capacidade material (militar e econômica) para assumir a liderança, ele afirma que o poder político deve ser obtido por meio do reconhecimento internacional da sua responsabilidade – uma consequência do exercício da “autoridade humana”.

Entretanto, o autor reconhece que a partir da ascensão da China, seria difícil estabelecer um sistema internacional verdadeiramente igualitário, afinal os Estados têm capacidades diferentes. Dentro da proposição da “autoridade humana”, estados mais fortes devem assumir responsabilidades maiores e observar as normas internacionais de forma ainda mais estrita do que os estados mais fracos (YAN, 2011, p. 220).

De qualquer modo, tais proposições não passam de especulações e as questões levantadas serão objeto de investigação dos pesquisadores das relações internacionais e da Grande Estratégia da China pelas próximas décadas.

Enquanto não há respostas as perguntas postas, cabe-nos questionar quais são os caminhos possíveis para o Brasil. Em caso de uma guerra no estreito, o resultado seria terrível para o Brasil, que se veria pressionado pelos Estados Unidos e outros aliados ocidentais a reduzir ou até mesmo abdicar de suas relações comerciais com a China. Ainda que a China seja a “vilã” do dia para alguns economistas que a apontam como responsável pela desindustrialização ou reprimarização da economia brasileira, é inegável que uma queda abrupta de comércio com este país provocaria terríveis consequências para o comércio exterior brasileiro e para a economia brasileira de modo geral.

---

<sup>52</sup> No original, em inglês, “The goal of our [Chinese] strategy must not be only to reduce the power gap with the United States but also to provide a better model for society than that given by the United States.” (YAN, 2011, p. 99)

Ao mesmo tempo, o ingresso dos investimentos chineses na América Latina, por meio da Iniciativa Cinturão e Rota, também denota o enfraquecimento da posição brasileira como líder regional. Esse fenômeno não parece nem ter sido provocado pelos chineses e nem afetou o efeito gravitacional que a economia chinesa na região (PAUTASSO ET AL. 2021, p. 98-99). A desmobilização dos fóruns e organizações regionais como a CELAC e a UNASUL prejudicou a capacidade de mobilização brasileira, mas ressalte-se que para o Brasil, assim como para a China, não há um caminho predefinido.

Por fim, é forçoso constatar, mesmo a partir das referências selecionadas deste trabalho, que a China é uma civilização grandiosa. Até o presente, ela tem sido maior do que os seus problemas e persiste, apesar dos imensos desafios que se apresentam a ela e das intensas transformações às quais se submeteu. E, em mais de uma ocasião, o país logrou obter alternativas onde estas pareciam inexistir – como a criação da BRI e da RCEP. Ainda que não se possa afirmar com certeza quais serão os caminhos a serem tomados pela China a partir da conclusão da sua Revolução Nacional e da sua ascensão ao centro do sistema internacional, os impactos da Revolução Chinesa não se restringirão apenas ao seu território e ao seu povo e deverão influenciar toda a humanidade.

Afinal, assim como a industrialização e a urbanização mudaram toda a face da terra, é razoável imaginar que a robótica e a inteligência artificial também mudem a face da civilização como a conhecemos. Além disso, o desenvolvimento tecnológico tornou verossímeis desdobramentos que antes eram tratados apenas em filmes de ficção científica: a colonização permanente de corpos celestes e a exploração econômica do sistema solar, com a extração de novos materiais; o desenvolvimento de novas tecnologias que permitam produzir bens de alta tecnologia com materiais de grande abundância na terra e no sistema solar, como o grafeno; até mesmo a geração infinita de energia, especulada por meio do eventual domínio da tecnologia de fusão nuclear com ganho de energia; a transmissão energética com perda virtualmente nula. Todos esses desdobramentos podem provocar transformações ainda mais impressionantes na economia mundial, nas sociedades, na política e no modo de fazer a guerra. É muito provável que a China seja protagonista em todas essas importantes transformações da humanidade e seja responsável por “feitos que influenciarão profundamente o mundo” (XI, 2022).

Considerando-se os imensos desafios que a civilização chinesa superou nos últimos dois séculos, é lícito guardar uma expectativa otimista de que a Revolução Chinesa trará benefícios não apenas para os chineses, mas para o desenvolvimento, cooperação e paz para toda a humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ALPEROVITZ, Gar, **A diplomacia atômica**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- ALPEROVITZ, Gar. **The decision to use the atomic bomb: and the architecture of an American Myth**. New York: Alfred A. Knopf, 1995.
- ANÔNIMO. **Os 36 estratagemas**: manual secreto da arte da guerra. Traduzido do Chinês, apresentado e comentado por Jean Levi - São Paulo: Landy, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni, **O longo século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.
- ASIA POLITICAL. **Perry-Castañeda Library Map Collection**. Austin: University of Texas Libraries, 2008. Disponível em: [http://www.lib.utexas.edu/maps/middle\\_east\\_and\\_asia/txu-oclc-247232986-asia\\_pol\\_2008.jpg](http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/txu-oclc-247232986-asia_pol_2008.jpg). Acesso em: 05 set. 2022.
- BELL, P. M. H. **Twelve turning points of the second world war**. New Haven, EUA: Yale University Press, 2011.
- BLAIR JR., Clay. **MacArthur: O General Rebelde**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977, pp. 295-356 (Capítulos 37 a 43)
- BLECHER, M. J. **China: politics, economics and society**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publications, Inc., 1986.
- BO, Zhiyue. **China's elite politics: governance and democratization**. Singapura: World Scientific, 2010.
- BRASIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874]. v.1, 141 p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf). Acesso em: 11 nov. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N. C. Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal. BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N. C. (orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48
- BROOKS, Lester. **História secreta da rendição japonesa de 1945: fim de um império milenar**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- BROWN, Philip Marshall. The Recognition of Israel. **The American Journal Of International Law**, Cambridge, v. 42, p. 620-627, 1948.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CARR, Edward H. **Vinte anos de arise: 1919-1939**. uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

CHA, Myung Soo. Did Takahashi Korekiyo Rescue Japan from the Great Depression?. The **Journal of Economic History**, [S.l.], v. 63, n. 1, 2003, pp. 127–44. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3132497>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CHANG, Chien-chung; KAO, Evelyn. TSMC starts volume production of 3nm chips. **Focus Taiwan**, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://focustaiwan.tw/business/202212290013>. Acesso em 4 jan. 2023.

CHE, Pan. China's top chip maker SMIC achieves 7-nm tech breakthrough on par with Intel, TSMC and Samsung, analysts say. **South China Morning Post**, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://www.scmp.com/tech/big-tech/article/3190590/chinas-top-chip-maker-smic-achieves-7-nm-tech-breakthrough-par-intel>. Acesso em 4 jan. 2023.

CHEN, Jian. **China's Road to the Korean War**. New York: Columbia University Press, 1996.

CHEN, Jian. **Mao's China & the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

CHENG, Ting-Fang. TSMC to triple U.S. chip investment to \$40bn to serve Apple, others. **Nikkei**, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Tech/Semiconductors/TSMC-to-triple-U.S.-chip-investment-to-40bn-to-serve-Apple-others>. Acesso em: 4 jan. 2023.

CHESNEAUX, Jean. Secret Societies in China's Historical Evolution. *In*: CHESNEAUX, Jean (org.). **Popular movements and secret societies in China 1840-1950**. Stanford: Stanford University Press, 1972. p. 1-21.

CHIANG, Kai-Shek. **A Rússia Soviética na China**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1962.

CHINA. State Bureau of Surveying and Mapping. **Map of the people's Republic of China: Edition of Administrative Region**. Jun. 2008. Disponível em: <http://www.gissky.net/map/ChinaZQYW.jpg>. Acesso em 06 jan. 2023.

CHINA. The Taiwan Affairs Office of the State Council and The State Council Information Office. **The Taiwan Question and China's Reunification in the New Era**. 10 ago. 2022. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/atts/stream/files/62f34db4c6d028997c37ca98>. Acesso em: 4 jan. 2023.

CHINA'S Capitalist Revolution. Direção de Rob Coldstream. Reino Unido: Brook Lapping Productions, 2009. (90 min.), son, color.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On war**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, Washington, D.C., 11 Oct. 2011. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>. Acesso em: 5 set. 2022.

COHAN, A.S. **Teorias da Revolução**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

COOX, Alvin D. **Tojo**. Rio de Janeiro: Renes, 1976. (História ilustrada da 2ª. Guerra Mundial: líderes, n. 15).

CUMINGS, Bruce. **The Korean War**. New York: Modern Library, 2011.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia Chinesa**: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China. São Paulo: Saint Paul, 2014.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DENG, Yong. Chinese Relations with Japan: Implications for Asia-Pacific Regionalism. **Pacific Affairs**, Vancouver, v. 70, n. 3, pp. 373-391, Outono de 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2761028>. Acesso em: 04 Set. 2022.

DI, He. The Last Campaign to Unify China: The CCP's Unrealized Plan to Liberate Taiwan, 1949-1950. In: RYAN, Mark A.; FINKELSTEIN, David M.; MCDEVITT, Michael A. (orgs.) **Chinese Warfighting**: The PLA Experience since 1949. Armonk: M. E. Sharpe, 2003, pp. 73-90.

EASTON, Ian. **The Chinese Invasion threat**: Taiwan's Defense and American Strategy in Asia. Manchester: Eastbridge Books, 2017.

ELLEMAN, B. A. **Modern Chinese Warfare, 1795-1989**. London: Routledge, 2005.

ELMAN, B. A. **Civil Examinations and Meritocracy in Late Imperial China**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

ELMAN, B. A. **On Their Own Terms**: science in China. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

EVERA, Stephen Van. **Guía para estudantes de ciencia política**. Barcelona: Editorial Gedisa 2002.

FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **A questão de Taiwan na interação estratégica do leste asiático**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158140>. Acesso em: 05 set. 2022.

FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **As estratégias chinesas para Taiwan e seus impactos securitários no pós-Guerra Fria**. 2020. 130 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217770>. Acesso em: 05 set. 2022.

- FEJTÖ, François. **Historia de las democracias populares: I - Los Acontecimientos**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca, S. A., 1971.
- FRANKE, H.; TRAUZETTEL, R. **El imperio chino**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A., 1973.
- FRIEDRICH, Jörg. **Yalu: À beira da terceira guerra mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- FURTADO, Celso. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. [1961]. *In*: D'AGUIAR, Rosa (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 113-140.
- FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. [1973]. *In*: D'AGUIAR, Rosa (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 35-52.
- FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. [1987]. *In*: D'AGUIAR, Rosa (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, pp. 53-83.
- GADDIS, John Lewis. **A vida de George F. Kennan**. São Paulo: Globo Livros, 2014.
- GASSTER, Michael. The republican revolutionary movement. *In*: FAIRBANK, J. & LIU, K. (org.). **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p. 463-534.
- GELBER, Harry G. **O dragão e os demônios estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.C. aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: EdUSP, 2001.
- GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GODEMENT, François. **Xi Jinping's China**. London: European Council on Foreign Relations, 2013. (Essay, 85).
- GODWIN, Paul H. B. **Development of the Chinese Armed Forces**. Alabama: Air University Press, Maxwell Air Force Base, 1988.
- GONCHAROV, Sergei N., LEWIS, John W., XUE, Litai. **Uncertain partners: Stalin, Mao, and the Korean War**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

GRAHAM, Ian C. C. The Indo-Soviet MIG Deal and Its International Repercussions. **Asian Survey**, University of California Press, v. 4, n. 5, p. 823–832, May 1964.

GU, Erde. Taiwan's 2024 presidential race takes shape. **ThinkChina**, 1 dez. 2022. Disponível em: <https://www.thinkchina.sg/taiwans-2024-presidential-race-takes-shape>. Acesso em 4 jan. 2023.

GUSS. Location of Kinmen, Matsu and Wuciou, Based on MainlandChina.png by Alan Mark. *In*: WIKIMEDIA FOUNDATION. **Wikipedia**. San Francisco, Oct. 22, 2007.

Disponível em:

[http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_islands\\_of\\_Taiwan#/media/File:Kinmen,Matsu,Wuciou.png](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_islands_of_Taiwan#/media/File:Kinmen,Matsu,Wuciou.png). Acesso em: 06 set. 2022.

HALVERSON, Jeffry R.; GOODALL, H. L. Jr.; CORMAN, Steven R. **Master narratives of Islamist Extremism**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

HAN, X. **Chinese Discourses on the Peasant, 1900-1949**. Albany: State University of New York Press, 2005.

HAO, Chang. Intellectual change and the reform movement, 1890-8. **Cambridge History of China, Volume 11: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 2**. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1980, pp. 274-338.

HAO, Y.; WANG, E. Changing Chinese Views of Western Relations, 1840-95. *In*: TWITCHETT, D.; FAIRBANK, J. K. (Eds.). **Cambridge History of China, Volume 11: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 2**. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1980, pp. 142-201.

HARA, T. The Ichigo Offensive. The Battle for China: *In*: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; 157 VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011., pp. 392–402.

HATOYAMA, Yukio. **Japan's New Commitment to Asia Toward the Realization of an East Asian Community**. Address by H.E. Dr. Yukio Hatoyama, Prime Minister of Japan.

Kantei, Singapura, 15 de Novembro de 2009a. Disponível em:

[https://japan.kantei.go.jp/hatoyama/statement/200911/15singapore\\_e.html](https://japan.kantei.go.jp/hatoyama/statement/200911/15singapore_e.html). Acesso em: 04 de setembro de 2022.

HATOYAMA, Yukio. My Political Philosophy: The Banner of Party Politician Ichiro Hatoyama. **The Wall Street Journal**, 3 de setembro de 2009b. Disponível em:

<https://www.wsj.com/articles/SB125198761369983445>. Acesso em: 4 de setembro de 2022.

HE, Laura. US curbs on microchips could throttle China's ambitions and escalate the tech war. **CNN**, 31 out. 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/10/31/tech/us-sanctions-chips-china-xi-tech-ambitions-intl-hnk/index.html>. Acesso em 4 jan. 2023.

HEATH, I.; PERRY, M. **Men-At-Arms Series 275: the taiping rebellion 1851-66**. London: Osprey, 1994.

HEINZIG, Dieter. **The Soviet Union and Communist China 1945-1950**. New York: Routledge, 2015.

HIOE, Brian. With Kinmen Comments, Ko Wen-je Dives Into Cross-Strait Debate. **The Diplomat**, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/07/with-kinmen-comments-ko-wen-je-dives-into-cross-strait-debate>. Acesso em 4 jan. 2023.

HOLLOWAY, David. **Stalin e a bomba**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HOTTA, Eri. **Pan-Asianism and Japan's War 1931-1945**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HSU, I. C. Y. Late Ch'ing Foreign Relations, 1866-1905. *In*: FAIRBANK, J.; LIU, K.-C. (eds.). **Cambridge History of China, Volume 11: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 2**. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1980. p. 70-141.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Editora Forense Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

IAKOVLEV, N. N. **Os homens da Casa Branca: De Truman a Reagan**. Lisboa: Edições Avante!, 1988

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Paineis PNAD Contínua, 2022. Paineis digitais online da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), mostra a evolução de indicadores sobre mercado de trabalho, população, educação e acesso a TV, internet e celular no Brasil, com gráficos e mapas interativos. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

ITOH, Mayumi. **The Hatoyama Dynasty: the political leadership through the generations**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.

JABBOUR, Elias M. K.; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

JAIN, Rajendra K. From Idealism to Pragmatism: India and Asian Regional Integration. **Japanese Journal of Political Science**, Tokio, v. 12, n. 2, p. 213-231, Aug. 2011.

JAMES, Harold; JAMES, Marzenna. The origins of the cold war: some new documents. **The Historical Journal**, Cambridge, v. 37, pp 615-622. Disponível em: [http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0018246X00014904](http://journals.cambridge.org/abstract_S0018246X00014904). Acesso em: 5 set. 2022.

JANSEN, Marius. Japan and the Chinese revolution of 1911. *In*: FAIRBANK, J.; LIU, K. (org). **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p. 339-374.

JANSEN, Marius. **The Japanese and Sun Yat-Sen**. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

JEN, Victoria; YANG, Calvin. Taiwan People's Party a rising third force in traditional two-party political landscape. **Channel News Asia (CNA)**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www.channelnewsasia.com/asia/taiwan-peoples-party-election-3094711>. Acesso em 4 jan. 2023.

JIANG, Zemin. Manter no alto a grande bandeira da teoria de Deng Xiaoping para impulsionar em todos os sentidos a causa da construção do socialismo do tipo chinês rumo ao século XXI. In: JIANG, Zemin. **Reforma e Construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 201-255.

JOHNSON, Jesse. Japan weighs deploying over 1,000 longer-range missiles amid China tensions, report says. **Japan Times**, 21 ago. 2022. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2022/08/21/national/japan-1000-long-range-missiles-china>. Acesso em 4 jan. 2023.

JOINT Communiqué of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China. Beijing, Sept. 29, 1972. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

JOINT Communiqué of the United States of America and the People's Republic of China. Shanghai, Feb. 27, 1972. Disponível em: [http://us.china-embassy.gov.cn/eng/zmgx/zywj/lhgb/200310/t20031023\\_4917616.htm](http://us.china-embassy.gov.cn/eng/zmgx/zywj/lhgb/200310/t20031023_4917616.htm). Acesso em: 15 nov. 2022.

KANG, D. C. **East Asia before the west: five centuries of trade and tribute**. 2. ed. New York: Columbia University Press, 2012.

KENNAN, George F. **George Kennan's "Long Telegram"**. February 22, 1946. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>. Acesso em: 5 set. 2022.

KENNEDY, Paul. **Inferno no Pacífico: o castigo da traição**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1975.

KENNEDY, Paul. Grand Strategy in War and Peace: Toward a Broader Definition. In: KENNEDY, Paul (ed.). **Grand strategies in war and peace**. New Haven (EUA): Yale University Press, 1991.

KENNEDY, Robert F. **Luta por um mundo melhor**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.

KERSHAW, Ian. **Dez decisões que mudaram o mundo (1940-1941)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KRAMMER, Arnold. **The forgotten friendship: Israel and the Soviet Bloc 1947-1953**. Chicago: University Of Illinois Press, 1974.

KUHN, Robert Lawrence. What does Military Reform Mean? *In*: KUHN, Robert Lawrence. **How China's Leaders Think: The Inside Story of China's Reform and What This Means for the Future**. Singapore: John Wiley & Sons (Asia), 2009. p. 393-404.

KUHN, Philip A. The Taiping Rebellion. *In*: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. **The Cambridge History of China: Volume 10: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 1**. New York: Cambridge University Press, 2008, pp. 264-317.

KUO, T.-T. Self-Strengthening: the pursuit of Western technology. *In*: FAIRBANK, J. K. (Ed.). **The Cambridge History of China: Volume 10: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 1**. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2008. p. 491-542.

KURTULUS, Oktay. Japan Under Occupation, 1945-1952: Structure of the Occupation, Reform Policies, and Reverse Course. **Chuo University Bulletin of Graduate Studies** Tokio, n. 45, pp. 35-54, feb. 2016..

LEONHARD, Wolfgang. **O futuro da Revolução Soviética**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d [1976].

LIANG, Zhang; NATHAN, Andrew J.; LINK, Perry; SCHELL, Orville (eds.). **The Tiananmen Papers**. London: Abacus, 2002.

LINDSAY, Franklin. **Beacons in the Night**. Stanford: Stanford University Press, 1993.

LIU, K.-C.; SMITH, R. J. The military challenge: the north-west and the coast. *In*: FAIRBANK, J. K.; LIU, K.-C. (Eds.). **Cambridge History of China: Volume 11: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 2**. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1980. p. 202-273.

LIU, Xiaoyuan. **To the End of Revolution: the Chinese Communist Party and Tibet, 1949-1959**. New York: Columbia University Press, 2020. (e-book)

LO, Carlos Wing-hung. **China's Legal Awakening: Legal Theory and Criminal Justice in Deng's Era**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1995.

LÜTHI, Lorenz M. Restoring Chaos to History: Sino-Soviet-American Relations, 1969. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 210, p. 378-397, June 2012.

MAGNO, Bruno. **Revolução Nacional e Guerra Prolongada na China: Análise Estratégica e Operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

MAO, Zedong. The Chinese Revolution and the Chinese Communist Party. *In*: MAO, Zedong. **Selected Works of Mao Tse-tung: Vol. II**. Peking: Foreign Languages Press, 1965. p. 305-334.

MAO, Zedong. Sobre a Eliminação das Concepções Erradas no Seio do Partido (Dezembro de 1929). *In*: **Obras Escolhidas de Mao Tsetung: Tomo I**. Pequim: Edições do Povo, 1952. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1929/12/elimina.htm>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MARTEL, William C. **Grand Strategy in Theory and Practice: the Need for an Effective American Foreign Policy**. New York: Cambridge University Press, 2015.

MARTINS, José Miguel Quedi (Ed.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: Estudos de Caso em Política Externa e de Segurança**. Porto Alegre: ISAPE, 2013.

MARX, K. Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial. **Nova Gazeta Política e Econômica**, fev. 1850.

MARX, Karl. **A Revolução na China e na Europa**. New York Daily Tribune. 14 jul. 1853. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/14.htm>. Acesso em: 05 set. 2022.

MCCARTHY, Joseph. Wheeling Speech, West Virginia, February 9, 1950. Disponível em: [https://pages.uoregon.edu/eherman/teaching/texts/McCarthy\\_Wheeling\\_Speech.pdf](https://pages.uoregon.edu/eherman/teaching/texts/McCarthy_Wheeling_Speech.pdf). Acesso em: 5 set. 2022.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a Transformação da China**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus, 2022: painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

MINKOVA, K. V. Lend-Lease in Early Post-war Soviet-American Relations. **Vestnik of Saint Petersburg University: History**, St Petersburg, v. 63, n. 2, p. 614–635, 2018. Disponível em: <https://dspace.spbu.ru/bitstream/11701/10296/1/17-Minkova.pdf>. Acesso em 5 set. 2022.

MONDAINI, Marco. Guerras napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **Histórias das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 190-191.

MORENO, Nahuel. A revolução chinesa e indochinesa. In: MORENO, Nahuel; MANDEL, Ernest. **China x Vietnã**. São Paulo: Editora Versus, 1979.

MORRIS, Dick. **Jogos de Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MULVENON, James. **Soldiers of Fortune: The Rise and Fall of the Chinese Military-Business Complex, 1978-1998**. Armonk (NY), EUA: M.E. Sharpe, 2001.

MULVENON, James. The Bo Xilai Affair and the PLA. **China Leadership Monitor**, Stanford, n. 38, August 6, 2012. Disponível em: <https://www.hoover.org/sites/default/files/uploads/documents/CLM38JM.pdf>. Acesso em: 5 set. 2022.

MYERS, R. H.; WANG, Y.-C. Economic Developments, 1644-1800. In: PETERSON, W. J. (Ed.). **The Cambridge History of China: Volume 9: The Ch'ing Empire to 1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 563–645.

O'DOWD, Edward; CORBETT, John. The Chinese Campaign in Vietnam: Lessons Learned. In: BURKITT, Laurie; SCOBELL, Andrew; WORTZEL, Larry (org.). **The Lessons of**

**History:** the Chinese People's Liberation Army At 75. Strategic Studies Institute, 2003. p. 353-378.

OKABE, Noburu. Forty-Two Years of Japanese ODA to China Comes to an End. **Nippon**, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/d00828>. Acesso em 4 jan. 2023.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Os Desafios da Geopolítica do Petróleo e o Papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OPERATION ICHI-GO. *In*: WIKIPEDIA, the free encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Operation\\_Ichi-Go](https://en.wikipedia.org/wiki/Operation_Ichi-Go). Acesso em: 06 set. 2022.

OSBORN, Patrick. **Operation Pike: Britain Versus the Soviet Union, 1939-1941**. Westport: Praeger Publishers Inc., 2000.

PAINE, S. C. M. **The Sino-Japanese War of 1894-1895: perceptions, power and primacy**. New York: Cambridge University Press, 2003.

PAINE, Sarah C. M. **The Wars for Asia, 1911–1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PARKER, Geoffrey. **A Evolução da Arte da Guerra: a ascensão do Ocidente 1500-1800**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2021.

PARSHALL, Jonathan; TULLY, Anthony. **Shattered Sword: the untold story of the Battle of Midway**. Dulles, Virginia (EUA): Potomac Books, 2007.

PAUTASSO, Diego. A Economia Continental Chinesa e seu Efeito Gravitacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 45-56, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/fH9gwpKYmp8tC5sypPXNjHr/?lang=pt&format=pdf>. Último acesso em: 16 nov. 2022.

PAUTASSO, D., NOGARA, T. S., UNGARETTI, C. R., & DORIA, G. A Iniciativa do Cinturão e da Rota e os Dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, dez. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/259/248>. Acesso 16 nov. 2022.

PAUTASSO, D., NOGARA, T. S., UNGARETTI, C. R., & PRESTES RABELO, A. M. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. 1-23, , 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n2.2021.1122>. Acesso 16 nov. 2022.

PEERS, Chris; HOOK, Christa. **Late Imperial Chinese Armies 1520-1840**. London: Osprey, 1997.

PIKE, John. **First Taiwan Strait Crisis**. Global Security. 2011a. Disponível em [http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy\\_matsu.htm](http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm). Acesso 05 set. 2022.

PIKE, John. **Second Taiwan Strait Crisis**. Global Security. 2011b. Disponível em [http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy\\_matsu-2.htm](http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm). Acesso 05 set. 2022.

PIKE, John. **Taiwan Confrontation – 1999**. Global Security. 2011c. Disponível em <https://www.globalsecurity.org/military/ops/taiwan-1999.htm>. Acesso 05 set. 2022.

PIKE, John. **Taiwan Strait – 21 July 1995 to 23 March 1996**. Global Security. 2011d. Disponível em [https://www.globalsecurity.org/military/ops/taiwan\\_strait.htm](https://www.globalsecurity.org/military/ops/taiwan_strait.htm). Acesso 05 set. 2022.

PILLSBURY, Michael. **The Hundred-Year Marathon: China's Secret Strategy to Replace America as the Global Superpower**. New York: Henry Holt and Company, 2015.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **Taiwan: um Futuro Formoso para a Ilha?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

POSEN, Barry R. Command of the Commons: The Military Foundation of US Hegemony. **International Security**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 5-46, 2003.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e política (UFPR)**, Curitiba, v. 18, p. 147-174, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCR37Ymkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 6 jan. 2023.

QI, Xijia. Shanghai confirms 14-nm chips being mass produced now. **Global Times**, 14 set. 2022. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202209/1275240.shtml>. Acesso em 4 jan. 2023.

QUINN-JUDGE, Sophie. Victory on the battlefield: isolation in Asia: Vietnam's Cambodia decade, 1979-1989. In: WESTAD, Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (org.). **The Third Indochina War**. Abingdon: Routledge, 2006. p. 207-229;

REDAÇÃO. Agrava-se a crise entre China e Rússia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 08 mar. 1969a.

REDAÇÃO. China e Rússia lutam de novo na fronteira. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 mar. 1969b.

REDAÇÃO. Rebelião na Galáxia Vermelha. **Revista Veja**, São Paulo, n. 1, p. 86-102, set. 1968.

REDAÇÃO. Russos e chineses lutam na província de Sinkiang. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 ago. 1969c.

REDAÇÃO. URSS ameaça a China com foguetes. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 mar. 1969d.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROBERTS, Geoffrey. Moscow's Cold War on the Periphery: Soviet Policy in Greece, Iran, and Turkey, 1943-8. **Journal of Contemporary History**: Sage Publications, Thousand Oaks, v. 46, n. 1, p. 58-81, 2011.

ROBERTS, Geoffrey. Stalin at the Tehran, Yalta, and Potsdam Conferences. **Journal of Cold War Studies**, Massachusetts Institute of Technology, New York, v. 9, n. 4, p. 6-40, Fall 2007. Disponível em: <https://direct.mit.edu/jcws/article-abstract/9/4/6/12931/Stalin-at-the-Tehran-Yalta-and-Potsdam-Conferences>. Acesso em: 5 set. 2022.

ROBERTS, Geoffrey. **Stalin's Wars: From World War to Cold War, 1939-1953**. Cornwall (GB): Yale University Press, 2008.

ROBERTS, J. A. G. **A History of China**. London: Palgrave MacMillan, 1999.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto e Grafia, 2012.

ROBERTS, Michael. **The Military Revolution, 1560-1660**. In.: ROGERS, Clifford (ed.). *The Military Revolutions Debate: readings on the military transformation of early modern Europe*. Routledge: Londres, 2018. p. 13-29.

ROGERS, Clifford. **The Military Revolutions of the Hundred Years War**. In.: ROGERS, Clifford (ed.). *The Military Revolutions Debate: readings on the military transformation of early modern Europe*. Routledge: Londres, 2018. p. 55-78.

ROSS, Steven T. **American War Plans, 1945-1950**. New York: Routledge, 1996.

SANDERS, Richard. The Political Economy of Chinese environmental protection: lessons of the Mao and Deng years. **Third World Quarterly**, v. 20, n. 6, pp. 1201-1214, 1999.

SCHLESINGER, Jacob M.; AILWORTH, Erin. U.S. Imposes New Tariffs, Ramping Up 'America First' Trade Policy. **The Wall Street Journal**, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/u-s-imposes-trade-tariffs-signaling-tougher-line-on-china-1516658821>. Acesso em 4 jan. 2023.

SCHNABEL, James F. **United States Army in the Korean War – Policy and Direction: The First Year**. Washington D.C.: Center of Military History – United States Army, 1992. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA353574.pdf>. Acesso em: 05 de Setembro de 1992.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Unesp, 2017.

SENGER, Harro von. **O livro dos estratagemas: a arte da guerra para executivos e profissionais**. Tradução de Ivo Korytowski. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

SENGER, Harro von. **The 36 Stratagems for Business** / authorized translation from original German Language edition published as 36 Strategeme für Manager by Carl Hansen Verlag, Munique/ RFA, 2004.

SHARP, Bill. Taiwan's Ko Wen-je: a different type of politician. **East Asia Forum**, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2020/06/27/taiwans-ko-wen-je-a-different-type-of-politician>. Acesso em 4 jan. 2023.

SILOVE, Nina. The Pivot before the Pivot: U.S. Strategy to Preserve the Power Balance in Asia. **International Security**, Cambridge, v. 40, n. 4, 2016, p. 45–88.

SILOVE, Nina. Beyond the Buzzword: The Three Meanings of “Grand Strategy”. **Security Studies**, London, v. 27, n. 1, 2018, pp. 27–57.

SIVIS, Efe. The Raid in the Editorial Office of the Turkish Newspaper Tan in 1945 and its Impact on Soviet-Turkish and American-Turkish Relations in the Post-WWII Period. **Journal of Russian History – RUDN** 19, n. 1, p. 197-213, February 2020. Disponível em: <https://journals.rudn.ru/russian-history/article/view/22992/17854>. Acesso em: 5 set. 2022.

SOKOLOVSKI, Vasily (ed.) **Estratégia militar**. Moscou: Editorial Progresso, s.d. [196-?].

SON, Key-Young. Harmony, the Supremacy of Human Agency and East Asia's Mega-Discourses for Governance. **The Chinese Journal of International Politics**, Beijing, v. 5, p. 395–423, 2012.

SPENCE, J. D. **O Filho Chinês de Deus: o Reino Celestial de Taiping de Hong Xiuquan**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPENCE, J. D. **The search for Modern China**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1990. v. 6

SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996

STALIN, J. V. **Speech Delivered by Stalin at a Meeting of Voters of the Stalin Electoral District, Moscow**. Moscow, 1946. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116179>. Acesso em: 5 set. 2022.

SWANSON, Ana. Trump Calls Trade Wars 'Good' and 'Easy to Win'. **The New York Times**, 2 mar. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/03/02/business/trump-calls-trade-wars-good-and-easy-to-win.html>. Acesso em: 4 jan. 2023.

SY. Boxer Rebellion and Eight-Nation Alliance, China 1900-1901. In: WIKIMEDIA FOUNDATION. **Wikipedia**. San Francisco, Oct. 20, 2017. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6d/Boxer\\_Rebellion.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6d/Boxer_Rebellion.png). Acesso em: 6 jan. 2023.

TAJIMA, Nobuo. Tripartite Pact Between Japan, Germany, and Italy. **2016 International Forum on War History: Proceedings**, pp. 45-60, março de 2016. Disponível em: [www.nids.mod.go.jp/english/event/forum/pdf/2016/03.pdf](http://www.nids.mod.go.jp/english/event/forum/pdf/2016/03.pdf). Acesso em: 5 set. 2022.

TENG, S.; FAIRBANK, J. **China's Response to the West: A Documentary Survey, 1839–1923, With a New Preface.** 2. ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1979.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus.** São Paulo: Edusp, 1996.

TRUMAN, Harry S. **President Truman's Message to Congress.** March 12, 1947; National Archives. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>. Acesso em: 5 set. 2022.

TUCHMAN, Barbara W. **A Marcha da Insensatez: de Tróia ao Vietnã.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

UCHINANCHU. Location map of the Ryukyu islands (Nansei islands). In: WIKIMEDIA FOUNDATION. **Wikipedia.** San Francisco, 1 jun. 2006. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Ryukyu\\_Islands#/media/File:Location\\_of\\_the\\_Ryukyu\\_Islands.JPG](https://en.wikipedia.org/wiki/Ryukyu_Islands#/media/File:Location_of_the_Ryukyu_Islands.JPG). Acesso em: 4 jan. 2023.

UNITED NATIONS. League of Nations. General Treaty for Renunciation of War as an Instrument of National Policy [Kellog-Briand Pact]: Signed at Paris, August 27, 1928. UNITED NATIONS. **Publications.** 1929. v. 94, n.1, 2, 3 and 4, p. 57-64. (Treaty series, n. 2137). Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%2094/v94.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

UNITED STATES OF AMERICA. **The White House.** National Security Strategy of the United States of America. [S.l.], Dezembro 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 4 de Setembro de 2022.

UNITED STATES OF AMERICA-US. National Security Council. **A Report to the President by the National Security Council, NSC 48/2 – The Position of the United States With Respect to Asia.** 30 Dec. 1949. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1949v07p2/d387>. Acesso em 5 set. 2022.

UNITED STATES OF AMERICA-US. State Department. **Remarks Made by the Hon:** Dean Acheson, Secretary of State before the National Press Club. Washington, DC, Jan. 12, 1950. Disponível em: [http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document\\_conversions/44/1950-01-12.pdf](http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/44/1950-01-12.pdf). Acesso em: 05 set. 2022.

UNITED STATES OF AMERICA-US. State Department. Secretary of State Hillary Rodham Clinton. **Remarks at Press Availability.** Hanoi, July 23, 2010. Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/07/145095.htm>. Acesso em: 05 set. 2022.

UNITED STATES OF AMERICA-US. The White House. Office of the Press Secretary. **Remarks By President Obama to the Australian Parliament.** Canberra, 17 Nov. 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>. Acesso em: 5 set. 2022.

UNITED STATES; UNITED KINGDOM; SOVIET UNION. **Report on the Tripartite Conference of Berlin** [Potsdam Conference]. No. 1384. Babelsberg, 2 de Agosto de 1945. In: UNITED STATES OF AMERICA-US. State Department. Foreign Relations of the United States: Diplomatic Papers, The Conference Of Berlin (The Potsdam Conference), 1945, Volume II, pp. 1499-1513. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945Berlinv02/d1384>. Acesso em: 05/09/2022.

VAN DE VEN, Hans. **China at War: Triumph and Tragedy in the Emergence of the New China**. Cambridge, MA and London, England: Harvard University Press, 2018.

VENTURA, Zuenir. **1968 - O ano que não terminou**. 14. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As relações diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os Paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917 – 1991)**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

VISENTINI, Paulo G. F. **O eixo e a URSS na Guerra Mundial: diálogo com a narrativa histórica anglo-americana**. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI/NERINT-UFRGS, 2020.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013a.

VISENTINI, Paulo. **Guerra do Vietname**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1988.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistemas Mundo: una introducción**. 1. ed. México: Siglo XXI, 2005.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading, MA (EUA): Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WANG, Q. The Battle of Hunan and the Chinese Military Response to Operation Ichigo. In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H (ed.). **The Battle for China: Essays on the Military History of the Sino-Japanese War of 1937-1945**. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 403–418.

WHITNEY, Courtney (Major General). **MacArthur: Seu encontro com a história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

WOMACK, Brantly. The 1980 County-Level Elections in China: Experiment in Democratic Modernization. **Asian Survey**, Oakland, v. 22, n. 3, p. 261-277, Mar. 1982.

WORLD BANK. Population, total – China, Bosnia and Herzegovina, Croatia, North Macedonia, Montenegro, Serbia, Slovenia, Kosovo (% of total). **The World Bank Data**. s/d. Disponível em:

[https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=1989&locations=CN-BA-HR-MK-ME-RS-SI-XK&name\\_desc=false&start=1989&type=shaded&view=bar&year=1989](https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=1989&locations=CN-BA-HR-MK-ME-RS-SI-XK&name_desc=false&start=1989&type=shaded&view=bar&year=1989). Acesso em: 05 set. 2022.

WU, Debby. TSMC Starts Next-Gen Mass Production as World Fights Over Chips.

**Bloomberg**, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-12-29/tsmc-mass-produces-next-gen-chips-to-safeguard-global-lead>. Acesso em 4 jan. 2023.

WU, Wendy; CHOI, Chi-Yuk. Coup plotters foiled: Xi Jinping fended off threat to ‘save Communist Party’. **South China Morning Post**, 19 Out 2017. Disponível em:

<https://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2116176/coup-plotters-foiled-xi-jinping-fended-threat-save>. Acesso em 5 set. 2022.

X [KENNAN, George F.]. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, Council of Foreign Affairs, Vol. 25, No. 4 (Jul. 1947), pp. 566-582. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/20030065>. Acesso em 5 set. 2022.

XI, Jinping. A Grande revitalização da nação é o maior sonho do povo chinês. 29 nov. 2012.

In: XI, Jinping. **A Governança da China**. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014, pp. 41-43.

XI, Jinping. Construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. 18 jan.

2017. In: XI, Jinping. **A Governança da China II**. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras, 2018, pp. 659-673.

XI, Jinping. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive in Unity to Build a Modern Socialist Country in All Respects**. In: NATIONAL CONGRESS OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA, 20., 2022,

Beijing. **Report[...]**. Beijing, 2022. Disponível em: <https://english.news.cn/20221025/8eb6f5239f984f01a2bc45b5b5db0c51/c.html>. Acesso em: 03 jan. 2023.

XIA, Yafeng. China’s Elite Politics and Sino-American Rapprochement: January 1969-

February 1972. **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 8, n. 4, p. 3–28, Fall 2006.

YAMAGUCHI, Mari. Japan aims to boost 5-year defense spending to \$318 billion.

**Associated Press**, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://apnews.com/article/business-japan-fumio-kishida-government-and-politics-e08f0b81ad3c8006f7b0e7c396c51665>. Acesso em 4 jan. 2023.

YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Princeton (EUA), Princeton University Press, 2011.

YANG, Dali L. Market Transition and the Remaking of the Administrative State. In: YANG, Dali L. **Remaking the Chinese Leviathan: Market Transition and the Politics of Governance in China**. Stanford, California (EUA): Stanford University Press, 2004. pp. 25-64.

YU, M. The Taiping Rebellion: A Military Assessment of Revolution and Counterrevolution. In: GRAFF, D. A.; HIGHAM, R. (Eds.). **A military history of China**<sup>2</sup>. Lexington, Kentucky: The University Press of Kentucky, 2012.

ZHANG, Haibing. Scientific Outlook on Development and China's Diplomacy. **China's Diplomacy**, Shanghai, p. 191–243, feb. 2014.. Disponível em: [https://doi.org/10.1142/9781938134395\\_0004](https://doi.org/10.1142/9781938134395_0004). Acesso em: 5 set. 2022.

ZHENG, Bijian. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. **Foreign Affairs**, New York, v. 84, n. 5, p. 18-24, Sep./Oct. 2005a. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20031702>. Acesso em: 5 set. 2022.

ZHOU, Fangyin. Equilibrium Analysis of the Tributary System. **Chinese Journal of International Politics**, Beijing, v. 4, n. 2, p. 147-178, Summer 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/4/2/147/333000>. Acesso em: 15 nov. 2022.